



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1158

Quarta-feira - 16 de Janeiro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce .....	1
Antônio Carlos .....	10
Biguaçu .....	12
Braço do Trombudo .....	14
Caçador .....	20
Camboriú .....	28
Campos Novos .....	32
Canoinhas .....	32
Capinzal .....	32
Catanduvas .....	33
Chapadão do Lageado .....	36
Concórdia .....	36
Corupá .....	41
Eral Velho .....	42
Forquilha .....	43
Fraiburgo .....	51
Garopaba .....	54
Garuva .....	55
Gaspar .....	57
Herval d'Oeste .....	108
Ibiam .....	111
Imbituba .....	111
Ipumirim .....	112
Irineópolis .....	114
Itapoá .....	117
Joaçaba .....	124
Lages .....	128
Lauro Muller .....	128
Lebon Regis .....	130
Leoberto Leal .....	132
Lindóia do Sul .....	133
Macieira .....	133
Maracajá .....	133
Maravilha .....	134
Massaranduba .....	175
Meleiro .....	175
Navegantes .....	210
Nova Trento .....	307
Novo Horizonte .....	307
Palhoça .....	307
Paulo Lopes .....	312
Peritiba .....	312
Pinheiro Preto .....	312
Porto União .....	316
Rio do Sul .....	317
Salto Veloso .....	321
São Bento do Sul .....	322
São Lourenço do Oeste .....	340
São Pedro de Alcântara .....	377

Schroeder .....	379
Timbó .....	385
Tunápolis .....	436
Turvo .....	456
Vargeão .....	456
Vidal Ramos .....	457
Videira .....	457
Xavantina .....	458

### Associações

EGEM .....	461
FECAM .....	462

### Consórcios

AGIR .....	462
CIGA .....	463
CINCO .....	467
CIS/AMUREL .....	467
CIS/AMURES .....	468

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Portaria 032/2013

PORTARIA Nº 032/2013 08 de janeiro de 2013

"DELEGA PODERES A SERVIDORA MUNICIPAL JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferida delegação de atribuições junto ao Fundo Municipal de Saúde para servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 100, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

§ 2º Os poderes elencados acima, efetivar-se-ão mediante duas assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas pelo servidor citado no caput deste artigo, e por Valter Valentin Rampazzo, Secretário de Saúde e Promoção Social.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013

NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito                                  Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 033/2013

PORTARIA Nº 033/2013 08 de janeiro de 2013

"DELEGA PODERES A SERVIDORES MUNICIPAIS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições junto a Prefeitura Municipal de Água Doce-SC para servidora MARIA TERESA MACAGNAN, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 1160, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;

- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

§ 2º Os poderes elencados acima, efetivar-se-ão mediante duas assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas pelo servidor citado no caput deste artigo, e por Novelli Sganzerla, Prefeito Municipal.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013

NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito                                  Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 034/2013

PORTARIA Nº 034/2013 08 de janeiro de 2013

"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferida delegação de atribuições para servidora MARIA TERESA MACAGNAN, brasileira, solteira, matrícula nº 1160 e Marilucy Sare Kusmann, brasileira, casada, matrícula nº 816 para a finalidade específica assinar pela conta Nº 49.135-7 e Agência 0207-0, referente adiantamento de serviços, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;

- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Município de Água Doce-SC a partir de 02/01/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013  
NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito                                  Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 035/2013

PORTARIA Nº 035/2013 08 de janeiro de 2013

"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições para o servidor Elias Vieceili, brasileiro, matrícula nº 786 e Cristiano Savaris da Silva, brasileiro, matrícula nº 1142 para a finalidade específica assinar pela conta Nº 9343-2 e Agência 0207-0, referente adiantamento de material de consumo, com os poderes de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Fundo Municipal Saúde a partir de 02/01/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013  
NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito                                  Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 036/2013

PORTARIA Nº 036/2013 08 de janeiro de 2013

"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições para o servidor Edione T. Balestrin Fioreze, matrícula nº 100 e Valter Valentin Rampazzo, brasileiro, Secretário de Saúde e Promoção Social para a finalidade específica de assinar pelas contas:

1- Nº 24510-0 e Agência 0207-0

2- Nº 66773-0 e Agência 0207-0

3- Nº 79590-9 e Agência 0207-0

com os poderes de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Fundo Municipal Saúde a partir de 02/01/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições

em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013  
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 037/2013

PORTARIA Nº 037/2013 08 de janeiro de 2013  
"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferida delegação de atribuições para servidora MARIA TERESA MACAGNAN, brasileira, solteira, matrícula nº 1160 e Marilucy Sare Kusmann, brasileira, casada, matrícula nº 816 para a finalidade específica assinar pela conta Nº 49.127-6 e Agência 0207-0, referente adiantamento de material de consumo, com os poderes de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Município de Água Doce-SC a partir de 02/01/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013  
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 038/2013

PORTARIA Nº 038/2013 08 de janeiro de 2013  
"DELEGA PODERES A SERVIDORES MUNICIPAIS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Nomear, Valter Valentin Rampazzo, gestor e ordenador de despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de que trata o artigo 14 da Lei nº 949/96 e para representá-lo junto as instituições financeiras a servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 100, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

§ 2º Os poderes elencados acima, efetivar-se-ão mediante duas assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas pelo servidor citado no caput deste artigo, e por Valter Valentin Rampazzo, Secretário de Saúde e Promoção Social.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013  
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 039/2013

PORTARIA Nº 039/2013 08 de janeiro de 2013  
"NOMEIA PRESIDENTE DO SIMA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas



atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Nomear, MARIA TERESA MACAGNAN, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 1160 como Presidente do Fundo Municipal de Assistência, e a servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 100, para representá-la junto as instituições financeiras, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013

NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito                                  Diretor do Dpto de RH.

#### Portaria 040/2013

PORTARIA Nº 040/2013 08 de janeiro de 2013

"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições para o servidor Edione T. Balestrin Fioreze, matrícula nº 100 e Valter Valentin Rampazzo, brasileiro, Secretário de Saúde e Promoção Social para a finalidade específica de assinar pelas contas:

- 1- Nº 8.131-0 e Agência 0207-0
- 2- Nº 9.990-2 e Agência 0207-0

com os poderes de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Funda Municipal Saúde a partir de 02/01/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013

NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Prefeito                                  Diretor do Dpto de RH.

#### Portaria 041/2013

PORTARIA Nº 041/2013 08 de janeiro de 2013

"DELEGA PODERES A SERVIDORES MUNICIPAIS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferida delegação de atribuições junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, para servidora Zelaine Aparecida Peliclioli, brasileira, ocupante do cargo efetivo de Administrador Escolar e Juciana Souza de Araujo Soares, nomeada Secretária de Educação, Cultura e Esporte para responderem pela conta 59530-6 e agência 0207-0 com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;



- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 08 de janeiro de 2013  
 NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
 Prefeito    Diretor do Dpto de RH.

#### **Portaria 042/2013**

PORTARIA Nº 042/2013 10 de janeiro de 2013

"CONCEDE LICENÇA REMUNERADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de doença em pessoa da família, por 30 dias ao funcionário Adão Vagner da Silva, conforme requerimento e atestado anexo, a referida licença passa a contar da data de 10/01/2013 a 08/02/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de janeiro de 2013  
 NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
 Prefeito                      Diretor do Dpto de RH.

#### **Portaria 043/2013**

PORTARIA Nº 043/2013 11 de janeiro de 2013

"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA ORIGINADO PELO EDITAL 001/2013

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas conferidas pelos incisos IV e XI do artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no item 4.1 do Edital n. 001/2013, para efeitos do disposto no artigo 45 da Lei

Complementar n. 011/98,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a Comissão Especial para análise e classificação dos candidatos inscritos no processo de alteração de carga horária de que trata o Edital nº 011/2012, de 05 de setembro de 2012, composta pelos senhores abaixo relacionados, devendo, sob a presidência do primeiro, exercer as atribuições necessárias ao cumprimento do respectivo Edital, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições, a saber:

1. MARIVETE TOIGO AMBRÓSIO - Presidente
2. GISSELE BREZOLIN GHIDORSI - Membro
3. ZELAINE APARECIDA PELICIELLI - Membro
4. TATIANA GUERRA DE BARROS - Membro
5. JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES- Membro

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão deverão ser elaborados de acordo com os critérios previstos no Edital nº001/2013 com previsão de conclusão para o dia 01/02/2013, quando deverão apresentar a relação dos classificados, por ordem crescente e indicação do estabelecimento de ensino no qual serão ministradas as aulas relativas à carga horária cuja alteração se propõe.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de janeiro de 2013  
 NOVELLI SGANZERLA      ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
 Prefeito                      Diretor do Dpto de RH.

#### **Extrato do Contrato Nº. 1/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Auto Posto Água Doce Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 1/2013 - Dispensa nº. 1/2013

OBJETO : Aquisição de combustíveis para veículos da Prefeitura Municipal.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 17.954,50 (dezesete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será todo dia 10 e 25 de cada mês.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 03.02.2013.

DATA : 03.01.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Reginaldo Tonial pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 1/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Auto Posto Avenida Independência Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 1/2013 - Dispensa nº. 1/2013

OBJETO : Aquisição de combustíveis para utilização nos veículos do Fundo Municipal de Assistência Social.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.249,30 (um mil duzentos e quarenta e nove reais e trinta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será todo dia 10 e 25 de cada mês.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será até 03.02.2013.  
DATA : 03.01.2013  
SIGNATÁRIOS: Valter Valentin Rampazzo pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Ronimar Geraldo Cavalli pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 2/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Posto Pinheiros Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 1/2013 - Dispensa nº. 1/2013

OBJETO : Aquisição de combustíveis para veículos da Prefeitura Municipal.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 38.846,50 (trinta e oito mil oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será todo dia 10 e 25 de cada mês.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato, será da data de sua assinatura até o dia 03.02.2013.

DATA : 03.01.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Classir João David pela contratada.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Balancete Financeiro Prefeitura - Dezembro 2012****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.980.352,05	Despesa Orçamentária	860.751,23
RECEITA TRIBUTARIA	228.686,97	Despesas exceto Intra-orçamentárias	852.950,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.400,47	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	617.477,30
RECEITA PATRIMONIAL	13.487,96	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	8.524,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.516.384,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	238.453,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.939,77	INVESTIMENTOS	-36.601,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.568,41	AMORTIZACAO DA DIVIDA	25.097,14
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	179.883,64		
		Despesas Intra-orçamentárias	7.800,37
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.800,37
Receita Extra - Orçamentária	1.132.073,68	Despesa Extra - Orçamentária	3.092.634,58
DEPOSITOS	143.686,63	DEPOSITOS	188.554,23
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	143.686,63	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	188.554,23
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	143.686,63	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	188.554,23
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.115.353,90	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.506.908,15
OBRIGACOES A PAGAR	2.081.732,64	OBRIGACOES A PAGAR	2.473.286,89
FORNECEDORES	1.407.465,78	FORNECEDORES	1.540.591,06
PESSOAL A PAGAR	571.618,87	PESSOAL A PAGAR	823.104,72
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.494,25	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.494,25
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	31.545,42	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	31.545,42
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	6.941,02	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	13.884,14
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	60.667,30	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	60.667,30
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	33.621,26	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	33.621,26
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	33.621,26	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	33.621,26
INTERFERENCIAS ATIVAS	48.088,78	INTERFERENCIAS PASSIVAS	397.172,20
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	48.088,78	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	397.172,20
REPASSE RECEBIDO	48.088,78	REPASSE CONCEDIDO	397.172,20
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2,10		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2,10		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	2,10		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-1.175.057,73		
Saldos anteriores	2.837.949,18	Saldos atuais	1.996.989,10
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.535.872,68	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.777.101,92
BANCO C/ MOVIMENTO	754.799,83	BANCO C/ MOVIMENTO	129.300,57
BANCOS C/ VINCULADAS	237.980,14	BANCOS C/ VINCULADAS	46.779,53
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	309.296,53	POUPANÇA	43.807,08
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.950.374,91	Total	5.950.374,91

\*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

AGUA DOCE , 04/01/2013

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA  
Contador CRC 022069/0-8



**Resumo da Execução Orçamentária Prefeitura - Dezembro 2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2012

6º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2012	Bimestre Nov/Dez/2012	Total até Dez/2012
<b>RECEITAS</b>				
RECEITA TRIBUTARIA	1.024.800,00	2.612.418,16	314.103,88	2.926.522,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.000,00	159.434,95	33.673,44	193.108,39
RECEITA PATRIMONIAL	66.500,00	181.040,85	23.992,32	205.033,17
RECEITA AGROPECUARIA	1.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.183.660,00	12.760.634,35	2.866.411,24	15.627.045,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.000,00	74.010,33	4.944,08	78.954,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	329.700,00	22.568,41	352.268,41
ALIENAÇÃO DE BENS	85.000,00	42.800,00	0,00	42.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	135.000,00	748.077,20	179.883,64	927.960,84
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>15.725.960,00</b>	<b>16.908.115,84</b>	<b>3.445.577,01</b>	<b>20.353.692,85</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
GABINETE DO PREFEITO E VICE	563.800,00	472.698,19	88.213,12	560.911,31
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.172.465,00	2.334.289,13	505.836,94	2.840.126,07
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	621.650,00	859.509,36	148.488,78	1.007.998,14
DEPARTAMENTO DE ENSINO	5.245.980,00	5.340.093,79	984.185,12	6.324.278,91
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.725.400,00	2.692.947,32	221.724,66	2.914.671,98
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	1.589.515,00	1.702.968,31	219.901,78	1.922.870,09
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	29.000,00	186,00	0,00	186,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA	199.350,00	200.772,83	36.161,54	236.934,37
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	281.600,00	349.093,32	80.730,04	429.823,36
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	119.500,00	43.813,50	59,60	43.873,10
DEPARTAMENTO DE TURISMO	38.100,00	28.039,68	7.707,55	35.747,23
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	331.390,00	543.769,51	64.727,57	608.497,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	12.967.750,00	14.568.180,94	2.357.736,70	16.925.917,64
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>12.967.750,00</b>	<b>14.568.180,94</b>	<b>2.357.736,70</b>	<b>16.925.917,64</b>

AGUA DOCE , 04/01/2013

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita MunicipalJOSELI A. S. M. R. TRENTA  
Contador CRC 022069/0-8

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Decreto N° 001/2013

DECRETO N° 001/2013

Outros no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal De Antonio Carlos no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012..

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 468,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01.04.122.0001.2.003-4.4.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos 468,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
03.01.04.122.0001.2.003-3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos 468,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 02 de Janeiro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

JOSÉ ROBERTO DE AMORIM  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto N° 002/2013

DECRETO N° 002/2013

Outros no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal De Antonio Carlos no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012..

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 326.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 326.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 326.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 02 de Janeiro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

JOSÉ ROBERTO DE AMORIM  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto N° 003/2013

DECRETO N° 003/2013

Auxílios e convênios no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal De Antonio Carlos no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012..

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 78.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01.12.361.0002.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 78.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair convênio 78.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 02 de Janeiro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

JOSÉ ROBERTO DE AMORIM  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria N° 035/2013

PORTARIA N° 035/2013

Concede Férias a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 20 dias, ao servidor PAULO DE MELO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 11 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Janeiro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 035/2013**

PORTARIA Nº 035/2013

Concede Férias a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 20 dias, ao servidor PAULO DE MELO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 11 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Janeiro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 036/2013**

PORTARIA Nº 036/2013

Concede Férias a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora CRISTIANNY MULLER GUESSER, ocupante do cargo ACT de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a contar de 02 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 05/06/2011 a 04/06/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Janeiro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 037/2013**

PORTARIA Nº 037/2013

Concede Férias a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, ao servidor ILTON NICOLAU PAULI, ocupante do cargo efetivo de ZELADOR, a partir de 14 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 04/07/2011 a 03/07/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Janeiro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 038/2013**

PORTARIA Nº 038/2013

Concede Férias a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,

no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 20 dias, ao servidor SALESIO VOLTOLINI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 15 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 14/02/2008 a 13/02/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Janeiro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 039/2013**

PORTARIA Nº 039/2013

Concede Férias a servidor

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor PEDRO ALCANTARA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 14 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 04/05/2010 a 03/05/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Janeiro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 040/2013**

PORTARIA Nº 040/2013

Nomeia Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear, JOSE ROBERTO DE AMORIM, para o Cargo Comissionado de SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a contar de 03 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Janeiro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 041/2013**

PORTARIA Nº 041/2013

Nomeia Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear, MARIA HELENA HENRIQUES PEREIRA, para o Cargo Comissionado de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, a partir de 14 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Janeiro de 2013.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 042/2013**

PORTARIA Nº 042/2013  
Nomeia Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear, GUSTAVO FRANTHESCO KERNTOPF, para o Cargo Comissionado de COORDENADOR DE CULTURA, a partir de 14 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Janeiro de 2013.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Biguaçu**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 002/2013**

DECRETO Nº 002/2013 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.  
CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM FACE DO ÓBITO DO SERVIDOR INATIVO ADEMAR CANDIDO FAGUNDES, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO INCISO I §7º DO ART. 40, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OBSERVADA A REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/03 E NOS ARTIGOS 34 A 41 DA LEI MUNICIPAL Nº 1619/2001, A DEPENDENTE MARIA SOUZA FAGUNDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ADEMAR CANDIDO FAGUNDES, brasileiro, ex-portador do RG nº 1/R - 1.168.402, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1619/2001, a dependente MARIA SOUZA FAGUNDES.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.340,10 (um mil trezentos e quarenta reais e dez centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUACU.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 19/12/2012 - data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente

### **Decreto Nº 003/2013**

DECRETO Nº 003/2013 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.  
DETERMINA, PARA SANAR IRREGULARIDADE APONTADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA NOS AUTOS DO PROCESSO PPA 10/00601371, A CONCESSÃO EXTEMPORÂNEA DE PENSÃO POR MORTE, EM FACE DO ÓBITO DO SERVIDOR ATIVO JOÃO PEDRO TEIXEIRA OCORRIDO EM 27/12/2001, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO §7º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OBSERVADA A REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98, ÀS DEPENDENTES CARMELITA ROSA TEIXEIRA E IVONETE CATARINA PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Relatório TCE/DAP n. 6306/2012 do Processo PPA 10/00601371,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Determina a concessão de pensão por morte, em face do óbito do servidor JOÃO PEDRO TEIXEIRA, brasileiro, servidor público, detentor do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, com fundamento no §7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 20/98, cujos proventos serão rateados nos seguintes termos:

I - 50% (cinquenta por cento) para Carmelita Rosa Teixeira, dependente presumida, detentora da condição de esposa, a contar de 27/12/2001 (data do óbito);  
II - 50% (cinquenta por cento) para Ivonete Catarina Pereira, dependente presumida, detentora da condição de companheira, situação reconhecida nos termos do processo judicial n. 007.02.000387-7, que tramitou perante a 1ª Vara da Comarca de Biguaçu, a contar de 01 de dezembro de 2003.

Art. 2º Ficam reconhecidos, para todos os efeitos legais, o pagamento dos proventos de pensão por morte realizados às beneficiárias indicadas no art. 1º deste Decreto, nos termos dos Processos Administrativos que tramitaram na Prefeitura de Biguaçu sob os números 70/2002 e 2939/2003.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos 27/12/2001 - data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES  
Gerente de Protocolo e Expediente



**Aviso de Pregão Presencial Nº 14/2013 - FMS****AVISO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013 - FMS**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA RADIOLOGIA PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/01/2013, às 13h58minh do dia 29/01/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 29/01/2013, no endereço Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243, 1º andar, sala de pregões.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira: através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com), Endereço: Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243 - Centro - Biguaçu - SC, Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Compras e Licitações.

Biguaçu, SC, 14 de janeiro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**Aviso de Pregão Presencial Nº 17/2013-FMS****AVISO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013 - FMS**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA O PROGRAMA DST/HIV/AIDS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE., cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/01/2013, às 13h58minh do dia 28/01/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 28/01/2013, no endereço Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243, 1º andar, sala de pregões.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira: através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com), Endereço: Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243 - Centro - Biguaçu - SC, Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Compras e Licitações.

Biguaçu, SC, 14 de janeiro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário de Saúde

**Extrato Prevbiguaçu****EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

CONTRATO Nº 001/2013

CONVITE 002/2012

OBJETO: Contratação de Consultoria Previdenciária

CONTRATANTE: PREVBIGUAÇU

CONTRATADA: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA

PERÍODO DE VIGENCIA: 02/01/2013 A 31/12/2013, prorrogável a critério das partes, e em conformidade com o Edital.



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preço 6/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/6

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012

Número do Registro de Preços: 6/2012      Data do Registro: 16/04/2012      Válido até: 16/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	18,9000	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	18,9000	1
3	Eixo do disco esquerdo direito (7784)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	14,0000	1
4	Disco líder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	370,0000	1
5	Braço de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	166,0000	1
6	Cunha da faca (7787)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	27,3000	1
7	Eixo estriado direito (7319)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	163,8000	1
8	Bucha protetora (7788)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	30,0000	1
9	Disco de fricção jg com 6 und (7789)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	46,2000	1
10	VOLANTE (5921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	567,0000	1
11	Eixo estriado esquerdo (7318)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	163,8000	1
12	Rosca de alimentação (7346)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	310,0000	1
13	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	60,0000	1
14	Condutor do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	10,5000	1
15	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	50,4000	1
16	Corrente 60-1 c/3.540+emenda (7793)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	294,0000	1
17	PINO DE SEGURANÇA 4100 P/ ENSILADEIRA (2618)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	1,0000	1
18	Faca picadeira (7795)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	21,0000	1
19	Faca de espera (7796)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	65,0000	1
20	Faca ceifadora (7797)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	21,0000	1
21	Rebolo jumil 4100 (7798)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	162,0000	1
22	Engrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	115,0000	1
23	Engrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	94,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012****Número do Registro de Preços: 6/2012****Data do Registro: 16/04/2012****Válido até: 16/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	68,0000	1
25	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	61,0000	1
26	ALIMENTADOR MAIOR (6073)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	610,0000	1
27	Cilindro alimentador n 3 (7803)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	342,0000	1
28	Porca borboleta M12 (7804)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	24,0000	1
29	Porca ficção da bica (7805)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	11,0000	1
30	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	184,0000	1
31	Porca ficção tampa da ventoinha (7807)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	11,0000	1
32	Porca ficção km4 (7808)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	15,7500	1
33	SUPORTE DO DISCO DE CORTE (5092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	164,0000	1
34	Esteira dupla p/ calcário (7809)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	1.512,0000	1
35	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	jumil	0	33,6000	1
36	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	33,6000	1
37	Peneira Cilíndrica c/ capa c/ flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	1.008,0000	1
38	Mancal orelha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	88,0000	1
39	Balancin (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	33,6000	1
40	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	24,0000	1
41	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	139,0000	1
42	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Sgt	0	2,0000	1
43	Bucha para subsolador (8589)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	6,0000	1
44	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	36,7500	1
45	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	161,0000	1
46	Cubo do disco s/rol/s/eixo (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Giro	0	115,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012**

Número do Registro de Preços: 6/2012

Data do Registro: 16/04/2012

Válido até: 16/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Cubo carreta 5 t rodado duplo completo (8590)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	220,5000	1
48	Cubo carreta 5T rodado duplo sem rolamento (8591)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	100,0000	1
49	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	87,0000	1
50	Cone com haste válvula de alivio (8592)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	58,0000	1
51	Rotor prensado bomba lobular selo mecanico (8593)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	359,0000	1
52	Cruzeta cc-36 (7827)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	36,0000	1
53	Cruzeta cc-101/3 (7828)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	41,0000	1
54	Aro 6 furos rodado duplo (7829)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	168,0000	1
55	Correia c-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rexon	0	62,0000	1
56	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rexon	0	42,0000	1
57	Mangote p/ plant. jumil 2090 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Begebor	0	10,0000	1
58	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	60,0000	1
59	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	46,0000	1
60	Haste roscada da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rex	0	10,0000	1
61	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	49,3500	1
62	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6.5 (8594)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rex	0	7,3500	1
63	Parafuso com Porca 1x2x2. 1/2 (8595)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Rex	0	1,6000	1
64	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	67,0000	1
65	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Metisa	0	74,5000	1
66	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mandubar	0	108,0000	1
67	Aiveca arado (7344)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mandubar	0	218,0000	1
68	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	15,7500	1
69	Kit facas jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	687,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012**

Número do Registro de Preços: 6/2012

Data do Registro: 16/04/2012

Válido até: 16/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Contra faca h2f4 (7844)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	31,5000	1
71	Faca interior da plataforma (7845)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	26,0000	1
72	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	2,0000	1
73	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	168,0000	1
74	Base e pedra do afiador (7848)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	141,7500	1
75	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	102,0000	1
76	Mola do Cilindro Dental Móvel. (8596)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	29,0000	1
77	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	187,0000	1
78	Eixo do rotor c/ arruela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	155,0000	1
79	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	68,0000	1
80	Engrenagem do comando (7852)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	96,0000	1
81	Mola da bica quebra jato (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	8,0000	1
82	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	73,5000	1
83	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	33,0000	1
84	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Powermake	0	31,5000	1
85	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Powermake	0	34,6500	1
86	Peneira da bateteira TR 791 (7858)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Triton	0	447,0000	1
87	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	26,0000	1
88	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Baldan	0	26,0000	1
89	Sapata (7861)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Tatu	0	92,0000	1
90	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Powermake	0	57,7500	1
91	Kit Facas jf c120 (8597)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	828,0000	1
92	Engate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	55,6500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012****Número do Registro de Preços: 6/2012****Data do Registro: 16/04/2012****Válido até: 16/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Tubo Engate Rápido com ranhura (8598)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	55,0000	1
94	Anel Vedação 6mm.engate 4" (8599)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Mepel	0	4,0000	1
95	Mangueira 4" Sucção. (8600)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Acrel	0	42,0000	1
96	Junta Universal. (8601)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	120,0000	1
97	Tubo Triangular Macho/Fêmea. (8602)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	147,0000	1
98	Tubo Triangular Macho. (8603)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	111,0000	1
99	Cardan Completo. (8604)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	344,0000	1
100	Junta Agrícola CC505551 (8605)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Aenco	0	190,0000	1
101	Limpador Direito 2090 (8606)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	5,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2012****Número do Registro de Preços: 6/2012****Data do Registro: 16/04/2012****Válido até: 16/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de peças para implementos agrícolas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Limpador Esquerdo 2090. (8607)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	Jumil	0	5,0000	1

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2012****PROCESSO Nº 18/2012**

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

BRACO DO TROMBUDO , 16 de Abril de 2012.

# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.446

DECRETO nº 5.446, de 10 de janeiro de 2013.  
Aprova desmembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano, e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 603,00m² (seiscentos e três metros quadrados), objeto da matrícula nº 19156, do R.I., desta Comarca, constituído pelo lote nº 05, do Loteamento São Luiz, de propriedade de José Ermelino Carneiro, resultando após o desmembramento em duas áreas, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, com as seguintes medidas e confrontações:

I - Área A com 301,50m² (trezentos e um metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Área B do desmembramento, medindo 15,00m; ao Sul, com a Rua Bélgica, medindo 15,00m; ao Leste, com Jurema Cecatto, medindo 20,00m; e, ao Oeste, com Gilmar Roman Rosset, medindo 20,25m.

II - Área B com 301,50m² (trezentos e um metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Rua Dinamarca, medindo 15,00m; ao Sul, com a Área A, medindo 15,00m; ao Leste, com Sirlene Lisete Carneiro Falcão, medindo 20,00m; e, ao Oeste, com Gilmar Roman Rosset, medindo 20,25m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de janeiro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

### Portaria Nº 22.249

PORTARIA Nº 22.249, de 07 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 9.503, de 23/09/1997- Código de Trânsito Brasileiro,

#### RESOLVE:

NOMEAR o Senhor ALLEX ATOLINI SILVA, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor Geral da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, Referência CC-2, como

Autoridade Municipal de Trânsito, delegando ao mesmo as competências instituídas no art. 24, da Lei nº 9.503, de 23/09/1997- Código de Trânsito Brasileiro, a contar de 1º de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de janeiro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

### Portaria Nº 22.258

PORTARIA Nº 22.258, de 09 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e mais o previsto no Termo de Convênio firmado com a Delegacia Regional de Polícia de Caçador,

#### RESOLVE:

COLOCAR as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, à disposição do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Delegacia Regional de Polícia de Caçador-SC, para prestarem serviços naquela repartição, com ônus para o Município de Caçador, com efeitos a contar de 02 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.
1052	Célia de Paula	Aux. de Enfermagem	06	12A	35
1044	Natalina Geja dos Santos	Aux. de Serv. Gerais	02	01	44

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de janeiro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

### Portaria Nº 22.259

PORTARIA Nº 22.259, de 09 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71, § 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal ANEMARI SO-CREPA BUSCARONS, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Procuradoria Geral do Município, com efeitos a contar de 04 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de janeiro de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.



**Portaria Nº 22.260**

PORTARIA Nº 22.260, de 09 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Procurador Municipal com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, da Procuradoria Geral do Município, ocupado pela Servidora Pública Municipal ANEMARI SOCREPA BUSCARONS, em virtude de seu pedido de exoneração, com efeitos a contar de 04 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de janeiro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

**Portaria Nº 22.261**

PORTARIA Nº 22.261, de 09 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e mais o previsto no Termo de Convênio firmado com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador,

**RESOLVE:**

COLOCAR os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, à disposição da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, para prestarem serviços nessa Associação, com ônus para o Município de Caçador, com efeitos a contar de 02 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016, na forma do Termo de Convênio de Cooperação firmado, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	C.H	Sec.
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista	10	44	002
565	Carlinho José Bazei	Professor	3.3A	30	005
1303	Dioclécio Alves de Moura	Motorista	10	44	003
1276	Geraldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44	003
10917	Sérgio Borges	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	01	44	003

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de janeiro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

**Portaria Nº 22.262**

PORTARIA Nº 22.262, de 09 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e mais o previsto no Termo de Convênio firmado com a Associação Empresarial de Caçador - ACIC,

**RESOLVE:**

COLOCAR o Servidor Público Municipal ADILSON ROBERTO RIBEIRO, ocupante do cargo de Arquivista, lotado na Secretaria da Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, à disposição Associação Empresarial de Caçador- ACIC, com ônus para o Município de Caçador, com efeitos a contar de 02 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016, na forma do Termo de Convênio de Cooperação firmado com essa Associação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de janeiro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

**Contrato 002 - 2013 Saúde**

Contrato 002/2013 FMS - SUPRESSÃO NAS QUANTIDADES DO CONTRATO 82/2010 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NO BAIRRO MARTELLO Processo licitatório Nº 57/2010 TP Nº 03/2010. Contratado: CONSTRUTORA EXATA LTDA Valor: 206,71

**Contrato 003 - 2013 Saúde**

Contrato 003/2013 FMS - PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 01/12 LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA CENTRAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2012 - DL Nº 01/2012. Contratados: CARMEN LUCIA THOME FABIANI, VALDEMAR FABIANI, LISMARA APARECIDA THOME EL WARD, MATTAR NAAMAN EL WARD, LOURDES MARLISE THOME BERTON, ONOFRE BERTON, MARLUSA HAIDE THOME ELIAS, EDUARDO FELÍCIO ELIAS, GIORGIA CATARINA THOME Prazo: 09/04/2013 Valor: 12.937,44

**Contrato Nº 140/2012 Prefeitura**

Contrato nº 140/2012 - PREFEITURA - 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 138/2010 para prorrogação de prazo para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINA FOTOCOPIADORA, DESTINADA AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, conforme especificações e quantitativos constantes no contrato principal, referente ao processo licitatório nº 130/2010, na modalidade de Pregão Presencial nº 74/2010. Contratada: Pró-cópia Tecnologia em Impressões Ltda /CNPJ sob nº 08.016.943/0002-03. Prazo: 12 meses. Valor inalterado.

**Editais de Notificação**

Editais de Notificação nºs 1537 a 1540



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1537/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACD3496	55481842C	5274/2	16/11/2012	175
BOQ0877	55692462D	6599/2	09/12/2012	230 * V
ICM4704	55693923D	5010/0	10/12/2012	162 * I
ICM4704	55693924D	5118/0	10/12/2012	164 c/c 162 * I
ICM4704	55693925D	6769/1	10/12/2012	230 * XXII
ICM4704	55694484D	6599/2	10/12/2012	230 * V
JOL5792	55694060D	5010/0	06/12/2012	162 * I
LWU2760	54148955D	6912/0	30/11/2012	232
LXJ5936	55693922D	6769/1	09/12/2012	230 * XXII
LZE7418	54148854D	6599/2	25/11/2012	230 * V
MEB4966	55694275D	6920/0	13/11/2012	233
MFJ6397	54147750D	6599/2	19/11/2012	230 * V
MIV2057	55693907D	5010/0	13/11/2012	162 * I
MIV2057	55693908D	5118/0	13/11/2012	164 c/c 162 * I
MJK0945	55692459D	5010/0	04/12/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 9 DE JANEIRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1538/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACD3496	55481840C	6050/1	16/11/2012	208
ACD3496	55481841C	5835/0	16/11/2012	195
BYO4575	54147377D	5541/2	11/12/2012	181 * XVII
ICM4704	55693926D	5185/1	10/12/2012	167
LCV8889	55694380D	5525/0	20/11/2012	181 * XV
LWU2760	54148954D	6980/0	30/11/2012	239
LWU2760	54148956D	6050/2	30/11/2012	208
LWU2760	54148957D	5215/2	30/11/2012	170
MCF9985	54148962D	5185/1	05/12/2012	167
MCF9985	54148963D	5843/3	05/12/2012	196
MGE8473	54148720D	5541/1	10/12/2012	181 * XVII
MHY1749	54148906D	6068/1	06/12/2012	209
MIA4634	54148834D	7366/2	22/11/2012	252 * VI
MIP6908	54148828D	5541/6	21/11/2012	181 * XVII
MJU3087	54148965D	5541/2	05/12/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 9 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1539/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJN5427	55692816D	6920/0	04/10/2012	R\$ 127,69	233
AKX1677	55692512D	5169/1	06/10/2012	R\$ 957,69	165
BIW7481	55692302D	6599/2	12/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
BIW7481	55692303D	6700/2	12/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
BIW7481	55692304D	6637/1	12/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
BIW7481	55692305D	6637/2	12/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
BIW7481	55692723D	5274/2	12/08/2012	R\$ 191,53	175
CIZ2568	55692994D	6726/1	05/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
CIZ2568	55694351D	6610/2	05/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
CIZ2568	55694352D	6637/1	05/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
CIZ2568	55694353D	6637/2	05/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
DHL8414	55482561C	5045/0	05/10/2012	R\$ 191,53	162 * V
GVM8659	54148709D	5274/2	30/10/2012	R\$ 191,53	175
IJJ5235	55692508D	6599/2	26/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXE9450	55692566D	5010/0	10/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXE9450	55693000D	5118/0	10/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXH3746	55480333C	5010/0	10/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZB0960	55480794C	6599/2	30/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAO0124	55693157D	6599/2	10/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBE2282	55692718D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBE7159	55692821D	6920/0	08/10/2012	R\$ 127,69	233
MBI6645	55693156D	6610/2	07/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBV5226	55692307D	5010/0	07/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDA3885	55692904D	6599/2	31/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDA3885	55692905D	5010/0	31/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDI3918	55692823D	6920/0	09/10/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDQ0519	55692818D	6920/0	04/10/2012	R\$ 127,69	233
MEP6224	55477420C	5010/0	15/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEP6224	55477421C	6599/2	15/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEP6224	55477422C	5118/0	15/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFQ1880	55692041D	6653/1	02/10/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MFQ1880	55692042D	6726/1	02/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFQ1880	55692555D	6610/2	02/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MFQ1880	55692556D	6769/3	02/10/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MFQ1880	55692557D	6769/2	02/10/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MGM0702	54148653D	5010/0	13/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHM1797	55692005D	5118/0	01/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHM1797	55693221D	5169/1	01/09/2012	R\$ 957,69	165
MIJ2167	55692581D	5061/0	20/10/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIJ2167	55692582D	5010/0	20/10/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 9 DE JANEIRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1540/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKJ0623	55692642D	5525/0	22/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
BIW7481	55692724D	5835/0	12/08/2012	R\$ 127,69	195
BIW7481	55692725D	5185/1	12/08/2012	R\$ 127,69	167
BIW7481	55692726D	5185/2	12/08/2012	R\$ 127,69	167
BIW7481	55692727D	5215/1	12/08/2012	R\$ 191,53	170
BIW7481	55692728D	5215/2	12/08/2012	R\$ 191,53	170
BIW7481	55692729D	6050/2	12/08/2012	R\$ 191,53	208
BIW7481	55692730D	6050/1	12/08/2012	R\$ 191,53	208
BIW7481	55692731D	7234/0	12/08/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
CIP1655	54148142D	6050/2	03/10/2012	R\$ 191,53	208
CKN9125	54148119D	5541/2	21/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GVM8659	54148707D	6050/1	30/10/2012	R\$ 191,53	208
GVM8659	54148708D	5835/0	30/10/2012	R\$ 127,69	195
GVM8659	54148710D	5215/1	30/10/2012	R\$ 191,53	170
LYA7877	54146945D	5185/1	12/08/2012	R\$ 127,69	167
LZQ7144	54148551D	5460/0	12/09/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MBV5226	55476568C	5347/0	07/09/2012	R\$ 85,12	178
MCC7714	55692886D	6050/1	05/10/2012	R\$ 191,53	208
MCR0297	54148406D	7366/2	29/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEQ2148	54148467D	5541/2	29/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ7621	55694354D	6050/1	06/10/2012	R\$ 191,53	208
MGN7799	55481829C	5452/1	18/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MHM1797	55693220D	7030/1	01/09/2012	R\$ 191,53	244 * I
MHU8175	55692877D	7048/1	29/09/2012	R\$ 191,53	244 * II
MIJ2167	55692583D	7056/1	20/10/2012	R\$ 191,53	244 * III
MIV2355	54148144D	5185/1	05/10/2012	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 9 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

# Camboriú

## PREFEITURA

### PR 1/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013-FUNDESB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL AUTOMOTIVO A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS VINCULADOS A SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 13:30 horas do dia 05 (cinco) de Fevereiro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 14 de Janeiro de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### Termo de Errata do PR 1/13 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 001/2013-FUNDESP

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 001/2013 - FUNDESP, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL A VAREJO ATRAVES DE POSTO REVENDEDOR DESTINADO AO ABASTECIMENTO DO VEICULO QUE TRANSPORTARÁ ALUNOS/ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME TERMO DE REFERENCIA", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado o item 6.8.6, da Clausula 6.8, no Edital.

- leia-se: 6.8.6 - A empresa licitante deverá apresentar Registro do revendedor varejista na Agência Nacional do Petróleo-ANP, de acordo com a Portaria 116/2000, informando a bandeira da Distribuidora.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 05/02/2013 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 14 de Janeiro de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### Termo de Errata PR 1/13 - FMAS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 001/2013-FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão

Presencial 001/2013 - FMAS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL AUTOMOTIVO A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado o item 6.8.6, da Clausula 6.8, no Edital.

- leia-se: 6.8.6 - A empresa licitante deverá apresentar Registro do revendedor varejista na Agência Nacional do Petróleo-ANP, de acordo com a Portaria 116/2000, informando a bandeira da Distribuidora.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 05/02/2013 as 16h15min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 14 de Janeiro de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### Termo de Errata PR 1/13 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 001/2013-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 001/2013 - PMC tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVES DE POSTO REVENDEDOR DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado o item 6.8.6, da Clausula 6.8, no Edital.

- leia-se: 6.8.6 - A empresa licitante deverá apresentar Registro do revendedor varejista na Agência Nacional do Petróleo-ANP, de acordo com a Portaria 116/2000, informando a bandeira da Distribuidora.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 05/02/2013 as 15h15min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 14 de Janeiro de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Metas de Arrecadação - Ano 2013**

Metas de Arrecadação - Ano 2013



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2013 (LRF ART. 8º)**

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho
<b>RECEITAS</b>	<b>7.381.897,04</b>	<b>10.177.567,50</b>	<b>8.919.394,51</b>	<b>9.037.858,98</b>	<b>8.403.572,57</b>	<b>8.482.765,46</b>	<b>8.497.456,27</b>
- Metas de Receita	7.381.897,04	10.177.567,50	8.919.394,51	9.037.858,98	8.403.572,57	8.482.765,46	8.497.456,27
<b>DESPESAS</b>	<b>7.381.897,04</b>	<b>10.177.567,50</b>	<b>8.919.394,51</b>	<b>9.037.858,98</b>	<b>8.403.572,57</b>	<b>8.482.765,46</b>	<b>8.497.456,27</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.699.652,01</b>	<b>9.236.942,77</b>	<b>8.095.051,85</b>	<b>8.202.567,67</b>	<b>7.626.902,88</b>	<b>7.698.776,66</b>	<b>7.712.109,72</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	4.113.111,57	5.670.828,29	4.969.788,19	5.035.795,28	4.682.377,89	4.726.503,30	4.734.688,86
- Juros e Encargos da Dívida	28.584,31	39.409,75	34.537,83	34.996,55	32.540,46	32.847,11	32.903,99
- Outras Despesas Correntes	2.557.956,13	3.526.704,73	3.090.725,83	3.131.775,84	2.911.984,53	2.939.426,25	2.944.516,87
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>597.921,33</b>	<b>824.365,97</b>	<b>722.456,06</b>	<b>732.051,49</b>	<b>680.675,34</b>	<b>687.089,84</b>	<b>688.279,77</b>
- Investimentos	496.304,13	684.264,32	599.674,08	607.638,75	564.994,03	570.318,37	571.306,07
- Inversões Financeiras	142,92	197,05	172,69	174,98	162,70	164,24	164,52
- Amortização da Dívida	101.474,29	139.904,61	122.609,30	124.237,75	115.518,62	116.607,23	116.809,18
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>84.323,70</b>	<b>116.258,76</b>	<b>101.886,60</b>	<b>103.239,82</b>	<b>95.994,34</b>	<b>96.898,97</b>	<b>97.066,78</b>
Especificação	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	<b>TOTAL GERAL</b>	
<b>RECEITAS</b>	<b>7.655.414,57</b>	<b>7.937.336,63</b>	<b>8.061.912,77</b>	<b>8.607.370,54</b>	<b>10.137.453,16</b>	<b>103.300.000,00</b>	
- Metas de Receita	7.655.414,57	7.937.336,63	8.061.912,77	8.607.370,54	10.137.453,16	103.300.000,00	
<b>DESPESAS</b>	<b>7.655.414,57</b>	<b>7.937.336,63</b>	<b>8.061.912,77</b>	<b>8.607.370,54</b>	<b>10.137.453,16</b>	<b>103.300.000,00</b>	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.947.890,67</b>	<b>7.203.757,10</b>	<b>7.316.819,75</b>	<b>7.811.865,56</b>	<b>9.200.535,86</b>	<b>93.752.872,50</b>	
- Pessoal e Encargos Sociais	4.265.512,52	4.422.596,37	4.492.008,83	4.795.931,88	5.648.477,03	<b>57.557.620,00</b>	
- Juros e Encargos da Dívida	29.643,43	30.735,09	31.217,47	33.329,61	39.254,42	<b>400.000,00</b>	
- Outras Despesas Correntes	2.652.734,73	2.750.425,64	2.793.593,45	2.982.604,08	3.512.804,41	<b>35.795.252,50</b>	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>620.075,80</b>	<b>642.911,01</b>	<b>653.001,47</b>	<b>697.182,64</b>	<b>821.116,78</b>	<b>8.367.127,50</b>	
- Investimentos	514.693,42	533.647,77	542.023,35	578.695,89	681.567,33	<b>6.945.127,50</b>	
- Inversões Financeiras	148,22	153,68	156,09	166,65	196,27	<b>2.000,00</b>	
- Amortização da Dívida	105.234,16	109.109,56	110.822,03	118.320,10	139.353,18	<b>1.420.000,00</b>	
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>87.448,10</b>	<b>90.668,51</b>	<b>92.091,55</b>	<b>98.322,34</b>	<b>115.800,53</b>	<b>1.180.000,00</b>	

Prefeitura Municipal de Camboriú, 11 de Janeiro de 2013

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
 Contadora  
 CRC/SC 028070/O-6

**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda

**Kaita Helen Testoni**  
 Responsável Controle Interno



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2013 (LRF ART. 13)**

Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<b>REC. CORRENTES</b>	<b>7.210.008,89</b>	<b>10.014.782,88</b>	<b>8.699.407,96</b>	<b>8.875.074,36</b>	<b>8.170.748,64</b>	<b>8.158.101,73</b>	<b>8.301.518,63</b>	<b>7.484.990,48</b>	<b>7.740.938,33</b>	<b>7.825.472,93</b>	<b>8.432.362,77</b>	<b>9.750.392,40</b>	<b>100.663.800,00</b>
Receita Tributária	1.110.306,83	3.931.601,99	1.989.295,74	1.662.909,92	1.090.750,48	788.620,64	706.921,25	872.146,35	837.103,14	951.057,71	870.199,78	1.227.536,18	16.038.450,00
Rec. de Contribuição	145.992,85	191.880,27	167.354,99	270.838,20	158.407,83	129.050,08	404.243,99	205.390,75	337.560,72	283.680,48	216.711,45	150.188,40	2.661.300,00
Receita Patrimonial	83.604,03	68.399,71	109.234,52	113.860,75	122.369,78	124.675,37	103.506,59	85.507,38	76.979,10	68.616,74	68.988,32	69.817,71	1.095.560,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	599.644,21	565.342,68	677.699,48	634.501,75	675.149,35	647.227,81	661.666,13	651.147,74	623.676,43	653.958,47	628.846,70	638.439,27	7.657.300,00
Transf. Correntes	5.017.784,87	5.034.844,49	5.543.250,14	5.971.177,58	5.812.323,61	6.232.094,02	5.424.207,40	5.436.441,90	5.619.400,83	5.583.804,06	6.352.683,97	7.275.367,12	69.303.380,00
Outras Rec. Correntes	252.676,10	222.713,74	212.573,08	221.786,17	311.747,59	236.433,81	1.000.973,28	234.356,37	246.218,10	284.355,47	294.932,55	389.043,72	3.907.810,00
<b>REC. DE CAPITAL</b>	<b>171.888,16</b>	<b>162.784,62</b>	<b>219.986,55</b>	<b>162.784,62</b>	<b>232.823,92</b>	<b>324.663,74</b>	<b>195.937,64</b>	<b>170.424,09</b>	<b>196.398,30</b>	<b>236.439,84</b>	<b>175.007,77</b>	<b>387.060,76</b>	<b>2.636.200,00</b>
Oper. de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	799,40	116,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83,97	1.000,00
Transf. de Capital	9.103,54	0,00	57.201,93	0,00	69.239,91	161.762,49	33.153,02	7.639,47	33.613,68	73.655,22	12.223,16	60.407,56	518.000,00
Outras Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REC. INTRA ORÇAMENTARIAS</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>162.784,62</b>	<b>325.569,23</b>	<b>2.116.200,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.381.897,04</b>	<b>10.177.567,50</b>	<b>8.919.394,51</b>	<b>9.037.858,98</b>	<b>8.403.572,57</b>	<b>8.482.765,46</b>	<b>8.497.456,27</b>	<b>7.655.414,57</b>	<b>7.937.336,63</b>	<b>8.061.912,77</b>	<b>8.607.370,54</b>	<b>10.137.453,16</b>	<b>103.300.000,00</b>
<b>BIMESTRE</b>	<b>17.559.464,54</b>		<b>17.957.253,49</b>		<b>16.886.338,03</b>		<b>16.152.870,85</b>		<b>15.999.249,39</b>		<b>18.744.823,70</b>		<b>103.300.000,00</b>

Prefeitura Municipal de Camboriú, 11 de Janeiro de 2013

\_\_\_\_\_  
**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
**Renata Pereira**  
 Contadora  
 CRC/SC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda

\_\_\_\_\_  
**Kaita Helen Testoni**  
 Responsável Controle Interno





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2013 (LRF - ARTIGO 8º.)													
Unidades Gestoras	Meses												TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Camãra Muncipal	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	2.700.000,00
Fundo de Saúde	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	809.973,33	9.719.680,00
Fundo de Educação	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	497.834,17	5.974.010,00
Fundo de Assist.Social	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	199.525,00	2.394.300,00
Fundoda Criança e Adolesc.	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	84.554,17	1.014.650,00
Fundo Agropecuario	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	110.775,00	1.329.300,00
Fundo dos Bombeiros	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	15.329,17	183.950,00
Fundo de Melhoria da Policia	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	14.467,29	173.607,50
Fundação de Esportes	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	90.852,50	1.090.230,00
<b>TOTAL</b>	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	2.048.310,63	24.579.727,50

Prefeitura Municipal de Camboriu, 11 de Janeiro de 2013

\_\_\_\_\_  
**Luzia Lourdes Coppi Mathias**

Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
**Renata Pereira**

Contadora

CRC/SC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
**Sérgio Luiz Venâncio**

Secretário da Fazenda

\_\_\_\_\_  
**Kaita Helen Testoni**

Responsável Controle Interno

## Campos Novos

### PREFEITURA

**Extrato do Contrato 430/2012**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 430/2012 - Processo 145/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: CONSTRUTORA SOLO LTDA

OBJETO: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência para o exercício de 2013, do contrato original nº 389/2012, referente a obra de reforma e ampliação do Ginásio de Esportes Humberto Calgaro, conforme especificações do projeto básico.

DATA: 28/12/2012  
CONTRATO: 430/2012

## Canoinhas

### PREFEITURA

**Portaria Nº007/2013**

PORTARIA Nº. 007/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art.1º - Fica nomeada CARMEN NOERNBERG, para exercer o cargo de provimento em comissão de Tesoureiro, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 02/01/2013, conforme comunicação interna nº 002/SMAF/2013.

Art.2º - Fica nomeado LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 07/01/2013, conforme comunicação interna nº 002/SMAF/2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de janeiro de 2013.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 02/01/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Capinzal

### PREFEITURA

**PMC - Processo Licitatório Nº 10/2013 - Pregão Eletrônico Nº 4/2013**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 10/2013  
Pregão Eletrônico Nº 4/2013

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para o ano letivo de 2013, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e Pré-escolas Municipais, discriminados na folha anexa a solicitação de compras, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 30/01/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO  
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:  
No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>  
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,  
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.  
No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)  
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

CAPINZAL, 16 de Janeiro de 2013.  
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI  
Pregoeira

**PMC - Processo Licitatório Nº 11/2013 - Pregão Eletrônico Nº 5/2013**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

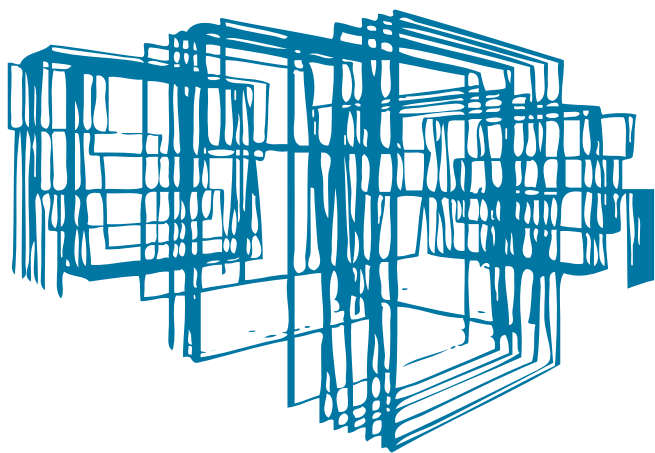
Processo Licitatório Nº 11/2013  
Pregão Eletrônico Nº 5/2013

OBJETO: Aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 31/01/2013.

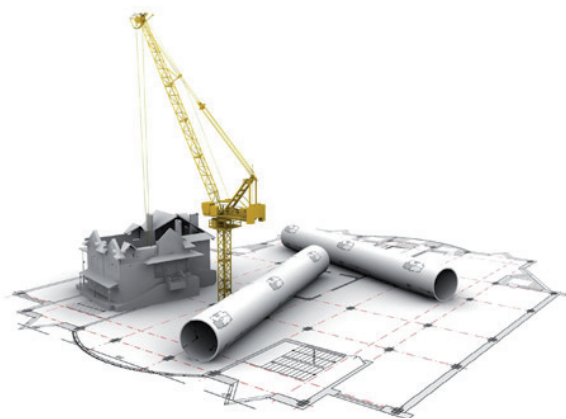
MENOR PREÇO UNITÁRIO  
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:  
No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>  
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,  
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.  
No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)  
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

CAPINZAL, 16 de Janeiro de 2013.  
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI  
Pregoeira



# Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Para Contratação de Empresa Prestradora de Serviços de Engenharia Sanitária e Limpeza Pública (Coleta de Lixo)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2013

TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2013

Objeto: O objeto da presente Licitação consiste na contratação de empresa especializada para fins de execução de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, no território do município Contratante.

Abertura das Propostas: às 09h00min do dia 30 de janeiro de 2013.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de janeiro de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 15 de janeiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

#### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMAS N.º 0008/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS N.º 0008/2012

Pregão nº 0041/2011 (Processo Licitatório nº 0078/2011).

Objeto: AQUISIÇÃO DE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARMES EM TEMPO INTEGRAL.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

Contratado (a): INVIOSAT MONITORAMENTO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o disposto no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO, a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços de monitoramento visando a vigilância e segurança dos bens públicos descritos no Contrato firmado entre as partes e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal, RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2013, iniciando em 1º de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d" da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 17 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato originário: 17 de janeiro de 2012.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMAS N.º 0028/2012**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS N.º 0028/2012

Pregão nº 0041/2011 (Processo Licitatório nº 0078/2011).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS ACOPLADOS E REBOCÁVEIS QUE POSSUAM TANQUE DE COMBUSTÍVEL PRÓPRIO, ABRANGENDO AS FUNÇÕES DE CADASTRAMENTO E GERENCIAMENTO DOS CUSTOS, SEJAM ELES COM ABASTECIMENTO, COM MANUTENÇÃO (PEÇAS E SERVIÇOS) E COM OBRIGAÇÕES LEGAIS; QUE CONTEMPLE TODAS AS DESPESAS EFETUADAS POR MEIO DE CONTRATOS, COMPRAS DIRETAS, PRONTO PAGAMENTO, SUPRIDAS POR ALMOXARIFADOS OU CUSTEADAS POR CONVÊNIOS COM ENTIDADES MANTENEDORAS EXTERNAS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OU POR TERCEIROS NA FORMA DE DOAÇÃO E AMBIENTE OPERACIONAL, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

Contratado (a): EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria de Administração e Finanças do Município;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do Contrato firmado;

e

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade na prestação dos serviços contratados;

CONSIDERANDO, o interesse da Administração Pública em estender o prazo do Contrato, visando o controle, a legalidade, a publicidade e a eficiência nas suas atividades.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo contratual até 31 de dezembro de 2013, com início do novo prazo em 01 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente Aditivo Contratual tem amparo legal no art. 65, II, "d", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 20 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato originário: 29 de novembro de 2012.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS N.º 0009/2012**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0009/2012

Pregão nº 0041/2011 (Processo Licitatório nº 0078/2011).

Objeto: AQUISIÇÃO DE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARMES EM TEMPO INTEGRAL.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado (a): INVIOSAT MONITORAMENTO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o disposto no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO, a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços de monitoramento visando

a vigilância e segurança dos bens públicos descritos no Contrato firmado entre as partes e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal, RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2013, iniciando em 1º de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d" da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 17 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato originário: 17 de janeiro de 2012.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS N.º 0064/2012**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0064/2012

Pregão nº 0041/2011 (Processo Licitatório nº 0078/2011).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS ACOPLADOS E REBOCÁVEIS QUE POSSUAM TANQUE DE COMBUSTÍVEL PRÓPRIO, ABRANGENDO AS FUNÇÕES DE CADASTRAMENTO E GERENCIAMENTO DOS CUSTOS, SEJAM ELES COM ABASTECIMENTO, COM MANUTENÇÃO (PEÇAS E SERVIÇOS) E COM OBRIGAÇÕES LEGAIS; QUE CONTEMPLE TODAS AS DESPESAS EFETUADAS POR MEIO DE CONTRATOS, COMPRAS DIRETAS, PRONTO PAGAMENTO, SUPRIDAS POR ALMOXARIFADOS OU CUSTEADAS POR CONVÊNIOS COM ENTIDADES MANTENEDORAS EXTERNAS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OU POR TERCEIROS NA FORMA DE DOAÇÃO E AMBIENTE OPERACIONAL, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Contratado (a): EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria de Administração e Finanças do Município;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do Contrato firmado;

e

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade na prestação dos serviços contratados;

CONSIDERANDO, o interesse da Administração Pública em estender o prazo do Contrato, visando o controle, a legalidade, a publicidade e a eficiência nas suas atividades.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo contratual até 31 de dezembro de 2013, com início do novo prazo em 01 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente Aditivo Contratual tem amparo legal no art. 65, II, "d", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 20 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato originário: 29 de novembro de 2012.



**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 0018/2012**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 0018/2012**

Pregão nº 0041/2011 (Processo Licitatório nº 0078/2011).

Objeto: AQUISIÇÃO DE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARMES EM TEMPO INTEGRAL.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Contratado (a): INVIO SAT MONITORAMENTO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o disposto no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO, a necessidade de dar continuidade a presente contratação e à prestação dos serviços de monitoramento visando a vigilância e segurança dos bens públicos descritos no Contrato firmado entre as partes e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal, RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2013, iniciando em 1º de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d" da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvás - SC, 17 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato originário: 17 de janeiro de 2012.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 0127/2012**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 0127/2012**

Pregão nº 0041/2011 (Processo Licitatório nº 0078/2011).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS ACOPLADOS E REBOCÁVEIS QUE POSSUAM TANQUE DE COMBUSTÍVEL PRÓPRIO, ABRANGENDO AS FUNÇÕES DE CADASTRAMENTO E GERENCIAMENTO DOS CUSTOS, SEJAM ELES COM ABASTECIMENTO, COM MANUTENÇÃO (PEÇAS E SERVIÇOS) E COM OBRIGAÇÕES LEGAIS; QUE CONTEMPLA TODAS AS DESPESAS EFETUADAS POR MEIO DE CONTRATOS, COMPRAS DIRETAS, PRONTO PAGAMENTO, SUPRIDAS POR ALMOXARIFADOS OU CUSTEADAS POR CONVÊNIOS COM ENTIDADES MANTENEDORAS EXTERNAS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OU POR TERCEIROS NA FORMA DE DOAÇÃO E AMBIENTE OPERACIONAL, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

Contratado (a): EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria de Administração e Finanças do Município;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do Contrato firmado;

e

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade na prestação dos serviços contratados;

CONSIDERANDO, o interesse da Administração Pública em estender o prazo do Contrato, visando o controle, a legalidade, a publicidade e a eficiência nas suas atividades.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo contratual até 31 de

dezembro de 2013, com início do novo prazo em 01 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente Aditivo Contratual tem amparo legal no art. 65, II, "d", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvás - SC, 20 de dezembro de 2012..

Data e assinatura do contrato originário: 29 de novembro de 2012.

**Segundo Termo Aditivo ao Contrato FMS N.º 0054/2011**  
**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0054/2011**

Pregão nº 0018/2011 (Processo Licitatório nº 0060/2011).

Objeto: Contratação de profissional da área de terapia ocupacional para atendimento de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Contratado (a): CONSULTÓRIO REABILITAR LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da presente contratação e da prestação dos serviços;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato por interesse da Administração Municipal.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do Contrato até 31 de dezembro de 2013, com início em 1º de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Face à prorrogação do Contrato, aditivá-lo na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao mês, perfazendo um total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) até o encerramento do prazo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente Aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justos e contratados, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvás - SC, 17 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato originário: 14 de dezembro de 2011



Sistema de  
Indicadores de  
Desenvolvimento  
Municipal  
Sustentável

Informações municipais para a promoção do  
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

[indicadores.fecam.org.br](http://indicadores.fecam.org.br)





# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Portaria Nº 022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 022/2013

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora Pública CRISTIANE SOTELLI BETTOLY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 1176/01, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 16.01.13 a 30.01.13, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
15 de janeiro de 2013.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### Resolução Nº 06/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONCÓRDIA-SC

#### RESOLUÇÃO Nº 06/2012

Estabelece diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos do Sistema Municipal de Ensino de Concórdia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME, no uso de suas atribuições legais, e, considerando: O artigo 208 da Constituição Federal, inciso I; a Lei Federal 10.172/01; as Diretrizes Curriculares Nacionais; o parecer CNE/CEB nº- 11/2000; a resolução CNB/CEB nº 1/2000 e a Resolução nº 03/2012, do CME,

#### RESOLVE:

Estabelecer diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos do Sistema Municipal de Ensino de Concórdia.

#### CAPÍTULO I

##### Dos objetivos

Art. 1º- Oportunizar acesso e permanência no Ensino Fundamental aos Jovens e Adultos em defasagem série/idade.

Art. 2º - Criar condições para que os alunos jovens e adultos que foram excluídos do processo de educação escolar possam

apropriar-se do conhecimento científico, relacionando-os às suas vivências sociais, inclusive para a inserção no mundo do trabalho.

Art. 3º - Proporcionar educação de qualidade determinada a formar jovens e adultos, cidadãos conscientes e críticos, conhecedores do seu real papel na sociedade, regida por uma proposta que respeite o sujeito e suas especificidades.

#### Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 4º - A Educação de Jovens e Adultos nas Unidades Escolares municipais de Concórdia fundamentar-se-á nos seguintes princípios:

I - A Educação de Jovens e Adultos - EJA, como direito, apresenta:

a) Função Reparadora - é uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola, em razão disso, necessita ser pensada com metodologias pedagógicas próprias.

b) Função Qualificadora - é uma oportunidade de atualização de conhecimentos para toda a vida.

c) Função Equalizadora - é uma reparação corretiva que proporciona a reentrada no sistema educacional, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho e na vida social.

d) Função Permanente - é o próprio sentido da EJA, pois tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode atualizar-se em quadros escolares ou não.

II - Educação voltada para o exercício da cidadania e para a solidariedade, a justiça social e a postura crítica frente à realidade;

III - Educação ao longo da vida, visando à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem dos Jovens e Adultos, de modo que possam alcançar patamares comuns de escolaridade, percorrendo trajetórias escolares distintas;

IV - Educação que promova a relação social, sem hierarquização e sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação, entre pessoas com diferenças de cultura, etnia, cor, idade, gênero, orientação sexual, ascendência nacional, origem e posição social, profissão, religião, opinião política, estado de saúde, deficiência, aparência física, ou outra diversidade;

V - Escola como importante instância de mediação, não como único espaço educativo, que utiliza espaços e situações de aprendizagem extraescolares, mas que reconhece e valoriza os conhecimentos que os Jovens e Adultos trazem da vida em sociedade, do trabalho e de outras circunstâncias.

#### Da organização

Art. 5º - A educação de Jovens e Adultos será oferecida:

I - Àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade/série própria;

II - Por instituições de ensino público integradas ao Sistema Municipal de Ensino;

III - Em forma de matrícula, para Jovens e Adultos, respeitando-se a idade dos quinze (15) anos completos. Permitir-se-ão duas entradas anuais, conforme calendário semestral estabelecido por órgão responsável.

IV - Aos alunos transferidos, mediante análise do histórico escolar e comprovação da idade mínima estabelecida para esta modalidade.

V - Sob a forma presencial, com componentes curriculares

desenvolvidos à distância, conforme previsto no Artigo 6º desta resolução.

#### Da Carga horária

Art. 6º - Os anos iniciais do Ensino Fundamental terão duração de dois anos e meio, divididos em cinco semestres, do 1º ao 5º ano, sendo:

- a) 315 horas presenciais e 85 horas de atividades à distância, perfazendo um total de 400 horas semestrais;
- b) mínimo de 2000 horas ao final desta etapa, conforme demonstrado abaixo:

Presenciais	À distância
315 x5 = 1575	85x5 = 425
TOTAL:	2000

Art. 7º - Os anos finais do Ensino Fundamental terão duração de dois anos, divididos em quatro semestres, do 6º ao 9º ano ou 5ª a 8ª séries, sendo:

- a) 315 horas presenciais e 85 horas de atividades à distância, perfazendo um total de 400 semestrais;
- b) 1600 horas para a conclusão desta etapa, conforme demonstrado abaixo:

Presenciais	À distância
315 x4 = 1260	85x4 = 340
TOTAL:	1600

Parágrafo Único - As atividades didáticas de educação à distância, serão orientadas por profissionais habilitados, por meio de projetos desenvolvidos e apresentados através de Seminários, Fóruns, entre outros, respaldado pelo Projeto Político Pedagógico - PPP, da unidade escolar.

#### Das Matrículas

Art. 8º - O período de matrículas é de responsabilidade da Instituição que oferece a modalidade, ou, Órgão Público competente. Devendo ocorrer divulgação do plano de matrículas e tornando-se necessário:

- I - Fazer a chamada ampliada de estudantes para o ensino fundamental em todas as modalidades, tal como se faz a chamada das pessoas de faixa etária obrigatória do ensino regular;
- II - Incentivar a oferta de EJA nos períodos diurno e noturno.

Art. 9º Caberá à Secretaria Municipal de Educação, conforme interesse e necessidade, implantar núcleos, polos ou extensões que atendam a demanda de EJA no município.

§ 1º As turmas de Educação de Jovens e Adultos serão constituídas conforme as seguintes orientações:

- I - observar a proporção entre o número de alunos e a metragem das salas, respeitando o limite máximo de 30 (trinta) alunos para os Anos Iniciais e 35 (trinta e cinco) alunos para os Anos Finais;
- II - nas turmas em que estiverem matriculados jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, deve ser observado um limite menor de alunos, por turma;

§ 2º Caberá à Secretaria Municipal de Educação orientar e normatizar o processo de desdobramento das turmas, caso extrapole o número máximo de alunos previsto nos incisos I e II.

Art. 10 A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá as diretrizes para a estrutura, organização e o funcionamento dos espaços em que ocorrerão aulas para o EJA possibilitando o acesso à biblioteca, à sala informatizada e outros espaços físicos necessários

à organização pedagógica e administrativa dos mesmos, afirmando a pesquisa como princípio educativo.

#### CAPÍTULO II

##### A Proposta Pedagógica

Art. 11 - A proposta pedagógica deve estar fundamentada numa concepção de aluno como cidadão, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento, como sujeito social e histórico, marcado pelo meio em que se desenvolve.

Art. 12 - Compete à instituição que oferece educação de Jovens e Adultos, elaborar e executar, de acordo com os parâmetros curriculares nacionais, a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada para o cidadão.

Art. 13 - O processo de ensino-aprendizagem, na educação de jovens e adultos, deverá ser coerente com:

- I - Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- II - Os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à democracia;
- III - Os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, e da diversidade de manifestações artísticas e culturais;
- IV - Regime de funcionamento;
- V - Espaço físico, instalações e equipamentos especializados;
- VI - Relação de recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitação e níveis de escolaridade;
- VII - Parâmetros de organização de grupos e relação professor/aluno. (número de alunos por turmas);
- VIII - Organização do cotidiano de trabalho junto aos jovens e adultos.
- IX - Proposta de articulação da instituição com a família e com a comunidade;
- X - Processo de avaliação do desenvolvimento integral do aluno.
- XI - Processo de planejamento geral e avaliação institucional.

§ 1º - O funcionamento das instituições de Educação de Jovens e Adultos atenderá às necessidades da comunidade, respeitando os direitos trabalhistas ou estatutários dos trabalhadores em educação;

§ 2º - O currículo de educação de jovens e adultos deverá assegurar o desenvolvimento das capacidades de apropriação, o conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 14 - A organização curricular dos Cursos de EJA deverá ser aprovada pelo CME, e estabelecida a critério do Órgão Público responsável, sob a forma de fases, etapas, períodos ou módulos e desenvolvida de modo seriado ou de ciclo, com associação ao formato do ensino regular e/ou de modo disciplinar, fundamentado na progressão por área ou componente curricular, tal como definido nas Diretrizes Curriculares, aprovadas pelo Ministério da Educação.

§ 1º - Qualquer que seja a organização curricular, nenhuma fase, etapa, período ou módulo pode ter duração inferior a 400 horas, inclusive aquela que representar o último passo para conclusão do Ensino Fundamental.

§ 2º - Caso a Secretaria de Educação constata a necessidade de organização diferenciada de cursos e programas de EJA, o órgão normatizador do sistema deverá pronunciar-se sobre quaisquer adaptações.

#### CAPÍTULO III

**Da Avaliação**

Art. 15 - A avaliação na educação de jovens e adultos será realizada semestralmente, mediante o acompanhamento de registro bimestral, seguindo as diretrizes do CME, e precisará especificar os registros disciplina/área de conhecimento, conforme as grades curriculares em vigor.

Art. 16 - Considera-se que haverá atribuição de notas para o Ensino Fundamental, com exceção do 1º semestre, que possui equivalência com o primeiro ano do ensino regular, que deverá ter registro feito mediante avaliação descritiva, em documento específico (boletim) para cada aluno.

Art. 17 - As avaliações e o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem e da progressão dos alunos nos estudos devem ser contínuos, processuais, abrangentes e simultâneos ao desenvolvimento dos estudos registrados nos arquivos da instituição, juntamente com os instrumentos de avaliação aplicados ao longo do processo e ao término de cada fase, etapa, período ou módulo.

Art. 18 - É permitido o ingresso do aluno em qualquer fase, etapa, período ou módulo nos cursos de Educação para Jovens e Adultos, respeitados o PPP da instituição, o disposto nas normas vigentes e, em especial, no que concernem, os artigos 23 e 24 da Lei Federal nº 9.394/1996.

Art. 19 - Na realização de avaliação bimestral dever-se-á seguir as seguintes orientações:

I - As notas serão atribuídas aos alunos do ensino fundamental, por disciplina;

II - A média das notas, para efeito de aprovação é 7,0 (sete) por disciplina e aproveitamento de 70% (setenta por cento) dos conteúdos efetivamente trabalhados por disciplina;

III - Aos alunos que não atingirem a média por disciplina será oportunizada a realização de exames finais. Para efeito de aprovação após a realização destes exames, será considerada a média final 5,0 (cinco) por disciplina;

IV - Ao aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75%, é permitido fazer exame final em todas as disciplinas em que não alcançou média 7,0;

V - Na fórmula para obtenção da média final do aluno, considerando os resultados do exame final, deverá preponderar a média bimestral anual sobre a nota do exame final, conforme diretrizes do Conselho Municipal de Educação - CME;

VI - Aos alunos considerados reprovados após a realização dos exames finais, é possibilitada a realização de exames de segunda época em até 2 (duas) disciplinas, desde que conste no PPP da escola e esteja em consonância com a proposta pedagógica da SEMED;

VII - O aluno que não atingir média 5,0 (cinco) considerando os resultados do exame final e dos exames de segunda época será reprovado. Exceto quando matriculado no primeiro ano do Ensino Fundamental;

VIII - Para efeitos de aprovação em exames supletivos e outras formas de organização escolar no Ensino Fundamental, podem ser adotados outros regimes de atribuição de notas, desde que contemple a aprovação do educando com nota mínima 5,0 (cinco);

IX - O registro das notas, no Boletim ou equivalente, bem como no Histórico Escolar, deverá especificar a média dos bimestres, a média semestral, a pontuação obtida em exames finais e exames de segunda época, quando for o caso, bem como a frequência e carga horária semestral por disciplina, juntamente com a observação quanto à situação de aprovado ou reprovado.

Art. 20 - Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de anos/séries anuais, diplomas e certificados de conclusão de curso.

**Da Recuperação Paralela**

Art. 21 - Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos (conteúdos e notas), novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, sempre que verificado o rendimento insuficiente (inferior a 70%) durante os bimestres, antes do registro final das notas.

Art. 22 - Para atribuição de nota resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, deverá ser utilizado o mesmo conteúdo e peso avaliativo que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o maior resultado obtido.

Art. 23 - A recuperação paralela de notas e conteúdos deverá ser planejada pelos docentes, constar no plano de trabalho anual dos professores e ser aprovada pela equipe gestora da unidade escolar.

Art. 24 - A recuperação paralela de conteúdo deverá ser desenvolvida em horário de aula e sua realização registrada no diário de classe, juntamente com as atividades regulares, bem como, a frequência dos alunos.

Art. 25 - Cabe ao professor realizar diagnóstico inicial para detectar as dificuldades que impossibilitam o aluno de aprender, para dessa forma, rever a abordagem do conteúdo por meio de metodologias significativas e diversificadas.

Art. 26 - Os critérios para o trabalho de recuperação paralela, nas unidades de ensino fundamental, deverão estar contidos no Regimento Escolar, ter definidas as ações no PPP e serem operacionalizadas pelo professor, sob a coordenação dos diretores das Unidades Escolares.

Art. 27 - Casos de Progressão, Aceleração de Estudos, Avanço de Série/Ano, necessidade de Classificação e Reclassificação, dinâmica do Conselho de Classe, regulamentação dos Exames Finais, Revisão de Resultados, bem como Recursos e sua Tramitação, remete-se a consulta à RESOLUÇÃO Nº 003/2012 - Sistema Municipal de Educação.

**CAPÍTULO IV****Das Disposições Finais**

Art. 28 - Cabe a Secretaria Municipal de Educação - SEMED solicitar o credenciamento e autorização das unidades escolares que possuirão atendimento a EJA (núcleo, polo ou programa).

Parágrafo único - A SEMED terá prazo de 120 (cento e vinte) dias para organizar o credenciamento das instituições que atenderão a EJA, apresentando o PPP e as diretrizes para a estrutura e o funcionamento dos núcleos, polos e programas de educação de jovens e adultos.

Art. 29. Os cursos de EJA, que estão em funcionamento deverão adequar a sua proposta pedagógica às normas estabelecidas nesta resolução, para que possam funcionar no ano letivo seguinte à publicação desta Deliberação.

§ 1º. As instituições de ensino que não cumprirem o prazo estabelecido no caput deste artigo não poderão matricular novos alunos para a composição de novas turmas.

§ 2º. O descumprimento do disposto neste artigo implicará a suspensão das atividades da instituição pelo CME;

Art. 30 - A autorização e o reconhecimento do curso de EJA, bem como o credenciamento das instituições que ofertam educação para jovens e adultos terão prazos limitados de até 4 (quatro)

anos, sendo renovados periodicamente, por igual tempo, após processo regular de avaliação desencadeado pelo órgão normatizador do sistema.

Art. 31 - As instituições autorizadas a oferecer cursos de EJA na rede municipal, serão incluídas em cadastro específico no sítio do Conselho Municipal de Educação, na rede mundial de computadores, incluindo nomes, endereços e dados de cada ato autorizativo.

Art. 32 - Em razão do acompanhamento das matrículas na EJA, articulado aos princípios de acesso e terminalidade, a Secretaria de Educação deverá informar anualmente ao Conselho Municipal de Educação sempre no mês de fevereiro, nos próximos 5 (cinco) anos, o número de alunos ingressantes, distribuição das matrículas em cada nível, índices de evasão e a relação anual de concluintes, com a respectiva data de nascimento.

Art. 33 - As instituições de educação que atendam jovens e adultos e, integrantes do Sistema Municipal de Ensino deverão adaptar seu Regimento e Projeto Político-Pedagógico a estas diretrizes, com vigência a partir da aprovação.

Art. 34 - Casos omissos a resolução deverão ser encaminhados diretamente ao Conselho Municipal de Educação para sua manifestação.

Art. 35 - Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 36 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Presidente: Sandra Simone Höpner Pioresan  
Vice-Presidente: Cleonice Bison  
Secretária: Alessandra Carine Portolan  
Conselheira: Augusta R. Spudeit  
Conselheira: Dilce Lurdes Gehlen  
Conselheira: Noeli Woloszyn Brum de Oliveira  
Conselheira: Flávia Rosane Camillo Tibolla  
Conselheira: Clarice Fabonatto  
Conselheiro: Marcelo Soares de Campos

Concórdia - SC, 30 de novembro de 2012.

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 4/2013 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de controle de resíduos e manutenção das instalações administrativas do Aterro Sanitário Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/01/2013.  
Abertura: dia 29/01/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 14 de janeiro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **Edital de Tomada de Preços Nº 1/2013 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da Rua Leonel Mosele, localizada neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 04/02/2013, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 01/02/2013, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 04/02/2013, às 16h00min.

Abertura: dia 05/02/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 15 de janeiro de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **Comunicação Deferimento de Recurso Pregão Presencial Nº 116/2012 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2012 - PMC

Objeto: Aquisição de colhedoras de forragens novas, conforme especificações constantes no edital.

#### **COMUNICAÇÃO DEFERIMENTO DE RECURSO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações e Lei 10.520/06, a Pregoeira torna público que na data de 14/01/2013 foi DEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA., sendo desclassificada a proposta da empresa COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA. De consequência, fica a licitante GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA., convocada para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Concórdia, no próximo dia 16/01/2013 às 10:30 horas para nova sessão de negociação de preços referente ao processo licitatório em referencia. Os autos ficam a disposição das licitantes participantes que tiverem interesse para consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto a diretoria de compras.

Concórdia, SC, 14 de janeiro de 2013.  
JACIELE TOCHETTO  
Pregoeira



**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 2.541**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.541, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Nomeia ROBERTO KURTZ PEREIRA - Assessor Jurídico.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com as Resoluções nºs 267, de 14.12.2004, 297, de 6.02.2007 e 364, de 13.12.2012,

**R E S O L V E:**

NOMEAR o senhor ROBERTO KURTZ PEREIRA, para exercer o cargo de Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-2, a partir do dia 11 de janeiro de 2013.

Concórdia, 11 de janeiro de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

MAURO MENDES

Vice-Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 2.542**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.542, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Nomeia MARCIANO CORADI - Assessor da Presidência.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com as Resoluções nºs 267, de 14.12.2004, 297, de 6.02.2007 e 364, de 13.12.2012,

**R E S O L V E:**

NOMEAR o senhor MARCIANO CORADI, para exercer o cargo de Assessor da Presidência, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-2, a partir do dia 11 de janeiro de 2013.

Concórdia, 11 de janeiro de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

MAURO MENDES

Vice-Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 2.543**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.543, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Nomeia LIDIANE MARIA ONETTA VIEIRA - Assessor de Comunicação.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com as Resoluções nºs 267, de 14.12.2004, 297, de 6.02.2007 e 364, de 13.12.2012,

**R E S O L V E:**

NOMEAR a senhora LIDIANE MARIA ONETTA VIEIRA, para exercer o cargo de Assessor de Comunicação, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-2, a partir do dia 11 de janeiro de 2013.

Concórdia, 11 de janeiro de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

MAURO MENDES

Vice-Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 2.544**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.544, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Nomeia NEURI COMIN - Secretário Administrativo; dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com as Resoluções nºs 267, de 14.12.2004, 297, de 6.02.2007 e 364, de 13.12.2012,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Nomear o senhor NEURI COMIN, para exercer o cargo de Secretário Administrativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do Cargo, nível CC-1, a partir de 11 de janeiro de 2013.

Art. 2º Designar o servidor Neuri Comin para responder pela tesouraria e movimentar as contas bancárias da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, juntamente com o Presidente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 11 de janeiro de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

MAURO MENDES

Vice-Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 2.545**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.545, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Nomeia DOUGLAS FICANHA - Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com as Resoluções nºs 187, de 20.09.2001, 267, de 14.12.2004, 297, de 6.02.2007 e 364, de 13.12.2012,

**R E S O L V E:**

NOMEAR o senhor DOUGLAS FICANHA, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 11 de janeiro de 2013.

Concórdia, 11 de janeiro de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente



MAURO MENDES  
Vice-Presidente

ARLAN GULIANI  
1º Secretário

#### Portaria Nº 4

PORTARIA Nº 4, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

Autoriza a servidora ELENICE ZITTA entrar em gozo das férias.  
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### R E S O L V E:

Autorizar a servidora ELENICE ZITTA - Agente Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 14 a 27 de janeiro de 2013, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2013.

Concórdia, 11 de janeiro de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Presidente

Corupá

PREFEITURA

#### Extrato do Contrato 031/2008 - Oitavo Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO 031/2008  
OITAVO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 041/2008  
Modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2008

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-09, com espaço municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443, Município de Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64, estabelecida na Rua: Ottokar Doerfel, 899, bairro Atiradores município de Joinville/SC

Objeto: Prestação de Serviços de Engenharia Sanitária, para execução de coleta, transportes, e destinação final dos resíduos resultantes das atividades inerentes a saúde pública do Município de Corupá.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2013 até o dia 31 de Dezembro de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 035/2011 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO 035/2011  
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 003/2011  
Modalidade Concorrência Pública 001/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-09, com espaço municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443, Município de Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64, estabelecida na Rua: Ottokar Doerfel, 899, bairro Atiradores município de Joinville/SC

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de operação e manutenção do sistema de abastecimento de água do município de Corupá, compreendendo os serviços descritos na cláusula segunda deste, atendendo as necessidades emergenciais e inadiáveis de interesse público.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2013 até o dia 31 de Dezembro de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 054/2009 - Quarto Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO 054/2009  
QUARTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 055/2009  
Modalidade Tomada de Preço nº 001/2009

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-09, com espaço municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443, Município de Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64, estabelecida na Rua: Ottokar Doerfel, 899, bairro Atiradores município de Joinville/SC

Objeto: Contratação de serviços de Engenharia Sanitária, compreendendo a coleta, transporte, transborda, tratamento e destinação final em aterro sanitário, licenciado dos resíduos sólidos compactáveis (lixo úmido) de origem domiciliar, pública e comercial, gerados dentro dos limites do perímetro urbano de Corupá - SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2013 até o dia 31 de Dezembro de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 054/2012 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO 054/2012  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 029/2012  
Modalidade Dispensa de Licitação 021/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: METAQUÍMICA LABORATÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.697/0001-50, Inscrição Estadual Isento, situada a Rua Argentina, 33 - Bairro Centro, CEP 89251-260, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de Laboratório para Análise de água dos poços de monitoramento e da lagoa de decantação do aterro controlado de Corupá - SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2013 até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 28/02/2013

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 055/2012 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO 055/2012  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 033/2012  
Modalidade Carta Convite nº 006/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BSA BUREAU DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.157.369/0001-99 e inscrição Estadual nº 20070585989, estabelecida na Rua Dr. João Colin, 1285, Sala 03, município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária para prestação de serviços de assessoria técnica.

**CLÁUSULA 1ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Conforme disposto na Cláusula Sexta do Contrato firmado, o Município de Corupá-SC passa para a Autarquia Águas de Corupá, inscrita no CNPJ sob o nº 14.797.046/0001-98 as despesas orçamentárias tendo como a seguinte dotação:  
16.01.1008.3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Data da Assinatura: 20/04/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 055/2012 - Segundo Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO 055/2012  
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 033/2012  
Modalidade Carta Convite nº 006/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BSA BUREAU DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.157.369/0001-99 e inscrição Estadual nº 20070585989, estabelecida na Rua Dr. João Colin, 1285, Sala 03, município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária para prestação de serviços de assessoria técnica.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2013 até o dia 31 de Dezembro de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

**Erval Velho**

**PREFEITURA**

**Extrato de Edital de Pregão 004/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 008/2013  
Edital de Pregão Presencial nº 004/2013

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.  
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 28/01/2013.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR  
Prefeito Municipal.

# Forquilha

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.825, de 12 de Janeiro de 2013

LEI Nº 1.825, DE 12 DE JANEIRO DE 2013.

INSTITUI A "MEDALHA ZILDA ARNS NEUMANN" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criada a "Medalha Zilda Arns Neumann" que será concedida pelo Chefe do Poder Executivo municipal com o objetivo de homenagear pessoas e instituições que se destacarem em trabalhos, ações e projetos sociais relevantes voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e idosos, desenvolvidos sob os princípios da solidariedade, do amor ao próximo e em defesa da vida em todas as etapas.

Parágrafo único. A Medalha poderá ser concedida postumamente e a entrega será feita ao cônjuge ou descendente da pessoa homenageada ou ao representante da instituição a ser agraciada.

Art. 2º A Medalha será entregue anualmente, em data previamente fixada pelo Chefe do Poder Executivo municipal, em solenidade pública.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a entrega poderá ser feita em qualquer outra data, previamente fixada pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

Art. 3º As características da Medalha serão definidas por decreto do Chefe do Poder Executivo municipal.

Parágrafo único. Acompanha a Medalha o Diploma, cujas características serão definidas juntamente com o decreto que definir as características da Medalha.

Art. 4º Os atos de concessão da Medalha serão administrados por um Conselho composto pelos seguintes membros:

I - o Prefeito Municipal, seu presidente;

II - o Vice-Prefeito do Município;

III - o Secretário de Cultura, Esporte e Turismo;

IV - o Secretário de Ação Social;

V - o Secretário de Governo, seu secretário.

VI - Um representante da pastoral da criança

§ 1º O Conselho se reunirá mediante convocação do seu presidente.

§ 2º As sessões do Conselho e a preparação da solenidade de outorga da Medalha serão secretariadas pelo Secretário de Governo.

Art. 5º A outorga da Medalha será feita por ato do Chefe do Poder Executivo municipal, por meio de proposição ao Conselho, contendo os dados completos da pessoa ou da instituição a ser agraciada, com a indicação dos trabalhos, ações e projetos sociais prestados.

Parágrafo único. Aprovada pelo Conselho a indicação do Chefe do Poder Executivo municipal, lavrado e publicado o ato de concessão da Medalha, o secretário do Conselho providenciará o que for necessário à sua entrega.

Art. 6º Os membros do Conselho não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º A Secretaria de Governo manterá livro de registro, rubricado

pelo presidente do Conselho, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os agraciados e seus dados biográficos e institucionais.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do item orçamentário próprio do Orçamento vigente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 12 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### Lei Nº 1.826, de 14 de Janeiro de 2013

LEI Nº 1.826, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO À COONAFOR - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Forquilha - SC autorizado a firmar Convênio com a COONAFOR - Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha, com sede à Rodovia Antônio Valmor Canella, Km 9, Sanga do Café, Forquilha, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº. 12.046.131/0001-99, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais.

Art. 2º O Poder Executivo do Município de Forquilha, para consecução dos objetivos do convênio disposto no art. 1º desta lei, fica autorizado:

I - Outorgar concessão de direito real de uso de imóvel público para sediar a Cooperativa e arcar com as despesas de sua manutenção;

II - Outorgar concessão de uso gratuito de materiais e equipamentos de escritório para o funcionamento das atividades da Cooperativa;

III - Auxiliar com mão de obra para instalação, manutenção e funcionamento das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Art. 3º Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da execução do Convênio firmado.

Art. 4º O prazo do Convênio será definido pelo Chefe do Poder Executivo, podendo ser prorrogado até o final de seu mandato.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2013.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.827, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.827, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

REGULA A REALIZAÇÃO DOS "PEDÁGIOS BENEFICENTES" DENTRO DO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui regras para realização de todo tipo de arrecadação de valores no perímetro urbano do município de Forquilha em prol de entidades sem fins lucrativos.

Art. 2º Todas as Entidades que quiserem fazer "Pedágio Beneficente" devem seguir os seguintes critérios:

I - devem ser portadoras do Título de Utilidade Pública Municipal;

II - devem promover atividades filantrópicas, esportivas, culturais e educacionais, de caráter geral ou indiscriminado;

III - que estejam em efetivo e contínuo funcionamento nos 02 (dois) anos imediatamente anteriores, com a exata observância dos estatutos.

IV - que estejam registradas em todos os órgãos competentes nas esferas federal, estadual e municipal.

Art. 3º Todos os pedidos de reserva de datas para o "Pedágio Beneficente" devem ser encaminhados para a Secretaria Municipal de Ação Social, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

§ 1º Os pedidos serão avaliados pelo Secretário Municipal de Ação Social, ou por outra pessoa por ele designado, que emitirá parecer autorizativo ou não para a realização do "Pedágio Beneficente".

§ 2º Após análise do parecer, Secretário Municipal de Ação Social emitirá documento autorizando a realização do "Pedágio Beneficente".

§ 3º O encaminhamento dos pedidos de datas deve ser feito preferencialmente com antecedência ao início de cada ano para constar no calendário oficial de eventos do município.

§ 4º Os lugares de realização do "Pedágio Beneficente" serão definidos pela Secretaria Municipal de Ação Social, ouvindo o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Art. 4º O "Pedágio Beneficente" deverá ser realizado com distribuição de adesivos para que, preferencialmente, os motoristas coleem em seus veículos a indicação que já contribuíram com a campanha.

Parágrafo único. A organização do pedágio ficará por conta da entidade promotora e deverá ser amplamente divulgada na mídia e a apresentação de folders e cartazes no local, sob pena de não autorização.

Art. 5º As entidades beneficiadas prestarão contas ao Poder Executivo por meio da Secretaria Municipal de Ação Social, acerca dos valores arrecadados, através de um relatório de aplicação, em no máximo 60 (sessenta) dias após realização do "Pedágio Beneficente".

Parágrafo único. A não apresentação desse relatório impedirá que a entidade realize o "pedágio beneficente" no trimestre subsequente.

Art. 6º Todas as Entidades que deixarem de cumprir a presente lei, não estarão autorizadas a realizar "Pedágios Beneficentes" ou arrecadações de valores de qualquer natureza nas vias públicas do município, sob pena de retirada imediata da via pública e suspensão da entidade de requerer autorização para realizar "pedágio beneficente".

Art. 7º As Entidades que descumprirem a ordem de retirada imediata da via pública ou reincidirem na realização de "Pedágios Beneficentes" sem a devida autorização ficarão sujeitas a pena de

multa pecuniária no valor de 500 UFM - Unidade Fiscal Municipal. § 1º A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

§ 2º Quando da imposição da multa será notificado o infrator, cabendo-lhe recurso, a ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da notificação.

I - Caso o infrator não interponha recurso, deverá pagar a multa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação;

II - O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa e cobrança judicial.

§ 3º A pena de multa será dobrada para cada reincidência.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.828, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.828, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.528, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE AUTORIZAVA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS MEZARI LTDA ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 1.528, de 24 de fevereiro de 2010, que autorizava o Chefe do Poder Executivo Municipal a doar área de terra à empresa Indústria de Esquadrias Mezari Ltda Me.

Art. 2º Fica revertida ao Município de Forquilha a área de terra doada à empresa Indústria de Esquadrias Mezari Ltda Me, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 5.904, em virtude da desistência da donatária.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças



**Lei Nº 1.829, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.829, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À GIOVANI BUZANELO MEZARI - ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar à empresa GIOVANI BUZANELO MEZARI - ME, inscrita no CNPJ sob o número 14.420.401/0001-05, um terreno urbano, situado neste município à Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski, correspondente ao lote nº 05 da quadra C do Loteamento Núcleo Industrial VI, com área total de 5.082,04m<sup>2</sup> (cinco mil oitenta e dois metros e quatro centímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 5.904, com as seguintes confrontações: ao NORTE, 65,54 metros com Afonso Back; ao SUL, 65,54 metros a Rod. Municipal Maximiliano Gaidzinski; ao LESTE, 77,42 metros com o lote nº 06 e ao OESTE, 77,66 metros com o lote nº 04.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo atividade econômica principal é fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras

finalidades que não a prevista nesta LEI.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a restituição ou indenização pelos investidos realizados.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.830, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.830, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À C.M.C METALÚRGICA CRICIÚMENSE LTDA-ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar à empresa C.M.C METALÚRGICA CRICIÚMENSE LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o número 09.511.475/0001-17, um terreno urbano, situado neste município à Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski, correspondente ao lote nº 01 da quadra B do Loteamento Núcleo Industrial VI, com área total de 2.780,30m<sup>2</sup> (dois mil setecentos e oitenta metros e trinta centímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 5.899, com as seguintes confrontações: ao NORTE, 35,93 metros com a Rod. Municipal Maximiliano Gaidzinski; ao SUL, 36,50 metros com Nilton Warmling; ao LESTE, 76,77 metros com a Hen-ce do Brasil Ltda e ao OESTE, 77,66 metros com a Avenida 141.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo atividade econômica principal é metalurgia de metais não-ferrosos e suas ligas, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará



e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a restituição ou indenização pelos investimentos realizados.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.831, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.831, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À MICROMIL-MICRONIZACAO E MOAGEM LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a desafetar e doar à empresa MICROMIL-MICRONIZACAO E MOAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 04.313.814/0001-37, um terreno urbano, situado no bairro Santa Libera, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado no lado ímpar da Rua 386, esquina com a rua 387, corresponde ao lote 01-C, do loteamento Núcleo Industrial VIII, com área de 22.628,80m<sup>2</sup> (vinte e dois mil e seiscentos e vinte e oito metros e oitenta centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações:- norte: 292,77m com terras de Ademir Magagnin e Altair Magagnin; - sul: 124,97m com a Área verde 02; 75,84m com lote 01-A e 88,18m com lote 02; - leste: 55,11m com Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI e 40,00m com Área verde 02; - oeste: 95,53m com a rua 387.

Parágrafo único. O imóvel ora doado se destina à implantação de parque fabril da Empresa, cujo atividade econômica principal é o beneficiamento de matérias primas para a indústria cerâmica, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades

da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal da Indústria e Comércio;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal da Indústria e Comércio. Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta LEI.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a restituição ou indenização pelos investimentos realizados.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º São concedidos os estímulos fiscais de que trata o artigo 2º e seus incisos da Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.573, de 23 de agosto de 2010.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.832, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.832, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra com 100.000,72m² (cem mil metros e setenta e dois centímetros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº. 27.761, de propriedade de Diretoria Rogacionista do Brasil, com as seguintes confrontações: Norte - 689,66 metros com Loteamento Califórnia; Sul - 689,66 metros com Área Remanescente; Leste - 145,00 metros com

Rodovia Josephina Lodetti Vassoler; Oeste - 145,00 metros com Área Remanescente.

Art. 2º Pela aquisição do imóvel descrito no artigo 1º desta lei será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.832, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

### **Lei Nº 1.833, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.833, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por doação os seguintes imóveis:

I - uma área de terra com 2.659,50m² (dois mil seiscentos e cinquenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 2.144, de propriedade de Terezinha Steiner de Souza, com as seguintes confrontações: Norte - 154,35 metros com Terezinha Steiner de Souza; Sul - 3,50 metros com Rua Josef Eyng e 151,35 metros com Terezinha Steiner de Souza; Leste - 68,00 metros com Helmut Dal Toé; Oeste - 16,00 metros com sequência da Rua Josef Eyng e 52,00 metros com Terezinha Steiner de Souza.

II - uma área de terra com 850,00m² (oitocentos e cinquenta quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 2.225, de propriedade de Helmut Dal Toé, com as seguintes confrontações: Norte - 12,50 metros com Helmut Dal Toé; Sul - 12,50 metros com Rua Josef Eyng; Leste - 54,00 metros com Lote (01) e 14,00 metros com Helmut Dal Toé; Oeste - 68,00 metros com Terezinha Steiner de Souza.

Art. 2º Pela aquisição dos imóveis descritos no artigo 1º desta lei será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.833, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

### **Lei Nº 1.834, de 14 de Janeiro de 2013**

LEI Nº 1.834, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

ALTERA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Aos servidores ocupantes do cargo de professor com os vencimentos, proventos e pensões previstos nos Anexos IX e X da Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002, é concedido o reajuste de 7,02% (sete virgula zero dois por cento) a incidir a partir de 1º de fevereiro de 2013 sobre os vencimentos, proventos e pensões previstos nos Anexos IX e X da Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002, referente à revisão geral anual e aumento real.

Art. 2º Fica alterada, a partir do dia 1º de janeiro de 2013, a Tabela Salarial do Grupo IV - Atividades Agente Comunitário De Saúde, código ACS, da Lei nº. 751, de 20 de setembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **"TABELA SALARIAL**

GRUPO IV - ATIVIDADES AGENTE COMUNITÁRIO  
DE SAÚDE  
CÓDIGO - ACS

Nível de Referência	Salário Mensal em R\$	Carga Horária
ACS - 1	678,00	
ACS - 2	745,80	
ACS - 3	820,38	
ACS - 4	902,41	40 horas semanais"

Art. 3º Fica altera, a partir do dia 1º de fevereiro de 2013, a Amplitude de Referência das categorias funcionais do anexo VII da Lei nº. 751, de 20 de setembro de 2001, abaixo discriminadas:

I - A categoria funcional de Agente de Serviços Gerais passa para a Amplitude de Referência TSA - 6 a 10.

II - A categoria funcional de Vigia, passa para a Amplitude de Referência TSA - 6 a 10.

Art. 4º É criado o cargo comissionado de Assessor de Gabinete, vinculado a Secretaria de Governo, com atribuição de prestar assessoramento, a assistência imediata ao Prefeito, auxiliando-o no exame e trato dos assuntos políticos e administrativos e, especificamente: o encaminhamento de projetos, processos e outros documentos para apreciação do Prefeito; a recepção, triagem e encaminhamento de pessoas ao Prefeito; o auxílio ao Prefeito, em suas relações com as autoridades e o público em geral; a prestação de esclarecimentos ao público, sobre problemas do município; a prestação de informações sobre programas e realizações da Prefeitura; o encaminhamento das matérias de interesse da Municipalidade; e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-3, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08

de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 5º É criado o cargo comissionado de Gerente de Contabilidade e Controle Interno, vinculado a Secretaria de Administração e Finanças, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Contabilidade e Controle Interno do Município de Forquilha e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-8, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 6º É criado o cargo comissionado de Chefe da Seção de Análise de Sistemas, vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Seção de Análise de Sistemas e a execução de outras atividades correlatas como a manutenção de hardwares e softwares, com nível de vencimento DAS-4, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 7º É criado o cargo comissionado de Gerente de Trabalho e Emprego, vinculado a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das políticas públicas de trabalho e emprego do Município de Forquilha e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-2, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 8º É criado o cargo comissionado de Gerente Adjunto de Saúde, vinculado a Secretaria de Saúde, com atribuição de assessorar o Secretário Municipal de Saúde, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços das políticas públicas de saúde do Município de Forquilha, substituir o titular da Secretaria Municipal de Saúde nos seus afastamentos e impedimentos, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-10, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 9º É criado o cargo comissionado de Coordenador Pronto Atendimento Municipal, vinculado a Secretaria de Saúde, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Pronto Atendimento Municipal, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-2, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 10. É criado o cargo comissionado de Administrador da Casa do Agricultor, vinculada a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Casa do Agricultor, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-4, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 11. É criado o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Coleta de Lixo, vinculado a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de coleta de lixo do Município de Forquilha, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-3, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 12. É criado o cargo comissionado de Procurador Adjunto do Município de Forquilha, vinculado a Procuradoria Geral do Município, com atribuição de assessorar o Procurador Geral do Município, chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Procuradoria Geral, substituir o Procurador Geral do Município nos seus afastamentos e impedimentos, representar o Município



de Forquilha judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-8, do Anexo IV da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 13. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRNDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 011, de 02 de Janeiro de 2013**

DECRETO Nº. 011, DE 02 DE JANEIRO DE 2013.

DELEGA COMPETÊNCIA DE REALIZAR MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS, BEM COMO AUTORIZAR AS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica delegado ao servidor ADEMIR BRANDIELI PEDRO, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, a competência de realizar a movimentação das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Forquilha e dos Fundos Municipais, inclusive do Fundo Municipal de Saúde e da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, bem como assinar cheques e demais documentos bancários em conjunto com Prefeito Municipal ou outro servidor por este designado.

Art. 2º Fica delegado aos servidores ADEMIR BRANDIELI PEDRO, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, e LUIZ ROGERIO MEZZARI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Finanças, a competência para autorizar as transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha e dos Fundos Municipais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de janeiro de 2013.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **Aviso de Licitação**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 06/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do

ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 31 de janeiro de 2013 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 15 de janeiro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### **Aviso de Licitação**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 03/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS I), durante o primeiro semestre de 2013, por meio da secretaria de saúde do município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de janeiro de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 15 de janeiro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

### **Dispensa de Licitação Nº. 07/PMF/2013**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 07/PMF/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro trimestre do exercício de 2013 no município de Forquilha/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009. Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 30/01/2013 às 11:30 horas.

Edital completo com especificações e quantitativos dos itens e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 15 de janeiro de 2013.

KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI

Presidente da Comissão de Licitação

**Extrato de Contrato Fma Nº. 001/2013**

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 001/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - AUTO POSTO NOVA ENERGIA LTDA

OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR - R\$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (09), (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 11//2012

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2013.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Extrato de Contrato FMS Nº. 001/2013**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 001/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - AUTO POSTO NOVA ENERGIA LTDA

OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR - R\$ 113.200,00 (cento e treze mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (19), 1701.2051.3390 (28), 1701.2056.3390 (62), 1701.2057.3390 (64).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 25/FMS/2012

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2013.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Extrato de Contrato PMF Nº 01/2013**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº 01/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - AUTO POSTO NOVA ENERGIA LTDA

OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha.

VALOR - R\$ 303.050,00 (trezentos e três mil e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - EDUCAÇÃO: 0501.2015.3390 (69), (71)  
FROTA: 0703.2034.3390 (111)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 121/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2013.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Extrato de Contrato PMF Nº. 06/2013**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 06/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

DO OBJETO - aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA de forma parcelada, de tubos de concreto de vários diâmetros e ter as resistências mínimas especificadas em NBR 8890/2003, para uso em diversas obras no Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 713.500,00 (setecentos e treze mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1701.1031.4490 (99), 1701.1033.4490 (102).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 125/PMF/2012.

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2013.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Extrato do Contrato Fma Nº. 03/2013**

EXTRATO DO CONTRATO FMA Nº. 03/2013

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRADADO - KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

OBJETO - Aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA de forma parcelada, de tubos de concreto de vários diâmetros e ter as resistências mínimas especificadas em NBR 8890/2003, para uso junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Forquilha-SC.

VALOR - R\$ 52.510,00 (cinquenta e dois mil quinhentos e dez reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2013

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Nº. 8.666/93 e 10520/02, Pregão Presencial Nº. 12/2012.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1803.4490.3099 (17), (21).

DATA DA ASSINATURA - 02 de janeiro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 12/2012**EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 12/2012  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 46/2012LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
LOCADOR - MOVEIS CORREA BACK LTDA

DO OBJETO - locação de imóvel com área total de 195 m² sito à Rua do Cinqüentenário, 265, Centro, Município de Forquilha, para instalação do setor de Vigilância Epidemiológica, através do Fundo Municipal de Saúde durante o primeiro semestre de 2013.; DO PRAZO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 46/FMS/2012 de 31/12/2012 para 30/06/2013.

DO VALOR : O valor mensal permanece inalterado em R\$ 600,00 (seiscentos reais ), totalizando R\$ 3.600,00 ( tres mil e seiscentos reais) para o ano de 2013

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18/12/2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 110/2012**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 110/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 99/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANCS ARTEDANIO INFORMÁTICA LTDA ME

DO OBJETO - Aquisição de material de consumo e gêneros alimentícios para instituição de Prestação de Serviços Socioassistenciais de Habilitação e Reabilitação de Pessoa com Deficiência do município de Forquilha/SC, por meio do convênio nº. 66/SNAS/MDS/2008, processo nº. 17001.137943/2008-91, firmado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nos termos do edital.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 98/PMF/2012 de 31/12/2012 para 31/03/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 19 de dezembro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 112/2012**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 112/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 190/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA - GD INFORMÁTICA LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços de locação, instalação e manutenção de sistemas de Gestão Municipal de Ação Social, para atendimento a Secretaria Municipal de Ação Social de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 190/PMF/2011 de 31/12/2012 para 30/06/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 21 de dezembro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 0016/2013**

DECRETO Nº 0016, 14 DE JANEIRO DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0001, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0001, de 08 de janeiro de 2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados para realização da prova prática, nos termos do Edital n. 0001/2013, nos seguintes dias, locais e horários:

I - CÓDIGO 1 - OPERADOR DE MÁQUINAS :

Data: 15 de janeiro (Terça-Feira).

Horário: 9:00

Local: Estação de Tratamento de Água da Sanefrai - Rua Juscelino Kubitschek, n. 170, Santo Antonio, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 14 DE JANEIRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOILLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0248/2013**

PORTARIA Nº 0248, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.

DESIGNA REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTE PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as pessoas abaixo nominadas, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos das Secretarias abaixo:

I - Representantes da Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças e Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

- Titular: Taise Marta Pazin

- Suplente: Giovana Oliva de Carli



**II - Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:**

- Titular: Robertson Muniz Parize
- Suplente: Meri Keiti Gomes de Campos

**III - Representantes da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente:**

- Titular: Ricardo Schirmer
- Suplente: Eliana Kicholla Polese

**IV - Representantes da Secretaria de Ação Social:**

- Titular: Neusa Michelon Trombetta
- Suplente: Dulcinei Rudeck Bilibio

**V - Representantes do Fundo Municipal de Saúde - FMS:**

- Titular: Hisana Gomes Frozza
- Suplente: Salimara Clair Molim

**VI - Representantes da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME:**

- Titular: Antonio Marcos de Almeida
- Suplente: Anderson Weber

**VII - Representantes da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI:**

- Titular: Claudia Inês Masiero Cardoso
- Suplente: Gislaina Fabichak Ribeiro

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos de sua Pasta, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0249/2013**

PORTARIA N.º 0249, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.  
Nomeia Servidor Público Municipal.

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear OZIEL DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 004.868.129-60, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0250/2013**

PORTARIA N.º 0250, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.  
Nomeia Servidor Público Municipal.

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUIZ SIDNEI CAETANO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 516.287.329-20, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0251/2013**

PORTARIA N.º 0251, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 10 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARITANI MARIZA MARGREITER KÄFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 800.372.249-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0252/2013**

PORTARIA N.º 0252, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SALETE PARIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 758.000.479-87, na função de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0253/2013**

PORTARIA N.º 0253, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LICEIA RINALDI RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.431.399-04, na função de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0254/2013**

PORTARIA N.º 0254, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LIDIANI APARECIDA FANTIN DE MATIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.305.339-71, na função de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0255/2013**

PORTARIA N.º 0255, DE 15 DE JANEIRO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JADETE DALLAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 642.439.829-53, na função de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Aviso de Pregão Presencial Nº 0006/2013-PMF Rp 0005**

Aviso do Pregão Presencial nº 0006/2013 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2013 - PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene, de limpeza, de copa e cozinha e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a maio de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 04/02/2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 14 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Pregão Presencial Nº 0007/2013-PMF Rp 0006**

Aviso do Pregão Presencial nº 0007/2013 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2013 - PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de óleo diesel B S10, comum, para abastecimento de veículos da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (FMS) durante os meses de janeiro a dezembro de 2013. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a

dezembro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia 28/01/2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 14 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

### **Termo de Exclusão do Simples Nacional**

Edital de Notificação

Aviso de Publicação de Notificação de Exclusão do Simples Nacional

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NOTIFICA AS EMPRESAS ABAIXO RELACIONADAS DA SUA EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, SENDO QUE TERÃO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO OU REGULARIZAR DÉBITOS/PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS PARA COM O MUNICÍPIO (Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 17, inciso V; art. 30, inciso II). Resolução CGSN nº 94 de 29.11.2011, art. 73, inciso II "d"; Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 17, inciso XVI; art. 30, inciso II). Resolução CGSN nº 94 de 29.11.2011, art. 73, inciso II "c"), A SABER: MARIA LUCIANA ANTUNES - ME-CNPJ:01.290.498/0001-37; GIOVANI CIESCA - ME-CNPJ:07.639.587/0001-22.

**Garopaba**

**PREFEITURA**

### **Decreto N.º 006/2013.**

DECRETO N.º 006, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 78.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	78.000,00
10301251.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Unidades de Saúde	78.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	38.000,00
4.4.90.0.2.23.001015 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de janeiro de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/01/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

### **Decreto N.º 007/2013.**

DECRETO N.º 007, DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 171.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.670 de 03/12/2012 (orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	171.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Reforma de Escola Ensino Fundamental	171.000,00
4.4.90.0.3.15.000049 - Aplicações Diretas	171.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de janeiro de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/01/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

### **Aviso de Licitação Pr006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2013

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de Preços para Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos tratores e implementos agrícolas alocados na Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba, com fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 28/01/2013.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 28/01/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 14 de janeiro de 2013.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

### Extrato 1º Termo Aditivo Contrato Nº 46/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 46/2012; Processo nº. 113/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba ; Contratada: Castelo Engenharia Ltda.; CNPJ: 07.185.611/0001-09; Objeto: Prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato nº 46/2012 por 6 (Seis) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 28/12/2012.

### Extrato 3º Termo Aditivo Credenciamento Nº 17/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 17/2011; Processo nº. 238/2011; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba ; Contratada: Clínica de Diagnósticos Imbituba S/S Ltda.; CNPJ: 82.113.028/000-08; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 17/2011 por 12 meses, a partir de 01/01/2013; Data da Assinatura: 28/12/2012.

### Editais de Convocação N.º 001/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2013

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, ao Senhor Eduardo José de Souza, que foi devolvida pelos correios porque o candidato havia se mudado do endereço informado no momento da inscrição,

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, ao Senhor Deyvid de Souza Medeiros, com o retorno do aviso de recebimento sem a apresentação do candidato no prazo legal ,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA o candidato abaixo relacionado aprovado no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo impreterível de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do presente Edital:

a) EDUARDO JOSÉ DE SOUZA  
Candidato(a): 000676  
Cargo: PSICOLOGO  
Classificação: 0007

b) DEYVID DE SOUZA MEDEIROS  
Candidato(a): 002523  
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL (20 H)  
Classificação: 0004

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 14 de Janeiro de 2013  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 16/01/2013

### Processo Seletivo 23/2012 - Horário das Entrevistas.

Processo seletivo 23/2012

Horário das entrevistas.

Recepcionista	23/01/2013	17:00hs
Motorista	22/01/2013	17:00hs
Educador físico NASF	22/01/2013	09:00hs
Vigilante	22/01/2013	09:00hs
Auxiliar de Serviços Gerais	18/01/2013	17:00hs
Odontólogo ESF	17/01/2013	17:00hs
Agente Comunitário de saúde	21/01/2013	17:00hs
Fiscal de vigilância sanitária	17/01/2013	09:00hs
Monitor de oficina terapêutica CAPS	22/01/2013	09:00hs

As entrevistas serão realizadas na Secretaria Municipal de Saúde

**Garuva**

**PREFEITURA**

### Decreto Nº 165/2012

DECRETO Nº. 165 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Carla de Conto Schieck, do cargo comissionado de Diretora de Saneamento Ambiental."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora CARLA DE CONTO SCHIEK, do cargo comissionado de Diretora de Saneamento Ambiental - CC3, subordinada à Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, nomeada através do Decreto Nº 041/2011, de 09 de junho de 2011.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 165/2012

DECRETO Nº. 165 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Carla de Conto Schieck, do cargo comissionado de Diretora de Saneamento Ambiental."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO



DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora CARLA DE CONTO SCHIEK, do cargo comissionado de Diretora de Saneamento Ambiental - CC3, subordinada à Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, nomeada através do Decreto Nº 041/2011, de 09 de junho de 2011.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 166/2012**

DECRETO Nº. 166 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Lisete Soares, do cargo comissionado de Diretor de Desenvolvimento Econômico."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a pedido, a servidora LISETE SOARES, do cargo comissionado de Diretora de Desenvolvimento Econômico - CC3, subordinada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nomeada através do Decreto Nº 011/2010 de 08 de fevereiro de 2010.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 167/2012**

DECRETO Nº. 167 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Silvana Beatriz Salomão, do cargo comissionado de Diretora Administrativa da Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora SILVANA BEATRIZ SALOMÃO, do cargo comissionado de Diretora Administrativa da Educação - CC2, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 019/2010, de 01 de março de 2010.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 168/2012**

DECRETO Nº. 168 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Carin Piske de Souza, do cargo comissionado de Diretora de Desenvolvimento Social e Habitação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora CARIN PISKE DE SOUZA, do cargo comissionado de Diretora de Desenvolvimento Social e Habitação - CC3, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, nomeada através do Decreto Nº 159/2009, de 16 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 169/2012**

DECRETO Nº. 169 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Márcia Maria Ferreira, do cargo comissionado de Diretora de Melhoramento Rurais."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora MÁRCIA MARIA FERREIRA, do cargo comissionado de Diretora de Melhoramento Rurais - CC2, subordinada à Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, nomeada através do Decreto Nº 160/2012, de 21 de novembro de 2012

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 170/2012**

DECRETO Nº. 170 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Marlene Pech Correa, da função de confiança de Diretora de Escola."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora MARLENE PECH CORREA, da função de confiança de Diretora da Escola Municipal Guilherme Rudolf Emílio Paulo Benkendorf, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 014/2011, de 01 de março de 2011.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 171/2012**

DECRETO Nº. 171 de 30 de novembro de 2012

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Marli Grun Parisotto, da



função de confiança de Diretora de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora MARLI GRUN PARISOTTO, da função de confiança de Diretora da Creche Municipal João de Deus, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 004/2010, de 01 de fevereiro de 2010.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 172/2012

DECRETO Nº. 172 de 30 de novembro de 2012

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Rosane Leandro Olivério, da função de confiança de Diretora de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada a servidora ROSANE LEANDRO OLIVÉRIO, da função de confiança de Diretora da Creche Municipal Frei José Bertoldi, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 162/2009, de 16 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

### Extrato da Dispensa Nº 1/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 1/2013

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Contrato: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE (04.310.564/0001-81). Valor total do contrato: R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais) Base legal: artigo 24, inciso XIII da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 20 de Dezembro de 2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito



## Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina  
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



**Edital de Notificação****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1391/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHM9405	55630471D	6920/0	03/12/2012	233
AIW2694	55629986D	6920/0	22/10/2012	233
ALP8408	55631300D	6599/2	07/12/2012	230 * V
ALP8408	55631351D	6408/0	07/12/2012	221
JQA1992	55630469D	6920/0	03/12/2012	233
KKE1477	55630436D	6408/0	08/11/2012	221
LXA2684	55629985D	6920/0	22/10/2012	233
LXC0162	55631259D	6602/0	04/12/2012	230 * VI
LXD2298	55631007D	6920/0	27/11/2012	233
LXW7749	55630464D	6920/0	03/12/2012	233
MAJ7116	55588567D	6599/2	26/11/2012	230 * V
MAY7043	55631058D	6556/1	26/11/2012	230 * I
MBA2546	55630416D	6599/2	30/10/2012	230 * V
MBM5608	55587525D	5010/0	26/11/2012	162 * I
MBM5608	55587526D	6599/2	26/11/2012	230 * V
MBS9394	55631302D	5010/0	06/12/2012	162 * I
MCC0829	55588143D	7340/0	06/11/2012	252 * IV
MCE7067	55588309D	6599/2	27/10/2012	230 * V
MCN2070	55588351D	5010/0	10/11/2012	162 * I
MDF4269	55630457D	6920/0	04/12/2012	233
MDK3047	55630425D	6599/2	05/11/2012	230 * V
MDK3047	55630426D	6556/1	05/11/2012	230 * I
MDW0748	55630773D	6599/2	01/12/2012	230 * V
MDW0748	55630774D	7340/0	01/12/2012	252 * IV
MES8989	55630071D	6920/0	30/11/2012	233
MET2273	55631023D	6920/0	28/11/2012	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGJ2409	55631301D	6637/2	06/12/2012	230 * IX
MJO9941	55630422D	5010/0	03/11/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1392/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BCJ0068	55630193D	6050/1	21/11/2012	208
BNR3442	55630189D	6050/1	20/11/2012	208
DBE2803	55631213D	6050/1	04/12/2012	208
DMF7655	55630192D	6050/1	21/11/2012	208
GTX0851	55630574D	5541/1	09/11/2012	181 * XVII
GYQ7385	55588189D	5967/0	31/10/2012	203 * V
HDJ5764	55630766D	7366/2	29/11/2012	252 * VI
HXX5790	55630903D	6050/1	27/11/2012	208
LXC7755	55631289D	5207/0	06/12/2012	169
LXV7551	55630907D	6050/1	27/11/2012	208
LXX4565	55630572D	5541/6	07/11/2012	181 * XVII
LYN9313	55630762D	7366/2	29/11/2012	252 * VI
LYP9939	55630411D	6050/1	26/10/2012	208
LXR1183	55630865D	6050/1	20/11/2012	208
LYT8651	55630770D	5185/2	01/12/2012	167
LYU8093	55588425D	5185/1	08/11/2012	167
LZF9798	55629990D	5991/0	26/10/2012	206 * I
LZW8704	55631308D	5207/0	06/12/2012	169
MAY7043	55631057D	5746/1	26/11/2012	187 * I
MAZ4029	55588720D	5185/1	06/12/2012	167
MBV0254	55630759D	6050/1	27/11/2012	208
MBY4040	55631277D	7366/2	05/12/2012	252 * VI
MCC0829	55588144D	5185/2	06/11/2012	167
MCF2636	55630792D	5185/1	04/12/2012	167
MCG9940	55631255D	7366/2	03/12/2012	252 * VI
MDD8623	55630911D	5746/1	27/11/2012	187 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO1816	55630668D	5207/0	30/11/2012	169
MDW0392	55631267D	6050/1	04/12/2012	208
MEL6067	55588725D	5185/1	06/12/2012	167
MEO5407	55630530D	6050/1	03/11/2012	208
MEW1037	55631093D	6050/1	30/11/2012	208
MEX3778	55630807D	6050/1	20/11/2012	208
MFB1772	55631017D	7366/2	30/11/2012	252 * VI
MFP1953	55630412D	5207/0	26/10/2012	169
MFY1942	55631032D	5720/0	04/12/2012	186 * I
MGG8283	55630439D	6050/1	13/11/2012	208
MGQ5862	55630904D	6050/1	27/11/2012	208
MGU6717	55631096D	6050/1	30/11/2012	208
MHC0925	55631278D	6050/1	05/12/2012	208
MHE7067	55588722D	5185/1	06/12/2012	167
MHF8925	55630187D	6050/1	19/11/2012	208
MHG1022	55630925D	5720/0	05/12/2012	186 * I
MHN1912	55630757D	6050/1	27/11/2012	208
MHN9992	55588314D	5967/0	12/11/2012	203 * V
MHP2977	55630830D	6050/1	06/12/2012	208
MHX1487	55631201D	6050/1	29/11/2012	208
MHY5509	55630564D	5541/5	06/11/2012	181 * XVII
MIH1960	55630518D	5746/1	01/11/2012	187 * I
MIQ0831	55630453D	6050/1	16/11/2012	208
MIR9397	55630531D	6050/1	18/10/2012	208
MIU1522	55588197D	5738/0	10/11/2012	186 * II
MIV9053	55630728D	6050/1	13/11/2012	208
MIX3414	55631062D	6050/1	27/11/2012	208
MIY0133	55631072D	6050/1	27/11/2012	208
MJB8241	55588521D	7030/2	04/12/2012	244 * I
MJB8241	55588522D	5835/0	04/12/2012	195
MJB8241	55588523D	5215/1	04/12/2012	170
MJV4194	55631293D	6050/1	06/12/2012	208
MMM1160	55630868D	6050/1	20/11/2012	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1393/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HPC1560	55629873D	6920/0	26/09/2012	R\$ 127,69	233
LWS1613	55587900D	6971/0	26/09/2012	R\$ 191,53	238
LWS1613	55588501D	6599/2	26/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWS1613	55588503D	6637/2	26/09/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LWV1425	55629883D	6920/0	16/10/2012	R\$ 127,69	233
LWV4677	54070185D	6599/2	19/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXQ8743	54070090D	6920/0	21/09/2012	R\$ 127,69	233
LXU7365	54070240D	6920/0	16/07/2012	R\$ 127,69	233
LXV8051	55629691D	6920/0	27/08/2012	R\$ 127,69	233
MBG3225	54071226D	5274/3	02/08/2012	R\$ 191,53	175
MBM7693	55587930D	5010/0	29/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBM7693	55587931D	6599/2	29/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBM7693	55587932D	6912/0	29/09/2012	R\$ 53,20	232
MBM7693	55587933D	6602/0	29/09/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MBM7693	55587936D	5061/0	29/09/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCL4377	55588504D	6912/0	26/09/2012	R\$ 53,20	232
MCV9212	54070085D	6920/0	24/09/2012	R\$ 127,69	233
MDR4416	55588242D	6912/0	17/09/2012	R\$ 53,20	232
MDR4416	55588243D	5045/0	17/09/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDR4416	55588244D	5096/0	17/09/2012	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MDW1925	54069838D	5010/0	10/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDW1925	54069839D	5118/0	10/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGD3666	55630001D	6920/0	19/09/2012	R\$ 127,69	233
MGK8601	55588051D	6599/2	15/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJT0311	54071041D	7340/0	07/08/2012	R\$ 85,12	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1394/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYR7076	54070035D	5541/5	01/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWS1613	55588502D	7030/1	26/09/2012	R\$ 191,53	244 * I
LXO0607	8147001495	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYJ8997	55588215D	5185/1	04/09/2012	R\$ 127,69	167
LZX8497	55629913D	5720/0	23/09/2012	R\$ 127,69	186 * I
MAY6345	55588472D	5185/1	02/10/2012	R\$ 127,69	167
MAZ8938	55588454D	5541/6	29/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBI9447	55629911D	5746/3	21/09/2012	R\$ 85,12	187 * I
MBM7693	55587934D	7056/1	29/09/2012	R\$ 191,53	244 * III
MBN5418	55629925D	6050/1	25/09/2012	R\$ 191,53	208
MBN5418	55629926D	5185/2	25/09/2012	R\$ 127,69	167
MCL5430	55629937D	5568/0	01/10/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDR1041	55587686D	5185/1	25/09/2012	R\$ 127,69	167
MDU5435	55587916D	5185/1	07/08/2012	R\$ 127,69	167
MEM4064	55629735D	5185/1	10/09/2012	R\$ 127,69	167
MFH7932	55629586D	6041/2	20/08/2012	R\$ 127,69	207
MHF6717	55629574D	5207/0	15/08/2012	R\$ 53,20	169
MHZ8995	54070271D	6050/1	24/04/2012	R\$ 191,53	208
MIP6399	55588491D	6041/2	10/10/2012	R\$ 127,69	207
MIP6399	55588492D	5738/0	10/10/2012	R\$ 191,53	186 * II
MIR2281	55629664D	5541/1	04/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV9802	55629953D	5991/0	28/09/2012	R\$ 191,53	206 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1395/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BJP3939	55630982D	6920/0	05/12/2012	233
DOA4928	55630389D	6920/0	05/11/2012	233
LXE6777	55630373D	6920/0	13/11/2012	233
LXV9397	55630735D	6408/0	14/11/2012	221
LYD8583	55630075D	6599/2	10/12/2012	230 * V
LYM6078	55588436D	6599/2	17/11/2012	230 * V
LYM6078	55588438D	6726/1	17/11/2012	230 * XVIII
LZS1229	55630383D	6920/0	05/11/2012	233
MAP5101	55587560D	6912/0	09/12/2012	232
MBV3646	55630376D	6920/0	13/11/2012	233
MDV4565	55630432D	6408/0	06/11/2012	221
MEE7024	55631380D	6912/0	12/12/2012	232
MER0607	55591301D	6599/2	12/12/2012	230 * V
MER0607	55591302D	6637/2	12/12/2012	230 * IX
MER0607	55591303D	6602/0	12/12/2012	230 * VI
MFG8774	55587558D	5010/0	09/12/2012	162 * I
MFK0787	55631376D	6653/1	11/12/2012	230 * XI
MHY3836	55630697D	6912/0	12/12/2012	232
MHZ5703	55631334D	6912/0	12/12/2012	232
MIP3824	55631324D	5010/0	11/12/2012	162 * I
MIP3824	55631325D	5118/0	11/12/2012	164 c/c 162 * I
MIP3824	55631326D	6599/2	11/12/2012	230 * V
MIP3824	55631327D	6645/0	11/12/2012	230 * X
MIY7217	55588701D	5010/0	13/11/2012	162 * I
MIY7217	55588702D	5061/0	13/11/2012	163 c/c 162 * I
MIY7217	55588703D	5118/0	13/11/2012	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIY7217	55588705D	7340/0	13/11/2012	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1396/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BPT0035	55631222D	6050/1	11/12/2012	208
CGS2352	55588450D	5207/0	10/12/2012	169
DCD8555	55630595D	6050/1	14/11/2012	208
JZJ2108	55631229D	5720/0	09/12/2012	186 * I
LWV6976	55631353D	6050/1	10/12/2012	208
LXB2276	55631316D	5452/2	10/12/2012	181 * VIII
LXC2581	55631339D	5207/0	12/12/2012	169
LXH0010	55630433D	6050/1	06/11/2012	208
LXR8646	55630738D	6050/1	18/11/2012	208
LXV9397	55630736D	5207/0	14/11/2012	169
LYG2606	55631228D	6050/1	09/12/2012	208
MAH0006	55631370D	6050/1	11/12/2012	208
MAP5101	55587561D	5738/0	09/12/2012	186 * II
MBB6035	55630516D	5568/0	31/10/2012	181 * XIX
MBN1301	55630686D	5207/0	06/12/2012	169
MBO1398	55630581D	5541/6	12/11/2012	181 * XVII
MBR2693	55630594D	6050/1	14/11/2012	208
MBW8853	55631233D	6050/1	09/12/2012	208
MCJ5036	55631220D	6050/1	06/12/2012	208
MCS2763	55630076D	5568/0	10/12/2012	181 * XIX
MDQ7246	55630168D	6050/1	07/11/2012	208
MDS3579	55630695D	5207/0	11/12/2012	169
MDU8455	55630687D	5908/0	10/12/2012	202 * I
MEE7024	55631378D	5568/0	12/12/2012	181 * XIX
MEE7024	55631379D	5185/1	12/12/2012	167
MGC6729	55631226D	6050/1	09/12/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGU6329	55630732D	6050/1	14/11/2012	208
MHD2135	55630715D	6050/1	12/11/2012	208
MHE2998	55630578D	5541/6	12/11/2012	181 * XVII
MHV0368	55631356D	6050/1	10/12/2012	208
MHZ5703	55631333D	5568/0	12/12/2012	181 * XIX
MIM8792	55587527D	5738/0	08/12/2012	186 * II
MIY7217	55588704D	5835/0	13/11/2012	195
MIY7217	55588706D	5207/0	13/11/2012	169
MIY7217	55588707D	6050/1	13/11/2012	208
MJY7051	55631318D	7030/2	10/12/2012	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1397/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPM5913	54070924D	6599/2	20/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAX4752	55587684D	6599/2	13/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCS6998	54070593D	6920/0	04/09/2012	R\$ 127,69	233
MHS1676	54070195D	6920/0	17/09/2012	R\$ 127,69	233
MIS7482	55587923D	6599/2	08/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIS7482	55587924D	6912/0	08/09/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1398/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPM5913	54070925D	5185/1	20/08/2012	R\$ 127,69	167
IDG0427	55588164D	5207/0	31/08/2012	R\$ 53,20	169
LXB9278	54070736D	5207/0	26/09/2012	R\$ 53,20	169
LZC3166	55629728D	5541/1	08/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZY4028	55629618D	5746/3	14/09/2012	R\$ 85,12	187 * I
MAW0254	55587639D	7366/2	17/09/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MBU6899	55629949D	7366/2	03/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDM8357	55588471D	5185/1	02/10/2012	R\$ 127,69	167
MEQ4076	55630104D	6017/4	05/10/2012	R\$ 191,53	206 * III
MID7249	55629718D	5185/1	28/08/2012	R\$ 127,69	167
MIQ2182	55629942D	5568/0	02/10/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MJA1517	55629943D	7170/2	02/10/2012	R\$ 574,61	246
MJZ1285	55588475D	5185/1	03/10/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1399/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALJ8207	55631084D	5010/0	28/11/2012	162 * I
ALJ8207	55631086D	6599/2	28/11/2012	230 * V
IEW5887	55630793D	6637/1	05/12/2012	230 * IX
IEW5887	55630794D	6637/2	05/12/2012	230 * IX
IEW5887	55631273D	6599/2	05/12/2012	230 * V
KHU4385	55631452D	6920/0	07/12/2012	233
LXU5820	55630945D	6920/0	11/12/2012	233
MCI4919	55631457D	6920/0	07/12/2012	233
MFP1101	55630943D	6920/0	12/12/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1400/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEW5887	55631272D	7366/2	05/12/2012	252 * VI
JUG7384	55630940D	7366/2	13/12/2012	252 * VI
LCL9014	55630694D	6050/1	11/12/2012	208
LWW3703	55588678D	5541/1	13/12/2012	181 * XVII
LXG8780	55630888D	6050/1	22/11/2012	208
MFN8423	55631053D	5568/0	26/11/2012	181 * XIX
MGG7205	55631381D	6858/0	12/12/2012	231 * VII
MGG7205	55631382D	5185/1	12/12/2012	167
MHP8205	55588442D	5185/1	20/11/2012	167
MHP8205	55588443D	7366/2	20/11/2012	252 * VI
MHZ3438	55631386D	5568/0	13/12/2012	181 * XIX
MHZ3438	55631391D	5185/1	13/12/2012	167
MII1616	55631230D	6050/1	09/12/2012	208
MII1616	55631288D	6050/1	06/12/2012	208
MIX6981	55630900D	6050/1	23/11/2012	208
MMM4646	55630949D	6050/1	13/12/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1401/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXO3104	55587519D	6599/2	07/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYW8302	55587889D	5169/1	11/09/2012	R\$ 957,69	165
LZM3812	55588078D	5010/0	17/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZM3812	55588079D	5061/0	17/10/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZM3812	55588080D	6599/2	17/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZM3812	55588081D	6912/0	17/10/2012	R\$ 53,20	232
LZM3812	55588082D	5118/0	17/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZM3812	55588083D	7340/0	17/10/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEK3947	55630365D	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
MFR5670	54070985D	6599/2	06/10/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1402/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJO4987	55630004D	5991/0	05/10/2012	R\$ 191,53	206 * I
ARU3449	55630144D	6050/1	06/10/2012	R\$ 191,53	208
BUC0001	54070140D	6050/1	28/08/2012	R\$ 191,53	208
DMZ0155	55630136D	6050/1	06/10/2012	R\$ 191,53	208
DNS8353	55630130D	6050/1	08/10/2012	R\$ 191,53	208
IDG0427	55629922D	6050/1	24/09/2012	R\$ 191,53	208
IHK6559	55630264D	5746/3	18/10/2012	R\$ 85,12	187 * I
JPN8573	55630107D	6009/4	05/10/2012	R\$ 191,53	206 * II
LZG2130	55630007D	5835/0	10/10/2012	R\$ 127,69	195
LZV5203	55630205D	5207/0	01/10/2012	R\$ 53,20	169
MCF2664	54070744D	5835/0	10/10/2012	R\$ 127,69	195
MCW5112	55629641D	6050/1	06/10/2012	R\$ 191,53	208
MCX3093	55630212D	5657/0	02/10/2012	R\$ 85,12	182 * IX
MDR1038	54070984D	5550/0	06/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFG6612	55630255D	6050/1	16/10/2012	R\$ 191,53	208
MFG8312	55630110D	5746/3	09/10/2012	R\$ 85,12	187 * I
MFJ0544	54070746D	5835/0	10/10/2012	R\$ 127,69	195
MFY2366	55630302D	6050/1	10/10/2012	R\$ 191,53	208
MIE0643	55587629D	5452/1	24/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 590 797/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFW5279	8590055944	7455/0	12/11/2012	218 * I
AFZ6347	8590056554	7455/0	01/12/2012	218 * I
AIF3246	8590056320	7455/0	24/11/2012	218 * I
ALN1882	8590056428	7455/0	27/11/2012	218 * I
ARE8009	8590055934	7455/0	10/11/2012	218 * I
BMS6056	8590056086	7455/0	15/11/2012	218 * I
CJA6057	8590055335	7455/0	28/10/2012	218 * I
CJB6426	8590056277	7455/0	19/11/2012	218 * I
CYB4231	8590056252	7455/0	11/11/2012	218 * I
DEJ7954	8590055852	7455/0	17/11/2012	218 * I
GKS3938	8590055634	7455/0	03/11/2012	218 * I
GRV1216	8590055720	7455/0	04/11/2012	218 * I
GTJ0823	8590056368	7455/0	01/12/2012	218 * I
HEI0667	8590056364	7463/0	01/12/2012	218 * II
HIC3372	8590055913	7455/0	16/11/2012	218 * I
IGA9944	8590055120	7455/0	14/10/2012	218 * I
IJK9038	8590056060	7455/0	13/11/2012	218 * I
IJQ5171	8590055581	7463/0	05/11/2012	218 * II
KQS1410	8590056404	7455/0	23/11/2012	218 * I
KQS1410	8590056412	7455/0	24/11/2012	218 * I
KQS1410	8590056522	7455/0	23/11/2012	218 * I
LNK3823	8590055081	7455/0	19/10/2012	218 * I
LXC1490	8590056003	7455/0	19/11/2012	218 * I
LXU0506	8590055931	7455/0	10/11/2012	218 * I
LXX3352	8590056283	7463/0	17/11/2012	218 * II
LYD4287	8590055303	7455/0	17/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYF0114	8590055331	7455/0	27/10/2012	218 * I
LYF0114	8590055407	7463/0	27/10/2012	218 * II
LYR1334	8590055345	7455/0	27/10/2012	218 * I
LYU9311	8590055832	7455/0	14/11/2012	218 * I
LYY5390	8590055775	7455/0	09/11/2012	218 * I
LZD9078	8590056066	7463/0	14/11/2012	218 * II
LZK7619	8590056036	7455/0	10/11/2012	218 * I
LZK9092	8590056652	7455/0	01/12/2012	218 * I
LZL1893	8590055927	7471/0	10/11/2012	218 * III
LZL1893	8590055998	7471/0	18/11/2012	218 * III
LZN2199	8590056504	7455/0	29/11/2012	218 * I
LZZ3021	8590056419	7455/0	25/11/2012	218 * I
MAD6070	8590055307	7455/0	27/10/2012	218 * I
MAJ5852	8590056201	7455/0	12/11/2012	218 * I
MAN5081	8590056189	7455/0	19/11/2012	218 * I
MAV5114	8590055413	7455/0	27/10/2012	218 * I
MAV5114	8590055502	7455/0	28/10/2012	218 * I
MAZ1172	8590055858	7455/0	18/11/2012	218 * I
MBB6501	8590056637	7455/0	01/12/2012	218 * I
MBK2592	8590055409	7463/0	27/10/2012	218 * II
MBK6681	8590055206	7455/0	21/10/2012	218 * I
MBL4867	8590056178	7463/0	18/11/2012	218 * II
MBN3809	8590055847	7455/0	17/11/2012	218 * I
MBU0109	8590056383	7455/0	01/12/2012	218 * I
MBU4698	8590056197	7463/0	10/11/2012	218 * II
MBW5212	8590056603	7455/0	24/11/2012	218 * I
MBW8607	8590055834	7455/0	15/11/2012	218 * I
MBX1002	8590056313	7455/0	23/11/2012	218 * I
MBX8914	8590055034	7455/0	14/10/2012	218 * I
MCD3644	8590055569	7455/0	04/11/2012	218 * I
MCE5664	8590055513	7455/0	26/10/2012	218 * I
MCH7389	8590056644	7455/0	03/12/2012	218 * I
MCQ3558	8590056179	7463/0	18/11/2012	218 * II
MCQ3558	8590056285	7455/0	18/11/2012	218 * I
MCS3716	8590056425	7455/0	27/11/2012	218 * I
MCY8533	8590055818	7455/0	11/11/2012	218 * I
MDH9578	8590056014	7455/0	08/11/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDM0447	8590056609	7455/0	25/11/2012	218 * I
MDQ1563	8590056134	7455/0	11/11/2012	218 * I
MDS5803	8590055903	7455/0	12/11/2012	218 * I
MED5883	8590055480	7455/0	22/10/2012	218 * I
MED9809	8590056589	7455/0	29/11/2012	218 * I
MEF0474	8590055181	7455/0	19/10/2012	218 * I
MEJ8369	8590056231	7463/0	17/11/2012	218 * II
MEK0385	8590055828	7455/0	13/11/2012	218 * I
MEK7052	8590054998	7455/0	17/10/2012	218 * I
MEL2801	8590054931	7455/0	14/10/2012	218 * I
MEQ6220	8590056058	7455/0	13/11/2012	218 * I
MER7581	8590055910	7463/0	15/11/2012	218 * II
MER8089	8590056131	7455/0	10/11/2012	218 * I
MES8909	8590056028	7455/0	10/11/2012	218 * I
MET5029	8590055906	7455/0	13/11/2012	218 * I
MEX5998	8590056006	7455/0	20/11/2012	218 * I
MEY1652	8590055957	7455/0	13/11/2012	218 * I
MEY2453	8590056310	7455/0	23/11/2012	218 * I
MFC7571	8590055782	7455/0	12/11/2012	218 * I
MFF7224	8590055992	7455/0	17/11/2012	218 * I
MFK2804	8590055844	7455/0	16/11/2012	218 * I
MFM1588	8590056337	7455/0	25/11/2012	218 * I
MFQ4415	8590056120	7463/0	18/11/2012	218 * II
MFQ6208	8590056448	7455/0	30/11/2012	218 * I
MFV5129	8590055915	7455/0	19/11/2012	218 * I
MFV5129	8590056005	7455/0	19/11/2012	218 * I
MGB5496	8590055473	7455/0	27/10/2012	218 * I
MGC3795	8590055918	7455/0	17/11/2012	218 * I
MGD5642	8590056183	7455/0	18/11/2012	218 * I
MGK5916	8590055185	7463/0	14/10/2012	218 * II
MGQ0416	8590055142	7455/0	19/10/2012	218 * I
MGQ7909	8590055929	7455/0	10/11/2012	218 * I
MGR8226	8590056137	7455/0	15/11/2012	218 * I
MGX1879	8590054726	7455/0	08/10/2012	218 * I
MGX5558	8590056227	7455/0	15/11/2012	218 * I
MHA7019	8590055965	7455/0	14/11/2012	218 * I
MHB1071	8590056390	7455/0	27/11/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHC5600	8590056176	7455/0	17/11/2012	218 * I
MHC8287	8590055888	7463/0	11/11/2012	218 * II
MHD7879	8590055451	7455/0	27/10/2012	218 * I
MHE5654	8590056535	7455/0	01/12/2012	218 * I
MHE7067	8590056303	7455/0	25/11/2012	218 * I
MHE7969	8590054990	7463/0	21/10/2012	218 * II
MHH0845	8590055679	7455/0	03/11/2012	218 * I
MHO3189	8590056413	7455/0	24/11/2012	218 * I
MHO3726	8590056127	7455/0	19/11/2012	218 * I
MHY0359	8590055921	7455/0	08/11/2012	218 * I
MHZ1783	8590055393	7455/0	23/10/2012	218 * I
MHZ2796	8590055574	7455/0	04/11/2012	218 * I
MHZ9657	8590055800	7455/0	08/11/2012	218 * I
MIB4030	8590056059	7455/0	13/11/2012	218 * I
MIB4234	8590056094	7463/0	16/11/2012	218 * II
MIC6330	8590056081	7455/0	15/11/2012	218 * I
MIF7400	8590056628	7455/0	29/11/2012	218 * I
MIH5319	8590055035	7455/0	14/10/2012	218 * I
MIH5319	8590055118	7463/0	14/10/2012	218 * II
MIH7981	8590056098	7455/0	17/11/2012	218 * I
MIJ0642	8590056559	7455/0	29/11/2012	218 * I
MIO1349	8590055172	7455/0	21/10/2012	218 * I
MIQ5122	8590055946	7463/0	12/11/2012	218 * II
MIR0469	8590056051	7463/0	11/11/2012	218 * II
MIU3057	8590056097	7455/0	16/11/2012	218 * I
MJA6825	8590055822	7455/0	12/11/2012	218 * I
MJB1377	8590056030	7455/0	10/11/2012	218 * I
MJB9531	8590056045	7455/0	11/11/2012	218 * I
MJC3353	8590056221	7455/0	13/11/2012	218 * I
MJI1770	8590055817	7463/0	11/11/2012	218 * II
MJS5119	8590056370	7455/0	02/12/2012	218 * I
MJS5119	8590056455	7455/0	02/12/2012	218 * I
MJS5119	8590056536	7455/0	02/12/2012	218 * I
MJT0762	8590056167	7455/0	15/11/2012	218 * I
MJZ0303	8590055969	7455/0	14/11/2012	218 * I
MJZ2783	8590056232	7455/0	17/11/2012	218 * I
MJZ3629	8590055499	7455/0	28/10/2012	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKC7227	8590056558	7463/0	28/11/2012	218 * II
MKC7227	8590056564	7455/0	29/11/2012	218 * I
MKD9467	8590055812	7455/0	11/11/2012	218 * I
MKG6541	8590055959	7455/0	13/11/2012	218 * I
MKJ3253	8590056163	7463/0	11/11/2012	218 * II
MKQ0150	8590056115	7463/0	18/11/2012	218 * II
MKT4666	8590055878	7455/0	08/11/2012	218 * I
MLC2040	8590056611	7463/0	25/11/2012	218 * II
MLX7740	8590055877	7455/0	19/11/2012	218 * I
MZP2820	8590055863	7455/0	18/11/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CESO ZUCHI  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 798/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFJ8701	8590053253	7455/0	29/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJK0680	8590052158	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJK0680	8590052356	7463/0	03/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
AKD3949	8590053628	7455/0	06/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKZ5793	8590052478	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
BLJ3347	8590053792	7455/0	14/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
CSZ5243	8590053872	7455/0	13/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
DJB1836	8590053917	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
EIQ4161	8590053233	7455/0	31/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
HEB3549	8590053438	7455/0	01/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
HLH7831	8590053880	7455/0	14/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IEK4763	8590053624	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
JTJ6078	8590053619	7455/0	06/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXA1498	8590053971	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXB8357	8590052944	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXV1883	8590053617	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXW9736	8590052734	7455/0	15/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYG0124	8590053866	7455/0	12/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYN7194	8590053654	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYQ1790	8590053618	7463/0	09/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZO9995	8590053585	7455/0	06/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAK8462	8590053899	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAL4159	8590053977	7455/0	17/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBJ4084	8590053706	7463/0	07/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBQ0251	8590052150	7455/0	02/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCB7951	8590053198	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCN2480	8590053673	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCN2917	8590053332	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCO8000	8590052123	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCS8609	8590053626	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY0834	8590053850	7455/0	11/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY5357	8590053821	7455/0	11/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDA3329	8590052025	7463/0	26/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDK5135	8590051955	7455/0	26/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDO4179	8590051946	7463/0	29/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDT8156	8590053718	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDW0664	8590052885	7455/0	14/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDZ1798	8590053659	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEK3038	8590053711	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MES3337	8590052881	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEU2493	8590054589	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFK2433	8590053870	7463/0	13/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFZ0055	8590053784	7455/0	12/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFZ1215	8590053744	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ7349	8590053632	7455/0	06/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGO9933	8590053675	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGR2276	8590053129	7455/0	24/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGS5524	8590052389	7455/0	09/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGT3166	8590052315	7455/0	31/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHB9946	8590051709	7455/0	19/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHU1250	8590053611	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHW1254	8590051917	7455/0	25/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHW5864	8590053697	7455/0	10/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHZ2302	8590051970	7455/0	25/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIA1666	8590052776	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB4234	8590053725	7463/0	10/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIC9987	8590053787	7463/0	13/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIK8411	8590053837	7455/0	16/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0831	8590053663	7455/0	10/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIT9697	8590051922	7455/0	26/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIU3564	8590053419	7455/0	05/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIV1979	8590053650	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJF6230	8590053856	7463/0	12/09/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJM0939	8590053681	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJV3672	8590054616	7463/0	08/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJY8084	8590052040	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKG4659	8590053643	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MUM9026	8590052494	7455/0	09/08/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CESO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 590 799/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACV0507	8590056596	7455/0	01/12/2012	218 * I
AEC6852	8590056436	7455/0	28/11/2012	218 * I
AEW8384	8590056373	7455/0	02/12/2012	218 * I
AEW8384	8590056537	7455/0	02/12/2012	218 * I
ALC1409	8590055508	7455/0	28/10/2012	218 * I
AMH8368	8590056627	7463/0	29/11/2012	218 * II
BGQ0383	8590056316	7463/0	24/11/2012	218 * II
DYB6645	8590055747	7455/0	03/11/2012	218 * I
HOQ0425	8590056478	7455/0	25/11/2012	218 * I
HPA0945	8590055748	7455/0	04/11/2012	218 * I
JQZ5799	8590055533	7455/0	31/10/2012	218 * I
LWX8603	8590055724	7463/0	30/10/2012	218 * II
LXE5465	8590056629	7455/0	29/11/2012	218 * I
LXX2011	8590055589	7455/0	03/11/2012	218 * I
LYJ1477	8590055607	7455/0	30/10/2012	218 * I
LZE4101	8590055366	7455/0	25/10/2012	218 * I
LZW3263	8590055661	7455/0	31/10/2012	218 * I
MAD7188	8590055744	7455/0	02/11/2012	218 * I
MAV3441	8590056515	7463/0	02/12/2012	218 * II
MAY6821	8590055649	7455/0	29/10/2012	218 * I
MBC1984	8590056439	7455/0	29/11/2012	218 * I
MBG7303	8590056524	7455/0	24/11/2012	218 * I
MBS3123	8590056396	7455/0	23/11/2012	218 * I
MCD7015	8590055527	7455/0	29/10/2012	218 * I
MCX8141	8590056385	7455/0	22/11/2012	218 * I
MCY8468	8590056325	7455/0	24/11/2012	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEJ9996	8590056557	7455/0	02/12/2012	218 * I
MFG4802	8590056347	7463/0	27/11/2012	218 * II
MFI2154	8590056421	7455/0	25/11/2012	218 * I
MFV3255	8590056580	7455/0	26/11/2012	218 * I
MGA8146	8590055628	7455/0	02/11/2012	218 * I
MGG8837	8590056388	7455/0	24/11/2012	218 * I
MGO9043	8590056486	7471/0	26/11/2012	218 * III
MHG8618	8590055466	7455/0	25/10/2012	218 * I
MHU7429	8590055687	7455/0	04/11/2012	218 * I
MHW4533	8590056482	7455/0	25/11/2012	218 * I
MIC1154	8590056350	7455/0	28/11/2012	218 * I
MIO0298	8590056542	7455/0	23/11/2012	218 * I
MIQ2384	8590056344	7463/0	26/11/2012	218 * II
MJG7215	8590056405	7455/0	23/11/2012	218 * I
MJQ6972	8590055379	7455/0	27/10/2012	218 * I
MJU4884	8590056323	7455/0	24/11/2012	218 * I
MJX8482	8590055427	7455/0	27/10/2012	218 * I
MLI0410	8590056501	7455/0	29/11/2012	218 * I
NEV9550	8590056553	7455/0	26/11/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CESO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 800/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKI0133	8590053504	7463/0	01/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
AQW0498	8590052296	7463/0	12/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
ARB6529	8590052578	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
DVK5057	8590052414	7455/0	05/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
IDO4042	8590053606	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IKB9829	8590054100	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
JYH2884	8590052192	7455/0	10/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXM7504	8590054026	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXY2897	8590051907	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYD4287	8590053719	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYR5379	8590053660	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYU6499	8590052566	7463/0	09/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYZ4537	8590054882	7463/0	09/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAH5482	8590053888	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBI5687	8590053849	7455/0	11/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBK3229	8590055121	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBK4088	8590053742	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBV1385	8590052453	7455/0	12/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCK5079	8590053831	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEH1624	8590055060	7455/0	17/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEY4085	8590054811	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEZ8038	8590052307	7455/0	10/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFK5875	8590054964	7471/0	18/10/2012	R\$ 574,61	218 * III
MFK5875	8590055219	7455/0	18/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFO3427	8590054085	7455/0	18/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFQ3909	8590053932	7463/0	16/09/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV8128	8590053662	7463/0	10/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGJ3736	8590054812	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGM2579	8590054800	7463/0	12/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGR8141	8590054732	7455/0	09/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHD6896	8590054094	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE8643	8590053568	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO2679	8590054117	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO8096	8590052135	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIA0569	8590053737	7463/0	08/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIT4598	8590053239	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJM2107	8590054830	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJX2770	8590054033	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKA9988	8590052229	7455/0	02/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLN8059	8590055279	7455/0	18/10/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CESO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 590 801/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADE1205	8590056734	7463/0	08/12/2012	218 * II
AHO5255	8590056826	7455/0	09/12/2012	218 * I
AIM4067	8590056862	7455/0	12/12/2012	218 * I
BOH0705	8590056300	7455/0	25/11/2012	218 * I
DGC8726	8590056776	7455/0	09/12/2012	218 * I
DJF2124	8590055703	7455/0	03/11/2012	218 * I
ISO0088	8590056903	7455/0	08/12/2012	218 * I
JVP2769	8590056705	7455/0	10/12/2012	218 * I
LZA8526	8590056958	7455/0	09/12/2012	218 * I
LZB2699	8590055749	7455/0	04/11/2012	218 * I
LZI4968	8590056755	7455/0	06/12/2012	218 * I
LZQ2129	8590056929	7455/0	08/12/2012	218 * I
LZS3910	8590056452	7455/0	01/12/2012	218 * I
LZY0662	8590056859	7455/0	11/12/2012	218 * I
MBQ5963	8590056938	7455/0	11/12/2012	218 * I
MBS9794	8590056821	7455/0	08/12/2012	218 * I
MCB1108	8590056822	7471/0	08/12/2012	218 * III
MCF3555	8590056668	7455/0	03/12/2012	218 * I
MCI7713	8590056825	7455/0	08/12/2012	218 * I
MCR8039	8590056808	7455/0	04/12/2012	218 * I
MCY5595	8590056953	7455/0	09/12/2012	218 * I
MDA2057	8590056941	7455/0	04/12/2012	218 * I
MDA7723	8590056686	7455/0	06/12/2012	218 * I
MDH0260	8590056764	7471/0	07/12/2012	218 * III
MDL0628	8590056770	7455/0	08/12/2012	218 * I
MEE2187	8590056701	7463/0	09/12/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEE2187	8590056783	7455/0	09/12/2012	218 * I
MEE2187	8590056842	7455/0	09/12/2012	218 * I
MEX9088	8590056747	7455/0	05/12/2012	218 * I
MFW7679	8590055993	7463/0	17/11/2012	218 * II
MGB2522	8590056665	7463/0	05/12/2012	218 * II
MGU8164	8590056914	7455/0	11/12/2012	218 * I
MHC7035	8590055336	7455/0	28/10/2012	218 * I
MHD0239	8590056890	7463/0	05/12/2012	218 * II
MHG3042	8590056884	7455/0	03/12/2012	218 * I
MHU8607	8590056931	7455/0	08/12/2012	218 * I
MHW0662	8590056774	7455/0	09/12/2012	218 * I
MIM1668	8590056858	7455/0	11/12/2012	218 * I
MJN2026	8590056719	7455/0	08/12/2012	218 * I
MJQ3799	8590056812	7455/0	06/12/2012	218 * I
MKF9782	8590056916	7455/0	05/12/2012	218 * I
MKG0367	8590056900	7455/0	07/12/2012	218 * I
MKJ2591	8590056878	7455/0	04/12/2012	218 * I
MKN6660	8590056737	7455/0	04/12/2012	218 * I
MKN6896	8590056909	7455/0	09/12/2012	218 * I
MKR7456	8590056901	7455/0	07/12/2012	218 * I
MLH1177	8590056877	7455/0	03/12/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CESO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 802/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAL1879	8590054405	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
ABK3930	8590054344	7455/0	02/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
AEL0516	8590052654	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AEX4892	8590054420	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFZ0020	8590054572	7463/0	01/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
AIY5029	8590054257	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
ANM0704	8590054258	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
CCS6566	8590054231	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
CMY8112	8590054427	7455/0	05/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
DDE8735	8590054280	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
DEX1484	8590054542	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
DUI5173	8590054032	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
GKZ5517	8590053487	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
HBP1013	8590054423	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
HZO6354	8590054273	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IGK1531	8590054632	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IHE0925	8590054320	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
KEA7258	8590054558	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
KOM1379	8590054099	7463/0	20/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LWY4684	8590054070	7463/0	21/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXB4294	8590055038	7455/0	15/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXE9364	8590054028	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYH2332	8590054479	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYS3816	8590053645	7463/0	08/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZH9499	8590054629	7463/0	30/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZZ6557	8590054621	7463/0	29/09/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ6557	8590054635	7455/0	03/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAD9635	8590053680	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAN8704	8590054515	7455/0	04/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBF0685	8590054509	7455/0	03/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBH0128	8590054211	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBI1408	8590054098	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBL7843	8590053698	7463/0	10/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCQ7007	8590052910	7455/0	16/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCS1950	8590055295	7463/0	21/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCT1467	8590054193	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCW7108	8590054414	7455/0	03/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCX4494	8590054131	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCX4494	8590054207	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDD7960	8590054358	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDD9454	8590055027	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDD9769	8590054121	7463/0	24/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDR8484	8590055052	7455/0	15/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDX5422	8590054212	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDX5422	8590054552	7455/0	04/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEC5229	8590054020	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEC5229	8590054021	7463/0	22/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEC5229	8590054108	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MED8409	8590054249	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEI0742	8590053225	7455/0	27/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEJ8369	8590054128	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEL5299	8590054378	7463/0	07/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFD0184	8590054079	7455/0	18/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFQ0460	8590054255	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFR8173	8590054049	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGI8963	8590054323	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0327	8590054151	7455/0	18/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGU7362	8590055082	7455/0	19/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHB8838	8590054364	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHJ7900	8590054435	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHU8607	8590054604	7455/0	05/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MID4444	8590054527	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIG0869	8590054234	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIG1784	8590054433	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH7816	8590054885	7455/0	09/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIJ2543	8590053244	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIM0129	8590054534	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0831	8590054090	7455/0	19/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIT1813	8590053329	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJF4590	8590054217	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJF8096	8590052730	7455/0	14/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH3891	8590054137	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJT2509	8590054417	7455/0	04/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJV9966	8590054009	7463/0	19/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJX0678	8590054281	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKO0055	8590054238	7463/0	17/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKT9080	8590054269	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MMJ4646	8590054133	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MUM4697	8590053486	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CESO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 685 730/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGV2968	8685036933	6050/3	02/12/2012	208
ANW5490	8685036733	6050/3	15/11/2012	208
APC9255	8685036588	6050/3	16/11/2012	208
BFC0560	8685036251	6050/3	28/10/2012	208
DAJ2213	8685036716	6050/3	14/11/2012	208
DDO2182	8685036856	6050/3	28/11/2012	208
GGM5555	8685036752	6050/3	19/11/2012	208
HHT0959	8685036261	6050/3	28/10/2012	208
HSR3110	8685036634	6050/3	09/11/2012	208
IBO6631	8685036614	6050/3	11/11/2012	208
IDR6036	8685036694	6050/3	11/11/2012	208
IJI6205	8685036913	6050/3	28/11/2012	208
IQC3115	8685036638	6050/3	09/11/2012	208
JRO2139	8685036316	6050/3	26/10/2012	208
LWW7683	8685036790	6050/3	26/11/2012	208
LWY5977	8685036616	6050/3	11/11/2012	208
LXI8070	8685036834	6050/3	24/11/2012	208
LXR8086	8685036619	6050/3	12/11/2012	208
LXS9159	8685036229	6050/3	26/10/2012	208
LXX4565	8685036318	6050/3	26/10/2012	208
LXX5965	8685036060	6050/3	21/10/2012	208
LZI2440	8685036457	6050/3	01/11/2012	208
MAK1746	8685036842	6050/3	25/11/2012	208
MAL5482	8685036700	6050/3	12/11/2012	208
MAY2030	8685036656	6050/3	10/11/2012	208
MAY2030	8685036839	6050/3	25/11/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBY2360	8685036721	6050/3	15/11/2012	208
MCV1069	8685036824	6050/3	01/12/2012	208
MDK2434	8685036600	6050/3	19/11/2012	208
MDM0447	8685036881	6050/3	25/11/2012	208
MDP3953	8685036552	6050/3	11/11/2012	208
MDQ2721	8685036599	6050/3	18/11/2012	208
MEJ7524	8685036919	6050/3	29/11/2012	208
MEP8395	8685036854	6050/3	28/11/2012	208
MEY7668	8685036785	6050/3	26/11/2012	208
MFD9011	8685036662	6050/3	10/11/2012	208
MFL2171	8685036780	6050/3	25/11/2012	208
MGT5686	8685036633	6050/3	09/11/2012	208
MGV4169	8685036626	6050/3	16/11/2012	208
MHF1714	8685036584	6050/3	15/11/2012	208
MHI4275	8685036277	6050/3	24/10/2012	208
MHI8095	8685036567	6050/3	13/11/2012	208
MHJ6050	8685036645	6050/3	09/11/2012	208
MHM2098	8685036671	6050/3	10/11/2012	208
MHO1748	8685036587	6050/3	16/11/2012	208
MHW2670	8685036723	6050/3	15/11/2012	208
MHZ7406	8685036928	6050/3	30/11/2012	208
MID6540	8685036252	6050/3	28/10/2012	208
MID6797	8685036302	6050/3	28/10/2012	208
MIQ0831	8685036749	6050/3	16/11/2012	208
MIW9946	8685036601	6050/3	19/11/2012	208
MJE6571	8685036869	6050/3	22/11/2012	208
MJF0810	8685036306	6050/3	24/10/2012	208
MJK3716	8685036566	6050/3	13/11/2012	208
MKC0274	8685036846	5673/2	25/11/2012	183
MLV8769	8685036925	6050/3	30/11/2012	208
MMA0095	8685036558	6050/3	12/11/2012	208
MMM3220	8685036665	6050/3	10/11/2012	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 731/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAY5227	8685035353	6050/3	02/09/2012	R\$ 191,53	208
ANY7470	8685034900	6050/3	05/08/2012	R\$ 191,53	208
CAA0465	8685035484	6050/3	09/09/2012	R\$ 191,53	208
CKN9656	8685035564	6050/3	16/09/2012	R\$ 191,53	208
IAX6762	8685035479	6050/3	09/09/2012	R\$ 191,53	208
KIC2094	8685035060	6050/3	12/08/2012	R\$ 191,53	208
LYX6046	8685035021	6050/3	10/08/2012	R\$ 191,53	208
LZE0555	8685034775	6050/3	11/08/2012	R\$ 191,53	208
LZK9092	8685035542	6050/3	14/09/2012	R\$ 191,53	208
MAE0794	8685035506	6050/3	12/09/2012	R\$ 191,53	208
MAU4642	8685035386	6050/3	08/09/2012	R\$ 191,53	208
MDG0623	8685034634	6050/3	23/07/2012	R\$ 191,53	208
MEA1176	8685035152	6050/3	14/08/2012	R\$ 191,53	208
MES0523	8685034939	6050/3	27/07/2012	R\$ 191,53	208
MEW5192	8685035536	6050/3	14/09/2012	R\$ 191,53	208
MEZ8171	8685035256	6050/3	02/09/2012	R\$ 191,53	208
MGE9418	8685035452	6050/3	07/09/2012	R\$ 191,53	208
MHH9918	8685035417	6050/3	13/09/2012	R\$ 191,53	208
MIT8530	8685034753	6050/3	06/08/2012	R\$ 191,53	208
MIU3057	8685035527	6050/3	13/09/2012	R\$ 191,53	208
MKB3531	8685035418	6050/3	14/09/2012	R\$ 191,53	208
MLX0030	8685035509	6050/3	12/09/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 685 732/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKU8806	8685036515	6050/3	05/11/2012	208
BSD3231	8685036423	5673/2	03/11/2012	183
DMO7597	8685036265	6050/3	28/10/2012	208
HRZ7929	8685036453	6050/3	31/10/2012	208
KEH7764	8685036464	6050/3	01/11/2012	208
LYQ2575	8685036535	6050/3	01/11/2012	208
LZA8220	8685036362	6050/3	30/10/2012	208
LZE7498	8685036855	6050/3	28/11/2012	208
LZZ8825	8685036473	6050/3	01/11/2012	208
MAS1479	8685036359	6050/3	30/10/2012	208
MBT2657	8685036287	6050/3	26/10/2012	208
MCG9751	8685036421	6050/3	03/11/2012	208
MDI3633	8685036352	6050/3	28/10/2012	208
MEA7028	8685036468	6050/3	01/11/2012	208
MEI2908	8685036906	6050/3	27/11/2012	208
MEJ1584	8685036301	6050/3	28/10/2012	208
MEJ4138	8685036818	6050/3	01/12/2012	208
MEN5487	8685036859	6050/3	30/11/2012	208
MEX0060	8685036904	6050/3	26/11/2012	208
MFJ6999	8685036369	6050/3	01/11/2012	208
MGG7064	8685036472	6050/3	01/11/2012	208
MGN9810	8685036829	6050/3	03/12/2012	208
MHA5396	8685036893	6050/3	27/11/2012	208
MHM7606	8685036540	6050/3	02/11/2012	208
MHY7672	8685036237	6050/3	27/10/2012	208
MJG7439	8685036458	6050/3	01/11/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKP6900	8685036381	6050/3	02/11/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 733/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIW2694	8685035549	6050/3	15/09/2012	R\$ 191,53	208
BRP6580	8685035010	6050/3	09/08/2012	R\$ 191,53	208
LWY4003	8685036099	6050/3	20/10/2012	R\$ 191,53	208
LXD2189	8685034898	6050/3	05/08/2012	R\$ 191,53	208
LXF9716	8685035146	6050/3	22/08/2012	R\$ 191,53	208
LXX6917	8685035469	6050/3	08/09/2012	R\$ 191,53	208
MAR6257	8685035878	6050/3	10/10/2012	R\$ 191,53	208
MBZ6742	8685034686	6050/3	27/07/2012	R\$ 191,53	208
MCF1593	8685034696	6050/3	29/07/2012	R\$ 191,53	208
MCQ3852	8685035186	6050/3	22/08/2012	R\$ 191,53	208
MDO5457	8685034735	6050/3	04/08/2012	R\$ 191,53	208
MDU5435	8685034916	6050/3	06/08/2012	R\$ 191,53	208
MEE6629	8685035043	6050/3	11/08/2012	R\$ 191,53	208
MGG3677	8685034995	6050/3	09/08/2012	R\$ 191,53	208
MGI5566	8685035445	6050/3	06/09/2012	R\$ 191,53	208
MGZ7021	8685035160	6050/3	18/08/2012	R\$ 191,53	208
MIZ5480	8685036092	6050/3	16/10/2012	R\$ 191,53	208
MJA3110	8685034683	6050/3	27/07/2012	R\$ 191,53	208
MJV3929	8685034687	6050/3	27/07/2012	R\$ 191,53	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 685 734/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYU0907	8685036931	6050/3	01/12/2012	208
IEQ0971	8685037099	6050/3	11/12/2012	208
IPI9489	8685036901	6050/3	30/11/2012	208
LXG5999	8685036989	6050/3	08/12/2012	208
LYT8785	8685037152	6050/3	08/12/2012	208
LZN2704	8685037037	6050/3	09/12/2012	208
LZZ8414	8685037072	6050/3	05/12/2012	208
MAR3954	8685037085	6050/3	07/12/2012	208
MAU8002	8685036953	6050/3	04/12/2012	208
MBH5136	8685037123	6050/3	05/12/2012	208
MDS1717	8685036978	6050/3	07/12/2012	208
MFO1428	8685037060	6050/3	04/12/2012	208
MGC5903	8685037096	6050/3	10/12/2012	208
MHF8951	8685036467	6050/3	01/11/2012	208
MHK4315	8685037101	6050/3	11/12/2012	208
MHQ0904	8685036938	6050/3	03/12/2012	208
MHQ3885	8685036988	6050/3	08/12/2012	208
MIC1998	8685037169	6050/3	10/12/2012	208
MJT7331	8685037067	6050/3	04/12/2012	208
MJX0830	8685037025	6050/3	07/12/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 735/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAV8845	8685035986	6050/3	16/10/2012	R\$ 191,53	208
AMP8830	8685035626	5673/2	26/09/2012	R\$ 85,12	183
ATN1616	8685034742	6050/3	05/08/2012	R\$ 191,53	208
BJI4431	8685035683	6050/3	21/09/2012	R\$ 191,53	208
BPB2603	8685035836	6050/3	07/10/2012	R\$ 191,53	208
IJW3096	8685035477	6050/3	08/09/2012	R\$ 191,53	208
JRO8348	8685035637	6050/3	17/09/2012	R\$ 191,53	208
LXD9508	8685036098	6050/3	20/10/2012	R\$ 191,53	208
LXG0463	8685035720	6050/3	23/09/2012	R\$ 191,53	208
LYP9220	8685035639	6050/3	18/09/2012	R\$ 191,53	208
LYQ6336	8685035835	6050/3	07/10/2012	R\$ 191,53	208
MAM5981	8685035677	6050/3	20/09/2012	R\$ 191,53	208
MAZ3041	8685035833	6050/3	06/10/2012	R\$ 191,53	208
MBY2032	8685035691	6050/3	21/09/2012	R\$ 191,53	208
MDM3858	8685035687	6050/3	21/09/2012	R\$ 191,53	208
MEB5051	8685035785	6050/3	07/10/2012	R\$ 191,53	208
MEF0064	8685035629	6050/3	27/09/2012	R\$ 191,53	208
MFA6158	8685035619	6050/3	23/09/2012	R\$ 191,53	208
MFD6278	8685035803	6050/3	04/10/2012	R\$ 191,53	208
MGL8786	8685035756	6050/3	27/09/2012	R\$ 191,53	208
MHE6860	8685035857	6050/3	06/10/2012	R\$ 191,53	208
MIC2795	8685035743	6050/3	25/09/2012	R\$ 191,53	208
MIS2223	8685035597	6050/3	20/09/2012	R\$ 191,53	208
MJR7634	8685035590	5673/2	20/09/2012	R\$ 85,12	183
MJY1524	8685035613	6050/3	22/09/2012	R\$ 191,53	208
NBV2412	8685035603	6050/3	21/09/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 8 DE JANEIRO DE 2013

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO MUNICIPAL

**SAMAE****Portaria N. 01 de 14 de Janeiro de 2013**

PORTARIA N. 01 DE 14 DE JANEIRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA GISELE DE SOUZA BONIN

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de licença-prêmio a servidora GISELE DE SOUZA BONIN, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, referente ao período aquisitivo de 19/02/2003 a 02/02/2009, que será gozada a partir de 03/01/2013 a 03/03/2013, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 14 de janeiro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 062/2013**

PORTARIA Nº. 062/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARA T. RIBEIRO DOS SANTOS KUHLE (Matr. 58), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "C", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 286/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de abril de 2011 e 24 de abril de 2012, para serem gozadas a partir de 11 de janeiro de 2013 a 10 de fevereiro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Janeiro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 063/2013**

PORTARIA Nº. 063/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 290/2012, ao Servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (Matr. 2878), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de dezembro de 2010 e 23 de dezembro de 2011, para serem gozadas a partir de 14 de Janeiro de 2013 a 23 de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 064/2013**

PORTARIA Nº. 064/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2011 e 31 de março de 2012, para serem gozadas a partir de 14 de janeiro de 2013 a 13 de fevereiro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 065/2013**

PORTARIA Nº. 065/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 2558), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "C", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 286/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de novembro de 2011 e 10 de novembro de 2012, para serem gozadas a partir de 14 de janeiro de 2013 a 13 de fevereiro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.



Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 066/2013**

PORTARIA Nº. 066/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANDREIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível - 8, Referência "C", 40 horas semanais, anexo XII da LC Nº. 286/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2011 e 28 de fevereiro de 2012, para serem gozadas a partir de 14 de janeiro de 2013 a 13 de fevereiro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 067/2013**

PORTARIA Nº 067/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora VIVIAN PUTTON ROVEA (Matr. 2748), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fonoaudiólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 14 de janeiro de 2013 a 25 de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, em 14 de Janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 068/2013**

PORTARIA Nº 068/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins

de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de Janeiro de 2013, do servidor MARCELO CRIPPA (Matr. 3006), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Meio Ambiente, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 069/2013**

PORTARIA Nº 069/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de Janeiro de 2013, do servidor DIEGO ZAMPIERI (Matr. 3220), o qual exerce a função de Operador de Máquinas I, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 070/2013**

PORTARIA Nº 070/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de Janeiro de 2013, do servidor AMARILDO SOARES DE LIMA (Matr. 3236), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Serviços Gerais, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Aviso de Dispensa de Licitação**  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2013  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, POR UM PERÍODO DE ATÉ 03 (TRES) MESES.

CONTRATADO  
BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR CONTRATO  
R\$ 1.345,00

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2013.  
QUENIA BRINCKMANN  
GESTORA

**Aviso de Dispensa de Licitação**  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2013  
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, POR UM PERÍODO DE ATÉ 03 (TRES) MESES.

CONTRATADO  
BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR CONTRATO  
R\$ 1.345,00

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2013.  
QUENIA BRINCKMANN  
GESTORA

**Dispensa de Licitação**  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2013  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVA, COM ACESSO

SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, POR UM PERÍODO DE ATÉ 03 (TRES) MESES.

CONTRATADO  
BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR CONTRATO  
R\$ 1.990,00

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2013.  
IVONE ESQUINA  
Gestora do Fundo

**Dispensa de Licitação**  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2013  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, POR UM PERÍODO DE ATÉ 03 (TRES) MESES.

CONTRATADO  
BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR CONTRATO  
R\$ 1.345,00

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
PrEFEITO

**Dispensa de Licitação**  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2013  
IPREVI - HO

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, POR UM PERÍODO DE ATÉ 03 (TRES) MESES.

CONTRATADO  
BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR CONTRATO  
R\$ 7.880,00

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2013.  
SADIR ROVEA  
GESTOR

**Dispensa de Licitação**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2013  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENCIAMENTO/LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, POR UM PERÍODO DE ATÉ 03 (TRES) MESES.

CONTRATADO  
BETHA SISTEMAS LTDA.

VALOR CONTRATO  
R\$ 37.335,00

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 11 de janeiro de 2013.  
NELSON GUINDANI  
PREFEITO

**Ibiam****PREFEITURA****Aviso de Pregão Presencial**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2013  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Aquisição de Combustível, para toda a estrutura do órgão licitante, com recursos próprios do Município de Ibiam e com recursos de origem Federal do exercício financeiro de 2013.

Entrega dos envelopes: 29/01/2013 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 29/01/2013 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044 ou no seguinte endereço eletrônico: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br)

Ibiam, 15 de Janeiro de 2013.  
CLOVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal de Ibiam

**Chamamento Publico**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
CADASTRO DE FORNECEDORES PARA O ANO DE 2013

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, nos termos dos Artigos 34 a 37 da Lei Federal 8666/93, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas as inscrições de novos fornecedores e prestadores de serviços, bem como a atualização dos Registros Cadastrais existentes, para efeito de habilitação nas

Licitações, Fornecedores ou Contratos para o ano de 2013.

Serão exigidos os seguintes Documentos:

DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMPRESAS:

Contrato Social e Alterações; Cartão do CNPJ;

Prova de Inscrição Estadual;

Último Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado;

Certidões Negativas de Débito: Negativa Conjunta Federal e União, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, Falência e Concordata, e CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Em caso de S.A cópia da Ata da Assembléia que constitui seus Administradores.

Empresas optantes pelo Simples deverão apresentar Certidão da Junta Comercial de conformidade com o Art. 8º da IN 103/07 do DNRC

DA DOCUMENTAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA:

Identidade;

CPF; Certidão Negativas de Débito: Federal, Estadual e Municipal; Registro no órgão competente da Profissão(conforme o caso).

Folha Criminal Corrida.

Os documentos devem estar autenticados em cartório ou cópias acompanhadas das originais.

Os esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Travessa Leoniza carvalho Agostini, nº 20 ou pelo telefone (0xx49)35340044, nos dias úteis de segunda a sexta-feira, das 07:00 as 13:00 horas - Setor de Licitações.

Ibiam, 15 de Janeiro de 2013  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

**Imbituba****CÂMARA MUNICIPAL****Portaria CMI Nº09/2013**

PORTARIA CMI nº09/2013

Designa Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Imbituba

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art 35. XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

I - Constituir, com fundamento no art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Imbituba, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

II - Nomear, para integrar a Comissão Permanente de Licitação, nas respectivas funções, os servidores:

- a) Emerson Pacheco Custódio, como Presidente;
- b) Rafaela Oliveira da Rosa, como Vice-Presidente;
- c) João Floriano, como Secretário.

Esta Portaria tem seus efeitos a partir da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de janeiro de 2013.  
LUÍS ANTÔNIO DUTRA  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Ibituba em 14 de janeiro de 2013.

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 1967 /2013 de 14 de Janeiro de 2013.**

RETIFICA DECRETO 1963/2012 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012 QUE HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DE DESEMPENHO DOS FUNCIONÁRIOS E AVALIAÇÃO ANUAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI.

#### **R E T I F I C A**

Art. 1º Fica retificado o decreto 1963/2012 de 28 de Dezembro de 2012, homologando o resultado da Avaliação do Estágio Probatório, da senhora

Art. 2º Nos termos do § 7º do art. 22 da Lei Complementar 001/2002, o servidor que não concordar com o conceito do anexo I do presente decreto, no prazo de 10 dias poderá recorrer solicitando reconsideração ao chefe imediato, constante da comissão de avaliação estabelecida pelas portarias nº.540/2012 e 563/2012. RETIFICA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 2012.

MATR.	NOME DO SERVIDOR	Nº AV.	PONTOS	CONS. FINAL
1987	Jair Luiz Baranoski	1º	654	B
2015	Mirele Frigeri	1º	778	E

Art. 3º O presente Decreto produzira efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Ipumirim - SC, 14 de Janeiro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. 064/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**

CONCEDE LICENÇA AO SENHOR JOÃO TICIANI PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TAXI.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI. CONCEDE:

Ao senhor JOÃO TICIANI, brasileiro, portador do CPF sob o nº.134.191.299-04, proprietário do veículo marca VOYAGE 1.6 TOTAL FLEX 5P ano/modelo 2013/2013, cor BRANCO CRISTAL, chassi 9BWDB45U4DT241505, licença para exploração de serviços de táxi, categoria privado com ponto estabelecido na Praça Professor José Bogoni, neste município de Ipumirim, de acordo com a Lei Complementar 43/2007 de 24 de dezembro de 2007 e Lei Complementar 56/2008 de 06 de novembro de 2008.

A presente portaria terá validade de 30 dias, considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º da LC 43/2007, dentro de 30 dias deverá o contribuinte comparecer junto ao município para

a apresentação do seu veículo nas condições estabelecidas na Lei, a falta da apresentação do veículo nos moldes do previsto no parágrafo anterior, importará na renovação, de pleno direito da permissão.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14/01/2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

#### **Portaria Nº. 066/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### **CONCEDE:**

A LUCIANE RAUBER DOS SANTOS, matrícula 1055-3, férias de 18 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2012 a 01/01/2013 e gozo de 14/01/2013 a 31/01/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14/01/2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

#### **Portaria Nº. 067/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### **CONCEDE:**

A CRISTIAN FERNANDO TELES, matrícula 1680-2, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 21/07/2011 a 20/07/2012 e gozo de 14/01/2013 a 28/01/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14/01/2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

#### **Portaria Nº. 068/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### **CONCEDE:**

A CLEOCIR MARIA SOSTER, matrícula 713-7, férias de 30 dias,



relativas ao período aquisitivo de 22/01/2011 a 21/01/2012 e gozo de 14/01/2013 a 12/02/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14/01/2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 069/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**  
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A SUZANA GIOMBELLI, matrícula 551-7, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 24/02/2011 a 23/02/2012 e gozo de 14/01/2013 a 28/01/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14/01/2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 070/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**  
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A GILVAN ANDRE FRIGERI, matrícula 1690-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/08/2011 a 01/08/2012 e gozo de 14/01/2013 a 12/02/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14/01/2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 071/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**  
EXONERA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

RENATA SGANZERLA, Matrícula 1904-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.832.461 e do CPF 034.218.509-84, com nomeação para o cargo de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO

INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 026/2012, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14 de janeiro de 2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 072/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**  
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A AMARILDO ANTONIO DE MARCO FILHO, matrícula 1707-8, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 18/08/2011 a 17/08/2012 e gozo de 02/01/2013 a 21/01/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2013.

Ipumirim - SC, 14 de janeiro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 073/2013 de 15 de Janeiro de 2013.**  
CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A MOIRA COMBOSKI, matrícula 1676-4, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 15/07/2011 a 14/07/2012 e gozo de 02/01/2013 a 31/01/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2013.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 074/2013 de 15 de Janeiro de 2013.**  
CONTRATA PESSOAL EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MEDICA VETERINARIA DE INSPECAO SANITARIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público.

**CONTRATA**

RENATA SGANZERLA, sob a Matrícula 2081-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.832.461 e do CPF 034.218.509-84, para ocupar o cargo em caráter temporário de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Inspeção Federal - SIF - Empresa Marfrig, para o período de 15/01/2013 a 31/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2013.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 075/2013 de 15 de Janeiro de 2013.**

NOMEIA NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

**CONTRATA**

LUANA SCHMIDT, sob a Matrícula 2082-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.610 e do CPF 074.643.949-09, nomeado no cargo comissionado de DIRETORA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANCEIRO - DIRE - NÍVEL - 030, constante do Anexo I-D Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar 018/2005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-030, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2013.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº.065/2013 de 14 de Janeiro de 2013.**

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

**P R O R R O G A**

Art. 1º. Fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias a portaria 471/2012 de 12 de Novembro de 2012 que INSTAURA processo administrativo Disciplinar contra os servidores MARINO ANTONIO LANG E SILVANO ANTONIO SCHMIDT, Nomeados por Concurso Público, respectivamente através das Portarias nº.0616/1991 e 3213/20113, para o cargo de Provimento Efetivo de PEDREIRO e SERVENTE, ambos lotados na Secretaria do DMER.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

**Extrato Portaria**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PORTARIA NR. 026/2013

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada,

**R E S O L V E :**

Art.1.º - Fica reformulada a nominata da Comissão Permanente de Licitações, a qual fica assim composta para o exercício de 2013:

Presidente:

Mauricio Juraszek

Secretário:

Sintia Bendlin Franz

Membros:

Marcia Maria Kerscher

Fabiano Fagundes

Reinaldo Stasiak

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Lilian Eliane Batschauer

Virlei da Silva

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados os termos da Portaria nº 001/2013 de 02/01/2013 e demais disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para 02/01/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de janeiro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Portaria N.º 07/2013**

PORTARIA NR. 007/2013

DESIGNA PREGOEIRO E COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPE DE APOIO - PREGÃO PRESENCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 3º, inciso IV da Lei n.º 10.520/02;

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Designar o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio para atuar nos procedimentos licitatórios, realizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, na modalidade Pregão Presencial, conforme segue:

Pregoeiro:

Lucio Flávio Lima



**Membros da Equipe de Apoio:**

Jose Osnir Cardoso  
Romulo Antonio Azambuja  
Cícera Angélica de Souza Costa  
Chaiane Hedvig Boruch  
Nildo Juliano Kruger

Art. 2.º - No caso de impedimento do Pregoeiro, atuará como pregoeiro o Senhor Jose Osnir Cardoso e no impedimento deste, o Senhor Romulo Antonio Azambuja.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria n.º 330/2012 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de janeiro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Edital de Lotação**

Prefeitura do Município de Irineópolis

Secretaria Municipal de Educação

CNPJ 83.102.558/0001-05

EDITAL DE PROCESSO DE LOTAÇÃO Nº 003/2013

A Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais, baixa normas e procedimentos que nortearão o Concurso de Lotação dos professores efetivos em Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II do magistério público municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 056/2012 de 08/02/12, conforme artigos 28, 29 e 30.

**1. - DAS INSCRIÇÕES**

1.1 – As inscrições estarão abertas no período de 21 a 25 de janeiro de 2013, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Paraná, 768, Centro.

1.2 – As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (anexo I).

1.3 – Os candidatos serão classificados, considerando o seguinte critério:

a) Ordem classificatória no Concurso Público;  
Tempo de Serviço efetivo no magistério.

1.4 – A listagem dos profissionais, para efeito de inscrição encontra-se no anexo II.

1.5 - O resultado das inscrições será divulgado dia 29/01/2013, no mural da Secretaria Municipal de Educação.

**2. - DAS VAGAS**

2.1 - A escolha de vagas para o concurso de lotação será no dia 05 de fevereiro de 2013 às 09:00 horas nas dependências do Centro de Uso Múltiplo Francisco Rudnick, sito a Rua Guanabara.

2.2 - As vagas disponíveis para o processo de lotação são as seguintes até o momento. Ressaltamos que um novo quadro das vagas estará disponível a partir do dia 04/02 no site [www.ireneopolis.com.br](http://www.ireneopolis.com.br).

sc.gov.br, em virtude dos dois outros processos antecedentes (permuta e remoção).

**QUADRO DE VAGAS - Educação Infantil e Séries Iniciais**

ESCOLA	Professores Efetivos	Carga Horária	Vagas para Efetivação	Carga Horária
1 - CEI Nossa Senhora Aparecida	5	40 horas	3	40 horas
2 - CEI Pedra Branca			2	20 horas
3 - CEI Rio Vermelho			1	40 horas
4 - CEI Santo Antônio	1	40 horas		
5 - CEI Serra dos Gonçalves - EI Serra dos Gonçalves			1	40 horas
6 - CEI São José do Timbózinho	1	40 horas	1	20 horas
7 - E. I. Vila Nova do Timbó - CEI Vila Nova do Timbó			1	40 horas
8 - CEI Pedra Branca			1	40 horas
9 - E. I. Serra Grande - CEI Serra Grande			1	20 horas
10 - E. I. São S. do Bom Retiro			1	40 horas
11 - E. I. Colônia Escada			1	20 horas
12 - G. E. Dalmo Edson Sfair	2	40 horas	3	40 horas
13 - G.E. Zélia Milles	3	20 horas	2	40 horas
14 - E. R. Jandira Brandel de Souza	4	40 horas		
15 - N. E. P. Adolfo Konder	3	20 horas	4	20 horas
16 - N. E. Guilherme Bossow	3	40 horas	7	40 horas
<b>Quadro das Disciplinas Especificas</b>				
17 - N.E. Guilherme Bossow				
Inglês			1	40
Matemática			1	40
Ciências			1	30
Geografia			1	30
História			1	40
Língua Portuguesa			1	30
Educação Física			1	40
Artes/Música			1	20
18-N.E.P. Adolfo Konder				
Artes			1	40
Inglês			1	40
Geografia	1	20		

Língua Portuguesa			1	20
Matemática	1	20		
Geografia	1	20		
Educação Física			1	40
			1	20
Ciências	1	20		
História			1	20
19 – Grupo Escolar Zélia Milles				
Educação Física			1	40
Artes/música			1	20
Inglês	1	15		
20 – Grupo Escolar Dalmo E. Sfair				
Educação Física	1	40		
Artes/música	1	40		
Inglês	1	15	1	10
21- CEI Nossa Senhora Aparecida				
Educação Física			1	40
Artes			1	10
Inglês	1	10		
22 - Multisseriadas				
Educação Física			1	30
Inglês			1	20
Artes			1	20

#### 4. - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

- O resultado final das lotações será afixado no mural da Secretaria Municipal de Educação e disponível no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br), no dia 06/02/2013.

#### 5. - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 – O candidato deverá revisar o formulário de inscrição, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas declarações prestadas.

5.2 - A contar da data de divulgação da classificação dos candidatos os mesmos terão 01 (um) dia para solicitar interposição de recursos mediante protocolo do requerimento para este fim, onde o mesmo deverá ser entregue junto à Secretaria Municipal de Educação.

5.3 – Os efeitos legais do concurso terão vigência a partir do primeiro dia das atividades do ano letivo de 2013.

5.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação para a condução do processo de lotação que trata o presente edital, respeitada a legislação vigente.

5.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 14 de janeiro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

LILLIAN ELIANE BATSCHAUER FERREIRA

Supervisora Escolar

Prefeitura do Município de Irineópolis  
Secretaria Municipal de Educação  
CNPJ 83.102.558/0001-05

#### ANEXO I

PREFEITURA DE IRINEÓPOLIS-SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO  
ESCOLHA DE VAGA PARA LOTAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, servidor efetivo, ocupante do cargo de professor, com carga horária de \_\_\_\_\_ horas semanais, solicito lotação conforme Edital de Lotação 003/2013. Ciente, que a escolha de vagas para o concurso de lotação será no dia 05 de fevereiro de 2013 às 09:00 horas nas dependências do Centro de Uso Múltiplo Francisco Rudnick, sito a Rua Guanabara. Ressaltamos que um novo quadro das vagas estará disponível no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) a partir do dia 03/02 em virtude dos dois outros processos antecedentes (permuta e remoção).

Irineópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

Assinatura do Candidato.

Prefeitura do Município de Irineópolis  
Secretaria Municipal de Educação  
CNPJ 83.102.558/0001-05

#### ANEXO II

Concursos 2004, 2005 e 2010

Unidade Escolar de Lotação	Professor(a)	Área de atuação	Carga Horária
SME	Regiane Konkell	Ensino Fundamental	40 horas
SME	Janice Senff	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Rogério N. Senff	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Maristela B. Andrzejewski	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Jeni Z. Moissa	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Eliane T. Gonchork	Ensino Fundamental - Educação Infantil	20 horas
SME	Rosane de C. Prust	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Rozeni Tonet	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Vera Lucia Borges	Ensino Fundamental - Educação Infantil	20 horas

SME	Ivone T. G. Kohnopka	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Andreia A. K. Janiszewski	Ensino Fundamental - Educação Infantil	20 horas
SME	Bernadete Koderer	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Ceila Mara C. Snicer	Ensino Fundamental - Educação Infantil	20 horas
SME	Ladi T. Halabura	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Selma Dranka	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Elizete K. Gevieski	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Rose A. Donda Lezan	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Romilda Baun	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Vanda T. dos Santos	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Cristiana Nogara Preto	Ensino Fundamental - Educação Infantil	20 horas
SME	Maria Jace H. Zielinski	Ensino Fundamental - Educação Infantil	40 horas
SME	Cristiane Jung	Ensino Fundamental - Português	30 horas
SME	Amilton de Souza	Ensino Fundamental - Matemática	40 horas
SME	Karina Juraszek	Ensino Fundamental - Geografia	30 horas
SME	Jussara Radichski	Ensino Fundamental - Artes	40 horas
SME	Sonia Mara de M. Sagaz	Ensino Fundamental - Ciências	20 horas
SME	Selma C. C. Furst	Ensino Fundamental - Educação Física	20 horas
SME	Quelson m. Brito	Ensino Fundamental - Educação Física	40 horas
SME	Tamara T. Staciak	Ensino Fundamental - Educação Física	40 horas
SME	Ellen A. Kutinski	Ensino Fundamental - Educação Física	40 horas
SME	Regiane D. Kampmann	Ensino Fundamental - Educação Física	40 horas
SME	Jaqueline Estrizer	Ensino Fundamental - História	40 horas

SME	Wilza Henning	Ensino Fundamental - História	20 horas
SME	Jocelane M. Bobrovicz	Ensino Fundamental - Inglês	40 horas
SME	Maria Ivonete Rodrigues	Ensino Fundamental - Inglês	40 horas
SME	Maria Celina Keitto	Ensino Fundamental - Inglês	20 horas
SME	Ivonte Furst	Ensino Fundamental - Matemática	10 horas
SME	Maria Cecilia Brauhardt da Silva	Artes	40 horas

## Itapoá

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 619/2013.

PORTARIA N.º 619/2013.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DE APOSENTADORIA

Na Portaria nº 599/2012, de 23 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial do Município, nº 1130, de 03 de dezembro de 2012, página 111 e na Portaria nº 600/2012, de 04 de dezembro de 2012 publicada no Jornal Em Foco SC Ltda Me, edição dezembro, página 38:

Onde se lê: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigues

Leia-se: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo

Art. 1º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de outubro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 07 de janeiro de 2013.

IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER

Diretora Executiva

Homologo

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### Portaria N.º 622/2013.

PORTARIA N.º 622/2013.

"Dispõe sobre a REVERSÃO do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ do servidor ILVAN LUIZ GELAMO".

A Diretora Executiva do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 20 da Lei Complementar Municipal n.º 011/2005 de 05 de dezembro de 2005, que rege a previdência municipal, e Lei Municipal nº 76/2001, estatuto do servidor, resolve:

Art. 1º Cessar o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ do servidor ILVAN LUIZ GELAMO, concedido através de processo

administrativo IPESI Nº 2006.03.0004P e Portaria 075/2006, revertendo-o as suas atividades, nos termos do artigo 30, da Lei Municipal nº 076/2001 e do artigo 20, § 6, da Lei Complementar Municipal nº 11/2005, conforme laudo médico pericial do Ipesi, de 13/12/2012, certificando a recuperação da capacidade laboral do servidor.

Art. 2º Fica revogada a Portaria do IPESI nº 075/2006.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 14 de janeiro de 2013.  
IARA CRISTINE DE O HOEPFNER  
Diretora Executiva

Homologo:

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N.º 623/2013.**

PORTARIA N.º 623/2013.

“Dispõe sobre a REVERSÃO do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ do servidor LUIZ PEREIRA”.

A Diretora Executiva do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 20 da Lei Complementar Municipal n.º 011/2005 de 05 de dezembro de 2005, que rege a previdência municipal, e Lei Municipal nº 76/2001, estatuto do servidor, resolve:

Art. 1º Cessar o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ do servidor LUIZ PEREIRA, concedido através de processo administrativo IPESI Nº 2010.03.0001P e Portaria 369/2010, revertendo-o as suas atividades, nos termos do artigo 30, da Lei Municipal nº 076/2001 e do artigo 20, § 6, da Lei Complementar Municipal nº 11/2005, conforme laudo médico pericial do Ipesi, de 12/12/2012, certificando a recuperação da capacidade laboral do servidor.

Art. 2º Fica revogada a Portaria do IPESI nº 369/2010.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 14 de janeiro de 2013.  
IARA CRISTINE DE O HOEPFNER  
Diretora Executiva

Homologo:

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**Editais de Chamamento Público Nº 1/2013-Inexigibilidade Nº 2/2013**  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2013  
INEXIGIBILIDADE Nº 2/2013  
PROC.ADM Nº 04/2013/DLC

O Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2013 para CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica interessadas na exploração de 08 (oito) barracas que estarão dispostas na Avenida Beira Mar III durante 04 (quatro) dias de festividades do carnaval 2013, no Município de Itapoá/SC, - dias 09, 10, 11 e 12 de fevereiro de 2013, conforme especificações descritos no Anexo I deste edital. Maiores informações

podem ser obtidas na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e contratos, da Prefeitura Municipal de Itapoá, na Rua Mariana Michels Borges (Rua 960) nº 201, na localidade de Itapema do Norte, nos horários das 08h:00min às 14h:00min, de segunda à sexta-feira, ou pelo telefone (47) 3443-8800 ramal 203 e 215, ou através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

Itapoá, 14 de janeiro de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **Decreto Legislativo Nº 14/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2013

Data: 15 de Janeiro de 2013.

EXONERA CHEFE DA SEÇÃO DE ARQUIVO E CONTROLE DOCUMENTAL

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a Srta. Geisiane Caldeira, do cargo de Chefe da Seção de Arquivo e Controle Documental da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 15 de janeiro de 2013.  
OSNI OCKER  
Presidente

#### **Decreto Legislativo Nº 15/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/2013

Data: 15 de Janeiro de 2013.

EXONERA CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a Sra. Lilian das Graças Maoski, do cargo de Chefe da Seção de Compras da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 15 de janeiro de 2013.  
OSNI OCKER  
Presidente

#### **Decreto Legislativo Nº 16/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2013

Data: 15 de Janeiro de 2013.

EXONERA CHEFE DO SETOR LEGISLATIVO

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a Sra. Leonice Marli Riskowski, do cargo de Chefe do Setor Legislativo da Câmara

Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 15 de janeiro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

### **Decreto Legislativo Nº 17/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2013

Data: 15 de Janeiro de 2013.

NOMEIA CHEFE DO SETOR DE ARQUIVO E CONTROLE DOCUMENTAL

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Srta. Leonice Marli Riskowski, no cargo de Chefe do Setor de Arquivo e Controle Documental da Câmara Municipal de Itapoá/SC, instituído pela Resolução nº 01/2013 e percebendo a gratificação FG-03 estabelecida na Lei Complementar Municipal nº 26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 15 de janeiro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

### **Decreto Legislativo Nº 18/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/2013

Data: 15 de Janeiro de 2013.

NOMEIA CHEFE DA SETOR DE COMPRAS E ALMOXARIFADO

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. Lilian das Graças Maoski, no cargo de Chefe do Setor de Compras e Almoxarifado da Câmara Municipal de Itapoá/SC, instituído pela Resolução nº 01/2013 e percebendo a gratificação FG-03 estabelecida na Lei Complementar Municipal nº 26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 15 de janeiro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

### **Decreto Legislativo Nº 19/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/2013

Data: 15 de Janeiro de 2013.

NOMEIA CHEFE DO SETOR LEGISLATIVO

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Srta. Geisiane Caldeira, no cargo de Chefe do Setor Legislativo da Câmara Municipal de Itapoá/SC, instituído pela Resolução nº 01/2013 e percebendo a gratificação FG-03 estabelecida na Lei Complementar

Municipal nº 26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 15 de janeiro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

### **Decreto Legislativo Nº 20/2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2013

Data: 15 de Janeiro de 2013.

NOMEIA CONTROLADORA INTERNA

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Srta. Maria Inês Vargem, no cargo de Controladora Interna da Câmara Municipal de Itapoá/SC, instituído pela Resolução nº 01/2013 e percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 7 da Lei Complementar Municipal nº 26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 15 de janeiro de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

### **Resolução Nº 01/2013**

RESOLUÇÃO Nº 01/2013

Data: 14 de janeiro de 2013.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 17/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica adicionado ao Quadro de Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Poder Legislativo, constante no art. 11, da Resolução nº 17/2010, o cargo de Controlador Interno:

Denominação	Número de Cargo e Função	Padrão
Secretário Geral	1	7
Assessor de Imprensa	1	5
Procurador Jurídico	1	7
Diretor Administrativo	1	6
Diretor Legislativo	1	6
Assessor da Presidência	1	5
Controlador Interno	1	7

Art. 2º Fica alterado o caput do art. 13 da Resolução nº 17/2010, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A Procuradoria Jurídica, a Controladoria Interna e a Secretaria Geral ficam subordinadas diretamente ao Presidente da Mesa Diretora, sendo dirigidas pelo Procurador Jurídico, pelo Controlador Interno e pelo Secretário Geral, que terão subordinados para seu auxílio funcionários designados pelo Presidente da Mesa, bem como remuneração compatível com a dos Secretários Municipais, definidos em lei específica."

Art. 3º Fica adicionado o parágrafo único e os incisos I e II ao art. 13 da Resolução nº 17/2010, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único - O cargo de Controlador Interno será ocupado por servidor efetivo, com comprovada experiência em funções pertinentes à administração pública, bem como formação técnica nas



áreas de economia, ciências contábeis, administração ou direito.  
I - Fica assegurado ao responsável pela Auditoria Interna, no desempenho de suas funções, o acesso a todos os documentos e informações relacionadas aos setores fiscalizados.

II - É vedado divulgar fatos e informações de que tenha tomado conhecimento, em razão do exercício de sua atribuição."

Art. 4º Fica alterado o inciso V do art. 15 da Resolução nº 17/2010, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"V - Chefe do Setor de Compras e Almoxarifado."

Art. 5º Fica adicionado o art. 15-A à Resolução nº 17/2010:

"Art. 15-A. O Departamento Legislativo divide-se em setores, abaixo especificados, coordenados por chefes de setores, nomeados pelo Presidente da Mesa, que receberão, a título de função gratificada, os valores definidos com FG-03, constante de tabela própria e suas atribuições no Anexo IV:

I - Chefe do Setor Legislativo;

II - Chefe do Setor de Arquivo e Controle Documental;

III - Chefe do Setor Parlamentar e Eventos."

Art. 6º Fica suprimido o §1º do art. 15, renumerando-se o parágrafo subsequente.

Art. 7º Fica alterado o Anexo I, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**CARGO: SERVIÇOS GERAIS**

( )

**ATRIBUIÇÕES:**

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;

II - proceder, quando devidamente autorizado, a aquisição de produtos alimentícios e materiais de limpeza, destinados ao consumo da copa e cozinha;

III - fazer cafezinho, chimarrão, chá e outros;

IV - servir cafezinho, chimarrão, água, chá e refrigerantes aos Vereadores e funcionários;

V - atender com presteza, aos Vereadores, funcionários e outras pessoas que comparecerem à Câmara, no que diz respeito a suas atribuições;

VI - solicitar, com antecedência, a quem de direito, a aquisição dos produtos necessários à execução das atribuições estabelecidas, a fim de atender aos requisitos de conservação e higiene;

VII - dispor, adequadamente, dos resíduos e lixo da copa e cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos;

VIII - limpar e zelar pela boa conservação dos móveis, utensílios e outros materiais pertencentes à Câmara Municipal;

IX - anotar em formulário próprio, a quantidade recebida e a consumida de gêneros alimentícios e de materiais de limpeza, para subsidiar controles e levantamentos estatísticos;

X - realizar o trabalho de limpeza geral das dependências da Câmara, cuidando sempre para deixar as dependências em ótimas condições higiênicas;

XI - realizar tarefas correlatas que forem determinadas pelo superior imediato.

( )

**CARGO: MOTORISTA**

(..)

**ATRIBUIÇÕES:**

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;

II - proceder, quando devidamente autorizado, a entrega e recolhimento de correspondências e informativos do Poder Legislativo,

III - atender com presteza, aos Vereadores, funcionários e outras pessoas que comparecerem à Câmara, no que diz respeito a suas atribuições;

IV - solicitar, com antecedência, a quem de direito, a aquisição dos produtos necessários à execução das atribuições estabelecidas, a fim de atender aos requisitos de conservação e higiene;

V - manter o veículo que estiver sob seus cuidados, limpo e em perfeitas condições de uso de forma a evitar danos e acidentes;

VI - informar em tempo hábil ao setor competente a necessidade de manutenção do veículo sob seus cuidados;

VII - realizar tarefas correlatas que forem determinadas pelo superior imediato.

( )

**CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

( )

**ATRIBUIÇÕES:**

I - executar serviços contábeis e interpretar legislação referente a contabilidade pública;

II - executar a escrituração analítica de atos ou fatos administrativos;

III - escriturar contas correntes diversas;

IV - organizar boletins de receita e despesas;

V - elaborar "slips" de caixa;

VI - escriturar mecânica ou manualmente livros contábeis;

VII - levantar balancetes patrimoniais e financeiros;

VIII - conferir balancetes auxiliares;

IX - examinar processos de prestação de contas;

X - operar com máquinas de contabilidade em geral;

XI - examinar empenho, verificando a classificação e a existência de saldo nas dotações;

XII - informar processos relativos a despesa;

XIII - interpretar legislação referente a contabilidade pública;

XIV - efetuar cálculos de reavaliação do ativo e depreciação de bens móveis;

XV - organizar relatórios de atividades, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres;

XVI - elaborar os relatórios de gestão fiscal e de prestação de contas, elaborar os relatórios exigidos no respectivo regulamento da profissão;

XVII - auxiliar o trabalho da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na análise de matérias financeiras, orçamentárias e de natureza fiscal;

XVIII - Encaminhar ao responsável pelo Setor de Patrimônio cópia das notas fiscais dos bens adquiridos;

XIX - executar outras tarefas afins.

( )

**CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO I**

( )

**ATRIBUIÇÕES:**

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;

II - auxiliar o Secretário Geral, nos itens de sua competência;

III - redigir, digitar ofícios, atas, portarias, cartas, memorandos, certidões, atestados, informações, decretos, resoluções, declarações, indicações e requerimentos;

IV - zelar pela limpeza e conservação das máquinas e computadores;

V - prestar esclarecimentos sobre os serviços de sua competência, quando solicitado;

VI - digitar contratos a serem firmados pela Câmara;

VII - manter registro numérico da correspondência;

VIII - auxiliar na elaboração de relatórios administrativos mensais e anuais que lhe forem solicitados;

IX - auxiliar no levantamento de tempo de serviço para concessão de vantagens;

X - operar computador, auxiliando na inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como nas consultas e divulgação dos registros acumulados;

XI - auxiliar na implementação dos sistemas de dados eletrônicos, interligando os setores da Câmara;

XII - auxiliar na manutenção do sistema de computação da Secretaria e da Câmara;

XIII - auxiliar na pesquisa de atualização dos trabalhos informatizados da Câmara, bem como na adequação dos equipamentos ao ritmo de trabalho e de atualização necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Câmara;

XIV - auxiliar em todas as atividades da Secretaria que lhe forem solicitadas;

XV - auxiliar na organização e do sistema de protocolo e arquivos;

XVI - executar outras tarefas correlatas.

( )

**CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO II**



( )  
**ATRIBUIÇÕES:**

- I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
- II - auxiliar o Secretário Geral, nos itens de sua competência;
- III - redigir, digitar ofícios, portarias, cartas, memorandos, certidões, atestados, informações, decretos, resoluções e declarações;
- IV - zelar pela limpeza e conservação das máquinas e computadores;
- V - prestar esclarecimentos sobre os serviços de sua competência, quando solicitado;
- VI - digitar contratos a serem firmados pela Câmara;
- VII - manter registro numérico da correspondência;
- VIII - elaborar relatórios administrativos mensais e anuais que lhe forem solicitados;
- IX - orientar levantamento de tempo de serviço para concessão de vantagens;
- X - operar computador, operando o programa de inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados;
- XI - implementar os sistemas de dados eletrônicos, interligando os setores da Câmara;
- XII - manter o sistema de computação da Secretaria e da Câmara em perfeitas condições de funcionamento;
- XIII - manter permanente pesquisa de atualização dos trabalhos informatizados da Câmara, bem com adequar os equipamentos ao ritmo de trabalho e de atualização necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Câmara;
- XIV - orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da Secretaria;
- XV - executar outras tarefas correlatas.

( )  
**CARGO: AGENTE LEGISLATIVO**

( )  
**ATRIBUIÇÕES:**

- I - Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
- II - Auxiliar o Procurador Jurídico nos itens de sua competência;
- III - Redigir, digitar ofícios, portarias, cartas, memorandos, certidões, atestados, informações, indicações, requerimentos, projetos de lei, emendas, decretos, resoluções, leis, declarações e emendas atribuídas ao Departamento Jurídico;
- IV - Prestar esclarecimentos sobre os serviços de sua competência, quando solicitado;
- V - Manter registro numérico da correspondência dirigida ao seu superior;
- VI - Secretariar reuniões e redigir atas quando requerido;
- VII - Elaborar relatórios anuais de toda atividade legislativa desenvolvida na Câmara, solicitados pelo Presidente;
- VIII - Operar computador para realização das tarefas que lhe forem confiadas, ficando responsável pelo programa de inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e informação dos registros acumulados das atividades que lhe forem confiadas;
- IX - Manter permanente pesquisa de atualização das alterações legais que importem ou influenciem diretamente o Poder Legislativo;
- X - Receber até o início das sessões o pedido de licença dos vereadores e suplentes, registrá-los e dar-lhes o devido encaminhamento;
- XI - Manter controle dos prazos regimentalmente impostos para o cumprimento dos encaminhamentos que lhe forem confiados;
- XII - Responsável pelo registro no Livro de Precedentes Regimentais, de projetos de lei, decretos, portarias, etc.;
- XIII - Auxiliar, orientar e coordenar todas as atividades jurídicas da Secretaria;
- XIV - Responsável pela organização e supervisão do sistema de protocolo e arquivos;
- XV - Executar outras tarefas correlatas.

( )  
 Art. 8º Fica alterado o Anexo II, que passará a vigorar com a

seguinte redação:  
**CARGO: SECRETÁRIO GERAL**

( )  
**ATRIBUIÇÕES:**

- I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
- II - auxiliar e prestar assessoramento técnico à elaboração das leis em geral;
- III - auxiliar e assessorar as Bancadas, Comissões Permanentes, Temporárias e Vereadores, sempre que solicitado;
- IV - auxiliar e redigir correspondência sujeita a qualquer aspecto legislativo;
- V - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente;
- VI - auxiliar e elaborar pareceres sobre consultas formuladas pelo Presidente e Vereadores, referentes a assuntos diversos;
- VII - auxiliar e redigir minutas de projetos de lei, decretos, resoluções e atos normativos da competência da Mesa Diretora, em conformidade com as normas legais e de interesse da Câmara;
- VIII - interpretar normas legais e administrativas diversas, quando solicitado;
- IX - assessorar nas licitações públicas que envolvam interesses da Câmara;
- X - orientar na organização da coletânea da legislação federal, estadual e municipal, aplicável à Câmara de Vereadores;
- XI - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente da Câmara;
- XII - exercer a supervisão geral, orientar, coordenar e fiscalizar os serviços administrativos da Câmara Municipal;
- XIII - elaborar relatórios anuais de todas as atividades administrativas desenvolvidas na Câmara, apresentando-o ao Presidente até o dia 30 de dezembro;
- XIV - elaborar, com assessoramento do serviço de Contabilidade, encaminhado-a à Presidência, a proposta orçamentária para o exercício vindouro e a prestação de contas do exercício anterior, nos prazos determinados;
- XV - ordenar a despesa autorizada, o empenho e o pagamento das contas, satisfeitas as exigências legais;
- XVI - propor a realização de sindicância para a apuração sumária de faltas ou irregularidades verificadas na Câmara de Vereadores;
- XVII - promover o aperfeiçoamento dos serviços afetos à Supervisão Geral;
- XVIII - dirigir e controlar os serviços administrativos, legislativo e financeiro da Câmara;
- XIX - assinar correspondências administrativas e certidões, quando determinado pelo Presidente;
- XX - fazer-se presente, quando convocado, às Sessões Plenárias, às da Mesa e das Comissões;
- XXI - encaminhar ao Presidente, pedido de cedência das instalações da Câmara;
- XXII - baixar instruções e ordens de serviço, a pedido do Presidente para a boa execução dos trabalhos das unidades sob sua supervisão;
- XXIII - despachar com o Presidente todo o expediente dos serviços que dirige;
- XXIV - abonar faltas de funcionários;
- XXV - exarar despachos interlocutórios e outros no âmbito de suas atribuições;
- XXVI - superintender para que o atendimento às Sessões Plenárias transcorra dentro das previsões regimentais;
- XXVII - representar, administrativamente, o Presidente, quando designado;
- XXVIII - proceder às licitações quando determinado pelo Presidente;
- XXIX - adquirir manter o estoque de material a ser utilizado pela Câmara Municipal;
- XXX - aplicar medidas disciplinares urgentes e propor a aplicação daquelas que excedam a sua competência, com a devida anotação no respectivo registro funcional;
- XXXI - supervisionar as atividades de pessoal, material, arquivo,

portaria, expediente, datilografia, comunicações, telefonia, serviços gerais, segurança, contabilidade, tesouraria, material e patrimônio;

XXXII - prestar permanente assistência administrativa, no campo de sua competência, à Mesa Diretora da Câmara e demais Vereadores;

XXXIII - supervisionar o cadastro financeiro e funcional dos servidores, com registro permanente de todas as ocorrências da vida mesmo;

XXXIV - promover medidas relativas ao processo seletivo e ao aperfeiçoamento de pessoal;

XXXV - controlar exames médicos para os fins indicados na legislação de pessoal;

XXXVI - organizar a escala de férias dos servidores administrativos;

XXXVII - executar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo Presidente.

( )

CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO

( )

ATRIBUIÇÕES:

I - providenciar a organização do serviço administrativo da Câmara Municipal;

II - coordenar as atividades a serem desempenhadas pelos setores contábil-financeiro, de patrimônio, de recursos humanos, de informática e de compras e almoxarifado.

( )

CARGO: DIRETOR LEGISLATIVO

( )

ATRIBUIÇÕES:

I - providenciar a organização do serviço legislativo da Câmara de Vereadores;

II - coordenar as atividades a serem desempenhadas pelos setores de atividade parlamentar e eventos, legislativo e de arquivo e controle documental.

( )

CARGO: ASSESSOR DE IMPRENSA

( )

ATRIBUIÇÕES:

I - encaminhar, para distribuição à imprensa, a resenha das atividades do Presidente, da Mesa Diretora, dos Vereadores e da Câmara em geral;

II - elaborar noticiário referente a tramitação, discurso e votação de projetos;

III - elaborar noticiário sobre fatos relevantes relacionados com a tramitação de proposições e atuação da Câmara;

IV - noticiar os trabalhos das Comissões de trabalho da Câmara;

V - organizar e manter, sempre atualizado, arquivo único de imprensa, contendo não só todas as matérias encaminhadas à publicação, pelos Vereadores, como também as que de qualquer forma, se relacionam com o trabalho da Câmara e seus integrantes;

VI - redigir pronunciamentos, saudações, discursos e mensagens, quando solicitado pelo Presidente ou Mesa Diretora;

VII - assistir o Presidente e a Mesa Diretora, quando em missão especial fora da Câmara, em cobertura jornalística, quando solicitado;

VIII - levar ao conhecimento do diretor Geral, as matérias para publicação nos órgãos de imprensa; executar outras tarefas correlatas.

( )

CARGO: ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA:

( )

ATRIBUIÇÕES:

I - Assessorar o parlamentar na elaboração de discursos, defesa de propostas e pronunciamentos ordinários em suas atividades;

II - Elaborar minutas de projetos de Lei, Moções, indicações, contestações e outras proposições de autoria do Vereador;

III - Coordenar a representação social e política do parlamentar;

- Preparar e encaminhar o expediente do parlamentar;

IV - Coordenar o fluxo de informações e as relações públicas de interesse do Vereador;

V - Receber, encaminhar e assessorar o parlamentar na resposta de correspondências a este destinadas;

VI - Organizar e manter atualizado arquivo de atos, fatos, e de interesse direto ou indireto do parlamentar;

VII - Representar o parlamentar em compromissos a que este não possa comparecer;

VIII - Organizar e administrar a agenda de compromissos do parlamentar;

IX - Exercer funções de relações com outros órgãos, grupos sociais e políticos organizados;

X - Prestar assistência pessoal ao Parlamentar;

XI - Preparar, registrar, publicar e expedir os atos do Presidente;

XII - Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

( )

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

( )

ATRIBUIÇÕES:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;

II - representar extrajudicialmente a Câmara de Vereadores sempre que solicitado pela Mesa Diretora;

III - prestar assessoramento técnico-jurídico à elaboração das leis em geral;

IV - assessorar juridicamente as Bancadas, Comissões Permanentes, Temporárias e Vereadores, sempre que solicitado;

V - redigir correspondência sujeita a qualquer aspecto jurídico legal;

VI - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente;

VII - apresentar relatório anual sobre as atividades exercidas pela Assessoria;

VIII - elaborar pareceres sobre consultas formuladas pelo Presidente e Vereadores, referentes a assuntos de natureza jurídico-administrativa e fiscal;

IX - estudar e redigir minutas de projetos de lei, decretos, resoluções e atos normativos da competência da Mesa Diretora, bem como documentos contratuais de qualquer espécie, em conformidade com as normas legais e de interesse da Câmara;

X - interpretar normas legais e administrativas diversas, quando solicitado;

XI - ajuizar as ações da Câmara, compondo e redigindo toda e qualquer ação em que figure a Câmara Municipal como autora e defesas quando réu;

XII - estudar assuntos de direito, de ordem geral ou específica, de modo a habilitar a Câmara a solucionar problemas de administração;

XIII - assessorar nas licitações públicas que envolvam interesses da Câmara;

XIV - orientar na organização da coletânea da legislação federal, estadual e municipal, aplicável à Câmara de Vereadores;

XV - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente da Câmara.

( )

Art. 9º Fica alterado no Anexo I da Resolução nº 17/2010, a carga horária semanal para provimento do cargo de Técnico em Contabilidade, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Padrão: 3 - referente a 10 horas semanais"

Art. 10. Fica alterado no Anexo I da Resolução nº 17/2010, a carga horária semanal para provimento do cargo de Técnico em Contabilidade, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 30 horas semanais."

Art. 11. Fica adicionado ao anexo II da Resolução nº 17/2010 as atribuições do cargo de Controlador Interno, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CARGO: CONTROLADOR INTERNO**

Padrão: 7

**ATRIBUIÇÕES:**

- I - Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
- II - Realizar os atos a seu cargo, em obediência aos princípios constitucionais;
- III - Propor aos chefes do Poder Legislativo, atualização e adequação das normas de controle interno;
- IV - Programar e organizar auditorias nos setores da Câmara de Vereadores, manifestando-se sobre os resultados e sugerindo instauração de Processo Administrativo, em caso de identificação de irregularidade;
- V - Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal;
- VI - Acompanhar os limites constitucionais e legais (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- VII - Sugerir aos chefes do Poder Legislativo, a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para a melhoria no desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Câmara de Vereadores;
- VIII - Buscar assegurar a boa gestão dos recursos públicos;
- IX - Apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração pública em obediência aos princípios regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil;
- X - Exercer outras atividades legais e administrativas inerentes ao cargo e as que lhe forem delegadas.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Horário: à disposição da Presidência.

**REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:**

Ser servidor efetivo, com comprovada experiência em funções pertinentes à administração pública, bem como formação técnica nas áreas de economia, ciências contábeis, administração ou direito.

Instrução: técnica ou superior nas áreas de economia, ciências contábeis, administração ou direito.

Idade: mínima de 21 anos.

**RECRUTAMENTO:** de livre nomeação do Presidente da Mesa Diretora.”

Art. 12. Fica alterado o Anexo III da Resolução nº 17/2010, que dispõe acerca da estrutura organizacional, que passará a vigorar da seguinte forma:

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER LEGISLATIVO**

Art. 13. Fica alterado no anexo IV da Resolução nº 17/2010, a Chefia de Compras, que passará a vigorar com a seguinte redação: “Chefia do setor de compras e almoxarifado”

Art. 14. Fica alterado no anexo IV da Resolução nº 17/2010, as atribuições do cargo de Chefe do setor de compras e almoxarifado: “Chefia do setor de compras e almoxarifado

A setor de compras é responsável pelo desenvolvimento das atividades inerentes à área, como:

- I - Cumprir as Normas e Procedimentos para contratação de serviços e aquisição de materiais, conforme a legislação vigente;
- II - Realizar os pedidos de compras autorizados e acompanhá-lo até a chegada do material e ou cumprimento dos contratos;
- III - Encaminhar o pedido de reserva de verba para os pedidos de compras e contratos ao setor Contábil;
- IV - Checar os prazos de entrega dos materiais e qualidade dos mesmos com as especificações da compra e ou contratos;
- V - Acompanhamento das reservas de verba, empenhos, suplementação de verbas;
- VI - Auxiliar no planejamento e previsão orçamentária anual;
- VII - Analisar a documentação recebida, verificando se a compra está autorizada;
- VIII - Controlar os volumes declarados na Nota Fiscal e no Manifesto de Transporte com os volumes a serem efetivamente recebidos;
- IX - Proceder a conferência visual, verificando as condições de embalagem quanto a possíveis avarias na carga transportada e, se for o caso, apontando as ressalvas de praxe nos respectivos

documentos;

X - Proceder a conferência quantitativa e qualitativa dos materiais recebidos;

XI - Decidir pela recusa, aceite ou devolução, conforme o caso;

XII - Providenciar a regularização da recusa, devolução ou da liberação de pagamento ao fornecedor;

XIII - Liberar o material desembaraçado para estoque no almoxarifado;

XIV - Zelar pela boa conservação do material armazenado na área de recebimento, assim como por suas estruturas de armazenagem;

XV - Organizar os materiais nas estruturas de armazenagem;”

Art. 15. Fica adicionado no anexo IV da Resolução nº 17/2010, as atribuições do cargo de Chefe do setor de arquivo e controle documental:

“Chefia do setor de arquivo e controle documental

Ao Setor de arquivo e controle documental, cabe-lhe a coordenação e controle, entre outras inerentes à área, o seguinte:

I - Receber, controlar e organizar os documentos correntes (vigentes), intermediários (semi-ativos) e permanentes (arquivo morto), produzidos, recebidos ou acumulados;

II - Manter o cadastro e o controle dos usuários do sistema informatizado de protocolo e arquivo;

III - Atender e controlar consultas e empréstimos de documentos que estão sob sua custódia;

IV - Participar do processo de avaliação e destinação de documentos, procedendo aos descartes necessários e transferindo a documentação de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, conforme planos de destinação estabelecidos;

V - Zelar pelas condições de conservação do acervo documental produzido, recebido ou acumulado, enquanto estiverem sob sua custódia;

VI - Proceder às autuações de processos e os registros de documentos, dossiês ou expedientes da unidade e/ou órgãos;

VII - Controlar a tramitação e a distribuição de processos, documentos, dossiês ou expedientes no âmbito das unidades e/ou órgãos;

VIII - Efetuar o encerramento de processos, documentos, dossiês ou expedientes no âmbito das unidades e/ou órgãos;

IX - Proceder ao arquivamento de projetos, processos, documentos, dossiês ou expedientes no âmbito das unidades e/ou órgãos;

X - Conservar os documentos, mantendo o arquivo organizado e atualizado;

XI - Localizar documentos;

XII - Controlar a saída de documentos do arquivo.”

Art. 16. Fica adicionado no anexo IV da Resolução nº 17/2010, as atribuições do cargo de Chefe do setor parlamentar e eventos: “Chefia do setor parlamentar e eventos

O Setor parlamentar e eventos é responsável pelo desenvolvimento das atividades inerentes à área, tais como:

I - Auxiliar o Diretor Legislativo;

II - Prestar assessoria aos vereadores;

III - Desenvolver conceitos para os eventos (solenidades, reuniões, etc.);

IV - Criar planos e documentação para os eventos;

V - Providenciar orçamentos para os eventos;

VI - Encontrar e organizar fornecedores, funcionários e voluntários;

VII - Reservar os locais e equipamentos dos eventos;

VIII - Promover e fazer o marketing dos eventos nas mídias;

IX - Acompanhar o desenrolar dos eventos.”

Art. 17. Fica revogada a Resolução nº 25/2011.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 14 de janeiro de 2013.

Osni Ocker

Presidente



# Joaçaba

## PREFEITURA

### Portaria N.º 061

PORTARIA Nº 061 DE 07 DE JANEIRO DE 2013  
"ANULA PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. ANULAR A PORTARIA Nº 041 de 07/01/2013 do(a) Senhor(a) LUCI TEREZINHA HEBERLE, a qual nomeia para o cargo de Auxiliar de Gabinete nível CC-5 da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde de 02 de janeiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 062

PORTARIA Nº 062 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) BRUNA PEDRINI, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 063

PORTARIA Nº 063 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LUIZ ZARDO, para exercer o cargo

de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 064

PORTARIA Nº 064 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) PEDRO DORLI BELOTTO, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 065

PORTARIA Nº 065 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) HELENA ARENHARDT, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 067**

PORTARIA Nº 067 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) EDCASSIO DALA COSTA, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 068**

PORTARIA Nº 068 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) SUELEN FERREIRA FRANÇA, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 069**

PORTARIA Nº 069 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) GUILHERME AUGUSTO TRENTIN DA SILVA, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 070**

PORTARIA Nº 070 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARIANA BELOTO MOREIRA, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 071**

PORTARIA Nº 071 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I,

IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LUCI TEREZINHA HEBERLE, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 072**

PORTARIA Nº 072 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ANA PAULA ENDERLE, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 073**

PORTARIA Nº 073 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ZULEICA DE DEUS E SILVA BROETTO, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de

2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 074**

PORTARIA Nº 074 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI  
RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. NAIARA KREVE, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de janeiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 11 de janeiro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 075**

PORTARIA Nº 075 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ALTEVIR DA CAS, Assessor de Gabinete Vice-Prefeito, nível CC-3, com lotação no Gabinete do Vice Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de janeiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 076**

PORTARIA Nº 076 DE 14 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:



Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARCELLA RUDINICK, Chefe da Divisão de Saúde, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 14 de janeiro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 077**

PORTARIA Nº 077 DE 14 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) CASSIO CECCONELLO, Gerente de Engenharia, Obras e Urbanismo, nível CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 14 de janeiro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 078**

PORTARIA Nº 078 DE 14 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ADEMIR LAMB, Gerente de Habitação Social e Regularidade Fundiária, nível CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 14 de janeiro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 079**

PORTARIA Nº 079 DE 14 DE JANEIRO DE 2013

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20723001.1.00131/97-6, nos assentos funcionais do Servidor RICARDO LUIZ TOMMASI, detentor da matrícula nº 2.600 e do cargo de provimento efetivo de Professor Pós Graduado.

O Prefeito do Município de Joaçaba - SC., no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor RICARDO LUIZ TOMMASI, matrícula 2.600, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor Pós Graduado, equivalente a 3.915 (três mil, novecentos e quinze) dias, extraído da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022040.1.00026/11-7, nas funções de Professor:

- 568 (quinhentos e sessenta e oito) dias de serviços prestados à Fundação de Educação Cultura Espirita Paraná Santa Catarina totalizando 01 (hum) ano, 06 (seis) meses e 23 (vinte e três) dias de efetivo exercício;

- 1.790 (hum mil, setecentos e noventa) dias de serviços prestados à Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, totalizando 04 (quatro) anos e 11 (onze meses de efetivo exercício;

- 1.557 (hum mil, quinhentos e cinquenta e sete) dias de serviços prestados à Prefeitura de Joaçaba, totalizando 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 07 (sete) dias de efetivo exercício, contribuindo no período para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 14 de janeiro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 066**

PORTARIA Nº 066 DE 11 DE JANEIRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARIA OLIVIA BELOTTO, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de janeiro de 2013.  
RAFAEL LASKE

**SIMAE****Portaria JHL 010/2013**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 010/2013 DE 15/01/2013  
Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - REVOGAR a Portaria JHL 88/2012 de 02/05/2012, e CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, nova Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Iuri Morandini, em estágio probatório com a seguinte composição sendo presidida pelo primeiro:

André Francisco Fiorin

Valdesir Spier

Almir Penteado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 15 de Janeiro de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

**Lages****PREFEITURA****Resultado PP 33-2012 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SETOR DE LICITAÇÃO  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2012 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA CONSUMO DO CONTROLE DE ZOONOSSES DE LAGES, NO EXERCÍCIO DE 2013.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDOR: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA.  
R\$ 28.414,60

Lages, 14 de janeiro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

**Resultado PP 35-2012 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SETOR DE LICITAÇÃO  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2012 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS  
R\$ 149.422,40

Lages, 14 de janeiro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

**Resultado TP 26-2012 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SETOR DE LICITAÇÃO  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2012 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ROMEU RAMOS LUCENA, NESTA CIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: CCL CONSTRUTORA LTDA.

R\$ 211.228,94

Lages, 14 de janeiro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

**Lauro Muller****PREFEITURA****Decreto Nº 002/2013**

D E C R E T O Nº 002/2013.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica a Senhora Rosana Benedet, Contadora, juntamente com o Senhor Fabrício Kusmin Alves, Prefeito Municipal autorizado a realizar as seguintes movimentações das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Lauro Müller e do Fundo Municipal de Saúde mantida em instituições financeiras:

- Conta Corrente
- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
- AUTORIZAR COBRANCA
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- ENDOSSAR CHEQUE
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/ AASP
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO
- DDA

- Operações
- CONCEDER ABATIMENTOS
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR
- EFETUAR ACORDOS
- EMITIR DUPLICATAS
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO
- ASSINAR ORCAMENTO
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

- Instrumento de Crédito
- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES
- ASSINAR INSTR DE CREDITO
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/SOCIOS
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

### **Decreto N° 003/2013**

D E C R E T O Nº 003/2013.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Senhora Rosana Benedet, Contadora, juntamente com o Senhor Diego José Cifuentes, Fisioterapeuta autorizados a realizar as seguintes movimentações das contas bancárias do

Hospital Municipal Henrique Lage de Lauro Müller mantida em instituições financeiras:

- Conta Corrente
- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
- AUTORIZAR COBRANCA
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- ENDOSSAR CHEQUE
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/ AASP
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO
- DDA

- Operações
- CONCEDER ABATIMENTOS
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR
- EFETUAR ACORDOS
- EMITIR DUPLICATAS
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO
- ASSINAR ORCAMENTO
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

- Instrumento de Crédito
- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES
- ASSINAR INSTR DE CREDITO
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/SOCIOS
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

### **Decreto N° 004/2013**

D E C R E T O Nº 004/2013.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.503/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo de Contratação de Professores, em substituição de funcionários por prazo determinado, integrada pelos (as) Senhores (as):

PRESIDENTE:	REJANE VASIELEVSKI MIRANDA
MEMBRO:	BRUNA RAMOS GAZOLA
MEMBRO:	ARISTELA DE OLIVEIRA VIEIRA
MEMBRO:	FABIANA DA SILVA SPINDOLA
MEMBRO:	MARIA HOFFMANN
MEMBRO:	ROSANE BUSS

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo elaborará o Edital de Processo Seletivo para Contratação de Professores, em substituição de funcionários por prazo determinado, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal.

Art. 3º - O Prefeito Municipal poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura para elaboração e execução do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER - SC., 08 de Janeiro de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

ADAILTON DE AGUIAR

Sec. Administração, Fin. Planej.

### **Retificação 01 - Edital de Processo Seletivo Simplificado N° 001/2013**

RETIFICAÇÃO 01 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2013, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.

a) Fica acrescentado a letra "j" no item 4 do Capítulo III -Inscrição, conforme abaixo:

"j) 01 (uma) foto 3x4".

b) Fica alterado o item 6 do Capítulo III -Inscrição, conforme abaixo:

6 - O candidato poderá inscrever-se em uma ou mais áreas de atuação, em até 02 (duas) disciplinas, desde que preencha habilitação

mínima exigida.

c) Fica alterado o Item 1 do Anexo I - Contagem de pontos Professor, conforme abaixo:

### **CONTAGEM DOS PONTOS - PROFESSOR**

1 - Área de atuação educação infantil e 1º a 5º ano:

1.1 - Licenciatura plena em pedagogia, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, Português, Inglês, História, Geografia, Ensino Religioso 10 pontos

1.2 - Licenciatura curta 10 pontos

1.3 - Estudante de pedagogia, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, Português, Inglês, História, Geografia, Ensino Religioso a partir do 6º semestre 06 pontos

1.4 - Estudante de pedagogia, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, Português, Inglês, História, Geografia, Ensino Religioso do 2º ao 5º semestre 05 pontos

1.5 - Estudante de Pedagogia, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, Português, Inglês, História, Geografia, Ensino Religioso do 1º semestre 03 pontos

1.6 - 2º grau com habilitação em magistério 03 pontos

1.7 - Formação 2º grau (Ensino Médio) 02 pontos

Lauro Muller, 15 de Janeiro de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

REJANE VASIELEVSKI MIRANDA

Presidente da Comissão

## **Lebon Régis**

### **PREFEITURA**

### **Decreto N° 002/2013**

DECRETO Nº 002/2013 de 14 de janeiro de 2013.

FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO- UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Art. 198 c/c Art. 199 da LC 026/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 78,48 (sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), a Unidade Fiscal do Município - UFM para o exercício de 2013, com base na variação do IGP-M do período de janeiro a dezembro de 2012 (7,76%).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 002/2012 de 10 de janeiro de 2012.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 14 de janeiro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal



Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 003/2013**

DECRETO Nº 003/2013 - de 14 de janeiro de 2013.

“Dispõe sobre alteração da nomeação de funcionário para representar o município junto ao DETRAN/SC, e contem outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Ficam designados os senhores Adair da Silva Mattos, servidor público municipal, matrícula nº 756/01 de 2 de janeiro de 2001 e Osmar Padilha Puttkammer servidor público municipal, matrícula nº1007/04 de 14 de janeiro 2013 para responderem perante o DETRAN/SC.

Art. 2º. Os servidores relacionados no artigo anterior ficam responsáveis junto ao DETRAN/SC por toda documentação dos veículos da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto nº DECRETO Nº 075/2011, de 1 de agosto de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.  
Lebon Régis, 14 de janeiro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

### **Decretonº 004/2013**

DECRETO Nº 004/2013 - de 14 de janeiro de 2013.

“Dispõe sobre a alteração da Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiro e Equipe de Apoio.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica alterada a Comissão Permanente de Licitações - CPL do Município de Lebon Régis - SC, que passa a ter a seguinte composição:

I - Itacir Luiz Rizzo, servidor público efetivo;  
II - Camila Oliveira de Lima Campos, servidora ocupante de cargo em comissão;  
III - Thacyana Canalle, servidora pública efetiva.  
Parágrafo único. A Comissão será presidida pelo servidor indicado no inciso I e secretariada pela servidora indicada no inciso II.

Art. 2º. Fica designada Pregoeira a servidora pública efetiva Thacyana Canalle.  
Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos, a Pregoeira será substituída pelo servidor público efetivo Adair da Silva Mattos.

Art. 3º. Ficam designados para a Equipe de Apoio ao pregoeiro os seguintes servidores:

I - Camila Oliveira de Lima Campos, servidora ocupante de cargo em comissão;

II - Itacir Luiz Rizzo, servidor público efetivo;

III - Fernando Ribeiro da Silva, servidor público efetivo.

Art. 4º. As atribuições e competências da Comissão Permanente de Licitação, do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio são aquelas definidas na legislação federal e municipal pertinentes.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 14 de janeiro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 223/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0223/2012 de 31 de Dezembro de 2012.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

#### **RESOLVE:**

ART. 1º - EXONERAR, o funcionário VILMAR JOÃO PIERDONÁ, do CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SERVIÇOS DE CONTÁBEIS, do quadro de pessoal do hospital a partir de 31/12/2012.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2012.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Programa de  
Gestão Tributária



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Decreto N.º 002/2013

DECRETO Nº 002 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso III da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura, no seguinte valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	14.523,42
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	14.523,42
Função	12	Educação	14.523,42
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	14.523,42
Programa	04	Educação é Tudo	14.523,42
Projeto/Atividade	2004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	14.523,42
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	14.523,42
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	14.523,42
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	14.523,42
Fonte de Recursos	0.3.0022.101	Transferência de Convênios - Educação	14.523,42
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			14.523,42

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valor:

Fonte	Código	Valor
Transferência de Convênios - Educação	0.1.0022.101	14.523,42
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO UTILIZADO		14.523,42

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de Janeiro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Decreto N.º 003/2013

DECRETO Nº 003 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso II e III da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura, no seguinte valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	16.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	16.000,00
Função	12	Educação	16.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	16.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	16.000,00
Projeto/Atividade	2004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	16.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	16.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0058	Salário Educação	16.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			16.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valor:

Fonte	Código	Valor
Salário Educação	0.1.0058	16.000,00
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO UTILIZADO		16.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de Janeiro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Processo Licitatório Nº 001/2013 Pregão Presencial Nº 001/2013 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013

TIPO: Menor Preço (por item) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais escolares e materiais de expediente, para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto e para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 28 de janeiro de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 14/01/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.



## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### 05-2013 Pregão Presencial 03/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de materiais de limpeza, consumo, copa e cozinha, no dia 30 de janeiro de 2013, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de janeiro de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal.

#### 06-2013 Extrato TP 01/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa de engenharia e ou construção civil para reforma do Nucleo de Educação Otaviano Nicolau, no dia 05 de fevereiro de 2013, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas para até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de janeiro de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

## Macieira

### PREFEITURA

#### Ratificação de Aviso de Licitação

RATIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133,

Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pelo Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0001/2013, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 1º de fevereiro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço antes citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível (diesel e gasolina comum) conforme quantidades e especificações do anexo I do edital, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 1º/02/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo desta Tomada de Preços, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 14 de janeiro de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão de Licitações

## Maracajá

### PREFEITURA

#### Resolução Nº 02

Resolução nº 02, de 14 de Janeiro de 2013.

Altera a resolução nº 01 de 01 de Julho de 2011, que dispõe sobre o registro cadastral de fornecedores da Prefeitura Municipal de Maracajá para fins de licitação e contratação.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 288, de 26 de Julho de 2012, e tendo em vista o disposto no Capítulo II, Seção III, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores,

RESOLVE DETERMINAR:

Art. 1º - O Anexo III da Resolução nº 01 de 01 de Julho de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte sub-item:

"V -

5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT"

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Maracajá/SC, 14 de Janeiro de 2013.

MARIA DAS GRAÇAS CONTI FAGUNDES

Presidente da CPL

# Maravilha

## PREFEITURA

### Termo Aditivo Contrato Correios

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS A ÓRGÃO PÚBLICO.

O Município de Maravilha, representado pela Prefeita Rosimar Maldaner, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi celebrado o 1º termo aditivo, prorrogando a vigência do Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A vigência foi prorrogada até 06/12/2013. Informações adicionais poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente.

Maravilha-SC, 15 de janeiro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Balanço Orçamentario 6º Bim 2012**PÁGINA: 1 DE 4  
09/01/2013 09:56Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária**Balanço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>7.950.136,12</b>	<b>20,10</b>	<b>44.394.007,11</b>	<b>112,25</b>	<b>-4.846.207,11</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>36.827.800,00</b>	<b>36.827.800,00</b>	<b>7.464.616,96</b>	<b>20,27</b>	<b>40.006.744,76</b>	<b>108,63</b>	<b>-3.178.944,76</b>
Receita Tributária	5.710.000,00	5.710.000,00	939.281,50	16,45	7.004.464,48	122,67	-1.294.464,48
Impostos	4.500.000,00	4.500.000,00	873.119,31	19,40	5.787.850,38	128,62	-1.287.850,38
Taxas	1.110.000,00	1.110.000,00	56.567,15	5,10	1.104.345,37	99,49	5.654,63
Contribuição de Melhoria	100.000,00	100.000,00	9.595,04	9,60	112.268,73	112,27	-12.268,73
Receita De Contribuicoes	500.000,00	500.000,00	107.715,47	21,54	575.089,01	115,02	-75.089,01
Cosip	500.000,00	500.000,00	107.715,47	21,54	575.089,01	115,02	-75.089,01
Receita Patrimonial	335.000,00	335.000,00	38.264,85	11,42	216.759,58	64,70	118.240,42
Receitas Imobiliarias	125.000,00	125.000,00	24.702,33	19,76	113.421,01	90,74	11.578,99
Receitas De Valores Mobiliarios	210.000,00	210.000,00	13.562,52	6,46	103.338,57	49,21	106.661,43
Receita Agropecuária	100.000,00	100.000,00	18.152,40	18,15	108.914,40	108,91	-8.914,40
Outras Receitas Agropecuarias	100.000,00	100.000,00	18.152,40	18,15	108.914,40	108,91	-8.914,40
Transferencias Correntes	28.852.800,00	28.852.800,00	6.065.415,43	21,02	30.571.465,38	105,96	-1.718.665,38
Transferencias Intergovernamentais	28.562.800,00	28.562.800,00	6.027.331,65	21,10	30.255.305,00	105,93	-1.692.505,00
Transferencias De Instituicoes Privadas	45.000,00	45.000,00	6.580,78	14,62	32.629,38	72,51	12.370,62
Transferencias De Pessoas	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Transferencias De Convenios	240.000,00	240.000,00	31.503,00	13,13	283.531,00	118,14	-43.531,00
Outras Receitas Correntes	1.330.000,00	1.330.000,00	295.787,31	22,24	1.530.051,91	115,04	-200.051,91
Multas E Juros De Mora	750.000,00	750.000,00	126.373,33	16,85	912.346,18	121,65	-162.346,18
Receita Da Divida Ativa	250.000,00	250.000,00	146.352,77	58,54	350.406,34	140,16	-100.406,34
Receitas Correntes Diversas	330.000,00	330.000,00	23.061,21	6,99	267.299,39	81,00	62.700,61
<b>Receitas De Capital</b>	<b>2.720.000,00</b>	<b>2.720.000,00</b>	<b>485.519,16</b>	<b>17,85</b>	<b>4.387.262,35</b>	<b>161,30</b>	<b>-1.667.262,35</b>
Operacoes De Credito	2.720.000,00	2.720.000,00	440.336,30	16,19	2.184.234,78	80,30	535.765,22
Operacoes De Credito Internas	2.720.000,00	2.720.000,00	440.336,30	16,19	2.184.234,78	80,30	535.765,22

PÁGINA: 2 DE 4  
09/01/2013 09:56

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferencias De Capital	-	-	45.182,86	-	2.203.027,57	-	-2.203.027,57
Transferencias Intergovernamentais	-	-	45.182,86	-	2.203.027,57	-	-2.203.027,57
Outras Receitas De Capital	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>7.950.136,12</b>	<b>20,10</b>	<b>44.394.007,11</b>	<b>112,25</b>	<b>-4.846.207,11</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)</b>	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>7.950.136,12</b>	<b>20,10</b>	<b>44.394.007,11</b>	<b>112,25</b>	<b>-4.846.207,11</b>
<b>DÉFICIT(VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL(VII)=(V+VI)</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>39.547.800,00</b>	<b>7.950.136,12</b>	<b>20,10</b>	<b>44.394.007,11</b>	<b>112,25</b>	<b>-4.846.207,11</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 4  
09/01/2013 09:56

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO  INICIAL	CRÉDITOS  ADICIONAIS	DOTAÇÃO  ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A  LIQUIDAR
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM  RESTOS A PAGAR  NÃO PROCESSADOS		
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	39.547.800,00	6.620.451,45	46.168.251,45	4.934.333,03	44.319.223,54	7.132.385,56	43.693.655,00	625.568,54	96,00	1.849.027,91
Despesas Correntes	30.982.215,00	6.460.430,80	37.442.645,80	5.005.507,08	36.722.481,30	6.287.383,76	36.591.133,18	131.348,12	98,08	720.164,50
Pessoal E Encargos Sociais	13.098.290,00	6.480.104,39	19.578.394,39	3.629.419,90	19.434.341,07	3.679.868,57	19.434.341,07	-	99,26	144.053,32
Juros E Encargos Da Dívida	180.000,00	45.900,00	225.900,00	42.155,20	222.228,83	42.155,20	222.228,83	-	98,37	3.671,17
Outras Despesas Correntes	17.703.925,00	-65.573,59	17.638.351,41	1.333.931,98	17.065.911,40	2.565.359,99	16.934.563,28	131.348,12	96,75	572.440,01
Despesas De Capital	8.507.234,00	160.020,65	8.667.254,65	-71.174,05	7.596.742,24	845.001,80	7.102.521,82	494.220,42	87,65	1.070.512,41
Investimentos	7.752.754,00	519.198,65	8.271.952,65	-81.943,50	7.213.577,90	834.232,35	6.719.357,48	494.220,42	87,21	1.058.374,75
Inversoes Financeiras	444.480,00	-235.000,00	209.480,00	-	199.480,00	-	199.480,00	-	95,23	10.000,00
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	310.000,00	-124.178,00	185.822,00	10.769,45	183.684,34	10.769,45	183.684,34	-	98,85	2.137,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.351,00	-	58.351,00	-	-	-	-	-	-	58.351,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	39.547.800,00	6.620.451,45	46.168.251,45	4.934.333,03	44.319.223,54	7.132.385,56	43.693.655,00	625.568,54	96,00	1.849.027,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	39.547.800,00	6.620.451,45	46.168.251,45	4.934.333,03	44.319.223,54	7.132.385,56	44.319.223,54	96,00	1.849.027,91	
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	74.783,57	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	39.547.800,00	6.620.451,45	46.168.251,45	4.934.333,03	44.319.223,54	7.132.385,56	44.394.007,11	96,16	1.699.460,77	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 09h e 54m.

PÁGINA: 4 DE 4  
09/01/2013 09:56

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna



**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**PÁGINA: 1 DE 1  
09/01/2013 11:26

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC

Poder Executivo

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro/2012 a Dezembro/2012

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.573.000,67	-
Pessoal Ativo	18.088.519,36	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	484.481,31	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	18.573.000,67	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIIb)		18.573.000,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	40.006.744,76
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	46,42
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54%	21.603.642,17
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,3%	20.523.460,06

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 11h e 20m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI

MARGARIDA ELY

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC 22.406/O-0

Controladora Interna

**Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**

PÁGINA: 1 DE 1

09/01/2013 11:27

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - ANEXO II(LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.256.396,40	2.452.217,84	2.490.325,06
Dívida Mobiliária	1.256.396,40	1.147.397,84	1.185.505,06
Dívida Contratual	-	1.304.820,00	1.304.820,00
Interna	-	1.304.820,00	1.304.820,00
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	699.236,29	131.427,88	984.586,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.957.443,41	2.782.735,59	2.350.209,54
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.258.207,12	2.651.307,71	1.365.623,52
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>557.160,11</b>	<b>2.320.789,96</b>	<b>1.505.739,04</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	37.080.865,75	38.905.031,35	40.006.744,76
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	3,39	6,30	6,22
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	1,50	5,97	3,76

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - &lt;0,00%&gt;

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>			
DÍVIDA DE PPP	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	-	-	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FTGS	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	-	1.304.820,00	1.304.820,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	386.375,39	127.063,19	654.135,57
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 11h e 21m.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna

**Demonstrativo da Execução da Despesa por Função/Sub-Função 6º Bim 2012**PÁGINA: 1 DE 3  
09/01/2013 10:00

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		DESPESAS EXECUTADAS					Saldo a Executar
					Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	%	%	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(e+f)	((e+f)/a)	(a-(e+f))
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	39.547.800,00	46.168.251,45	4.934.333,03	44.319.223,54	7.132.385,56	43.693.655,00	625.568,54	100,00	0,00	1.849.027,91
Legislativa	1.836.000,00	1.716.000,00	269.567,16	1.174.027,39	300.853,34	1.172.870,22	1.157,17	2,65	68,42	541.972,61
Ação Legislativa	1.836.000,00	1.716.000,00	269.567,16	1.174.027,39	300.853,34	1.172.870,22	1.157,17	2,65	68,42	541.972,61
Administração	2.781.634,00	3.140.081,90	428.907,32	3.126.390,07	526.567,38	3.124.921,64	1.468,43	7,05	99,56	13.691,83
Administração Geral	2.321.634,00	2.694.681,90	382.356,82	2.682.210,65	479.177,48	2.680.786,92	1.423,73	6,05	99,54	12.471,25
Administração Financeira	460.000,00	445.400,00	46.550,50	444.179,42	47.389,90	444.134,72	44,70	1,00	99,73	1.220,58
Segurança Pública	1.250.800,00	1.411.591,64	74.628,97	1.387.647,06	112.188,78	1.370.468,19	17.178,87	3,13	98,30	23.944,58
Policimento	280.000,00	280.000,00	10.887,97	262.340,59	18.945,97	260.394,51	1.946,08	0,59	93,69	17.659,41
Infra-Estrutura Urbana	970.800,00	1.131.591,64	63.741,00	1.125.306,47	93.242,81	1.110.073,68	15.232,79	2,54	99,44	6.285,17
Assistência Social	1.690.000,00	2.175.525,57	72.477,58	2.116.242,82	173.865,04	2.052.301,91	63.940,91	4,78	97,28	59.282,75
Assistência ao Idoso	70.000,00	55.050,00	-150,00	53.592,96	0,00	53.592,96	0,00	0,12	97,35	1.457,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	789.500,00	786.040,54	68.126,40	749.339,82	157.623,06	744.780,22	4.559,60	1,69	95,33	36.700,72
Assistência Comunitária	830.500,00	1.334.435,03	4.501,18	1.313.310,04	16.241,98	1.253.928,73	59.381,31	2,96	98,42	21.124,99
Saúde	9.986.200,00	11.771.066,54	1.468.633,91	10.842.796,21	2.303.085,50	10.798.554,72	44.241,49	24,47	92,11	928.270,33
Atenção Básica	8.466.200,00	10.271.066,54	1.163.290,72	9.347.461,13	1.976.522,03	9.303.716,84	43.744,29	21,09	91,01	923.605,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.400.000,00	1.400.000,00	302.348,59	1.398.474,04	302.348,59	1.398.474,04	0,00	3,16	99,89	1.525,96
Vigilância Sanitária	120.000,00	100.000,00	2.994,60	96.861,04	24.214,88	96.363,84	497,20	0,22	96,86	3.138,96
Educação	9.058.860,00	12.499.471,48	1.847.389,85	12.464.439,77	1.973.283,69	12.408.750,72	55.689,05	28,12	99,72	35.031,71
Alimentação e Nutrição	380.000,00	551.527,20	97.775,70	544.033,56	121.982,69	520.829,70	23.203,86	1,23	98,64	7.493,64
Ensino Fundamental	6.022.000,00	6.810.422,44	1.077.395,70	6.797.409,39	1.143.523,27	6.787.930,11	9.479,28	15,34	99,81	13.013,05
Ensino Superior	90.000,00	90.000,00	10.000,00	90.000,00	20.000,00	90.000,00	0,00	0,20	100,00	0,00
Educação Infantil	2.566.860,00	5.047.521,84	662.218,45	5.032.996,82	687.777,73	5.009.990,91	23.005,91	11,36	99,71	14.525,02
Cultura	400.215,00	411.415,00	18.375,77	411.125,24	53.947,73	411.005,15	120,09	0,93	99,93	289,76
Patrimônio Histórico, Artíst. e Arqueol.	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	295.215,00	411.415,00	18.375,77	411.125,24	53.947,73	411.005,15	120,09	0,93	99,93	289,76

PÁGINA: 2 DE 3  
09/01/2013 10:00

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		DESPESAS EXECUTADAS					Saldo a Executar
					Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	%	%	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre				
			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(e+f))	
Urbanismo	3.564.300,00	4.342.037,68	148.002,91	4.254.597,66	853.019,69	3.839.033,44	415.564,22	9,60	97,99	87.440,02
Planejamento Urbano	150.000,00	180.000,00	30.565,95	179.999,16	31.182,30	179.934,16	65,00	0,41	100,00	0,84
Infra-Estrutura Urbana	1.610.000,00	2.397.937,68	28.969,96	2.395.608,24	723.084,20	1.981.880,37	413.727,87	5,41	99,90	2.329,44
Serviços Urbanos	1.804.300,00	1.764.100,00	88.467,00	1.678.990,26	98.753,19	1.677.218,91	1.771,35	3,79	95,18	85.109,74
Habitação	909.480,00	359.480,00	-19.087,03	314.151,74	5.628,68	314.151,74	0,00	0,71	87,39	45.328,26
Administração Geral	70.000,00	70.000,00	5.628,68	67.636,45	5.628,68	67.636,45	0,00	0,15	96,62	2.363,55
Habitação Rural	15.000,00	15.000,00	-11.901,89	1.017,00	0,00	1.017,00	0,00	0,00	6,78	13.983,00
Habitação Urbana	824.480,00	274.480,00	-12.813,82	245.498,29	0,00	245.498,29	0,00	0,55	89,44	28.981,71
Gestão Ambiental	136.800,00	128.661,32	0,00	128.661,32	23.121,60	128.661,32	0,00	0,29	100,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	62.000,00	1.420,00	0,00	1.420,00	1.420,00	1.420,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Recursos Hídricos	74.800,00	127.241,32	0,00	127.241,32	21.701,60	127.241,32	0,00	0,29	100,00	0,00
Agricultura	2.568.300,00	2.636.487,18	220.162,69	2.610.050,86	271.513,19	2.605.048,53	5.002,33	5,89	99,00	26.436,32
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Animal	515.000,00	453.750,90	78,74	453.750,90	35.820,79	453.750,90	0,00	1,02	100,00	0,00
Extensão Rural	2.048.300,00	2.182.736,28	220.083,95	2.156.299,96	235.692,40	2.151.297,63	5.002,33	4,87	98,79	26.436,32
Indústria	950.000,00	651.400,00	-3.117,58	645.380,45	15.460,69	642.780,45	2.600,00	1,46	99,08	6.019,55
Promoção Industrial	950.000,00	651.400,00	-3.117,58	645.380,45	15.460,69	642.780,45	2.600,00	1,46	99,08	6.019,55
Comércio e Serviços	377.050,00	346.722,14	63.323,29	340.411,75	117.234,29	329.968,80	10.442,95	0,77	98,18	6.310,39
Extensão Rural	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	269.050,00	284.402,60	33.518,53	278.287,45	93.335,16	278.287,45	0,00	0,63	97,85	6.115,15
Turismo	90.000,00	62.319,54	29.804,76	62.124,30	23.899,13	51.681,35	10.442,95	0,14	99,69	195,24
Transporte	2.383.000,00	2.800.080,00	98.378,80	2.792.452,11	119.253,20	2.792.109,08	343,03	6,30	99,73	7.627,89
Transporte Rodoviário	2.383.000,00	2.800.080,00	98.378,80	2.792.452,11	119.253,20	2.792.109,08	343,03	6,30	99,73	7.627,89
Desporto e Lazer	266.810,00	281.810,00	49.165,64	278.067,67	47.392,27	270.247,67	7.820,00	0,63	98,67	3.742,33
Desporto Comunitário	266.810,00	281.810,00	49.165,64	278.067,67	47.392,27	270.247,67	7.820,00	0,63	98,67	3.742,33

PÁGINA: 3 DE 3  
09/01/2013 10:00

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		DESPESAS EXECUTADAS					Saldo a Executar
					Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	%	%	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	((e+f)/Total (e+f))	((e+f)/a)	(a-(e+f))
Encargos Especiais	1.330.000,00	1.438.070,00	197.523,75	1.432.781,42	235.970,49	1.432.781,42	0,00	3,23	99,63	5.288,58
Refinanciamento da Dívida Interna	450.000,00	358.070,00	47.531,81	354.561,19	47.531,81	354.561,19	0,00	0,80	99,02	3.508,81
Outros Encargos Especiais	880.000,00	1.080.000,00	149.991,94	1.078.220,23	188.438,68	1.078.220,23	0,00	2,43	99,84	1.779,77
Reserva de Contingência	58.351,00	58.351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.351,00
Reserva de Contingência	58.351,00	58.351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.351,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	39.547.800,00	46.168.251,45	4.934.333,03	44.319.223,54	7.132.385,56	43.693.655,00	625.568,54	100,00	96,00	1.849.027,91

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 09h e 58m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna

**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos**

PÁGINA: 1 DE 1  
09/01/2013 10:35

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro/2012

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversoes Financeiras	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2011 (h)	2012 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 17m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerram as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas exe forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos tei da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, considei liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLAUDIO JOSE ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna





**Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa**PÁGINA: 1 DE 2  
09/01/2013 11:30

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	163.090,33	-163.090,33
Contrib. Custeio Ilumin. Publica - COSIP	46.181,06	12.559,25	33.621,81
Conv. Estado - Transp. Escolar	317,26	29.418,74	-29.101,48
Convenio de Transito Policia Civil	113.552,84	4.434,00	109.118,84
Convenio de Transito Policia Militar	74.319,13	7.728,50	66.590,63
Convenio de Transito Prefeitura	60.657,33	50.244,15	10.413,18
Cota Parte da CIDE	32.030,61	-	32.030,61
Operações de Credito Internas	52,50	227.555,31	-227.502,81
Outras Transf. - FNAS	61.480,53	1.200,20	60.280,33
Outras Transf. dos Municipios - SAMU	10.127,36	-	10.127,36
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE	73.434,43	-	73.434,43
Progr. Erradicação Trabalho Infantil - PETI	9.357,04	303,00	9.054,04
Programa de Atenção a Criança - PAC	-	1.400,00	-1.400,00
Programa Sentinela	64.032,29	4.141,54	59.890,75
Transf. de Recursos do SUS	308.072,86	97.927,97	210.144,89
Transf. Diretas do FNDE - PNAE	29.926,29	-	29.926,29
Transf. do Salario Educação	59.435,35	2.299,00	57.136,35
Transf. FUNDEB 60%	43.122,81	19.710,03	23.412,78
Transf. FUNDEB Outras Despesas	-	3.389,50	-3.389,50
Transferências de Convênios - Assistência Social	119.856,58	600,00	119.256,58
Transferências de Convênios - Outros	553.986,78	29.104,18	524.882,60
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.659.943,05</b>	<b>655.105,70</b>	<b>1.004.837,35</b>
Contribuição de Melhoria	18.005,39	-	18.005,39
Rec. de Impostos para Ações na Saúde	-	412.432,53	-412.432,53
Rec. de Impostos para Ensino Básico	-	170.341,75	-170.341,75

PÁGINA: 2 DE 2  
09/01/2013 11:30

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Rec. Fundo Municipal de Habitação	118.138,83	-	118.138,83
Receita Agropecuária	18.950,65	1.376,69	17.573,96
Recursos FIA	6.354,85	4.677,00	1.677,85
Recursos FUNREBOM	48.167,02	66.991,14	-18.824,12
Recursos Ordinários	438.241,41	244.171,12	194.070,29
Rendimento de Aplicação Financeira	-	630,00	-630,00
Taxa de Fisc. da Vig. Sanitária	41.156,40	1.419,03	39.737,37
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>689.014,55</b>	<b>902.039,26</b>	<b>-213.024,71</b>
<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	<b>2.348.957,60</b>	<b>1.557.144,96</b>	<b>791.812,64</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹</b>	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 11h e 23m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

**Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**PÁGINA: 1 DE 1  
09/01/2013 11:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	37.080.865,75	38.905.031,35	40.006.744,76
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 11h e 21m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito MunicipalCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0MARGARIDA ELY  
Controladora interna

**Demonstrativo das Operações de Crédito**

09/01/2013 11:29

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Operações de Crédito**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	1.304.820,00
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	1.304.820,00
Interna	-	1.304.820,00
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	1.304.820,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	40.006.744,76	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.304.820,00	3,26%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	1.304.820,00	3,26%

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 11h e 22m.

ORLI GENIR BERGER

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI

MARGARIDA ELY

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

09/01/2013 11:29

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Operações de Crédito**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre de

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC 22.406/O-0

Controladora Interna

**Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde**PÁGINA: 1 DE 3  
09/01/2013 10:36

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO XVI(ADCT, Art.77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jul a Dez 2012 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	26.241.000,00	26.241.000,00	14.536.331,76	55,40
Impostos	4.500.000,00	4.500.000,00	2.751.755,20	61,15
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	150.000,00	150.000,00	115.881,73	77,25
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	21.591.000,00	21.591.000,00	11.668.694,83	54,04
Da União	9.731.000,00	9.731.000,00	4.953.560,88	50,91
Do Estado	11.860.000,00	11.860.000,00	6.715.133,95	56,62
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	4.300.000,00	4.300.000,00	2.103.489,64	48,92
Da União para o Município	4.200.000,00	4.200.000,00	2.103.489,64	50,08
Do Estado para o Município	-	-	-	-
Demais Municípios para o Município	100.000,00	100.000,00	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-
(-)-DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	4.318.200,00	4.318.200,00	2.246.184,12	52,02
<b>TOTAL</b>	<b>26.222.800,00</b>	<b>26.222.800,00</b>	<b>14.393.637,28</b>	<b>54,89</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jul a Dez 2012 (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/(c))
Despesas Correntes	8.886.200,00	10.881.031,54	5.494.512,46	44.241,49	50,90
Pessoal E Encargos Sociais	2.986.200,00	5.543.871,30	2.892.259,14	-	52,17
Juros E Encargos Da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.900.000,00	5.337.160,24	2.602.253,32	44.241,49	49,59
Despesas De Capital	1.100.000,00	890.035,00	6.135,80	-	0,69
Investimentos	1.100.000,00	890.035,00	6.135,80	-	0,69



PÁGINA: 2 DE 3  
09/01/2013 10:36

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO XVI(ADCT, Art.77)

R\$ 1,00

Inversoes Financeiras	-	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>9.986.200,00</b>	<b>11.771.066,54</b>	<b>5.500.648,26</b>	<b>44.241,49</b>	<b>47,11</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jul a Dez 2012	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% ((e+f)/ despesas com saúde)
			(e)	(f)	
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	9.986.200,00	11.771.066,54	5.500.648,26	44.241,49	100,00
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.720.000,00	1.528.618,00	786.056,12	34.758,73	14,80
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS	1.650.000,00	1.465.618,00	727.892,56	34.261,53	13,75
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Outros Recursos	70.000,00	63.000,00	58.163,56	497,20	1,06
(-)RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS¹	-	-	419.740,80		7,57
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	<b>8.266.200,00</b>	<b>10.242.448,54</b>	<b>4.304.334,10</b>		<b>77,63</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VINCULADOS À SAÚDE	RESTOS A PAGAR	
	Inscritos em 31 de dezembro de 2011	Cancelados em 2012 (h)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	-	-
COMPENSAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2012(VII)		-

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 0%² ((VI-VII)/I)	29,61
---	-------

PÁGINA: 3 DE 3  
09/01/2013 10:36

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO XVI(ADCT, Art.77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	%
			Jul a Dez 2012	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	((i+j)/ (total (i+j)))
			(i)	(j)	
Atenção Básica	8.466.200,00	10.271.066,54	4.636.942,78	43.744,29	84,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.400.000,00	1.400.000,00	799.319,73	-	14,42
Vigilância Sanitária	120.000,00	100.000,00	64.385,75	497,20	1,17
Outras Subfunções			-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.986.200,00</b>	<b>11.771.066,54</b>	<b>5.500.648,26</b>	<b>44.241,49</b>	<b>100,00</b>
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.720.000,00	1.528.618,00	786.056,12	34.758,73	14,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS	1.650.000,00	1.465.618,00	727.892,56	34.261,53	13,75
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Outros Recursos	70.000,00	63.000,00	58.163,56	497,20	1,06
(-)RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS <sup>1</sup>	-	-	419.740,80		7,57
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>8.266.200,00</b>	<b>10.242.448,54</b>	<b>4.304.334,10</b>		<b>77,63</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 18m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna

**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito**PÁGINA: 1 DE 1  
09/01/2013 10:30

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2.720.000,00	2.184.234,78	535.765,22

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	8.667.254,65	7.102.521,82	494.220,42	1.070.512,41
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	8.667.254,65	7.102.521,82	494.220,42	1.070.512,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-5.947.254,65	-5.412.507,46		-534.747,19

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 17m.

1

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLAUDIO JOSE ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Man. e Desv. do Ensino**PÁGINA: 1 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	RECEITAS DO ENSINO				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.650.000,00	4.650.000,00	2.867.636,93	5.979.661,92	128,59
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.100.000,00	1.100.000,00	357.312,25	1.323.111,36	120,28
1.1.1-IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	251.396,69	1.217.862,97	121,79
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	-	-	-	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	105.915,56	175.474,84	175,47
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	-	-	-	
1.1.5(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-	70.226,45	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	700.000,00	700.000,00	636.741,18	1.098.374,17	156,91
1.2.1-ITBI	700.000,00	700.000,00	636.741,18	1.098.374,17	156,91
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.5(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.350.000,00	2.350.000,00	1.448.464,26	2.773.876,06	118,04
1.3.1-ISS	2.300.000,00	2.300.000,00	1.438.498,09	2.759.324,83	119,97
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	-	-	-	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	9.966,17	16.293,90	32,59
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	-	-	-	
1.3.5(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	1.742,67	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	425.119,24	784.300,33	156,86
1.4.1-IRRF	500.000,00	500.000,00	425.119,24	784.300,33	156,86
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

PÁGINA: 2 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

---

R\$ 1,00

PÁGINA: 3 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.591.000,00	21.591.000,00	11.668.694,83	23.175.342,40	107,34
2.1-Cota-Parte FPM	9.680.000,00	9.680.000,00	4.918.021,89	10.033.071,44	103,65
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.680.000,00	9.680.000,00	4.918.021,89	10.033.071,44	103,65
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS	9.800.000,00	9.800.000,00	5.508.205,73	10.702.622,84	109,21
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	50.000,00	50.000,00	27.329,22	54.668,66	109,34
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	160.000,00	90.025,68	171.127,52	106,95
2.5-Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	8.209,77	8.568,57	856,86
2.6-Cota-Parte IPVA	1.900.000,00	1.900.000,00	1.116.902,54	2.205.283,37	116,07
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	26.241.000,00	26.241.000,00	14.536.331,76	29.155.004,32	111,10



PÁGINA: 4 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					
ENSINO	50.000,00	50.000,00	3.568,58	11.441,16	22,88
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	760.000,00	760.000,00	497.633,07	1.007.222,33	132,53
5.1 - Transferências do Salário-Educação	500.000,00	500.000,00	296.571,81	607.870,19	121,57
5.2 - Outras Transferências do FNDE	260.000,00	260.000,00	201.061,26	399.352,14	153,60
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	240.000,00	240.000,00	157.515,00	496.262,20	206,78
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.050.000,00	1.050.000,00	658.716,65	1.514.925,69	144,28

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.318.200,00	4.318.200,00	2.246.141,32	4.547.469,66	105,31
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.936.000,00	1.936.000,00	896.305,81	1.919.315,52	99,14
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.960.000,00	1.960.000,00	1.101.341,01	2.140.223,97	109,20
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	5.465,82	10.933,68	109,34
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	32.000,00	32.000,00	18.005,23	34.225,65	106,96
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	1.643,43	1.715,16	857,58
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	380.000,00	380.000,00	223.380,02	441.055,68	116,07
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.500.000,00	5.500.000,00	3.180.535,71	6.345.427,37	115,37
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	5.500.000,00	5.500.000,00	3.180.535,71	6.345.427,37	115,37
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10) <sup>1</sup>	1.181.800,00	1.181.800,00	934.394,39	1.797.957,71	152,14

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) &gt; 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) &lt; 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PÁGINA: 5 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

---

R\$ 1,00

PÁGINA: 6 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.600.000,00	6.484.008,93	3.096.362,41	6.484.008,93	-	100,00
13.1-Com Educação Infantil	1.400.000,00	3.084.008,93	1.610.144,90	3.084.008,93	-	100,00
13.2-Com Ensino Fundamental	3.200.000,00	3.400.000,00	1.486.217,51	3.400.000,00	-	100,00
14-OUTRAS DESPESAS	900.000,00	439.016,33	48.929,44	430.654,00	898,33	98,30
14.1-Com Educação Infantil	450.000,00	148.991,07	9.281,80	148.092,74	898,33	100,00
14.2-Com Ensino Fundamental	450.000,00	290.025,26	39.647,64	282.561,26	-	97,43
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	5.500.000,00	6.923.025,26	3.145.291,85	6.914.662,93	898,33	99,89

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	23.997,86
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	23.997,86
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-18)/(11)X100)%	101,81

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-83.805,85
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012²	

PÁGINA: 7 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
					(c)=(b/a)x100	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	6.560.250,00	6.560.250,00	3.634.082,94	7.288.751,08		111,10
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
						(g)=((e+f)/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	2.466.860,00	4.696.407,80	2.483.383,04	4.628.787,55	45.980,77	99,54
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.850.000,00	3.233.000,00	1.619.426,70	3.232.101,67	898,33	100,00
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	616.860,00	1.463.407,80	863.956,34	1.396.685,88	45.082,44	98,52
24-ENSINO FUNDAMENTAL	5.322.000,00	5.608.987,39	2.741.913,73	5.591.070,16	9.479,28	99,85
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.650.000,00	3.690.025,26	1.525.865,15	3.682.561,26	-	99,80
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.672.000,00	1.918.962,13	1.216.048,58	1.908.508,90	9.479,28	99,95
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	7.788.860,00	10.305.395,19	5.225.296,77	10.219.857,71	55.460,05	99,71

PÁGINA: 8 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.797.957,71
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	233.851,29
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	2.031.809,00
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	8.243.508,76
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)X100)%	28,27

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	50.000,00	50.000,00	19.769,93	49.548,80	-	99,10
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	500.000,00	593.771,73	211.839,28	589.647,83	-	99,31
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	370.000,00	895.406,36	467.974,53	1.107.783,82	-	123,72
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	920.000,00	1.539.178,09	699.583,74	1.746.980,45	-	113,50
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	8.708.860,00	11.844.573,28	5.924.880,51	11.966.838,16	55.460,05	101,50
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)			
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						

PÁGINA: 9 DE 9  
09/01/2013 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.345.427,37	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.975.369,25	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-629.941,88	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 16m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

ORLIGENIR BERGER

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI

MARGARIA ELY

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC 22.406/O-0

Controladora Interna



**Demonstrativo do Resultado Nominal 2012**PÁGINA: 1 DE 1  
09/01/2013 10:22

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Em 30/Jun/2012	Em 31/Dez/2012
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.256.396,40	2.452.217,84	2.490.325,06
DEDUÇÕES(II)	699.236,29	131.427,88	984.586,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.957.443,41	2.782.735,59	2.350.209,54
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.258.207,12	2.651.307,71	1.365.623,52
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	557.160,11	2.320.789,96	1.505.739,04
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	557.160,11	2.320.789,96	1.505.739,04

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-815.050,92	948.578,93

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Em 30/Jun/2012	Em 31/Dez/2012
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 14m.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLAUDIO JOSE ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Demonstrativo do Resultado Primário**PÁGINA: 1 DE 4  
09/01/2013 10:23Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária**Demonstrativo do Resultado Primário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2012	Até o Bimestre/ 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	36.617.800,00	20.136.556,57	39.903.406,19	36.903.888,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.710.000,00	3.110.282,28	7.004.464,48	5.996.970,02
IPTU	1.000.000,00	251.396,69	1.147.636,52	992.751,96
ISS	2.300.000,00	1.438.455,29	2.757.539,36	2.542.640,28
ITBI	700.000,00	636.741,18	1.098.374,17	750.005,14
IRRF	500.000,00	425.119,24	784.300,33	611.326,40
Outras Receitas Tributárias	1.210.000,00	358.569,88	1.216.614,10	1.100.246,24
Receita de Contribuição	500.000,00	307.465,80	575.089,01	600.337,22
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	500.000,00	307.465,80	575.089,01	600.337,22
Receita Patrimonial Líquida	125.000,00	52.666,48	113.421,01	145.683,23
Receita Patrimonial	335.000,00	95.145,64	216.759,58	322.660,87
(-)Aplicações Financeiras	210.000,00	42.479,16	103.338,57	176.977,64
Transferências Correntes	28.852.800,00	15.863.834,56	30.571.465,38	28.318.835,77
FPM	7.744.000,00	4.021.716,08	8.113.755,92	8.264.811,89
ICMS	7.840.000,00	4.406.864,72	8.562.398,87	7.895.675,13
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	13.268.800,00	7.435.253,76	13.895.310,59	12.158.348,75
Demais Receitas Correntes	1.430.000,00	802.307,45	1.638.966,31	1.842.061,87
Dívida Ativa	250.000,00	199.321,70	350.406,34	256.551,76
Diversas Receitas Correntes	1.180.000,00	602.985,75	1.288.559,97	1.585.510,11
RECEITAS DE CAPITAL(II)	2.720.000,00	1.742.953,44	4.387.262,35	725.349,61
Operações de Crédito(III)	2.720.000,00	879.414,78	2.184.234,78	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	-	-	-	-

PÁGINA: 2 DE 4  
09/01/2013 10:23

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2012	Até o Bimestre/ 2011
Transferências de Capital	-	863.538,66	2.203.027,57	680.037,07
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	863.538,66	2.203.027,57	680.037,07
Outras Receitas de Capital	-	-	-	45.312,54
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	-	863.538,66	2.203.027,57	725.349,61
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	36.617.800,00	21.000.095,23	42.106.433,76	37.629.237,72

PÁGINA: 3 DE 4  
09/01/2013 10:23

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		Em 2012			Em 2011	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES(VIII)	37.442.645,80	18.224.984,74	36.591.133,18	131.348,12	31.810.780,16	73.069,34
Pessoal e Encargos Sociais	19.578.394,39	10.202.451,05	19.434.341,07	-	15.176.253,96	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	225.900,00	133.187,85	222.228,83	-	85.137,11	-
Outras Despesas Correntes	17.638.351,41	7.889.345,84	16.934.563,28	131.348,12	16.549.389,09	73.069,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	37.216.745,80	18.091.796,89	36.368.904,35	131.348,12	31.725.643,05	73.069,34
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	8.667.254,65	2.627.222,14	7.102.521,82	494.220,42	5.603.166,23	312.946,24
Investimentos	8.271.952,65	2.507.986,26	6.719.357,48	494.220,42	4.780.975,19	312.946,24
Inversões Financeiras	209.480,00	-	199.480,00	-	477.972,00	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	209.480,00	-	199.480,00	-	477.972,00	-
Amortização da Dívida(XIV)	185.822,00	119.235,88	183.684,34	-	344.219,04	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	8.481.432,65	2.507.986,26	6.918.837,48	494.220,42	5.258.947,19	312.946,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	58.351,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	45.756.529,45	20.599.783,15	43.913.310,37		37.370.605,82	
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-9.138.729,45	400.312,08	-1.806.876,61		258.631,90	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	

PÁGINA: 4 DE 4  
09/01/2013 10:23

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-
--	---

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 15m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito Municipal

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0

MARGARIDA ELY  
Controladora Interna

**Demonstrativo dos Restos a Pagar**PÁGINA: 1 DE 2  
09/01/2013 11:32

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	-	-	-	-163.090,33	-
Contrib. Custeio Ilumin. Publica - COSIP	10.292,25	2.267,00	-	1.762,80	33.621,81	-
Conv. Estado - Transp. Escolar	-	29.418,74	-	-	-29.101,48	-
Convenio de Transito Policia Civil	-	84,00	4.350,00	1.880,08	109.118,84	-
Convenio de Transito Policia Militar	-	7.728,50	-	2,99	66.590,63	-
Convenio de Transito Prefeitura	-	50.244,15	-	-	10.413,18	-
Cota Parte da CIDE	-	-	-	-	32.030,61	-
Operações de Credito Internas	-	227.555,31	-	274.766,21	-227.502,81	-
Outras Transf. - FNAS	-	1.200,00	0,20	-	60.280,33	-
Outras Transf. dos Municipios - SAMU	-	-	-	-	10.127,36	-
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -	-	-	-	-	73.434,43	-
Progr. Erradicação Trabalho Infantil - PETI	-	150,00	153,00	-	9.054,04	-
Programa de Atenção a Criança - PAC	-	1.400,00	-	-	-1.400,00	-
Programa Sentinela	-	4.141,54	-	4.504,20	59.890,75	-
Transf. de Recursos do SUS	3.559,20	90.287,59	4.081,18	40.475,15	210.144,89	-
Transf. Diretas do FNDE - PNAE	-	-	-	-	29.926,29	-
Transf. do Salario Educação	-	2.299,00	-	-	57.136,35	-
Transf. FUNDEB 60%	-	19.710,03	-	-	23.412,78	-
Transf. FUNDEB Outras Despesas	-	3.389,50	-	898,33	-3.389,50	-
Transferências de Convênios - Assistência Social	-	600,00	-	-	119.256,58	-
Transferências de Convênios - Outros	60,00	29.044,18	-	180.953,36	524.882,60	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	13.911,45	469.519,54	8.584,38	505.243,12	1.004.837,35	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	18.005,39	-
Rec. de Impostos para Ações na Saúde	1.546,16	394.580,87	16.305,50	3.269,14	-412.432,53	-
Rec. de Impostos para Ensino Básico	15.005,04	155.291,71	45,00	54.561,72	-170.341,75	-



PÁGINA: 2 DE 2  
09/01/2013 11:32

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Dezembro de 2012

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Rec. Fundo Municipal de Habitação	-	-	-	-	118.138,83	-
Receita Agropecuária	-	1.376,69	-	-	17.573,96	-
Recursos FIA	-	4.677,00	-	-	1.677,85	-
Recursos FUNREBOM	-	66.631,14	360,00	1.946,08	-18.824,12	-
Recursos Ordinários	3.146,33	237.850,49	3.174,30	58.107,76	194.070,29	-
Rendimento de Aplicação Financeira	-	630,00	-	786,35	-630,00	-
Taxa de Fisc. da Vig. Sanitária	-	1.419,03	-	497,20	39.737,37	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	19.697,53	862.456,93	19.884,80	119.168,25	-213.024,71	-
TOTAL (III) = (I+II)	33.608,98	1.331.976,47	28.469,18	624.411,37	791.812,64	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 11h e 24m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**PÁGINA: 1 DE 1  
09/01/2013 10:24

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO IX(LRF, Art.53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2011				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)											
EXECUTIVO											
GABINETE DO PREFEITO E VICE - PREFEITO	-	18.686,78	18.561,64	-	125,14	-	460,96	460,50	460,50	0,46	-
SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA	-	75.164,48	74.646,65	-	517,83	-	208.593,00	208.593,00	208.593,00	-	-
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULT. E DESPORTO	67.961,28	742.447,28	794.977,40	366,12	15.065,04	-	72.284,67	68.891,37	68.891,37	527,38	2.865,92
SECRETARIA DA SAUDE E SANEAMENTO	-	518.491,21	513.385,85	-	5.105,36	359,81	37.881,62	12.976,26	12.976,26	4.878,49	20.386,68
SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO	-	485.743,82	474.361,57	-	11.382,25	-	17.392,59	8.747,19	8.747,19	3.935,40	4.710,00
SECRET. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	-	117.566,75	116.153,39	-	1.413,36	-	648,50	-	-	648,50	-
SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO	-	98.131,52	98.131,52	-	-	-	40.621,54	40.272,54	40.272,54	221,80	127,20
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	-	134.014,00	134.014,00	-	-	-	8.034,85	4.002,60	4.002,60	3.652,87	379,38
SUBTOTAL	67.961,28	2.190.245,84	2.224.232,02	366,12	33.608,98	359,81	385.917,73	343.943,46	343.943,46	13.864,90	28.469,18
LEGISLATIVO											
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	97,85	-	-	-	97,85
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	97,85	-	-	-	97,85
TOTAL(I)	67.961,28	2.190.245,84	2.224.232,02	366,12	33.608,98	359,81	386.015,58	343.943,46	343.943,46	13.864,90	28.567,03

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 15m.

ORLI GENIR BERGER  
Prefeito MunicipalCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI  
Contador CRC/SC 22.406/O-0MARGARIDA ELY  
Controladora Interna

**Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**PÁGINA: 1 DE 1  
09/01/2013 11:33

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC - Poder Executivo

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

2º Semestre de 2012

LRF, Art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	18.573.000,67	46,42
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	21.603.642,17	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	20.523.460,06	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.505.739,04	3,76
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	1.304.820,00	3,26
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
<b>Valor Total</b>	<b>624.411,37</b>	<b>791.812,64</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 11h e 25m.

ORLI GENIR BERGER

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI

MARGARIDA ELY

Prefeito Municipal

Contador CRC/SC 22.406/O-0

Controladora Interna

**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

PÁGINA: 1 DE 3

09/01/2013 10:43

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII		R\$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre	Até o bimestre
<b>RECEITAS</b>		
Previsão Inicial da Receita	-	39.547.800,00
Previsão Atualizada da Receita	-	39.547.800,00
Receitas Realizadas	7.950.136,12	44.394.007,11
Déficit Orçamentário		-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
<b>DESPESAS</b>		
Dotação Inicial	-	39.547.800,00
Créditos Adicionais	-	6.620.451,45
Dotação Atualizada	-	46.168.251,45
Despesas Empenhadas	4.934.333,03	44.319.223,54
Despesas Executadas	7.132.385,56	44.319.223,54
Liquidadas	7.132.385,56	43.693.655,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		625.568,54
Superávit Orçamentário		74.783,57

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	4.934.333,03	44.319.223,54
Despesas Executadas	7.132.385,56	44.319.223,54
Liquidadas	7.132.385,56	43.693.655,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		625.568,54

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	40.006.744,76

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No bimestre	Até o bimestre
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Executadas(V)		
Liquidadas	0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	948.578,93	
Resultado Primário	0,00	-1.806.876,61	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	2.258.207,12	366,12	2.224.232,02	33.608,98
<i>Poder Executivo</i>	2.258.207,12	366,12	2.224.232,02	33.608,98
<i>Poder Legislativo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>	386.375,39	13.864,90	343.943,46	28.567,03
<i>Poder Executivo</i>	386.277,54	13.864,90	343.943,46	28.469,18



PÁGINA: 2 DE 3  
09/01/2013 10:43

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII				R\$ 1,00
<i>Poder Legislativo</i>	97,85	0,00	0,00	97,85
<b>TOTAL</b>	<b>2.644.582,51</b>	<b>14.231,02</b>	<b>2.568.175,48</b>	<b>62.176,01</b>

PÁGINA: 3 DE 3  
09/01/2013 10:43

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2012/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		25%	
Liquidadas	8.188.048,71		28,08
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	55.460,05		0,19
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL		60%	
Liquidadas	6.460.011,07		101,81
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	2.184.234,78	535.765,22
Despesa de Capital Líquida	7.596.742,24	1.070.512,41

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.904.703,45		30,54
Liquidado	9.314.961,49		
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	9.482,76		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Jan/2013, 10h e 37m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ORLI GENIR BERGER   CLÁUDIO JOSE ZEMBRUSKI   MARGARIDA ELY  
Prefeito Municipal   Contador CRC/SC 22.406/O-0   Controladora Interna



# Massaranduba

## PREFEITURA

**Contrato 52.2012 Secredi**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 52.2012

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 80/2012, do Edital de Chamamento Público nº. 06/2012-PM

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADA: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A

REPRESENTANTE: Milton Cesar de Goes

OBJETO: Contratação de bancos públicos ou privados estabelecidos no município de Massaranduba - SC, para o recebimento de cobranças de tributos e preços públicos municipais  
VALOR :

Item	R\$ unitário máximo	Histórico
01	R\$ 1,00	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 0,90	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 0,80	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 0,90	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,00	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 0,70	Débito automático
07	R\$ 1,10	Fone fácil

Massaranduba, 10 de Dezembro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

**Decreto N.º 001/2013**

DECRETO n.º 001/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 201.824,25 (Duzentos e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais, vinte e cinco centavos), nestes termos:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.1021 - Aquisição de Veículo e equipamentos funcionais.

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0232.0 - Aplicações Diretas (59) R\$

88.253,81

130110301.2022 - Manutenção das Ações Básica de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0023.0 - Aplicações Diretas (60) R\$ 774,10

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0141.0 - Aplicações Diretas (61) R\$ 16.971,56

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0141.0 - Aplicações Diretas (62) R\$ 4.007,40

130110301.2023 - Manutenção do Programa ESF/PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0143.0 - Aplicações Diretas (63) R\$ 25.378,01

130110301.2024 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0233.0 - Aplicações Diretas (64) R\$ 1.150,82

130110304.2025 - Manutenção da Vigilância em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0145.0 - Aplicações Diretas (65) R\$ 4.667,62

130110305.2025 - Manutenção da Vigilância em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0146.0 - Aplicações Diretas (66) R\$ 12.987,18

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0143.0 - Aplicações Diretas (67) R\$ 1.202,72

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0148.0 - Aplicações Diretas (68) R\$ 553,23

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0233.0 - Aplicações Diretas (69) R\$ 26.231,30

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0143.0 - Aplicações Diretas (70) R\$ 12.344,13

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0149.0 - Aplicações Diretas (71) R\$ 7.302,37

Total R\$ 201.824,25

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2012.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**Decreto N.º 002/2013.**

DECRETO n.º 002/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 750.119,62 (Setecentos e cinquenta mil, cento e dezenove reais, sessenta e dois centavos), nestes termos:



**04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO**

040112.306.2015 - Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0155.0 - Aplicações Diretas (214) R\$ 5.160,86

040313392.1044 - Aquisição de área e Construção de Prédios Públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 - Aplicações Diretas (215) R\$ 33.254,69

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0244.0 - Aplicações Diretas (216) R\$ 18.083,22

040112.361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0022.0 - Aplicações Diretas (217) R\$ 11.475,20

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0153.0 - Aplicações Diretas (218) R\$ 21.664,03

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0106.0 - Aplicações Diretas (219) R\$ 7.150,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0151.0 - Aplicações Diretas (220) R\$ 66.040,07

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0106.0 - Aplicações Diretas (221) R\$ 20.000,00

**06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO**

060117.512.1027 - Ampliação de Sistemas de Água e Esgoto

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0241.0 - Aplicações Diretas (222) R\$ 208.199,78

060117.512.1028 - Construção de Melhoria de Unidades Sanitárias

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0241.0 - Aplicações Diretas (223) R\$ 107.382,89

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradouros

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0242.0 - Aplicações Diretas (224) R\$ 221.825,00

060115.452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0044.0 - Aplicações Diretas (225) R\$ 4.774,29

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0045.0 - Aplicações Diretas (226) R\$ 3.467,11

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0055.0 - Aplicações Diretas (227) R\$ 132,75

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0055.0 - Aplicações Diretas (228) R\$ 2.082,80

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0056.0 - Aplicações Diretas (229) R\$ 4.646,73

**12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1201.08.243.2052 - Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0294.0 - Aplicações Diretas (230) R\$ 2.058,69

1201.08.244.2052 - Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0295.0 - Aplicações Diretas (231) R\$ 6.260,12

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0299.0 - Aplicações Diretas (232) R\$ 6.461,39

Total R\$ 750.119,62

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que

trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2012.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**Decreto N.º 003/2013.**

DECRETO n.º 003/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 9.052,59 (Nove mil, cinquenta e dois reais, cinquenta e nove centavos), neste termo:

14 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO

140117512.2033 - Manutenção dos Serviços do SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 - Aplicações Diretas (22) R\$ 9.052,59

Total R\$ 9.052,59

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2012.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**Decreto N.º 004/2013.**

DECRETO n.º 004/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nestes termos:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060117.512.1028 - Construção de Melhoria de Unidades Sanitárias

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0241.0 - Aplicações Diretas (127) R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde, conforme Termo de compromisso TC PAC nº 968/08.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### **Decreto N.º 005/2013.**

DECRETO n.º 005/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 197.232,00 (Cento e noventa e sete mil, duzentos e trinta e dois reais), nestes termos:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradouros

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0244.0 - Aplicações Diretas (101) R\$ 197.232,00

Total R\$ 197.232,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do convênio nº 6.492/2012-0, firmado entre o município de Meleiro e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### **Decreto N.º 006/2013.**

DECRETO n.º 006/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 146.950,00 (Cento e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais), neste termo:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradouros

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0242.0 - Aplicações Diretas (100) R\$ 146.950,00

Total R\$ 146.950,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do contrato de repasse nº 0372933-38/2011, firmado entre o município de Meleiro e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades - MCIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### **Decreto N.º 007/2013**

DECRETO n.º 007/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), neste termo:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0244.0 - Aplicações Diretas (113) R\$ 400.000,00

Total R\$ 400.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada dos convênios nº 9.630/2012-0, firmado entre o município de Meleiro e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**Decreto N.º 008/2013.**

DECRETO n.º 008/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 246.702,52 (Duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e dois reais, cinquenta e dois centavos), nestes termos:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0244.0 - Aplicações Diretas (101) R\$ 246.702,52

Total R\$ 246.702,52

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do convênio nº 4.807/2012-0, firmado entre o município de Meleiro e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**Decreto N.º 009/2013.**

DECRETO n.º 009/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), neste termo:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0242.0 - Aplicações Diretas (100) R\$ 245.850,00

Total R\$ 245.850,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do contrato de repasse nº 00000-38/2012, firmado entre o município de Meleiro e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades - MCIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**Decreto N.º 010/2013**

DECRETO n.º 010/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 250.795,00 (Duzentos e cinquenta mil, setecentos e nove e cinco reais), neste termo:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0242.0 - Aplicações Diretas (100) R\$ 250.795,00

Total R\$ 250.795,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do contrato de repasse nº 000000-38/2012, firmado entre o município de Meleiro e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades - MCIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

**Decreto N.º 011/2013.**

DECRETO n.º 011/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 221.825,00 (Duzentos e vinte e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais), neste termo:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0242.0 - Aplicações Diretas (100) R\$ 221.825,00

Total R\$ 221.825,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do contrato de repasse nº 0366472-43/2011, firmado entre o município de Meleiro e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades - MCIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### **Decreto N.º 012/2013.**

DECRETO n.º 012/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), nestes termos:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060117.512.1028 - Construção de Melhoria de Unidades Sanitárias

4.4.90.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (126) R\$ 45.000,00

Total R\$ 45.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### **Decreto N.º 013/2013.**

DECRETO n.º 013/2013.

FICA ESTABELECIDAS AS METAS DE RECEITAS E DESPESAS PARA EXERCÍCIO DE 2013.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

D E C R E T A

Art. 1.º Fica estabelecida as Metas previstas de Receitas e de Despesas para o Exercício de 2013.

PERÍODO	RECEITAS R\$	TOTAL
1º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES 3.244.328,50	3.375.060,50
	RECEITAS CAPITAL 130.732,00	
2º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES 3.610.797,50	3.708.041,50
	RECEITAS CAPITAL 97.244,00	
3º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES 3.781.097,80	4.056.343,40
	RECEITAS CAPITAL 275.245,60	
4º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES 3.421.095,90	3.692.348,70
	RECEITAS CAPITAL 271.252,80	
5º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES 3.388.760,40	3.568.565,20
	RECEITAS CAPITAL 179.804,80	
6º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES 4.110.919,90	4.444.640,70
	RECEITAS CAPITAL 333.720,80	
TOTAL	RECEITAS CORRENTES 21.557.000,00	22.845.000,00
	RECEITAS CAPITAL 1.288.000,00	
PERÍODO	DESPESAS R\$	DESPESAS R\$
1º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES 2.582.734,00	3.426.121,00
	DESPESAS CAPITAL 843.387,00	
2º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES 3.201.908,50	3.669.153,50
	DESPESAS CAPITAL 4697.245,00	
3º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES 3.423.448,00	4.494.397,00
	DESPESAS CAPITAL 1.070.949,00	
4º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES 3.179.186,50	3.596.383,50
	DESPESAS CAPITAL 417.197,00	
5º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES 3.076.937,50	3.606.742,50
	RECEITAS CAPITAL 529.805,00	

	DESPESAS COR- RENTES	3.470.785,50	
6º BIMESTRE	DESPESAS CAPITAL	581.417,00	4.052.202,50
	DESPESAS COR- RENTES	18.935.000,00	
TOTAL	DESPESAS CAPI- TAL	3.910.000,00	22.845.000,00

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Janeiro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**



**Balanço Orçamento 06-2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>3.779.587,57</b>	<b>19,54</b>	<b>18.638.208,38</b>	<b>96,37</b>	<b>701.791,62</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.086.000,00</b>	<b>18.086.000,00</b>	<b>2.874.163,35</b>	<b>15,89</b>	<b>15.570.008,49</b>	<b>86,09</b>	<b>2.515.991,51</b>
RECEITA TRIBUTARIA	1.335.000,00	1.335.000,00	109.759,31	8,22	993.301,03	74,40	341.698,97
IMPOSTOS	895.000,00	895.000,00	96.239,52	10,75	792.190,32	88,51	102.809,68
TAXAS	390.000,00	390.000,00	13.519,79	3,47	201.110,71	51,57	188.889,29
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	130.000,00	130.000,00	31.745,67	24,42	139.352,11	107,19	-9.352,11
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	130.000,00	130.000,00	31.745,67	24,42	139.352,11	107,19	-9.352,11
RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00	180.000,00	1.908,83	1,06	45.789,93	25,44	134.210,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	180.000,00	180.000,00	1.908,83	1,06	45.789,93	25,44	134.210,07
RECEITA DE SERVIÇOS	690.500,00	690.500,00	88.846,31	12,87	519.767,60	75,27	170.732,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.438.000,00	15.438.000,00	2.619.413,29	16,97	13.644.439,96	88,38	1.793.560,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.132.000,00	15.132.000,00	2.535.675,96	16,76	12.701.699,95	83,94	2.430.300,05
Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	20.000,00	307,69	20.000,00	307,69	-13.500,00
Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Transf. de Conv.	298.000,00	298.000,00	63.737,33	21,39	922.740,01	309,64	-624.740,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	312.500,00	312.500,00	22.489,94	7,20	227.357,86	72,75	85.142,14
Multas e Juros de Mora	117.500,00	117.500,00	9.856,82	8,39	49.955,37	42,52	67.544,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	941,50	3,14	6.260,55	20,87	23.739,45
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	110.400,00	110.400,00	9.691,62	8,78	46.657,74	42,26	63.742,26
RECEITAS DIVERSAS	54.600,00	54.600,00	2.000,00	3,66	124.484,20	227,99	-69.884,20
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.254.000,00</b>	<b>1.254.000,00</b>	<b>905.424,22</b>	<b>72,20</b>	<b>3.068.199,89</b>	<b>244,67</b>	<b>-1.814.199,89</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00	0,00	1.059.271,87	103,85	-39.271,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00	0,00	1.059.271,87	103,85	-39.271,87
ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	114.000,00	518,18	-92.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	114.000,00	633,33	-96.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	209.000,00	209.000,00	905.424,22	433,22	1.894.928,02	906,66	-1.685.928,02
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	209.000,00	209.000,00	905.424,22	433,22	1.894.928,02	906,66	-1.685.928,02
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>3.779.587,57</b>	<b>19,54</b>	<b>18.638.208,38</b>	<b>96,37</b>	<b>701.791,62</b>

Continua 1/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>3.779.587,57</b>	<b>19,54</b>	<b>18.638.208,38</b>	<b>96,37</b>	<b>701.791,62</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	19.340.000,00	19.340.000,00	3.779.587,57	19,54	18.638.208,38	96,37	701.791,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	834.692,68	—	—	630.338,01	—	—
Superávit Financeiro	—	834.692,68	—	—	630.338,01	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.340.000,00	5.466.639,19	24.806.639,19	-262.591,49	18.348.145,40	2.809.630,62	18.348.145,40	0,00	73,96	6.458.493,79
DESPESAS CORRENTES	16.355.000,00	1.377.261,44	17.732.261,44	901.666,54	14.077.444,97	2.287.751,18	14.077.444,97	0,00	79,39	3.654.816,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.465.500,00	342.860,75	8.808.360,75	1.508.706,41	7.764.156,53	1.513.998,41	7.764.156,53	0,00	88,15	1.044.204,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	80.000,00	230.000,00	14.820,12	178.676,65	37.001,33	178.676,65	0,00	77,69	51.323,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.739.500,00	954.400,69	8.693.900,69	-621.859,99	6.134.611,79	736.751,44	6.134.611,79	0,00	70,56	2.559.288,90
DESPESAS DE CAPITAL	2.975.000,00	4.089.377,75	7.064.377,75	-1.164.258,03	4.270.700,43	521.879,44	4.270.700,43	0,00	60,45	2.793.677,32
INVESTIMENTOS	2.475.000,00	3.959.377,75	6.434.377,75	-1.214.611,65	3.723.294,34	385.560,11	3.723.294,34	0,00	57,87	2.711.083,41

Continua 2/4



Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>5.466.639,19</b>	<b>24.806.639,19</b>	<b>-262.591,49</b>	<b>18.348.145,40</b>	<b>2.809.630,62</b>	<b>18.348.145,40</b>	<b>0,00</b>	<b>73,96</b>	<b>6.458.493,79</b>
AMORTIZACAO DA DIVIDA	500.000,00	130.000,00	630.000,00	50.353,62	547.406,09	136.319,33	547.406,09	0,00	86,89	82.593,91
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>5.466.639,19</b>	<b>24.806.639,19</b>	<b>-262.591,49</b>	<b>18.348.145,40</b>	<b>2.809.630,62</b>	<b>18.348.145,40</b>	<b>0,00</b>	<b>73,96</b>	<b>6.458.493,79</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>5.466.639,19</b>	<b>24.806.639,19</b>	<b>-262.591,49</b>	<b>18.348.145,40</b>	<b>2.809.630,62</b>	<b>18.348.145,40</b>	<b>0,00</b>	<b>73,96</b>	<b>6.458.493,79</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	290.062,98	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>5.466.639,19</b>	<b>24.806.639,19</b>	<b>-262.591,49</b>	<b>18.348.145,40</b>	<b>2.809.630,62</b>	<b>18.638.208,38</b>		<b>73,96</b>	<b>6.458.493,79</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Continua 3/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

MELEIRO, 14/01/2013

---

JONEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

---

ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

---

DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

---

JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa 02.2012**

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	5.160,86	0,00	5.160,86
Assistência Farmacêutica Básica	5,92	0,00	5,92
Atenção Básica	20.978,96	0,00	20.978,96
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	25.378,01	0,00	25.378,01
Contrib.Custeio Serviços Iluminação Pública-COSIP	4,25	0,00	4,25
Contrib.de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	91,13	0,00	91,13
Convênio - Polícia Civil	2.260,20	0,00	2.260,20
Convênio - Polícia Prefeitura	4.646,73	0,00	4.646,73
FUNDO INFANCIA E ADOLESCENCIA	27.150,00	0,00	27.150,00
Gestão do SUS	1.755,95	0,00	1.755,95
Outras Transferências de Convênios da União	232.759,59	5.825,21	226.934,38
Outras Transferências de Convênios do Estado	18.952,01	0,00	18.952,01
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	26.231,30	0,00	26.231,30
SALARIO EDUCAÇÃO	66.040,07	0,00	66.040,07
Transf. Outras Receitas do FNAS	6.461,39	0,00	6.461,39
Transf. Rec. Do FNAS/IGD/Bolsa Família	6.260,12	0,00	6.260,12
Transf. Rec. Do FNAS/PBT/PAC	5,30	0,00	5,30
Transf. Rec. Do FNAS/PMC/PETI	2.058,69	0,00	2.058,69
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/Saúde)	6.767,71	0,00	6.767,71
Transferências de Convênios - Saúde	88.253,81	0,00	88.253,81
Transferências de Recursos do FEP	4.774,29	0,00	4.774,29
TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	11.475,20	0,00	11.475,20
TRANSPORTE ESCOLAR (ESTADO)	21.664,03	0,00	21.664,03
Vigilância em Saúde	17.654,80	0,00	17.654,80
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>596.790,32</b>	<b>5.825,21</b>	<b>590.965,11</b>
Convênio - Polícia Militar	132,75	0,00	132,75
RECURSOS ORDINARIOS	12.298,51	0,00	12.298,51
RECURSOS ORDINARIOS - PREFEITURA	61.240,57	0,00	61.240,57
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	9.052,59	0,00	9.052,59
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	7.302,37	0,00	7.302,37
Transf. Diretas do FNDE referente a APOIO A CRECHE	204,00	0,00	204,00
Transf.Conv. Da União Destinadas a Programa Saneam	315.582,67	176.977,85	138.604,82
Transf.Convênios Estado Destin. Programas Educação	2,76	0,00	2,76
Transferências de Convênios - Saúde	13.494,95	0,00	13.494,95
Transferências de Recursos do CEFEM	3.467,11	0,00	3.467,11
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>422.778,28</b>	<b>176.977,85</b>	<b>245.800,43</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.019.568,60</b>	<b>182.803,06</b>	<b>836.765,54</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
ADAI PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar 02.2012**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2012/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Outras Transferências de Convênios da União	5.825,21	0,00	0,00	0,00	226.934,38	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	<b>5.825,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>226.934,38</b>	<b>0,00</b>
Transf.Conv. Da União Destinadas a Programa	0,00	0,00	176.977,85	0,00	138.604,82	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>176.977,85</b>	<b>0,00</b>	<b>138.604,82</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>5.825,21</b>	<b>0,00</b>	<b>176.977,85</b>	<b>0,00</b>	<b>365.539,20</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MELEIRO, 14/01/2013

DIOGENES PAZINI MANFREDINI

Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA

Secretario de Administração e Finanças

ADAIR PASINI

Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

**Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 02.2012**

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>839.464,29</b>	<b>1.176.986,55</b>	<b>1.605.439,55</b>
Dívida Mobiliária	150.214,51	140.815,17	131.415,83
Dívida Contratual	689.249,78	1.036.171,38	1.474.023,72
Interna	689.249,78	1.036.171,38	1.474.023,72
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>936.131,21</b>	<b>—</b>	<b>1.013.743,39</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.081.939,46	1.299.462,17	1.019.568,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	-40,10	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	145.808,25	1.587.026,09	5.825,21
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-96.666,92</b>	<b>1.176.986,55</b>	<b>591.696,16</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>14.366.019,57</b>	<b>15.254.486,15</b>	<b>15.570.008,49</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>5,84%</b>	<b>7,72%</b>	<b>10,31%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-0,67%</b>	<b>7,72%</b>	<b>3,80%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>17.239.223,48</b>	<b>18.305.383,38</b>	<b>18.684.010,19</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	689.249,78	1.036.171,38	1.474.023,72
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	293.832,01	269.832,01	245.832,01
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	293.832,01	269.832,01	245.832,01
Previdenciárias	293.832,01	269.832,01	245.832,01
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	395.417,77	766.339,37	1.228.191,71

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	287.604,02	0,00
DEPÓSITOS	8.065,11	103.885,77	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	381.363,54	4.972.425,06	176.977,85
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012

Continuação 2/2

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012</b>	
		<b>Até o 1º Semestre</b>	<b>Até o 2º Semestre</b>
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

FONTE:

## Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 12.2012

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.322.084,87</b>	<b>1.383.575,96</b>	<b>1.343.481,36</b>	<b>1.604.213,36</b>	<b>1.736.429,11</b>	<b>1.627.614,95</b>	<b>1.450.592,89</b>	<b>1.402.500,83</b>	<b>1.288.376,67</b>	<b>1.347.196,01</b>	<b>1.443.866,38</b>	<b>1.831.665,17</b>	<b>17.781.597,56</b>	<b>20.581.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	47.134,26	71.424,75	77.187,79	69.249,11	277.896,73	84.391,08	76.586,16	78.006,91	52.948,56	48.716,37	45.495,56	64.263,75	993.301,03	1.335.000,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	15.338,68	166.610,07	11.416,93	9.026,01	6.183,50	2.004,84	1.694,79	777,93	3.428,07	216.480,82	280.000,00
I.R.R.F	13.228,83	10.393,79	11.265,16	6.738,73	9.761,74	15.291,16	12.101,38	12.579,86	10.314,78	10.698,47	10.950,27	19.034,28	142.358,45	125.000,00
I.S.S.	23.239,72	28.308,22	29.285,26	24.978,97	25.497,86	36.721,29	39.980,70	36.703,35	21.622,97	27.043,38	22.601,58	29.859,16	345.842,46	400.000,00
I.T.B.I.	3.899,70	7.873,49	5.347,61	4.342,31	7.716,26	10.486,47	6.868,34	13.727,36	12.737,08	4.921,74	6.168,28	3.419,95	87.508,59	90.000,00
Outras Receitas Tributárias	6.766,01	24.849,25	31.289,76	17.850,42	68.310,80	10.475,23	8.609,73	8.812,84	6.268,89	4.357,99	4.997,50	8.522,29	201.110,71	440.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.351,35	10.587,10	10.388,70	10.764,54	11.307,29	11.159,85	10.685,52	11.109,88	10.424,10	10.828,11	11.568,22	20.177,45	139.352,11	130.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.293,04	7.670,89	8.339,46	5.539,60	4.961,53	1.135,88	2.996,86	2.016,45	1.994,90	1.932,49	1.937,74	-28,91	45.789,93	180.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	38.272,35	43.757,22	41.600,70	43.588,61	44.762,37	48.877,35	39.749,68	47.642,48	41.106,56	41.563,97	36.223,98	52.622,33	519.767,60	690.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.213.362,41	1.246.622,95	1.194.354,05	1.465.382,07	1.356.079,67	1.441.316,90	1.266.322,50	1.245.759,67	1.175.539,35	1.230.507,97	1.334.417,92	1.686.363,57	15.856.029,03	17.933.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	5.136.670,93	5.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	462.736,74	402.865,26	435.730,10	456.325,87	409.978,68	423.731,94	414.385,98	414.793,77	481.386,63	453.534,81	488.095,96	493.399,60	5.336.965,34	5.900.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	27.315,11	42.941,05	60.649,97	66.595,52	72.796,87	66.752,02	79.092,35	73.116,74	56.379,72	62.712,70	39.399,14	26.385,43	674.136,62	700.000,00
Cota-Parte do ITR.	188,96	119,36	97,29	119,24	25,29	67,81	116,54	41,19	8.744,61	5.261,70	241,23	128,92	15.152,14	10.000,00
Outras Transferências Correntes	105.722,97	101.569,08	158.288,27	300.319,83	182.718,47	337.832,58	281.547,84	226.841,51	123.115,30	192.280,28	165.259,04	260.134,70	2.435.629,87	3.058.000,00
Transferências da LC 61/1989	3.649,53	7.623,39	6.785,12	7.199,49	8.148,79	7.279,82	6.788,69	7.503,66	7.588,47	7.334,34	7.425,15	8.525,90	85.852,35	125.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.287,09	2.287,09	2.285,20	2.285,20	2.285,20	2.285,20	2.285,20	2.285,20	0,00	4.570,40	2.285,20	2.285,20	27.426,18	40.000,00
Transferências do FUNDEB	180.476,26	167.874,98	176.443,12	186.286,32	181.026,66	177.461,32	164.053,38	170.213,31	191.236,03	178.825,35	191.085,34	179.213,53	2.144.195,60	2.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.671,46	3.513,05	11.610,66	9.689,43	41.421,52	40.733,89	54.252,17	17.965,44	6.363,20	13.647,10	14.222,96	8.266,98	227.357,86	312.500,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>185.432,41</b>	<b>195.435,58</b>	<b>171.924,32</b>	<b>195.754,98</b>	<b>198.466,72</b>	<b>185.204,41</b>	<b>164.144,08</b>	<b>169.740,74</b>	<b>172.237,36</b>	<b>171.880,27</b>	<b>195.614,53</b>	<b>205.753,67</b>	<b>2.211.589,07</b>	<b>2.495.000,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	185.432,41	195.435,58	171.924,32	195.754,98	198.466,72	185.204,41	164.144,08	169.740,74	172.237,36	171.880,27	195.614,53	205.753,67	2.211.589,07	2.495.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>1.136.652,46</b>	<b>1.188.140,38</b>	<b>1.171.557,04</b>	<b>1.408.458,38</b>	<b>1.537.962,39</b>	<b>1.442.410,54</b>	<b>1.286.448,81</b>	<b>1.232.760,09</b>	<b>1.116.139,31</b>	<b>1.175.315,74</b>	<b>1.248.251,85</b>	<b>1.625.911,50</b>	<b>15.570.008,49</b>	<b>18.086.000,00</b>

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

DIóGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA  
Secretário de Administração e Finanças



**Demonstrativo das Operacao de Credito 02.2012**

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>665.930,86</b>	<b>1.059.271,87</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	665.930,86	1.059.271,87
Interna	665.930,86	1.059.271,87
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	665.930,86	1.059.271,87
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>15.570.008,49</b>	<b>—</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>1.059.271,87</b>	<b>6,80</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>2.491.201,36</b>	<b>16,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.089.900,59</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>1.059.271,87</b>	<b>6,80</b>

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
ADAI R PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Demonstrativo das Parcerias Publicas Privada 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

**Demonstrativo de Garantia de Valores 02.2012**

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>14.366.019,57</b>	<b>15.254.486,15</b>	<b>15.570.008,49</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>3.160.524,31</b>	<b>3.355.986,95</b>	<b>3.425.401,87</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

**Demonstrativo de Gastos de Pessoal 02.2012**

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.357.067,68	0,00
Pessoal Ativo	7.223.466,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	133.601,31	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>7.357.067,68</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>7.357.067,68</b>	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.570.008,49	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,25	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	8.407.804,58	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	7.987.414,36	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

**Demonstrativo de Operacao de Credito e Despesa de Capital 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.020.000,00	1.059.271,87		-39.271,87
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	7.064.377,75	4.270.700,43	0,00	2.793.677,32
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.064.377,75	4.270.700,43	0,00	2.793.677,32
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.044.377,75	-3.211.428,56		-2.832.949,19

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Demonstrativo de Projecao Atuarial de R.P.P.S 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:



**Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Orgao 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	145.808,25	145.808,25	-	-	-	381.363,54	204.385,69	198.560,48	-	182.803,06
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	145.808,25	145.808,25	0,00	0,00	0,00	381.363,54	204.385,69	198.560,48	0,00	182.803,06
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	3.034,83	3.034,83	0,00	0,00	0,00	168.456,06	168.456,06	168.283,22	0,00	172,84
SECRET.DE OBRAS E DESENVOLV.URBANO	0,00	142.773,42	142.773,42	0,00	0,00	0,00	212.907,48	35.929,63	30.277,26	0,00	182.630,22
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>145.808,25</b>	<b>145.808,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>381.363,54</b>	<b>204.385,69</b>	<b>198.560,48</b>	<b>0,00</b>	<b>182.803,06</b>

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

JONNEI ZANETTE  
 Prefeito Municipal

ADAIR PASINI  
 Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
 Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA  
 Secretario de Administração e Finanças

**Demonstrativo Despesas por Funcao 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - ( b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.340.000,00	24.806.639,19	-262.591,49	18.348.145,40	2.809.630,62	18.348.145,40	0,00	100,00	73,96	6.458.493,79
Legislativa	650.000,00	650.000,00	112.605,55	535.013,16	124.079,81	535.013,16	0,00	2,92	82,31	114.986,84
Ação Legislativa	650.000,00	650.000,00	112.605,55	535.013,16	124.079,81	535.013,16	0,00	2,92	82,31	114.986,84
ADMINISTRACAO	1.800.000,00	1.776.409,00	77.274,31	1.493.610,38	219.784,80	1.493.610,38	0,00	8,14	84,08	282.798,62
ADMINISTRACAO GERAL	1.800.000,00	1.776.409,00	77.274,31	1.493.610,38	219.784,80	1.493.610,38	0,00	8,14	84,08	282.798,62
ASSISTENCIA SOCIAL	846.000,00	944.845,44	3.197,90	561.259,57	81.392,05	561.259,57	0,00	3,06	59,40	383.585,87
Assistência ao Idoso	98.000,00	108.000,00	5.020,97	45.861,09	9.205,61	45.861,09	0,00	0,25	42,46	62.138,91
Assistência ao Portador de Deficiência	18.000,00	18.608,00	0,00	7.904,00	1.216,00	7.904,00	0,00	0,04	42,48	10.704,00
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENT	228.500,00	263.526,34	-15.598,62	142.939,44	27.497,43	142.939,44	0,00	0,78	54,24	120.586,90
Assistência Comunitária	501.500,00	554.711,10	13.775,55	364.555,04	43.473,01	364.555,04	0,00	1,99	65,72	190.156,06
SAUDE	3.650.000,00	4.346.321,58	219.118,62	3.677.042,68	655.596,04	3.677.042,68	0,00	20,04	84,60	669.278,90
ATENCAO BASICA	3.521.000,00	4.195.395,82	212.126,13	3.589.401,75	642.531,04	3.589.401,75	0,00	19,56	85,56	605.994,07
Vigilância Sanitária	91.500,00	97.786,65	6.092,49	56.871,17	12.130,00	56.871,17	0,00	0,31	58,16	40.915,48
Vigilância Epidemiológica	37.500,00	53.139,11	900,00	30.769,76	935,00	30.769,76	0,00	0,17	57,90	22.369,35
EDUCACAO	5.288.000,00	5.876.522,62	437.956,02	4.440.241,94	815.299,28	4.440.241,94	0,00	24,20	75,56	1.436.280,68
ALIMENTACAO E NUTRICAO	265.000,00	265.938,29	-37.702,72	200.857,08	14.664,20	200.857,08	0,00	1,09	75,53	65.081,21
ENSINO FUNDAMENTAL	3.539.000,00	3.818.813,75	199.246,27	2.844.960,46	482.247,99	2.844.960,46	0,00	15,51	74,50	973.853,29
ENSINO SUPERIOR	103.000,00	103.000,00	-3.386,72	57.306,07	13.514,00	57.306,07	0,00	0,31	55,64	45.693,93
EDUCACAO INFANTIL	1.292.000,00	1.622.270,58	279.799,19	1.279.797,07	301.073,09	1.279.797,07	0,00	6,98	78,89	342.473,51
Educação de Jovens e Adultos	39.000,00	14.000,00	0,00	4.821,26	0,00	4.821,26	0,00	0,03	34,44	9.178,74
Educação Especial	50.000,00	52.500,00	0,00	52.500,00	3.800,00	52.500,00	0,00	0,29	100,00	0,00
CULTURA	355.000,00	655.000,00	-26.539,20	565.459,83	54.574,01	565.459,83	0,00	3,08	86,33	89.540,17
DIFUSAO CULTURAL	355.000,00	655.000,00	-26.539,20	565.459,83	54.574,01	565.459,83	0,00	3,08	86,33	89.540,17
URBANISMO	3.800.000,00	6.543.750,98	-918.455,42	4.747.289,38	460.762,52	4.747.289,38	0,00	25,87	72,55	1.796.461,60
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.294.000,00	3.390.192,23	-897.714,12	2.328.235,52	180.760,11	2.328.235,52	0,00	12,69	68,68	1.061.956,71

Continua 1/3

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.340.000,00	24.806.639,19	-262.591,49	18.348.145,40	2.809.630,62	18.348.145,40	0,00	100,00	73,96	6.458.493,79
URBANISMO	3.800.000,00	6.543.750,98	-918.455,42	4.747.289,38	460.762,52	4.747.289,38	0,00	25,87	72,55	1.796.461,60
SERVICOS URBANOS	2.506.000,00	3.153.558,75	-20.741,30	2.419.053,86	280.002,41	2.419.053,86	0,00	13,18	76,71	734.504,89
HABITACAO	69.000,00	478.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.035,00
HABITACAO URBANA	69.000,00	478.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.035,00
Saneamento	845.000,00	1.278.754,57	-283.050,73	653.175,41	98.202,96	653.175,41	0,00	3,56	51,08	625.579,16
Saneamento Básico Rural	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Saneamento Básico Urbano	828.000,00	1.261.754,57	-283.050,73	653.175,41	98.202,96	653.175,41	0,00	3,56	51,77	608.579,16
AGRICULTURA	711.000,00	811.000,00	27.024,70	580.517,29	95.305,77	580.517,29	0,00	3,16	71,58	230.482,71
EXTENSAO RURAL	711.000,00	811.000,00	27.024,70	580.517,29	95.305,77	580.517,29	0,00	3,16	71,58	230.482,71
INDUSTRIA	45.000,00	45.000,00	770,00	15.770,00	2.640,00	15.770,00	0,00	0,09	35,04	29.230,00
PROMOCAO INDUSTRIAL	45.000,00	45.000,00	770,00	15.770,00	2.640,00	15.770,00	0,00	0,09	35,04	29.230,00
TRANSPORTE	99.000,00	259.000,00	0,00	208.050,00	0,00	208.050,00	0,00	1,13	80,33	50.950,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	99.000,00	259.000,00	0,00	208.050,00	0,00	208.050,00	0,00	1,13	80,33	50.950,00
Desporto e Lazer	332.000,00	332.000,00	31.869,67	217.029,11	37.468,38	217.029,11	0,00	1,18	65,37	114.970,89
DESPORTO COMUNITARIO	332.000,00	332.000,00	31.869,67	217.029,11	37.468,38	217.029,11	0,00	1,18	65,37	114.970,89
ENCARGOS ESPECIAIS	840.000,00	800.000,00	55.637,09	653.686,65	164.525,00	653.686,65	0,00	3,56	81,71	146.313,35
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	840.000,00	800.000,00	55.637,09	653.686,65	164.525,00	653.686,65	0,00	3,56	81,71	146.313,35

Continua 2/3

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.340.000,00	24.806.639,19	-262.591,49	18.348.145,40	2.809.630,62	18.348.145,40	0,00	100,00	73,96	6.458.493,79
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	19.340.000,00	24.806.639,19	-262.591,49	18.348.145,40	2.809.630,62	18.348.145,40	0,00	100,00	73,96	6.458.493,79

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Demonstrativo Rec. Alienacao Ativos 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	22.000,00	114.000,00	-92.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	0,00	4.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.000,00	114.000,00	-96.000,00
<b>TOTAL</b>	22.000,00	114.000,00	-92.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	114.000,00	114.000,00	0,00	0,00
Investimentos	114.000,00	114.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	114.000,00	114.000,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Demonstrativo Rec. Desp.R.P.P.S 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	22.000,00	114.000,00	-92.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	0,00	4.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.000,00	114.000,00	-96.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.000,00</b>	<b>114.000,00</b>	<b>-92.000,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	114.000,00	114.000,00	0,00	0,00
Investimentos	114.000,00	114.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>114.000,00</b>	<b>114.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Demonstrativo Resultado Nominal 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Out 2012 (B)	Em 31 Dez 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.636.832,70	2.285.017,81	2.148.698,48
DEDUÇÕES (II)	936.131,21	137.670,21	1.013.743,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.081.939,46	848.755,55	1.019.568,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	145.808,25	711.085,34	5.825,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	700.701,49	2.147.347,60	1.134.955,09
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>700.701,49</b>	<b>2.147.347,60</b>	<b>1.134.955,09</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-1.012.392,51</b>	<b>434.253,60</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-87.165,42</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Out 2012 (B)	Em 31 Dez 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças



**Demonstrativo Resultado Primario 06.2012**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>17.906.000,00</b>	<b>2.872.254,52</b>	<b>15.524.218,56</b>	<b>14.276.202,04</b>
Receita Tributária	1.335.000,00	109.759,31	993.301,03	881.464,14
I.P.T.U.	280.000,00	4.206,00	216.480,82	197.912,77
I.S.S.	400.000,00	52.460,74	345.842,46	317.963,48
I.T.B.I.	90.000,00	9.588,23	87.508,59	71.268,94
I.R.R.F.	125.000,00	29.984,55	142.358,45	112.126,01
Outras Receitas Tributárias	440.000,00	13.519,79	201.110,71	182.192,94
Receita de Contribuição	130.000,00	31.745,67	139.352,11	119.233,37
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	130.000,00	31.745,67	139.352,11	119.233,37
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	180.000,00	1.908,83	45.789,93	89.817,53
(-) Aplicações Financeiras	180.000,00	1.908,83	45.789,93	89.817,53
Transferências Correntes	15.438.000,00	2.619.413,29	13.644.439,96	12.664.198,91
F.P.M.	4.560.000,00	969.182,99	4.152.986,33	4.036.078,09
I.C.M.S.	4.720.000,00	785.196,60	4.269.573,25	4.255.987,56
Convênios	298.000,00	63.737,33	922.740,01	283.179,21
Outras Transferências Correntes	5.860.000,00	801.296,37	4.299.140,37	4.088.954,05
Demais Receitas Correntes	1.003.000,00	111.336,25	747.125,46	611.305,62
Dívida Ativa	110.400,00	9.691,62	46.657,74	48.119,87
Diversas Receitas Correntes	892.600,00	101.644,63	700.467,72	563.185,75
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.254.000,00</b>	<b>905.424,22</b>	<b>3.068.199,89</b>	<b>2.229.233,00</b>
Operações de Crédito (III)	1.020.000,00	0,00	1.059.271,87	395.417,77
Amortização de Empréstimos (IV)	3.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	22.000,00	0,00	114.000,00	29.000,00
Transferências de Capital	209.000,00	905.424,22	1.894.928,02	1.804.815,23
Convênios	209.000,00	905.424,22	1.894.928,02	1.804.815,23
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>209.000,00</b>	<b>905.424,22</b>	<b>1.894.928,02</b>	<b>1.804.815,23</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>18.115.000,00</b>	<b>3.777.678,74</b>	<b>17.419.146,58</b>	<b>16.081.017,27</b>

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2012			EM 2011	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>17.732.261,44</b>	<b>2.287.751,18</b>	<b>14.077.444,97</b>	<b>0,00</b>	<b>12.371.825,24</b>	<b>0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.808.360,75	1.513.998,41	7.764.156,53	0,00	6.725.039,60	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	230.000,00	37.001,33	178.676,65	0,00	99.791,91	0,00
Outras Despesas Correntes	8.693.900,69	736.751,44	6.134.611,79	0,00	5.546.993,73	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>17.502.261,44</b>	<b>2.250.749,85</b>	<b>13.898.768,32</b>	<b>0,00</b>	<b>12.272.033,33</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>7.064.377,75</b>	<b>521.879,44</b>	<b>4.270.700,43</b>	<b>0,00</b>	<b>4.392.527,98</b>	<b>381.363,54</b>
Investimentos	6.434.377,75	385.560,11	3.723.294,34	0,00	3.912.151,54	381.363,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	630.000,00	136.319,33	547.406,09	0,00	480.376,44	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>6.434.377,75</b>	<b>385.560,11</b>	<b>3.723.294,34</b>	<b>0,00</b>	<b>3.912.151,54</b>	<b>381.363,54</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>10.000,00</b>	-	-	-	-	-

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2012			EM 2011	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>23.946.639,19</b>	<b>2.636.309,96</b>	<b>17.622.062,66</b>	<b>0,00</b>	<b>16.184.184,87</b>	<b>381.363,54</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-5.831.639,19</b>	<b>1.141.368,78</b>	<b>-202.916,08</b>		<b>-484.531,14</b>	
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-		630.338,01		1.465.030,69
Superávit Financeiro	-	-		630.338,01		834.692,68
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		630.338,01
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>-572.000,00</b>

FORTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
JAIR LUIZ CANELA  
Secretário de Administração e Finanças

**Demonstrativo Simplificado do R. G. F. 02.2012**

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.357.067,68	47,25
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.407.804,58	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.987.414,36	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	591.696,16	3,80
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.684.010,19	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.425.401,87	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.059.271,87	6,80
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.491.201,36	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.089.900,59	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	365.539,20

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

\_\_\_\_\_  
ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

\_\_\_\_\_  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

## Notificação

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Dezembro de 2012 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
12.2012	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	6.569,27
12.2012	Federal	DNPM – CEFEM	6.637,77
12.2012	Federal	SE – Salário Educação	17.173,81
12.2012	Federal	PNATE – Transporte Escolar	8.575,01
12.2012	Federal	PNAE – Merenda Escolar	7.050,00
12.2012	Federal	PETI – Manutenção	1.000,00
12.2012	Federal	API – Programa Apoio ao Idoso	1.000,00
12.2012	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
12.2012	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	760,50
12.2012	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	26.810,34
12.2012	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	42.780,00
12.2012	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	47.034,00
12.2012	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	4.460,00
12.2012	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	9.228,84
12.2012	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	25.000,00
12.2012	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	6.802,11
12.2012	Federal	P.V.S (Programa de Vigilância Sanitária)	4.800,00
12.2012	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	3.001,78
12.2012	Federal	OT (Outras Transferências)	965,28
12.2012	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	7.877,25
12.2012	Estadual	OT (Outras Transferências)	10.500,00
12.2012	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (4.727/2012-9)	24.159,48

12.2012	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (16.937/2011-4)	44.635,21
12.2012	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (4.527/2012-9)	25.000,00
12.2012	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (4.802/2012-0)	42.907,01
12.2012	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (4.807/2012-0)	60.000,00
12.2012	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (6.492/2012-0)	73.857,00
12.2012	Federal	Receita de Convênio (Convênio nº 965/2008)	349.200,00
12.2012	Federal	Receita de Convênio (Convênio nº 0366472-43/2011)	221.825,00
		Total	1.080.217,66

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA  
Secretario de Administração e Finanças

### Publicação Relatorio

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 6º bimestre de 2012, e os Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2012, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Receita Corrente Liquida 06.2012

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.322.084,87	1.383.575,96	1.343.481,36	1.604.213,36	1.736.429,11	1.627.614,95	1.450.592,89	1.402.500,83	1.288.376,67	1.347.196,01	1.443.866,38	1.831.665,17	17.781.597,56	20.581.000,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	47.134,26	71.424,75	77.187,79	69.249,11	277.896,73	84.391,08	76.586,16	78.006,91	52.948,56	48.716,37	45.495,56	64.263,75	993.301,03	1.335.000,00	
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	15.338,68	166.610,07	11.416,93	9.026,01	6.183,50	2.004,84	1.694,79	777,93	3.428,07	216.480,82	280.000,00	
I.R.R.F	13.228,83	10.393,79	11.265,16	6.738,73	9.761,74	15.291,16	12.101,38	12.579,86	10.314,78	10.698,47	10.950,27	19.034,28	142.358,45	125.000,00	
I.S.S.	23.239,72	28.308,22	29.285,26	24.978,97	25.497,86	36.721,29	39.980,70	36.703,35	21.622,97	27.043,38	22.601,58	29.859,16	345.842,46	400.000,00	
I.T.B.I.	3.899,70	7.873,49	5.347,61	4.342,31	7.716,26	10.486,47	6.868,34	13.727,36	12.737,08	4.921,74	6.168,28	3.419,95	87.508,59	90.000,00	
Outras Receitas Tributárias	6.766,01	24.849,25	31.289,76	17.850,42	68.310,80	10.475,23	8.609,73	8.812,84	6.268,89	4.357,99	4.997,50	8.522,29	201.110,71	440.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.351,35	10.587,10	10.388,70	10.764,54	11.307,29	11.159,85	10.685,52	11.109,88	10.424,10	10.828,11	11.568,22	20.177,45	139.352,11	130.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	7.293,04	7.670,89	8.339,46	5.539,60	4.961,53	1.135,88	2.996,86	2.016,45	1.994,90	1.932,49	1.937,74	-28,91	45.789,93	180.000,00	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	38.272,35	43.757,22	41.600,70	43.588,61	44.762,37	48.877,35	39.749,68	47.642,48	41.106,56	41.563,97	36.223,98	52.622,33	519.767,60	690.500,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.213.362,41	1.246.622,95	1.194.354,05	1.465.382,07	1.356.079,67	1.441.316,90	1.266.322,50	1.245.759,67	1.175.539,35	1.230.507,97	1.334.417,92	1.686.363,57	15.856.029,03	17.933.000,00	
Cota-Parte do F.P.M.	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	5.136.670,93	5.700.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	462.736,74	402.865,26	435.730,10	456.325,87	409.978,68	423.731,94	414.385,98	414.793,77	481.386,63	453.534,81	488.095,96	493.399,60	5.336.965,34	5.900.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	27.315,11	42.941,05	60.649,97	66.595,52	72.796,87	66.752,02	79.092,35	73.116,74	56.379,72	62.712,70	39.399,14	26.385,43	674.136,62	700.000,00	
Cota-Parte do ITR.	188,96	119,36	97,29	119,24	25,29	67,81	116,54	41,19	8.744,61	5.261,70	241,23	128,92	15.152,14	10.000,00	
Outras Transferências Correntes	105.722,97	101.569,08	158.288,27	300.319,83	182.718,47	337.832,58	281.547,84	226.841,51	123.115,30	192.280,28	165.259,04	260.134,70	2.435.629,87	3.058.000,00	
Transferências da LC 61/1989	3.649,53	7.623,39	6.785,12	7.199,49	8.148,79	7.279,82	6.788,69	7.503,66	7.588,47	7.334,34	7.425,15	8.525,90	85.852,35	125.000,00	
Transferências da LC 87/1996	2.287,09	2.287,09	2.285,20	2.285,20	2.285,20	2.285,20	2.285,20	2.285,20	0,00	4.570,40	2.285,20	2.285,20	27.426,18	40.000,00	
Transferências do FUNDEB	180.476,26	167.874,98	176.443,12	186.286,32	181.026,66	177.461,32	164.053,38	170.213,31	191.236,03	178.825,35	191.085,34	179.213,53	2.144.195,60	2.400.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.671,46	3.513,05	11.610,66	9.689,43	41.421,52	40.733,89	54.252,17	17.965,44	6.363,20	13.647,10	14.222,96	8.266,98	227.357,86	312.500,00	
DEDUÇÕES (II)	185.432,41	195.435,58	171.924,32	195.754,98	198.466,72	185.204,41	164.144,08	169.740,74	172.237,36	171.880,27	195.614,53	205.753,67	2.211.589,07	2.495.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	185.432,41	195.435,58	171.924,32	195.754,98	198.466,72	185.204,41	164.144,08	169.740,74	172.237,36	171.880,27	195.614,53	205.753,67	2.211.589,07	2.495.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.136.652,46	1.188.140,38	1.171.557,04	1.408.458,38	1.537.962,39	1.442.410,54	1.286.448,81	1.232.760,09	1.116.139,31	1.175.315,74	1.248.251,85	1.625.911,50	15.570.008,49	18.086.000,00	

FONTE:

MELEIRO, 14/01/2013

ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA  
Secretário de Administração e Finanças

# Navegantes

## PREFEITURA

### Republicação Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 199/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2012 PMN  
---REPUBLICAÇÃO---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 28/01/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 28/01/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 15 de janeiro de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### Suspensão Aviso de Licitação P.P Nº 199/2012 PMN

Aviso de SUSPENSÃO de Licitação - Pregão PRESENCIAL Nº. 199/2012

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 199/2012

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC.

haja vista, A inclusão de exigência de apresentação de ficha técnica e certificação do INMETRO na proposta também para os itens "tesoura", "lápis preto", "pincel" e "régua" dos 03 (três) kits escolares ora licitados.

A Pregoeira Oficial do Município torna público que esta municipalidade SUSPENDEU temporariamente a Licitação Pública, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 199/2012, inicialmente agenda-da para o dia 17 de janeiro de 2013. A nova data do certame será publicada nesta edição do Diário Oficial do Município de Navegantes e Jornal de Circulação Regional, além do site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 15 de janeiro de 2013.  
CARLA CLAUDINO  
Pregoeira

### Retificação Extrato Contratual Nº 212/2012 Fhmn

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES  
RETIFICAÇÃO AO EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 212/2012.

Contratante.: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES.  
Contratada : ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA.  
Valor : 90.360,00 (noventa mil trezentos e sessenta reais)  
Vigência : Início: 26/11/2012 Término: 21/02/2013

Recursos : Dotação: 1.071.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONSTITUI OBJETO DESTA, A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA OBRA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 26 de novembro de 2012.

### Extrato Decisão Administrativa P.P Nº 199/2012 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2012

Aos 14 (quatorze) dias de janeiro de 2013, às 16:00 horas, reuniu-se a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pelas Portarias número 029/2012, 3517/2012, 3376/2012, 4332/2012, 4411/2012 e 4441/2012, com intuito de analisar e julgar as Impugnações ao Edital do Pregão Presencial número 199/2012, cujo objeto é a aquisição de kits escolares personalizados para serem distribuídos aos alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino do município de Navegantes-SC, protocolizadas pela empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP - CNPJ: 078.218.187/0001-91, em 14/01/2013.

### PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, ao receber as Impugnações ao Edital, verificou que as mesmas foram protocolizadas tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93[...]

DAS IMPUGNAÇÕES: Em síntese, manifesta-se a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento à IMPUGNAÇÃO [...]

CONCLUSÃO: Diante do exposto, a Pregoeira e a equipe de apoio decidiram pela procedência da presente impugnação, determinando o seguinte:

- 1) A inclusão de exigência de apresentação de ficha técnica e certificação do INMETRO na proposta também para os itens "tesoura", "lápis preto", "pincel" e "régua" dos 03 (três) kits escolares ora licitados;
- 2) A designação de nova data para a realização do certame, tendo em vista modificações no edital;
- 3) Permanecem inalterados os demais itens/cláusulas do edital.

É a decisão.

Navegantes, 14 de janeiro de 2013.  
CARLA CLAUDINO  
Presidente da Comissão de Licitação

Membros da Comissão de Licitação: MARIA BENEDITA CORRÊA, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO





**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1171/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APD4559	55685412D	5010/0	12/09/2012	162 * I
APD4559	55685413D	6599/2	12/09/2012	230 * V
DDT5823	55488891D	6599/2	16/09/2012	230 * V
DSM3464	55685424D	5045/0	20/09/2012	162 * V
KOI9198	54329024D	6599/2	16/09/2012	230 * V
KOI9198	54329025D	5010/0	16/09/2012	162 * I
KOI9198	54329026D	5118/0	16/09/2012	164 c/c 162 * I
MAK4041	55686399D	6653/1	31/08/2012	230 * XI
MBA2453	55687241D	6599/2	01/09/2012	230 * V
MCM5931	55686386D	6599/2	30/08/2012	230 * V
MJC9753	55686597D	5045/0	19/09/2012	162 * V
MMA1440	55685423D	6548/2	20/09/2012	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1172/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DSM3464	55685425D	5193/0	20/09/2012	168
KDQ2357	55685409D	6858/0	11/09/2012	231 * VII
MEK3923	54329040D	5568/0	20/09/2012	181 * XIX
MEU6593	55686592D	5207/0	02/09/2012	169
MHE3873	55574349C	5568/0	12/09/2012	181 * XIX
MHF9568	55574254C	5550/0	16/08/2012	181 * XVIII
MHO0148	55574263C	5550/0	17/08/2012	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1173/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKP5522	54329913D	6602/0	03/11/2011	R\$ 191,53	230 * VI
ALY6643	55488906D	5169/1	17/04/2012	R\$ 957,69	165
ANS6400	55489319D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
CQZ9960	55489700D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
ECQ6722	55489753D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
JMN7170	55489282D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
KNI8068	55487639D	6920/0	17/07/2012	R\$ 127,69	233
LBA3502	54330282D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
LYG6489	54328188D	6599/2	29/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAT5869	55245672C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MBN8876	55686504D	5010/0	26/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBN8876	55686505D	5118/0	26/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBS4892	55686452D	5010/0	20/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBS4892	55686453D	6556/1	20/07/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCJ1949	55953677C	6599/2	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCP0431	55953649C	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
MCV2149	55488332D	6599/2	22/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCV4341	55487703D	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDL1111	54328149D	6599/2	25/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDV0528	55488611D	6599/2	19/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDV5517	55245695C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MDW9642	55489934D	6599/2	15/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ9069	55489018D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MEP9727	55489388D	5010/0	18/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEP9727	55489389D	6599/2	18/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEU0637	55488235D	6920/0	24/04/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFF4807	54328120D	6599/2	04/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFF4807	54328121D	5045/0	04/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFF4807	54328122D	6912/0	04/03/2012	R\$ 53,20	232
MFR4543	55488549D	5010/0	16/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGG4729	55488311D	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGN3248	55488232D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
MGN3248	55488233D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
MGQ9508	55686554D	6912/0	08/06/2012	R\$ 53,20	232
MHG1779	55488341D	6599/2	24/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHJ0789	55488124D	7340/0	26/07/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MHM7344	55489917D	6599/2	22/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIE7695	55488118D	5045/0	19/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
MIE7695	55488119D	6912/0	19/07/2012	R\$ 53,20	232
MII6401	55955649C	6599/2	02/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIN9248	55488328D	5045/0	21/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJH3610	54329135D	6599/2	01/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJH3610	54329136D	5010/0	01/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJZ8939	54330099D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233
MJZ8939	55489769D	5010/0	26/02/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1174/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABP2399	55572427C	5541/4	30/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ADA9616	55572543C	5452/2	29/02/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
ALY6643	55488907D	6491/0	17/04/2012	R\$ 53,20	227 * II
ALY6643	55488908D	6505/0	17/04/2012	R\$ 53,20	227 * III
HNE1676	55487808D	5568/0	27/04/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
IMQ9013	55574062C	5550/0	13/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZG0230	55686602D	5452/1	12/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBT0093	54330183D	5525/0	15/07/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MCI9299	55487655D	5207/0	16/06/2012	R\$ 53,20	169
MCP8243	55572377C	5568/0	05/03/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCX8275	55572609C	5550/0	02/03/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MER0490	55489814D	5185/1	29/01/2012	R\$ 127,69	167
MGQ9508	54328900D	5819/1	07/02/2012	R\$ 574,61	193
MGQ9508	55686553D	5738/0	08/06/2012	R\$ 191,53	186 * II
MIE7695	55488116D	5185/1	19/07/2012	R\$ 127,69	167
MIE7695	55488117D	5207/0	19/07/2012	R\$ 53,20	169
MIG0105	55572409C	5550/0	24/02/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIS5946	55760242C	6122/0	06/01/2012	R\$ 191,53	214 * I
MJN7388	55489840D	5185/1	07/02/2012	R\$ 127,69	167
MJO3481	55489629D	5452/1	07/04/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1175/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMH4063	55685456D	5010/0	30/09/2012	162 * I
AMH4063	55685457D	5118/0	30/09/2012	164 c/c 162 * I
HCL0952	54329044D	6599/2	20/09/2012	230 * V
HCL0952	54329045D	6610/2	20/09/2012	230 * VII
HCL0952	54329046D	6912/0	20/09/2012	232
LYF0431	55489494D	5010/0	30/08/2012	162 * I
LYF0431	55489495D	6599/2	30/08/2012	230 * V
LYF0431	55489496D	5282/0	30/08/2012	176 * I
MAK7289	55687360D	5010/0	01/10/2012	162 * I
MBK6045	55687227D	6653/2	01/09/2012	230 * XI
MBK6045	55687228D	6599/2	01/09/2012	230 * V
MBK6045	55687228D	6912/0	01/09/2012	232
MBW4894	55686468D	5010/0	27/09/2012	162 * I
MBW4894	55686469D	6599/2	27/09/2012	230 * V
MCJ4193	55488815D	5010/0	27/09/2012	162 * I
MCJ4193	55488816D	6599/2	27/09/2012	230 * V
MFO6987	55489900D	6599/2	04/10/2012	230 * V
MFO6987	55686436D	5037/1	04/10/2012	162 * III
MHB3328	55687226D	6653/2	01/09/2012	230 * XI
MKD5169	55685435D	5010/0	28/09/2012	162 * I
MKD5169	55685437D	6912/0	28/09/2012	232



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1176/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IAA2325	55686599D	5568/0	24/09/2012	181 * XIX
JNX1408	55489875D	5452/1	24/09/2012	181 * VIII
MGP2143	55574475C	6068/1	21/09/2012	209
MHA5882	55574470C	6041/2	19/09/2012	207
MIR7845	55687154D	5878/0	19/09/2012	199
MKD2626	55574340C	5550/0	11/09/2012	181 * XVIII
MKT1319	55569234C	5550/0	30/08/2012	181 * XVIII
MMB6050	55574471C	5541/3	20/09/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1177/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JOZ4540	55489716D	6599/2	18/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYD9505	54330297D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
MBT7533	55489380D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233
MCL9689	55488074D	5118/0	11/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDJ4860	55489302D	6920/0	16/02/2012	R\$ 127,69	233
MEY3889	55487736D	5045/0	02/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
MKB1159	54330100D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1178/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIN2538	55488108D	5541/6	12/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HDM4406	55572569C	5568/0	14/06/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
IBJ6092	55487654D	5460/0	04/06/2012	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1179/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFT4716	55685459D	5010/0	30/09/2012	162 * I
AFT4716	55685460D	5118/0	30/09/2012	164 c/c 162 * I
AFT4716	55685462D	6599/2	30/09/2012	230 * V
AFT4716	55685463D	7340/0	30/09/2012	252 * IV
ICM2872	55686446D	5274/2	07/10/2012	175
LZO8810	55489225D	6599/2	18/08/2012	230 * V
MCG4802	55687346D	6599/2	04/10/2012	230 * V
MDH5887	55686101D	6599/2	09/10/2012	230 * V
MDR5184	55686383D	6599/2	23/08/2012	230 * V
MEX4105	55687243D	6653/2	01/09/2012	230 * XI
MFJ4251	55488819D	5010/0	06/10/2012	162 * I
MFJ4251	55488820D	5118/0	06/10/2012	164 c/c 162 * I
MGZ2702	55686325D	6599/2	20/08/2012	230 * V
MGZ2702	55686326D	6912/0	20/08/2012	232
MHC2345	55687215D	6599/2	30/08/2012	230 * V
MHC2345	55687216D	6912/0	30/08/2012	232
MHP6307	55488887D	6912/0	16/08/2012	232
MHS3906	55686380D	6599/2	14/08/2012	230 * V
MII9230	55685470D	6548/2	07/10/2012	229
MIN4239	55685468D	6653/2	04/10/2012	230 * XI
MIN4239	55685469D	7340/0	04/10/2012	252 * IV
MJG3499	54328191D	5010/0	01/09/2012	162 * I
MJT2643	55955194C	5045/0	23/08/2012	162 * V
MJT2643	55955195C	6912/0	23/08/2012	232
MJZ8939	55488886D	5010/0	16/08/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1180/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFT4716	55685464D	7030/1	30/09/2012	244 * I
AFT4716	55685465D	7064/0	30/09/2012	244 * IV
AFT4716	55685466D	6050/2	30/09/2012	208
AFT4716	55685467D	5207/0	30/09/2012	169
CMM1253	55569244C	5568/0	03/09/2012	181 * XIX
MBR4227	55574463C	5460/0	17/09/2012	181 * IX
MFF4636	55574274C	5568/0	21/08/2012	181 * XIX
MFF8529	55574319C	5541/5	04/09/2012	181 * XVII
MFQ2092	55687343D	7048/3	04/10/2012	244 * II
MHP6307	55488888D	5193/0	16/08/2012	168
MII3689	55569230C	5568/0	30/08/2012	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL



**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1181/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGU5060	55489075D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
BKW2071	54330243D	5045/0	30/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
CXT6833	54329112D	5045/0	19/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
CXT6833	54329113D	6599/2	19/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
KCN7772	55488542D	6599/2	01/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LIV2429	55488952D	6599/2	12/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXI3189	55572114C	6599/2	27/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXL3442	55489472D	6599/2	07/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYO6833	55487727D	5304/0	21/07/2012	R\$ 957,69	176 * III
LYV0930	55489543D	5010/0	14/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZR8093	54329494D	6599/2	10/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAL6483	54329778D	6599/2	25/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAW9530	55488625D	6599/2	21/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAW9530	55488626D	5045/0	21/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAW9530	55488627D	5142/0	21/01/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBB0064	55489174D	6912/0	29/05/2012	R\$ 53,20	232
MBO4409	55488545D	5169/1	05/05/2012	R\$ 957,69	165
MBV9414	55487637D	6920/0	17/07/2012	R\$ 127,69	233
MCB5167	55488621D	6599/2	20/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCD6417	55488717D	5282/0	29/01/2012	R\$ 957,69	176 * I
MCD6417	55488718D	5290/0	29/01/2012	R\$ 957,69	176 * II
MCH6756	55488088D	5045/0	14/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCH6756	55488089D	5096/0	14/01/2012	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MCL9689	55488073D	5010/0	11/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCL9689	55488075D	6599/2	11/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDX1572	55487975D	6599/2	22/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDZ2263	55489522D	5045/0	08/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEE0437	55489204D	5045/0	24/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEE3230	54329245D	5010/0	07/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MET6267	54329549D	6599/2	23/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFE0133	55488781D	5010/0	11/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFN1301	55488691D	5010/0	21/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFN1301	55488692D	5061/0	21/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFN1301	55488693D	6599/2	21/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFS8310	55489503D	6599/2	31/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFV0770	55489460D	6599/2	12/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGH9708	54329238D	5010/0	10/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGH9708	54329239D	6599/2	10/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGZ0488	55487705D	5274/2	18/01/2012	R\$ 191,53	175
MHD5313	55488735D	6548/2	19/02/2012	R\$ 85,12	229
MHM3759	55488087D	6599/2	13/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHT0403	55488856D	6610/2	23/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MHU1626	55489626D	6599/2	26/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIE2589	54328534D	5169/1	23/12/2011	R\$ 957,69	165
MIE2589	54328535D	5169/1	23/12/2011	R\$ 957,69	165
MIP6072	55487719D	6912/0	15/05/2012	R\$ 53,20	232
MIP9962	55488776D	5010/0	08/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIP9962	55488777D	5061/0	08/06/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIP9962	55488778D	6599/2	08/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIX0881	55686312D	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIX0881	55686313D	5010/0	13/07/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1182/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIZ9653	55572641C	5550/0	12/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
GBT0055	55487826D	5185/1	26/12/2011	R\$ 127,69	167
GWV9258	55574186C	5460/0	05/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
JQQ9433	55572365C	5541/5	17/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWX2435	55572199C	5738/0	25/01/2012	R\$ 191,53	186 * II
LXW4557	55488288D	6122/0	22/01/2012	R\$ 191,53	214 * I
LZH8782	55574006C	5541/4	22/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZZ9365	55488282D	5185/1	22/01/2012	R\$ 127,69	167
MAU9152	55488682D	5568/0	07/03/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCK3788	55572440C	5568/0	01/06/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDX0609	55574368C	5568/0	07/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEB4662	55572216C	5541/5	09/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH9087	55574203C	5550/0	20/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFI5942	54328896D	5738/0	19/01/2012	R\$ 191,53	186 * II
MGC4420	55488279D	6122/0	21/01/2012	R\$ 191,53	214 * I
MGF2339	55572246C	5452/3	30/01/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGN9423	55572242C	5541/5	24/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ0488	55487704D	5835/0	19/01/2012	R\$ 127,69	195
MGZ0488	55487706D	5185/1	18/01/2012	R\$ 127,69	167
MHT0403	55489901D	7056/1	20/03/2012	R\$ 191,53	244 * III
MIM4738	55572684C	5541/6	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ3626	55488733D	5720/0	19/02/2012	R\$ 127,69	186 * I
MIR6396	55572736C	5541/6	23/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH3022	55574197C	7366/2	10/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJP5372	55487527D	5428/1	09/05/2012	R\$ 191,53	181 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1182/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIZ9653	55572641C	5550/0	12/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
GBT0055	55487826D	5185/1	26/12/2011	R\$ 127,69	167
GWV9258	55574186C	5460/0	05/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
JQQ9433	55572365C	5541/5	17/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWX2435	55572199C	5738/0	25/01/2012	R\$ 191,53	186 * II
LXW4557	55488288D	6122/0	22/01/2012	R\$ 191,53	214 * I
LZH8782	55574006C	5541/4	22/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZZ9365	55488282D	5185/1	22/01/2012	R\$ 127,69	167
MAU9152	55488682D	5568/0	07/03/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCK3788	55572440C	5568/0	01/06/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDX0609	55574368C	5568/0	07/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEB4662	55572216C	5541/5	09/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH9087	55574203C	5550/0	20/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFI5942	54328896D	5738/0	19/01/2012	R\$ 191,53	186 * II
MGC4420	55488279D	6122/0	21/01/2012	R\$ 191,53	214 * I
MGF2339	55572246C	5452/3	30/01/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGN9423	55572242C	5541/5	24/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ0488	55487704D	5835/0	19/01/2012	R\$ 127,69	195
MGZ0488	55487706D	5185/1	18/01/2012	R\$ 127,69	167
MHT0403	55489901D	7056/1	20/03/2012	R\$ 191,53	244 * III
MIM4738	55572684C	5541/6	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ3626	55488733D	5720/0	19/02/2012	R\$ 127,69	186 * I
MIR6396	55572736C	5541/6	23/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH3022	55574197C	7366/2	10/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJP5372	55487527D	5428/1	09/05/2012	R\$ 191,53	181 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1183/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXN5055	55685492D	6599/2	19/10/2012	230 * V
LXN5055	55685493D	6912/0	19/10/2012	232
MBD4884	55686421D	5010/0	07/09/2012	162 * I
MBD4884	55686422D	5118/0	07/09/2012	164 c/c 162 * I
MBD4884	55686424D	5274/1	07/09/2012	175
MBD4884	55686425D	5274/2	07/09/2012	175
MBD4884	55686427D	5274/3	07/09/2012	175
MBG1574	55686624D	5169/1	02/09/2012	165
MEJ3412	54328199D	6599/2	06/09/2012	230 * V
MEJ3412	54328200D	5045/0	06/09/2012	162 * V
MHO9320	55686474D	5169/1	12/10/2012	165
MHO9320	55686475D	6556/1	12/10/2012	230 * I
MIL2017	55685422D	5045/0	14/09/2012	162 * V
MIS3650	55687334D	6599/2	18/09/2012	230 * V
MIS8152	55685483D	6599/2	12/10/2012	230 * V
MIS8152	55685484D	6912/0	12/10/2012	232
MJN2960	55488821D	6637/2	07/10/2012	230 * IX



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1184/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJP6231	55574325C	5568/0	10/09/2012	181 * XIX
MAH3182	55574350C	6041/1	05/09/2012	207
MBA8771	55487833D	5185/1	27/12/2011	167
MBD4884	55686423D	5215/1	07/09/2012	170
MBD4884	55686428D	5835/0	07/09/2012	195
MBD4884	55686429D	6076/0	07/09/2012	210
MBD4884	55686430D	7056/1	07/09/2012	244 * III
MBD4884	55686431D	7030/2	07/09/2012	244 * I
MBD4884	55686432D	5240/0	07/09/2012	173
MFD6217	55687173D	6491/0	07/10/2012	227 * II
MFP2738	55574306C	5568/0	03/09/2012	181 * XIX
MGP3644	55574499C	5835/0	11/10/2012	195
MGS8056	55687175D	6491/0	07/10/2012	227 * II
MIA4916	55574310C	6041/1	03/09/2012	207
MIS8152	55685485D	7048/1	12/10/2012	244 * II
MJB5972	55574520C	5460/0	15/10/2012	181 * IX
MJF1219	55687172D	6491/0	07/10/2012	227 * II
MJG9980	55687171D	6491/0	07/10/2012	227 * II
MJL2022	55574511C	5550/0	15/10/2012	181 * XVIII
NBP4480	55574331C	5460/0	10/09/2012	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1185/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADK1447	55572533C	6599/2	23/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
AHC8897	55488489D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
AHH2380	55489322D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
AJN4230	54328180D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
AKT1223	54330098D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233
AKW9212	55489684D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
AKW9772	55487630D	6920/0	11/05/2012	R\$ 127,69	233
AKW9772	55686665D	6920/0	24/05/2012	R\$ 127,69	233
AKY7057	55488493D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
ANX0923	55487621D	6920/0	11/05/2012	R\$ 127,69	233
ANX9658	55489698D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
AUT0105	54330261D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
BBQ0090	55489071D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
BWE5324	55572123C	6610/2	04/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
CDN0586	55488098D	6556/4	14/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
CEM3311	55489073D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
CHH0921	55489353D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233
CNH1049	55487617D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233
CNH1049	55686655D	6920/0	24/05/2012	R\$ 127,69	233
CZP7667	55489140D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
DKY3439	55487596D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
DNZ1020	55489299D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
DRI0823	55489010D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
DWA7436	55245670C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
DYG6224	55488658D	5010/0	06/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
DZB5896	55489699D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EMP3045	55488788D	6548/2	12/06/2012	R\$ 85,12	229
IDG5317	55489316D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
IJR3249	55489150D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
IMY6306	55489087D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
JDZ4295	54329176D	5010/0	09/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
JDZ4295	54329177D	6599/2	09/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
JLL7043	55487570D	6920/0	04/05/2012	R\$ 127,69	233
JPJ2184	55488481D	6920/0	18/01/2012	R\$ 127,69	233
KEO5887	55487592D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
LXW3972	55489427D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
LYG9547	55489064D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
LYL3159	55488426D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
LYW3515	54330150D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
LZB5596	55489148D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
LZP3442	55489706D	6599/2	13/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZP3442	55489707D	5304/0	13/02/2012	R\$ 957,69	176 * III
LZY2072	55487560D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
MAE9336	55489035D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MBB5133	55488408D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MBD4884	55489781D	5010/0	15/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBE0545	55488444D	6920/0	06/02/2012	R\$ 127,69	233
MBS4946	55488348D	6599/2	26/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBU6109	55489084D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MBW2605	55489450D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
MBW3543	55488435D	6920/0	27/01/2012	R\$ 127,69	233
MBZ0064	55489594D	5010/0	14/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBZ2782	55489103D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
MCI2232	55487590D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
MCJ3986	55489374D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233
MCN3148	55489486D	5010/0	26/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCO1767	55245666C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MCP0085	55572194C	7340/0	02/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MCP0716	54330162D	6599/2	11/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCV6030	55489307D	6920/0	16/02/2012	R\$ 127,69	233
MCW0688	55487552D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
MCW1252	55953640C	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
MDH6663	54328182D	5045/0	16/05/2012	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH6663	54328183D	6912/0	16/05/2012	R\$ 53,20	232
MDH6663	54328184D	6599/2	16/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDJ8572	55488721D	5010/0	03/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDN0923	55245690C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MDP1214	55489113D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
MED4411	55487595D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
MEJ3412	55488368D	6599/2	26/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEJ3412	55488369D	5045/0	26/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEN3704	55245677C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MET6870	55488643D	6599/2	24/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEW6281	55489022D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MFA0378	54330324D	6599/2	18/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFI6853	54329469D	6599/2	20/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFI6853	54329470D	5010/0	20/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFJ0922	55488370D	6912/0	31/05/2012	R\$ 53,20	232
MFQ4708	55489376D	6920/0	13/02/2012	R\$ 127,69	233
MFR3738	55489443D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
MFT5074	55489951D	6599/2	20/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFT5074	55489952D	6912/0	20/04/2012	R\$ 53,20	232
MFV1280	55489061D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MGF3698	54329798D	6637/2	22/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGI4335	55487911D	6599/2	13/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGI4335	55487912D	6610/2	13/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MGI4335	55487913D	5010/0	13/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGI4335	55487914D	5118/0	13/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGI4335	55487915D	6580/0	13/05/2012	R\$ 191,53	230 * IV
MGX3151	55489272D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
MHE9848	55489965D	6556/1	13/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MHE9848	55489966D	5010/0	13/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHE9848	55489967D	5118/0	13/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHH2167	55489529D	6599/2	08/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHO8716	55488622D	5010/0	20/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHW5133	55487924D	6599/2	20/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHW5133	55488331D	6912/0	22/01/2012	R\$ 53,20	232
MHX2150	54330287D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
MHZ0797	55488325D	6599/2	20/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHZ6701	55487607D	6920/0	10/05/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIC0252	55488569D	5010/0	30/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIC0252	55488570D	5118/0	30/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIC0252	55488571D	6556/1	30/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
MIC0252	55488573D	6637/2	30/01/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIC0252	55687114D	5010/0	01/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIC0252	55687115D	5118/0	01/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIC0252	55687116D	6599/2	01/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIC0252	55687117D	6556/1	01/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
MIC0252	55687118D	6912/0	01/06/2012	R\$ 53,20	232
MIF2022	55572103C	5010/0	21/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIG5725	55488063D	6700/1	11/01/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MIJ4814	55488853D	5010/0	21/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIK6773	55489514D	5118/0	02/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIL6963	55488652D	5010/0	04/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIL6963	55488653D	5118/0	04/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIL6963	55488654D	5282/0	04/02/2012	R\$ 957,69	176 * I
MIQ2541	55487504D	6599/2	24/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIR4756	55488359D	6556/1	07/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MIS4401	54330335D	5118/0	21/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIW9643	54329199D	5010/0	21/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIW9643	55488078D	5010/0	12/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIW9643	55488079D	5118/0	12/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJB4005	55489158D	5045/0	05/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJB4005	55489159D	6912/0	05/03/2012	R\$ 53,20	232
MJL1198	55488722D	5010/0	03/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJM7612	54329876D	5274/2	23/03/2012	R\$ 191,53	175
MJN1489	55686552D	5045/0	09/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJU7899	55488523D	5010/0	11/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MLX1810	55489340D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
NJW4115	55245697C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1186/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKW9212	55572333C	5568/0	04/02/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
DYG6224	55488659D	5835/0	06/02/2012	R\$ 127,69	195
GXQ4830	54329550D	5207/0	23/12/2011	R\$ 53,20	169
JLA9431	55489846D	7366/2	10/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LXS2050	55572384C	5541/5	09/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT5629	55572129C	5452/1	09/01/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LZU6953	55574294C	5541/5	29/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT9795	55572438C	5541/3	01/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK7498	55574295C	6068/1	29/08/2012	R\$ 127,69	209
MDD6055	55488103D	5452/4	09/01/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MDH4374	55569226C	5738/0	25/05/2012	R\$ 191,53	186 * II
MDU2676	55572611C	5550/0	02/03/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEB3432	55488213D	5185/1	23/01/2012	R\$ 127,69	167
MEK7249	55488761D	5185/1	21/05/2012	R\$ 127,69	167
MET9538	55489919D	5185/1	22/05/2012	R\$ 127,69	167
MFR6067	55574113C	5541/5	31/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ2787	55572722C	5452/2	19/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MGE4105	55574272C	5550/0	20/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHA6356	55488326D	5835/0	20/01/2012	R\$ 127,69	195
MHA6356	55488327D	6076/0	20/01/2012	R\$ 191,53	210
MHH7265	55574299C	5738/0	29/08/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHI9772	55572401C	5541/4	30/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC0252	55488572D	7048/1	30/01/2012	R\$ 191,53	244 * II
MIG5725	55489662D	6122/0	13/02/2012	R\$ 191,53	214 * I
MIH6700	55572388C	5452/1	01/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MII6952	55572117C	5568/0	03/01/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIV6041	55489152D	6050/1	27/02/2012	R\$ 191,53	208
MJC9626	55572572C	5410/0	14/06/2012	R\$ 85,12	181 * IV
MJH6940	55487802D	5185/1	20/12/2011	R\$ 127,69	167
MJL1198	54330076D	6483/0	18/12/2011	R\$ 53,20	227 * I
MJL1198	55488723D	5835/0	03/02/2012	R\$ 127,69	195
MJS0532	55572691C	5541/4	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ0005	55574256C	5550/0	16/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMB9070	55488280D	5185/1	22/01/2012	R\$ 127,69	167
MYB2222	55487784D	5185/1	29/12/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1187/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CGF5994	55685433D	5045/0	25/09/2012	162 * V
DFR0081	55685426D	6599/2	20/09/2012	230 * V
JPE1790	55760340C	6920/0	22/10/2012	233
LWV8215	55686471D	5010/0	12/10/2012	162 * I
LWV8215	55686472D	6599/2	12/10/2012	230 * V
LWV8215	55686473D	6637/1	12/10/2012	230 * IX
LXI5333	55954493C	6599/2	13/10/2012	230 * V
LZV1446	55760344C	6920/0	22/10/2012	233
MDG7357	55760349C	6920/0	22/10/2012	233
MFB1695	55686466D	6599/2	19/09/2012	230 * V
MJD3806	55686479D	6912/0	20/10/2012	232
MKB4090	55760348C	6920/0	22/10/2012	233
MMK6900	55760333C	6920/0	22/10/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1188/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYC4674	55686206D	5428/1	21/10/2012	181 * V
MAH7290	54329039D	5568/0	20/09/2012	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1189/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHL2886	55488628D	6599/2	21/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIW3646	55487971D	6700/2	22/12/2011	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1190/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANW5994	55687335D	5010/0	30/09/2012	162 * I
CNF0909	55488812D	5010/0	27/09/2012	162 * I
CNF0909	55488813D	6599/2	27/09/2012	230 * V
LZW6007	55574542C	6599/2	22/10/2012	230 * V
MEP9413	55488131D	6599/2	16/10/2012	230 * V
MEQ1446	55574544C	6556/1	22/10/2012	230 * I
MXG1480	55489894D	5274/1	02/10/2012	175
MXG1480	55489895D	5169/1	02/10/2012	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1191/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYW9686	55686157D	5479/0	21/10/2012	181 * X
MBU0596	55574482C	5550/0	27/09/2012	181 * XVIII
MCK3788	55574592C	5185/1	29/10/2012	167
MHX3854	54329028D	5541/3	16/09/2012	181 * XVII
MIN2512	55574546C	5452/3	22/10/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1191/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYW9686	55686157D	5479/0	21/10/2012	181 * X
MBU0596	55574482C	5550/0	27/09/2012	181 * XVIII
MCK3788	55574592C	5185/1	29/10/2012	167
MHX3854	54329028D	5541/3	16/09/2012	181 * XVII
MIN2512	55574546C	5452/3	22/10/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1193/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAG0855	55574616C	6637/1	30/10/2012	230 * IX
CMR3981	55685554D	6599/2	27/10/2012	230 * V
CMR3981	55685555D	5045/0	27/10/2012	162 * V
ICH9762	55574617C	6637/2	30/10/2012	230 * IX
JEY0840	55686158D	6599/2	23/10/2012	230 * V
KBX7437	55686470D	6599/2	04/10/2012	230 * V
LYA1208	55686482D	6726/1	28/10/2012	230 * XVIII
LYY1453	55685480D	5010/0	11/10/2012	162 * I
LYY1453	55685481D	5118/0	11/10/2012	164 c/c 162 * I
LYY1453	55685482D	6599/2	11/10/2012	230 * V
LZR7216	54329690D	5010/0	02/11/2012	162 * I
LZR7216	54329691D	6599/2	02/11/2012	230 * V
MDG9279	55686483D	6610/1	29/10/2012	230 * VII
MDO5072	55574635C	6599/2	01/11/2012	230 * V
MDR5184	55488822D	5010/0	14/10/2012	162 * I
MDR5184	55488823D	5118/0	14/10/2012	164 c/c 162 * I
MDR5184	55488824D	5061/0	14/10/2012	163 c/c 162 * I
MDR5184	55488825D	6599/2	14/10/2012	230 * V
MEM6667	55574628C	6599/2	01/11/2012	230 * V
MES3985	55686203D	6408/0	02/10/2012	221
MFP5134	55685471D	5010/0	07/10/2012	162 * I
MFP5134	55685472D	5118/0	07/10/2012	164 c/c 162 * I
MFP5134	55685473D	6599/2	07/10/2012	230 * V
MGK3507	55488133D	6599/2	02/11/2012	230 * V
MGW7747	55687361D	6599/2	05/10/2012	230 * V
MHO3927	55687176D	5010/0	16/10/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHO3927	55687177D	5118/0	16/10/2012	164 c/c 162 * I
MHO3927	55687178D	6599/2	16/10/2012	230 * V
MJB6251	55686484D	5010/0	01/11/2012	162 * I
MJN2979	55687401D	5010/0	06/10/2012	162 * I
MJN2979	55687402D	5061/0	06/10/2012	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1194/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYA1208	55686481D	6050/1	28/10/2012	208
LZL4001	55685446D	5428/1	07/10/2012	181 * V
MCH0281	55574490C	5568/0	10/10/2012	181 * XIX
MCK3788	55574591C	5452/1	29/10/2012	181 * VIII
MEA5076	55574521C	5460/0	15/10/2012	181 * IX
MEH4748	55574630C	5568/0	01/11/2012	181 * XIX
MES3985	55686201D	5835/0	02/10/2012	195
MES3985	55686202D	7048/1	02/10/2012	244 * II
MFO5685	55574506C	6050/1	05/10/2012	208
MFO5685	55574507C	5835/0	05/10/2012	195
MFP5134	55685474D	7048/1	07/10/2012	244 * II
MFP5134	55685475D	7072/1	07/10/2012	244 * V
MFP5134	55685476D	6858/0	07/10/2012	231 * VII
MFV0772	55574508C	5568/0	09/10/2012	181 * XIX
MFZ0659	55574613C	6050/1	30/10/2012	208
MHD6491	55574610C	5568/0	29/10/2012	181 * XIX
MHT0410	55574454C	5568/0	14/09/2012	181 * XIX
MIW3699	55574514C	5541/3	15/10/2012	181 * XVII
MJN2979	55687403D	5835/0	06/10/2012	195
MJN2979	55687404D	5215/1	06/10/2012	170
MJN2979	55687405D	5215/2	06/10/2012	170
MJN2979	55687406D	7056/1	06/10/2012	244 * III
MXH5325	55574595C	5541/4	01/11/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1195/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASS0141	55686320D	5169/1	03/08/2012	R\$ 957,69	165
JOP5860	55489051D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
LYK4630	55686588D	6599/2	18/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBK6142	55489861D	5010/0	22/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBK6142	55489862D	5118/0	22/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBK6142	55489863D	6599/2	22/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBZ7575	55489224D	6599/2	18/08/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1196/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZG6177	55574434C	5541/5	10/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR7416	55574420C	5541/5	09/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS8303	55574258C	5568/0	17/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGM3583	55574426C	5541/3	09/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU6207	55686587D	7056/1	17/08/2012	R\$ 191,53	244 * III
MHL2881	55574275C	5568/0	21/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MJJ7870	55489222D	5541/1	14/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM4988	55686322D	5185/1	16/08/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1197/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACI0065	55687340D	6599/2	03/10/2012	230 * V
LZP9141	55686204D	6599/2	19/10/2012	230 * V
MEM1606	55685560D	5010/0	30/10/2012	162 * I
MEM1606	55685561D	5118/0	30/10/2012	164 c/c 162 * I
MIL2388	55488827D	5045/0	18/10/2012	162 * V
MIL2388	55488828D	5142/0	18/10/2012	164 c/c 162 * V
MJD3906	55686480D	6599/2	20/10/2012	230 * V
MJF6185	55488829D	6599/2	29/10/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1198/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKO6199	55574524C	5509/0	16/10/2012	181 * XIII
MEW9692	55574571C	5460/0	24/10/2012	181 * IX
MHM0597	55574528C	5541/5	16/10/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1198/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKO6199	55574524C	5509/0	16/10/2012	181 * XIII
MEW9692	55574571C	5460/0	24/10/2012	181 * IX
MHM0597	55574528C	5541/5	16/10/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1199/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXF8845	55572701C	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
HPG0653	55488882D	5169/1	15/08/2012	R\$ 957,69	165
ILP3256	55687302D	7340/0	26/07/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LXA3893	54329149D	6599/2	21/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXA3893	55488121D	5169/1	21/07/2012	R\$ 957,69	165
MAI0947	55572718C	5010/0	18/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ3704	55687207D	5010/0	11/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ3704	55687209D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE8323	55488396D	6599/2	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE8323	55488397D	6610/2	18/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MEB7447	55572738C	5037/1	23/07/2012	R\$ 574,61	162 * III
MEB7447	55572739C	6610/2	23/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MER9475	55574129C	6599/2	02/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFV6928	55687253D	5010/0	13/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFV6928	55687254D	5061/0	13/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFV6928	55687255D	6637/2	13/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MFY9398	55686501D	5010/0	26/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGC8728	55686314D	5061/0	21/07/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHD2940	54329895D	6599/2	05/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHD2940	54329896D	5010/0	05/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHH0464	55686568D	6599/2	24/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHI1880	55489219D	6599/2	06/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHP6165	55489492D	6599/2	23/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHW8402	55687251D	6637/2	01/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIK5022	54330186D	6599/2	09/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIN4239	55686400D	5010/0	31/08/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJY5061	55686593D	5010/0	03/09/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1199/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXF8845	55572701C	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
HPG0653	55488882D	5169/1	15/08/2012	R\$ 957,69	165
ILP3256	55687302D	7340/0	26/07/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LXA3893	54329149D	6599/2	21/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXA3893	55488121D	5169/1	21/07/2012	R\$ 957,69	165
MAI0947	55572718C	5010/0	18/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ3704	55687207D	5010/0	11/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ3704	55687209D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE8323	55488396D	6599/2	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE8323	55488397D	6610/2	18/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MEB7447	55572738C	5037/1	23/07/2012	R\$ 574,61	162 * III
MEB7447	55572739C	6610/2	23/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MER9475	55574129C	6599/2	02/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFW6928	55687253D	5010/0	13/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFW6928	55687254D	5061/0	13/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFW6928	55687255D	6637/2	13/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MFY9398	55686501D	5010/0	26/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGC8728	55686314D	5061/0	21/07/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHD2940	54329895D	6599/2	05/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHD2940	54329896D	5010/0	05/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHH0464	55686568D	6599/2	24/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHI1880	55489219D	6599/2	06/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHP6165	55489492D	6599/2	23/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHW8402	55687251D	6637/2	01/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIK5022	54330186D	6599/2	09/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIN4239	55686400D	5010/0	31/08/2012	R\$ 574,61	162 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJY5061	55686593D	5010/0	03/09/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1199/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXF8845	55572701C	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
HPG0653	55488882D	5169/1	15/08/2012	R\$ 957,69	165
ILP3256	55687302D	7340/0	26/07/2012	R\$ 85,12	252 * IV
LXA3893	54329149D	6599/2	21/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXA3893	55488121D	5169/1	21/07/2012	R\$ 957,69	165
MAI0947	55572718C	5010/0	18/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ3704	55687207D	5010/0	11/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ3704	55687209D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE8323	55488396D	6599/2	18/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE8323	55488397D	6610/2	18/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MEB7447	55572738C	5037/1	23/07/2012	R\$ 574,61	162 * III
MEB7447	55572739C	6610/2	23/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MER9475	55574129C	6599/2	02/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFV6928	55687253D	5010/0	13/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFV6928	55687254D	5061/0	13/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFV6928	55687255D	6637/2	13/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MFY9398	55686501D	5010/0	26/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGC8728	55686314D	5061/0	21/07/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHD2940	54329895D	6599/2	05/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHD2940	54329896D	5010/0	05/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHH0464	55686568D	6599/2	24/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHI1880	55489219D	6599/2	06/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHP6165	55489492D	6599/2	23/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHW8402	55687251D	6637/2	01/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIK5022	54330186D	6599/2	09/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIN4239	55686400D	5010/0	31/08/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJY5061	55686593D	5010/0	03/09/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1200/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAY3615	55572713C	5541/6	17/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ADI6744	55574109C	5452/1	30/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
AHP1658	55574414C	5541/5	08/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
FBF3636	55488883D	5185/1	16/08/2012	R\$ 127,69	167
HXC5732	55574431C	5568/0	10/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LYQ9804	55574408C	5541/4	08/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZR8552	55569228C	7374/0	18/06/2012	R\$ 191,53	253
LZX9974	55572643C	5460/0	12/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
LZY5362	55572750C	5541/5	26/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY8066	55574100C	5568/0	19/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCQ6343	55572647C	5541/6	13/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8275	55574369C	5568/0	08/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MED2998	55574363C	5550/0	07/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEO0595	55572628C	5541/5	09/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ9459	55574234C	5550/0	26/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFQ6299	55574388C	5550/0	13/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFW6928	55687256D	5835/0	13/08/2012	R\$ 127,69	195
MFY0783	55574225C	5550/0	26/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFY1913	55574212C	5568/0	23/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGF0926	55574367C	5568/0	07/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGQ3798	55574176C	5541/3	04/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH0464	55574410C	5525/0	08/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHO4552	55574364C	5550/0	07/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIB2038	55572391C	5550/0	01/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKA4129	55686618D	5428/4	19/08/2012	R\$ 191,53	181 * V
MNM5519	55574199C	5460/0	10/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MVZ2383	55574347C	5568/0	12/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1201/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZD0017	55574977C	5037/1	14/11/2012	162 * III
LZD0017	55574978C	6599/2	14/11/2012	230 * V
MAW7525	55488838D	5010/0	07/11/2012	162 * I
MAW7525	55488839D	5118/0	07/11/2012	164 c/c 162 * I
MCK6686	55574522C	6599/2	15/10/2012	230 * V
MCX6584	55488134D	6599/2	08/11/2012	230 * V
MEY7374	55574972C	6599/2	13/11/2012	230 * V
MFE9853	55686205D	6599/2	19/10/2012	230 * V
MGD3658	55488836D	6599/2	06/11/2012	230 * V
MGN4337	55574645C	6599/2	06/11/2012	230 * V
MHZ2282	55574963C	5010/0	12/11/2012	162 * I
MIR7845	55685569D	6599/2	11/11/2012	230 * V
MIR7845	55685570D	6912/0	11/11/2012	232
MIR7845	55685571D	6637/2	11/11/2012	230 * IX
MIR7845	55685572D	6726/1	11/11/2012	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1202/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAC8922	55687460D	5452/3	13/11/2012	181 * VIII
MCR6945	55574714C	5460/0	07/11/2012	181 * IX
MDI6206	55574608C	5541/3	29/10/2012	181 * XVII
MEI2673	55574964C	5380/0	12/11/2012	181 * I
MEJ6755	55574647C	5568/0	07/11/2012	181 * XIX
MEO4850	55574703C	5550/0	05/11/2012	181 * XVIII
MEW5993	55574702C	5550/0	05/11/2012	181 * XVIII
MFR5949	55574710C	5568/0	07/11/2012	181 * XIX
MGN4337	55574646C	5568/0	06/11/2012	181 * XIX
MHC3910	55686638D	5568/0	22/11/2012	181 * XIX
MIL8574	55574578C	5541/5	25/10/2012	181 * XVII
MIS6592	55574733C	5452/6	14/11/2012	181 * VIII
MKB1657	55574706C	5460/0	05/11/2012	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL



**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1203/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGW7813	55686379D	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
CAW3570	55687220D	6599/2	30/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
CAW3570	55687221D	6726/1	30/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
CYQ9382	55574139C	5037/1	06/08/2012	R\$ 574,61	162 * III
HPG0653	55488881D	6599/2	14/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
HPG0653	55687326D	5010/0	28/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
JNE5881	55686405D	5010/0	23/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXM3044	55686619D	6599/2	19/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXR9068	55488885D	5045/0	16/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
LYY7054	54330190D	5010/0	09/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYY7054	54330191D	6599/2	09/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYY7054	54330192D	6912/0	09/08/2012	R\$ 53,20	232
LZE7365	55488123D	5045/0	26/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZM4601	55687214D	6769/1	28/08/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
LZN8297	55687259D	5045/0	21/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZN8297	55687260D	5142/0	11/08/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LZU8172	55574105C	6610/2	27/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MAI5575	55489856D	6599/2	12/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAW7525	55687224D	5010/0	01/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAZ1967	55955643C	5010/0	16/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBD1587	55686451D	5010/0	17/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBJ3704	55687208D	5118/0	11/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM4369	55574125C	6556/1	02/08/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBN7473	55687304D	6599/2	26/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCG4798	55572735C	6556/1	23/07/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCG7653	55487643D	6920/0	17/07/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCH3434	55686291D	6599/2	13/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCH3434	55686292D	5010/0	13/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM1117	55953521C	5169/1	17/07/2012	R\$ 957,69	165
MDO3984	55572709C	6599/2	17/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDO6931	55489189D	7340/0	17/06/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDO6931	55489210D	6637/2	21/06/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDO6931	55687145D	6637/1	26/06/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDO6931	55687146D	6637/2	26/06/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDQ0468	55685477D	6599/2	07/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDQ0468	55685478D	5045/0	07/10/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDQ0468	55685479D	6912/0	07/10/2012	R\$ 53,20	232
MDX3962	55686357D	6599/2	02/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDX3962	55686358D	5010/0	02/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEE6876	55687357D	5118/0	26/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG1284	54329148D	6599/2	19/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEU0637	55686578D	5045/0	27/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEX0091	55687234D	6653/2	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MFI2440	55686317D	5169/1	29/07/2012	R\$ 957,69	165
MFY9398	55686503D	5118/0	26/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGC8728	55686315D	5010/0	21/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGC8728	55686316D	6912/0	21/07/2012	R\$ 53,20	232
MHH0464	55686569D	5010/0	24/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHZ2065	55489896D	6637/2	03/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIK8471	55687235D	6653/2	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIX3541	55488889D	6599/2	16/08/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1204/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADB3005	55572707C	5541/6	16/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ADB3005	55572717C	5541/6	18/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AFA3423	55574324C	5550/0	10/09/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
AFT4716	55685461D	5835/0	30/09/2012	R\$ 127,69	195
AIR2730	55686614D	6050/1	03/08/2012	R\$ 191,53	208
AKH7971	55572623C	5452/3	05/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
ANJ9722	55574231C	5541/1	26/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CKH0141	55574082C	5541/5	17/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
GZW8404	55574232C	5550/0	26/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
IJN3835	55574087C	5452/1	18/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
JZQ8742	55574329C	5460/0	10/09/2012	R\$ 85,12	181 * IX
KML1900	55574268C	5541/4	17/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXK6990	55686611D	5738/0	23/07/2012	R\$ 191,53	186 * II
LYX5703	55687206D	7374/0	11/08/2012	R\$ 191,53	253
LZY3542	55574046C	5550/0	27/06/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAE6854	55574444C	5568/0	13/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MAZ6262	55574101C	5568/0	26/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MBH9668	55574335C	5568/0	10/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCB7783	55686323D	5185/1	16/08/2012	R\$ 127,69	167
MCP0031	55687323D	5835/0	24/08/2012	R\$ 127,69	195
MDF1540	55686307D	5541/1	11/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI3422	55574057C	5460/0	11/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MDO6931	55489196D	5738/0	17/06/2012	R\$ 191,53	186 * II
MDV8725	55572712C	5541/6	17/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF2176	55572394C	5550/0	01/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFD7063	55572744C	5568/0	25/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFN4417	55687252D	5738/0	02/08/2012	R\$ 191,53	186 * II
MFQ8224	55569237C	5550/0	30/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFR2886	55574277C	5541/6	21/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3009	55574400C	5550/0	15/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHK4175	54329038D	5541/5	17/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW6026	55574146C	5541/4	06/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ2065	55489897D	5835/0	03/10/2012	R\$ 127,69	195
MIA5071	55572395C	5550/0	02/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIE9768	55574384C	5550/0	13/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIE9768	55574441C	5550/0	13/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIF8591	55569248C	5541/6	03/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM3056	55572627C	5185/1	09/07/2012	R\$ 127,69	167
MIW8388	55574301C	5568/0	15/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MJC4100	55574385C	5231/2	13/08/2012	R\$ 85,12	172
MJR5828	55574194C	5568/0	09/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MKL8929	55489485D	5738/0	07/07/2012	R\$ 191,53	186 * II
NHD2672	55574216C	5541/3	25/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1205/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG7028	55574996C	5010/0	21/11/2012	162 * I
MIG7028	55574998C	6599/2	21/11/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1206/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJJ9962	55686636D	5568/0	22/11/2012	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1207/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AET7490	55574894C	6610/2	04/12/2012	230 * VII
AHT4366	55574900C	6556/1	04/12/2012	230 * I
ALG2933	55687465D	5010/0	21/11/2012	162 * I
IDW4277	55574663C	6556/1	04/12/2012	230 * I
MAN1458	55687471D	5010/0	24/11/2012	162 * I
MAN1458	55687472D	6599/2	24/11/2012	230 * V
MAO6003	55574865C	6599/2	23/11/2012	230 * V
MBB0337	55574665C	6556/1	04/12/2012	230 * I
MBB0337	55574666C	6610/2	04/12/2012	230 * VII
MBH0699	55574899C	6599/2	04/12/2012	230 * V
MBU9898	55686106D	6599/2	22/11/2012	230 * V
MDM8867	55686677D	5010/0	04/11/2012	162 * I
MDM8867	55686678D	6599/2	04/11/2012	230 * V
MEC8258	55685565D	6548/2	04/11/2012	229
MET0886	55760336C	6920/0	22/10/2012	233
MEU2486	55687180D	5045/0	24/10/2012	162 * V
MEU2486	55687181D	6912/0	24/10/2012	232
MFF1386	55687474D	6599/2	25/11/2012	230 * V
MFN5812	55685501D	5010/0	25/11/2012	162 * I
MGW5530	55489230D	6599/2	26/10/2012	230 * V
MHE3722	55574863C	5010/0	22/11/2012	162 * I
MHE3722	55574864C	6599/2	22/11/2012	230 * V
MHH1791	55574855C	6599/2	22/11/2012	230 * V
MIW0552	55574868C	5010/0	23/11/2012	162 * I
MIW0552	55574869C	6599/2	23/11/2012	230 * V
MIW3755	55687467D	5010/0	21/11/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NJE9384	55687477D	6700/2	25/11/2012	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1208/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX4495	55574749C	5460/0	27/11/2012	181 * IX
ALG2933	55687464D	5525/0	21/11/2012	181 * XV
APB8460	55574559C	5380/0	16/10/2012	181 * I
DFX8717	55574953C	5550/0	07/11/2012	181 * XVIII
LXR6930	55574619C	5568/0	31/10/2012	181 * XIX
LXZ3136	55574601C	5568/0	23/10/2012	181 * XIX
MDN7807	55574744C	5568/0	21/11/2012	181 * XIX
MDX5524	55574723C	5460/0	12/11/2012	181 * IX
MGV5277	55574660C	5541/4	03/12/2012	181 * XVII
MHA1251	55574885C	5835/0	29/11/2012	195
MJR8607	55574654C	5452/1	30/11/2012	181 * VIII
MKB3526	55574565C	5568/0	23/10/2012	181 * XIX
MKI2646	55574596C	5541/4	01/11/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1209/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBE0467	55686585D	6599/2	01/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBE0467	55686586D	5010/0	01/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDF6645	55760335C	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
MET1110	55686589D	6912/0	30/08/2012	R\$ 53,20	232
MIX6863	55687407D	5010/0	14/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIX6863	55687409D	6599/2	14/10/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1210/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BEK0281	55574182C	5550/0	10/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
DEY3282	55574352C	5550/0	03/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
DMK6594	55574339C	5550/0	11/09/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
IDJ3991	55953520C	5835/0	01/07/2012	R\$ 127,69	195
LZL4278	55574102C	5819/1	26/07/2012	R\$ 574,61	193
LZL4278	55574103C	5835/0	26/07/2012	R\$ 127,69	195
MAO4704	55574534C	5428/3	17/10/2012	R\$ 191,53	181 * V
MCS4948	55574421C	5568/0	09/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDM9585	55489476D	5835/0	18/06/2012	R\$ 127,69	195
MFP6879	55687301D	7099/1	26/07/2012	R\$ 85,12	244 * VII
MHE2396	55574316C	5541/4	04/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV0301	55574137C	5541/6	03/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO1769	55489193D	5738/0	17/06/2012	R\$ 191,53	186 * II
MIX6863	55687408D	7048/1	14/10/2012	R\$ 191,53	244 * II
MJC4100	55574383C	5550/0	13/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKL2749	54330178D	5525/0	15/07/2012	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1211/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDM3478	55574961C	6599/2	08/11/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1212/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJW4379	55574712C	5460/0	07/11/2012	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1213/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLA2974	55687316D	6599/2	20/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
IDJ3991	55953519C	5010/0	01/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXB2363	55686575D	6599/2	24/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYN9371	55574118C	6610/2	01/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LYN9371	55574119C	6556/1	01/08/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYN9371	55574120C	6599/2	01/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZK0425	55686570D	6599/2	24/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZK0425	55686571D	5010/0	24/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCL8795	55686151D	6599/2	26/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFP7655	55686674D	5010/0	29/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFP7655	55686675D	5118/0	29/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGE3850	55685451D	5045/0	18/09/2012	R\$ 191,53	162 * V
MGX3243	55489927D	6599/2	14/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGX3243	55489928D	5010/0	14/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIG5111	54330184D	6599/2	09/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIO1769	55489194D	5010/0	17/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJG6372	55574583C	5010/0	29/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJG6372	55574584C	6599/2	29/10/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1214/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFE9902	55574437C	5568/0	10/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LXO8602	55572632C	5541/5	10/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX6551	55574153C	5541/5	28/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL7630	55574551C	5541/4	16/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MET4078	55574330C	5460/0	10/09/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MEU6025	55574061C	5550/0	13/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFL3729	55572637C	7374/0	11/07/2012	R\$ 191,53	253
MFP7655	55686676D	5738/0	29/07/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHJ2655	55574132C	5550/0	02/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIY1882	55574573C	5550/0	25/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJJ3912	55572724C	5541/4	19/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MMA3660	55574131C	5568/0	02/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL



**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1215/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMT8854	55687187D	6726/1	24/11/2012	230 * XVIII
ATM6541	55687497D	6700/2	03/12/2012	230 * XVI
IFZ8028	55574683C	6599/2	11/12/2012	230 * V
LZZ5847	55574677C	6610/2	10/12/2012	230 * VII
MBM7268	55487742D	5010/0	19/11/2012	162 * I
MBM7268	55487743D	6599/2	19/11/2012	230 * V
MCD8434	55687184D	6912/0	10/11/2012	232
MDA7905	55574699C	6599/2	12/12/2012	230 * V
MEL7630	55687481D	6700/2	29/11/2012	230 * XVI
MGO4530	55685505D	5010/0	01/12/2012	162 * I
MGO4530	55685506D	6912/0	01/12/2012	232
MGZ1837	55687493D	6700/2	03/12/2012	230 * XVI
MHU3531	55685566D	6599/2	09/11/2012	230 * V
MHU3531	55685567D	6912/0	09/11/2012	232
MJB6281	55685586D	5010/0	01/12/2012	162 * I
MJB6281	55685587D	5118/0	01/12/2012	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1216/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCB5783	55574962C	5568/0	12/11/2012	181 * XIX
MGS0732	55685604D	6041/1	27/11/2012	207
MIN9632	55574690C	5541/3	12/12/2012	181 * XVII
MIP7506	55574696C	5452/6	12/12/2012	181 * VIII
MJB6281	55685588D	7030/2	01/12/2012	244 * I
MJB6281	55685589D	7030/2	01/12/2012	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1216/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCB5783	55574962C	5568/0	12/11/2012	181 * XIX
MGS0732	55685604D	6041/1	27/11/2012	207
MIN9632	55574690C	5541/3	12/12/2012	181 * XVII
MIP7506	55574696C	5452/6	12/12/2012	181 * VIII
MJB6281	55685588D	7030/2	01/12/2012	244 * I
MJB6281	55685589D	7030/2	01/12/2012	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1217/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CXM3355	55488803D	6599/2	08/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDN5628	55686455D	6637/1	20/07/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDN5628	55686456D	5010/0	20/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHG1908	55687205D	6599/2	11/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHG4934	55489227D	6599/2	11/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIO5973	55488791D	6599/2	14/06/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1218/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAR9068	55572748C	5541/3	26/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN5628	55686454D	5835/0	20/07/2012	R\$ 127,69	195
MHK1549	55574278C	5541/5	21/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI1042	55574235C	5550/0	01/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1219/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLA2028	55687458D	5010/0	31/10/2012	162 * I
CLA2028	55687459D	5169/1	31/10/2012	165
CXV7836	55488833D	6599/2	03/11/2012	230 * V
CXV7836	55488834D	5169/1	03/11/2012	165
LXK8362	55574606C	6599/2	29/10/2012	230 * V
LXZ3368	55686108D	5045/0	12/12/2012	162 * V
MAO9173	55686009D	5010/0	12/12/2012	162 * I
MAO9173	55686010D	6599/2	12/12/2012	230 * V
MAO9173	55686011D	5118/0	12/12/2012	164 c/c 162 * I
MAO9173	55686012D	6556/1	12/12/2012	230 * I
MAP5271	55686641D	5010/0	22/11/2012	162 * I
MAP5271	55686642D	5118/0	22/11/2012	164 c/c 162 * I
MBB8900	55686680D	5010/0	23/11/2012	162 * I
MBB8900	55686681D	5118/0	23/11/2012	164 c/c 162 * I
MBF3458	55574664C	6556/1	04/12/2012	230 * I
MBJ2836	55246159C	5010/0	07/12/2012	162 * I
MBJ2836	55246160C	5118/0	07/12/2012	164 c/c 162 * I
MBJ2836	55246161C	6599/2	07/12/2012	230 * V
MBW2038	55686489D	6599/2	18/11/2012	230 * V
MBX6029	55246164C	5037/1	08/12/2012	162 * III
MBX6029	55246165C	5134/1	08/12/2012	164 c/c 162 * III
MBX6029	55246166C	6599/2	08/12/2012	230 * V
MCG0578	55574852C	6599/2	21/11/2012	230 * V
MDR0716	55574871C	6599/2	23/11/2012	230 * V
MEA5337	55574967C	6599/2	12/11/2012	230 * V
MEK7082	55574999C	5010/0	21/11/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEK7082	55575000C	6599/2	21/11/2012	230 * V
MEO3192	55685906D	5010/0	10/12/2012	162 * I
MIQ1328	55574638C	5010/0	05/11/2012	162 * I
MIQ1328	55574639C	6599/2	05/11/2012	230 * V
MIQ6921	55685551D	5010/0	23/10/2012	162 * I
MIQ6921	55685552D	6599/2	23/10/2012	230 * V
MIQ6921	55685553D	5118/0	23/10/2012	164 c/c 162 * I
MJR6196	55574585C	7340/0	28/10/2012	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1220/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDZ2505	55574593C	5568/0	01/11/2012	181 * XIX
DMF4007	55686005D	5452/1	11/12/2012	181 * VIII
HSR5009	55686007D	5452/1	11/12/2012	181 * VIII
LXW4779	55686001D	5584/0	06/12/2012	182 * II
LZU0952	55574917C	5460/0	17/12/2012	181 * IX
MAA6685	55574581C	5380/0	29/10/2012	181 * I
MAA8291	55574722C	5460/0	12/11/2012	181 * IX
MAO6855	55574625C	5568/0	31/10/2012	181 * XIX
MCO3393	55574562C	5452/1	17/10/2012	181 * VIII
MEO1409	55574597C	5380/0	01/11/2012	181 * I
MEU0637	55574556C	5460/0	16/10/2012	181 * IX
MEZ1774	55574735C	5550/0	14/11/2012	181 * XVIII
MFY1196	55574878C	5835/0	28/11/2012	195
MIJ8814	55574566C	5460/0	24/10/2012	181 * IX
MJA7140	55574672C	5568/0	07/12/2012	181 * XIX
MJG3296	55574727C	5541/5	13/11/2012	181 * XVII
MKG6579	55574716C	5460/0	07/11/2012	181 * IX



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1221/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CGS3579	55489482D	6599/2	29/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
IKK3343	55687202D	5010/0	06/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAZ4465	55574126C	6599/2	02/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCV4727	54329146D	5010/0	19/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEJ3412	55487646D	6920/0	20/07/2012	R\$ 127,69	233
MEU0637	55686579D	6912/0	27/07/2012	R\$ 53,20	232
MFL0233	55489184D	6599/2	20/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFV0839	54329145D	6599/2	19/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHO9320	55488790D	6548/2	12/06/2012	R\$ 85,12	229
MHS4995	55489217D	6599/2	09/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIL5441	55685401D	5010/0	07/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIL5441	55685402D	6599/2	07/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIM7565	55574402C	6599/2	07/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJC3204	55572733C	6599/2	20/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJU7899	55487731D	5010/0	02/08/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1222/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DHQ8763	55572688C	5541/4	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DHQ8763	55572719C	5568/0	18/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
IPE5750	55574170C	5460/0	02/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
LZL8112	55686298D	5568/0	08/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LZW3369	55572653C	5568/0	06/06/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCK7208	55574198C	5568/0	10/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDA0497	55572629C	5460/0	09/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MEG6538	54329049D	5568/0	20/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEY1044	55572620C	5541/6	03/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR1495	55574286C	5738/0	22/08/2012	R\$ 191,53	186 * II
MGW4486	55572555C	5568/0	13/06/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MHE9148	55685403D	5525/0	07/09/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHE9848	54329139D	7030/1	07/07/2012	R\$ 191,53	244 * I
MHY6254	55574375C	5835/0	09/08/2012	R\$ 127,69	195
MIG5725	55574145C	5541/3	06/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX4094	54329035D	5541/5	16/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX9864	55572657C	5185/1	07/06/2012	R\$ 127,69	167
MIX9864	55572658C	7366/2	07/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 739 386/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS0309	8739023455	7471/0	22/09/2010	R\$ 574,61	218 * III
MIG1550	8739016603	7463/0	25/06/2010	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 739 387/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBM1249	8739006414	7463/0	02/09/2009	R\$ 127,69	218 * II
MDM1978	8739028850	7455/0	04/12/2010	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 739 385/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGH2504	8739020744	7455/0	20/08/2010	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1167/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CXO5330	54328194D	5010/0	05/09/2012	162 * I
CXO5330	54328198D	6637/1	05/09/2012	230 * IX
MDJ5335	55687242D	6653/2	01/09/2012	230 * XI
MFN2626	54329003D	6599/2	12/09/2012	230 * V
MJT9941	55686596D	6548/2	07/09/2012	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 272 1168/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CXO5330	54328197D	5835/0	09/09/2012	195
MCB0585	55686296D	5568/0	08/09/2012	181 * XIX
MIH7032	55686381D	5452/3	14/08/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1169/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABX9705	54330266D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
ACL3420	55489273D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
AEW0537	55487587D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
AHD0824	55488413D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
AHY5662	55488927D	6599/2	26/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
AJH1638	55489420D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
AKH5299	55489682D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
ANA7471	55488578D	5010/0	11/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
ANA7471	55488579D	5118/0	11/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ANA7471	55488580D	6912/0	11/02/2012	R\$ 53,20	232
ASY0318	55488407D	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
ATB0549	54330264D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
AUD1148	54328148D	5274/2	13/04/2012	R\$ 191,53	175
BNO1991	55489128D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
CGS6136	55245691C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
CXM3355	55687106D	6726/1	24/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
CYS0001	55489659D	6599/2	08/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
DDF1010	54330136D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
DZZ3000	55488301D	6599/2	17/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
HMJ8474	55245669C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
HOI6724	55488243D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
HQG1593	55489432D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
IGO7478	55489008D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
ILH5752	55487576D	6920/0	08/05/2012	R\$ 127,69	233
JMB1508	54330265D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
KKU4488	55489105D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KKU4488	55489348D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
LCL6075	55489415D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
LCY4824	55487553D	6920/0	26/04/2012	R\$ 127,69	233
LWS9263	55488518D	5010/0	11/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWS9263	55488520D	6580/0	11/02/2012	R\$ 191,53	230 * IV
LWS9263	55488521D	6599/2	11/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWS9263	55488522D	6912/0	11/02/2012	R\$ 53,20	232
LXE7977	55572616C	6556/4	13/03/2012	R\$ 191,53	230 * I
LXJ5389	55488924D	6599/2	25/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXJ5389	55488925D	6912/0	25/04/2012	R\$ 53,20	232
LXL3442	55489467D	6556/1	07/06/2012	R\$ 191,53	230 * I
LXL3442	55489471D	5010/0	07/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYB3483	55489635D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYB3483	55489636D	5010/0	15/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYB3483	55489637D	5118/0	15/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZB2800	55489693D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
LZJ1910	55489320D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
LZY5700	55488944D	6912/0	04/05/2012	R\$ 53,20	232
MAE1462	55489779D	5010/0	13/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAE1462	55489780D	6599/2	13/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAW7425	55489253D	5010/0	23/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAW7425	55489254D	5118/0	23/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAW8528	55488902D	5169/1	15/04/2012	R\$ 957,69	165
MBJ5871	54329130D	6599/2	05/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBO7503	55488649D	6912/0	25/01/2012	R\$ 53,20	232
MBO9384	55487505D	5010/0	25/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBT0184	55488969D	5010/0	13/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBT0184	55488970D	5118/0	13/01/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBT0184	55488971D	6599/2	13/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBV8479	55488932D	5169/1	28/04/2012	R\$ 957,69	165
MBV8479	55488933D	5010/0	28/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBV8877	55489430D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
MBZ1684	54330172D	6599/2	23/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCF2906	55489625D	5045/0	26/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCK3005	55489259D	6599/2	27/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCK3005	55489260D	5045/0	27/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCP0716	54330161D	5010/0	11/03/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCQ6343	55488217D	6920/0	21/03/2012	R\$ 127,69	233
MCQ6343	55488629D	6599/2	21/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDD1465	55489733D	6912/0	15/05/2012	R\$ 53,20	232
MDF0294	54328932D	6599/2	28/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDF0294	54328933D	5010/0	28/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDI7523	54328899D	5118/0	04/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDL7732	55489074D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MDN9055	55245668C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MDV3365	55487916D	5274/3	13/05/2012	R\$ 191,53	175
MEA4748	54330276D	6920/0	26/01/2012	R\$ 127,69	233
MEB5627	54328132D	6599/2	02/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEC1746	55488913D	6912/0	24/04/2012	R\$ 53,20	232
MEC1746	55488915D	6556/1	24/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
MEC1746	55488916D	6653/2	24/04/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MEE3230	54329246D	5118/0	07/03/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEE3230	54329247D	6599/2	07/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEE6923	55686366D	5010/0	05/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEE6923	55686367D	6599/2	05/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEG0951	55489749D	5118/0	30/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEH4607	54330256D	5045/0	18/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEH4607	54330258D	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEP6173	55686351D	6599/2	25/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MES1337	55489648D	5118/0	19/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MES1337	55489649D	6912/0	19/05/2012	R\$ 53,20	232
MET8424	55488594D	5118/0	27/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MET8424	55488595D	6912/0	27/02/2012	R\$ 53,20	232
MEU9583	55489582D	5045/0	09/02/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFF2620	55489141D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
MFG7492	55489794D	5010/0	25/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFG7492	55489795D	6599/2	25/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFI4094	55489145D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233
MFJ4230	55488487D	6920/0	18/01/2012	R\$ 127,69	233
MFN3346	55489153D	5045/0	02/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
MFN3346	55489154D	6912/0	02/03/2012	R\$ 53,20	232
MFO6416	55488670D	6408/0	20/02/2012	R\$ 85,12	221
MFR4543	55488550D	5061/0	16/05/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFS0632	55487910D	6599/2	11/05/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGA0289	55572309C	6599/2	23/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGB9769	55489788D	5010/0	06/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGF5154	55572508C	5010/0	14/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGK2760	55487846D	6548/2	28/12/2011	R\$ 85,12	229
MGK2760	55488047D	6610/2	05/01/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MGK2760	55488048D	6912/0	05/01/2012	R\$ 53,20	232
MGM0272	55488638D	6912/0	24/01/2012	R\$ 53,20	232
MGO4222	55489163D	6599/2	09/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHA7106	55488055D	5045/0	05/01/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHB6210	55245665C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233
MHM8966	55489020D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MHP5613	55686560D	6599/2	04/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHW8402	55488854D	5045/0	23/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MHW8402	55488855D	6599/2	23/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIC3931	55488669D	5118/0	17/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MID2302	55487716D	6912/0	07/03/2012	R\$ 53,20	232
MIF7713	55488361D	5118/0	25/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIG7028	55487550D	5010/0	31/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIK0062	55953572C	5010/0	08/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIK0062	55953573C	6599/2	08/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIK6773	55489513D	5010/0	02/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM0304	55686360D	6548/2	04/07/2012	R\$ 85,12	229
MIM1376	55488508D	5169/1	04/02/2012	R\$ 957,69	165
MIM2336	55489767D	5010/0	13/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM7895	55687138D	5010/0	17/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIM7895	55687141D	7340/0	17/06/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MIN0597	55489923D	5010/0	29/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIN4239	55489701D	6599/2	11/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIN4239	55489702D	6912/0	11/02/2012	R\$ 53,20	232
MIN4239	55687107D	5010/0	26/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIO8459	55489852D	5010/0	10/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIO8459	55489853D	5118/0	10/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIO8459	55687128D	6912/0	10/06/2012	R\$ 53,20	232
MIO8459	55687129D	6726/1	10/06/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIP0224	55488511D	5010/0	08/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIP0224	55488512D	6912/0	08/02/2012	R\$ 53,20	232
MIW4663	55489106D	6920/0	01/03/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIW8388	55687147D	6726/1	29/06/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIZ5719	55488851D	6599/2	17/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJA7140	55489920D	5010/0	22/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJC2241	55489606D	5010/0	12/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJC2241	55489607D	5118/0	12/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJD5417	55489407D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
MJF8202	55488533D	5010/0	24/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJH3717	55488757D	5010/0	20/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJR0261	55687126D	5118/0	09/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MLC5359	55489175D	6599/2	31/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MOG1529	55489063D	6920/0	05/03/2012	R\$ 127,69	233
MON2529	55489410D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
MSJ6197	55245679C	6920/0	19/01/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA

**Notificação de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1170/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADB3005	55572227C	5541/6	16/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AIF6126	55572676C	5541/5	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AIU4195	55488109D	7315/0	12/01/2012	R\$ 85,12	252 * I
AIU4195	55488110D	5835/0	12/01/2012	R\$ 127,69	195
AKP7502	55572617C	5568/0	02/07/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
AMI2634	55572679C	5460/0	11/06/2012	R\$ 85,12	181 * IX
BLK4286	55572193C	5568/0	28/01/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
BPJ3544	55572429C	5541/5	30/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DIV0604	55569928C	5541/1	16/05/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
JP6187	55572240C	5541/6	19/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWS9263	55488519D	7030/1	11/02/2012	R\$ 191,53	244 * I
LZY5700	55488942D	5835/0	04/05/2012	R\$ 127,69	195
MAA4224	54329492D	5479/0	09/03/2012	R\$ 85,12	181 * X
MBB7656	55488262D	5185/1	20/01/2012	R\$ 127,69	167
MBC0414	55572247C	5541/5	31/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ3426	55488946D	5835/0	04/05/2012	R\$ 127,69	195
MCM4823	55488295D	5185/1	25/01/2012	R\$ 127,69	167
MCP0716	54330163D	6050/1	11/03/2012	R\$ 191,53	208
MCV0044	55488665D	5738/0	16/02/2012	R\$ 191,53	186 * II
MDJ7268	55572685C	5568/0	11/06/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEC1746	55488918D	5797/0	24/04/2012	R\$ 191,53	191
MFG1470	55488276D	6122/0	21/01/2012	R\$ 191,53	214 * I
MFJ2310	55489826D	5185/1	04/02/2012	R\$ 127,69	167
MFO2725	55487509D	5568/0	27/04/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MFO6416	55488671D	5835/0	20/02/2012	R\$ 127,69	195
MGK2760	55487781D	5185/1	24/12/2011	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGS1300	55489802D	5185/1	28/01/2012	R\$ 127,69	167
MGS7604	55572297C	5568/0	10/01/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MHB8441	55489190D	7030/1	17/06/2012	R\$ 191,53	244 * I
MHV5798	55572695C	5460/0	12/06/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MHY0759	55488651D	5738/0	24/01/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHY1766	55487524D	5568/0	09/05/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MHY1766	55572546C	5541/5	29/02/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MII5878	55488694D	5738/0	23/04/2012	R\$ 191,53	186 * II
MIM0304	55686362D	5835/0	04/07/2012	R\$ 127,69	195
MIM7895	55687139D	5835/0	17/06/2012	R\$ 127,69	195
MIM7895	55687140D	7048/1	17/06/2012	R\$ 191,53	244 * II
MIO8459	55489854D	5835/0	10/06/2012	R\$ 127,69	195
MIS3835	55488547D	7056/1	12/05/2012	R\$ 191,53	244 * III
MJH6867	55574177C	5460/0	04/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJI3682	55488209D	5185/1	23/01/2012	R\$ 127,69	167
MJJ9962	55488532D	7234/0	23/03/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
MJR7693	55686273D	7072/1	06/07/2012	R\$ 191,53	244 * V
MJR7693	55686275D	7048/3	06/07/2012	R\$ 191,53	244 * II
MLN6070	55488272D	5185/1	21/01/2012	R\$ 127,69	167
MMB7800	55574050C	5541/4	27/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL



## Nova Trento

### PREFEITURA

#### **Resposta Recurso - PL Nº 094/2012 - PP Nº 058/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

RESULTADO JULGAMENTO DE RECURSO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2012

RECorrente: CEPENGE ENGENHARIA LTDA.

"( ) Ante o exposto, o Pregoeiro e a Comissão de Licitação, no mérito, negam provimento o recurso apresentado pela empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA., declarando como válidos todos os atos referentes ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2012, nos seus exatos termos. Nova Trento/SC, 11 de janeiro de 2013."

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### **Extrato Dispensa de Licitação FMS Nº 001/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 002/13

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 001/13

RATIFICAÇÃO: 15/01/2013

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: O objeto da presente Licitação é a contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, para a Prestação de Serviços de Saúde de média e alta complexidade para a população do Município e demais finalidades previstas no artigo 5º e 6º do Estatuto Social da Entidade.

VALOR TOTAL DA DESPESA: O valor anual estimado para o objeto da Licitação é de R\$ 264.809,28 (Duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e nove reais e vinte oito centavos).

FUNDAMENTO: A presente Dispensa de Licitação, visa utilizar os serviços oferecidos pelo CONIMS, tendo com fundamento legal e o inciso XXVI do art. 24 da Lei Federal 8.666-93 e suas posteriores alterações, c/c a Lei Federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, Decreto nº 6.017/2007 e a Lei Municipal nº 380 de 07 de novembro de 2008 de Ratificação do Protocolo de Intenções e Lei Municipal Nº 463/2012, de 29/10/2012, que Ratifica alterações do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social do Consórcio Público e Contrato de Programa, e o Contrato de Rateio para o Exercício de 2013.

DATA: 15/01/2013  
TANIA MARA WAGNER MURARO  
Gestor FMS

#### **Extrato Dispensa de Licitação Nº 001/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

RATIFICAÇÃO: 15/01/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal-CIGA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de Consórcio para prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Novo Horizonte no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA-Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, bem como disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Novo Horizonte ao CIGA visando o atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 01/2010.

FUNDAMENTO: A presente Dispensa de Licitação, visa utilizar os serviços de publicação dos atos oficiais, oferecidos pelo Consórcio De Informática Na Gestão Pública Municipal - CIGA, tendo com fundamento legal o inciso XXVI do art. 24 da Lei Federal 8.666-93 e suas posteriores alterações, c/c a Lei Federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CIGA, da Lei Municipal nº 402, de 25/11/2009 e do Contrato de Rateio nº 001/2010.

DATA: 15/01/2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

## Palhoça

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº. 001/2013.**

PORTARIA Nº. 001/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BIANCA LUCHI BARTUCHESKI, matrícula nº. 400224, titular do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2003 a 01/09/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/01/2013 à 03/02/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº. 0010/2013.**

PORTARIA Nº. 0010/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA, nos termos dos

parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, os servidores do Quadro de Pessoal efetivo, ERONETE GILDA GOMES OLIVEIRA, Presidente, LUCIANE PROBST e MICHELI CRISTINA DA ROSA, membros titulares, as servidoras DENISE GONÇALVES PINHEIRO e JOICE MA-RIA DA SILVA, membros suplentes. Para juntas elaborarem editais, julgarem, receberem e examinarem todos os documentos e procedimentos relativos as licitações e ao cadastramento de licitantes da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0011/2013.**  
PORTARIA Nº. 0011/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
NOMEAR PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DA SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 9º., alínea III, letra "d", do Decreto Municipal 1.288/2003 do Quadro de Pessoal efetivo, a servidora ERONETE GILDA GOMES OLIVEIRA e ROSE-MERI HILDA COELHO, Pregoeiras, as servidoras LUCIANE PROBST, MICHELI CRISTINA DA ROSA e DENISE GONÇALVES PINHEIRO, para atuarem como Equipe de Apoio a Pregoeira.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0012/2013.**  
PORTARIA Nº. 0012/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARINE ARRUDA FLORES, matrícula nº. 400317, titular do cargo de Odontologa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/09/2007 a 25/09/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 04/02/2013 à 04/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0013/2013.**  
PORTARIA Nº. 0013/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DO CARMO MIRANDA, matrícula nº. 800068, titular do cargo de Agente de Serviços

Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/06/2007 a 15/06/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/01/2013 à 02/02/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0014/2013.**  
PORTARIA Nº. 0014/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIO MARQUES, matrícula nº. 400362, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/07/2007 a 05/07/2012, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 01/02/2013 à 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0015/2013.**  
PORTARIA Nº. 0015/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, os servidores do Quadro de Pessoal efetivo, ANDRE JOSÉ SILVEIRA, Presidente, EDUARDO HENRIQUE MACHADO SATO e JANE DAS DORES DA SILVA, membros titulares, as servidoras NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA e RONISE RAMOS, membros suplentes. Para juntos elaborarem editais, julgarem, receberem e examinarem todos os documentos e procedimentos relativos as licitações e ao cadastramento de licitantes.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0016/2013**  
PORTARIA Nº. 0016/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
NOMEAR PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 9º., alínea III, letra "d", do Decreto Municipal 1.288/2003 do Quadro de Pessoal efetivo, a servidora NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA, Pregoeira, as servidoras EDUARDO HENRIQUE MACHADO SATO e JANE DAS DORES DA SILVA, para atuarem como Equipe

de Apoio a Pregoeira.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0017/2013.**  
PORTARIA Nº. 0017/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANGELA MARIA DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (qua-renta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Aririú da Formiga da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 28/12/2012.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0018/2012.**  
PORTARIA Nº. 0018/2012.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:  
Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Alessandra Andrea Ghizoni	ASG	14	29/11/12	I – M 54, II – M 15
Alessandra Socas	ACS	10	03/12/12	I -
Alessandra Socas	ACS	15	14/12/12	I -
Alzira Espindola da Silva	ACD	60	03/12/12	I – Z 54-0
Ana Cristina da Cunha	Nutricionista	12	10/12/12	I – M 06
Ana Paula Simiano Oliveira	ASO	30	09/12/12	I – O 26-0
Andre dos Santos	Motorista	16	06/12/12	I – F 32, II – F 22
Andreza de Oliveira Martins	Professor	10	04/12/12	I – J 45
Angela Hilda da Silva	Auxiliar de Enfermagem	120	18/12/12	I – Z 54-0
Angelita Rodrigues Schmitz	ACS	45	12/12/12	I – Z 54-0

Arlene Aurea de Quadros Picoli	Professor	20	28/11/12	I – Z 54-0
Bernadete Maria Silvio Duarte	ASG	90	05/12/12	I – F 32-2
Bianca Lucchi Bartucheski	Fiscal Sanitário	08	07/12/12	I – M 54, II – M 83
Clarisse Sallas Chagas	Professor	30	21/11/12	II – M 06, III – M 15
Cristiane Salete Lourenço	Professor	15	29/11/12	I – Z 76-3
Dian Carla Gonçalves	Fiscal de Tributos	04	04/12/12	I – A 09
Edilaine de Arruda de Souza	ASO	07	29/11/12	I – L 50, II – L 23
Edilaine de Arruda de Souza	ASO	04	06/12/12	I – L 50, II – L 23
Eli Regina Fernandes	ASO	15	04/12/12	I – Z 54-0, II – K 35
Eliete A. de Medeiros	ACS	60	05/12/12	I – M 25
Elisabete Jonson Ferreira	Médica	05	02/12/12	I – R 01
Fabiane Cecília Sulzbach	Odontologo	180	19/11/12	I – Z 33
Francisco José Garcia	Motorista	15	11/12/12	I – F 32-2
Geovana Vilma Moreira Borba	Professor	15	03/12/12	I – F 32-9
Grasiela Sodre Lopes Muller	Enfermeira	15	12/12/12	I – Z 54-0
Guida Maria Losso	Psicóloga	30	29/11/12	I – Z 54-0
Helio Seemann	Artífice	90	30/11/12	I – M 75-2, II – M 75-4
Hindianara Marlene da Silveira	ACS	30	26/11/12	I – S 09, II – S 40, III – S 80
Iraci da Luz Fernandes	ASG	04	04/12/12	I – M 54-3
Iraci da Luz Fernandes	ASG	05	10/12/12	I – M 54-3
Iria Terezinha Piai	Professor	30	03/12/12	I – Z 54-0
Ivonesia Adelia Silva	Auxiliar de Enfermagem	08	11/12/12	I – K 52-9
Jane Maria de Souza Santos	ACS	15	12/12/12	I – J 38
Josiani Paladini S. Zeferino	Técnico em Enfermagem	90	02/12/12	I – S 43-4
Jucileia Concilia da Silva	Professor	15	29/11/12	I – Z 76-3
Karla Bianca Piccolotto	Assistente Administrativo	30	28/11/12	I – F 84-5
Karoline Franzoni B. Wenay	Técnico em Enfermagem	60	19/11/12	I – F 60-3, II – F 33
Laudelina M. S. Fortunato	Professor	15	03/12/12	I – I 10
Lenir Hilda da Silva	Merendeira	30	22/11/12	I – I 84
Mara Regina Oliveira	Professor	15	08/11/12	I – F 32, II – F 41-1

Maria Celene da S. de Assunção	Professor	07	06/12/12	I – F 43
Maria da Lapa Lima Scheidt	Professor	10	03/12/12	I – Z 76-3
Maria Gorete Flores Pereira	ASG	90	15/12/12	I – Z 54-0
Maria Gorete Machado	ASO	120	16/12/12	I – Z 54-0
Maria Rosania M. Medeiros	ASG	90	22/10/12	I – Z 54-0
Maria Terezi-nha M. Amado	ASG	90	22/12/12	I – M 47-2
Marisa Rodrigues Vieira	ASG	10	10/12/12	I – Z 76-3
Matildes M. Rodrigues da Silva	Assessor IV	10	10/12/12	I – J 38
Mirleide de Freitas	ASO	10	03/12/12	I – R 10
Nilson Fermi-no de Lima	ASO	04	04/12/12	I – K 10-0
Patrícia Witzel Tapada	ASO	30	07/12/12	I – F 31-1
Rosangela Santina da Silva	ASG	25	29/11/2012	I – G 56
Rosilda de Souza Wein-gartner	ASO	14	03/12/12	I – M 54-3
Samira Matos	Professor	180	04/12/12	I – Z 33
Sandra Terezi-nha Gomes	Merendeira	20	26/11/12	I – F 30-2
Schren de Abreu	Assistente Ad-ministrativo	07	01/12/12	I – Z 54-0
Sergio Luiz Lehmkuhl	Assistente Ad-ministrativo	90	26/12/12	I – F 32, II – M 75, III – M 54
Simone Maria Gonzaga	Professor	15	07/12/12	I – O 60-0
Sonia Mara Rainart	Professor	10	11/12/12	I – E 21, II – J 30-4, III – J 45-9
Valdeci Mar-tins	ASO	60	04/12/12	I – F 32-9
Vivian da Cas Engelke	Médica	14	04/12/12	I – M 54-9
Zeneide Alves	Agente de Saúde Publica	30	05/12/12	I – F 33, II – M 25, III – M 75

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0019/2013.**  
PORTARIA Nº. 0019/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZENILDE MARIA DE SOUZA, matrícula nº. 300171, titular do cargo de Assistente Administrativo,

do Quadro de Pessoal da Secretaria de Governo, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2003 a 16/04/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/01/2013 à 08/02/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 002/2013.**  
PORTARIA Nº. 002/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ODILON PEDRO DE FARIAS, matrícula nº. 500024, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/1998 a 01/06/2003, por 01 (um) meses, a com efeitos a contar de 03/01/2013 à 02/02/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0020/2013.**  
PORTARIA Nº. 0020/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZIANE RENATA FEIJÓ SENES DOS SANTOS, matrícula nº. 400316, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2000 a 30/06/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 09/01/2013 à 09/02/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0021/2013.**  
PORTARIA Nº. 0021/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES do servidor AMARILDO RICARDO LOPES, matrícula nº. 500231, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 185 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº. 0022/2013.**

PORTARIA Nº. 0022/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO THUANY SCHMITZ AMARAL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 003/2013.**

PORTARIA Nº. 003/2013.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE DOMINGUES, matrícula nº. 100002, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2000 a 02/01/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/01/2013 à 02/02/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2012.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 004/2013.**

PORTARIA Nº. 004/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO TATIANA MORAES, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 005/2013.**

PORTARIA Nº. 005/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MARILENE CRISTINA VIEIRA RIBAS, titular

do cargo de Psi-cóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 006/2013.**

PORTARIA Nº. 006/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO JAIRO PASQUAL ANZOLIN, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 007/2013.**

PORTARIA Nº. 007/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO THAISE MEDEIROS MAFRA, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 008/2013.**

PORTARIA Nº. 008/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CELIZA ENYA HORINO ISOPPO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 009/2013.**

PORTARIA Nº. 009/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e

V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO RODRIGO DE SOUZA ISOPPO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2013.

Palhoça, SC, em 02 de janeiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

**Aviso de Tomada de Preço 10/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

TOMADA DE PREÇO 10/2013

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, para aquisição de gêneros alimentícios, leites e alimentação especial para o ano de 2013, com abertura das propostas às 10:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2013. Edital completo encontra-se a disposição no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br). Outras informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, e no telefone (48) 32530161.

Paulo Lopes, 16 de janeiro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Chamamento Público 01/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CHAMADA PÚBLICA

Nº 01/2013

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DOS GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES informa que se encontra aberto o Edital de Chamada Pública para compra de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural durante o período de 16/01/2013 a 04/02/2013, das 07h00min às 13h00min horas. Edital completo encontra-se a disposição no site da prefeitura [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br) e outras informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta-feira, no telefone (48) 32530161.

Paulo Lopes, 16 de janeiro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## Peritiba

### PREFEITURA

**Resumo de Edital 01/2013 FMS - Errata**

MUNICÍPIO DE PERITIBA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO REABERTURA DO PRAZO DE ENTREGA DOS ENVELOPES - PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2013 - TP 01/2013

O Município de Peritiba torna público que foram alterados os itens 1.1 e 2.1 do edital de tomada de preços 01/2013.

Informações complementares bem como o edital completo com as alterações poderão ser retirados na Prefeitura Municipal de Peritiba em horário de expediente.

Peritiba/SC em 15 de Janeiro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

**Portaria Nº 038, de 08 de Janeiro de 2013**

PORTARIA Nº 038, DE 08 DE JANEIRO DE 2013

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 061/2012 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 061/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e adjudica o objeto licitado à empresa RADIO VI-DEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.550.662/0001-50, pelo preço mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 DE JANEIRO DE 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 039, de 10 de Janeiro de 2013**

PORTARIA Nº 039, DE 10 DE JANEIRO DE 2013

RETIFICA RESULTADO CLASSIFICATÓRIO HOMOLOGADO – PROCESSO SELETIVO 008/2012, REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando ter sido provido o requerimento formulado pela candidata Terezinha Slongo Comachio;

Considerando a solicitação de revisão da pontuação dos títulos da candidata Terezinha Slongo Comachio,

**RESOLVE**

Art. 1º Fica retificado o resultado classificatório homologado através da portaria 025, de 02 de janeiro de 2013, cuja nova

classificação ficou assim definida:

**ÁREA 1 - PROFESSOR REGENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)**

Classificação	Nome	MÉDIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	Ivania Beal Bressan	2,40	6,00	8,40
2º	Beatriz Aparecida Cherubini	2,24	6,00	8,24
3º	Vera Luci De Oliveira Zanelle	2,24	6,00	8,24
4º	Solange Ap. Manica	2,08	6,00	8,08
5º	Angela Maria MazureckRabuske	2,24	5,56	7,80
6º	Ivonece Ce-ronPiccoli	1,76	6,00	7,76
7º	VeroniceFritzen	1,76	6,00	7,76
8º	Aline Perazzo-lliBuratto	2,08	5,63	7,71
9º	Rosana Dos Santos	1,92	5,66	7,58
10º	Marinêz Beal Partyka	1,44	6,00	7,44
11º	Cláudia Regina da Costa	1,76	5,67	7,43
12º	Fabiana Kopp-Benque	2,08	5,18	7,26
13º	Daiane C.R. Coelho Da Silva Bogo	2,40	4,74	7,14
14º	Sirleia Maria Passoni	1,92	5,17	7,09
15º	Fabiana CarnielRigo	2,08	4,94	7,02
16º	Terezinha Slongo Coma-chio	1,92	5,05	6,97
17º	Juliana PassoldGuzzi	2,24	4,22	6,46
18º	Talita Pellicoli	1,76	4,62	6,38
19º	Marlei Maria Panceri	1,76	4,32	6,08
20º	Angela Maria Stanguerlin	1,28	4,75	6,03
21º	Ana Claudia Menegão	2,08	3,84	5,92
22º	Juliana Rossatto De Oliveira	1,92	3,67	5,59
23º	IdimaraSamistraro	1,76	3,66	5,42
24º	Luciana Fatima Dos Santos	2,24	3,00	5,24
25º	TianeBrancher	1,60	3,64	5,24
26º	Tatiane Ap. Fragoso Cal-das Caum	1,44	3,10	4,54
27º	Luciana AhrenfeldHack Da Silva	2,40	2,06	4,46

28º	Veroni De Fatima BorsoiMartelli	1,92	1,53	3,45
29º	Gláucia Perazzoli	1,28	2,10	3,38
30º	Sirlei Aparecida Denardi	2,08	1,06	3,14
31º	Vanderléa Ana Carleto De Siqueira	1,44	1,64	3,08
32º	Vanusa Ap.Melo De Godoi	1,44	1,56	3,00
33º	Cássia Minosso Gatti	1,28	1,06	2,34

**ÁREA 2 - PROFISSIONAL DE APOIO: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)**

Classificação	Nome	MÉDIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	Ivania Beal Bressan	2,40	6,00	8,40
2º	Solange Ap. Manica	2,08	6,00	8,08
3º	Angela M. M. Rabuske	2,24	5,56	7,80
4º	Ivonece Ce-ronPiccoli	1,76	6,00	7,76
5º	Rosana Dos Santos	1,92	5,66	7,58
6º	Marinêz Beal Partyka	1,44	6,00	7,44
7º	Sirleia Maria Passoni	1,92	5,17	7,09
8º	Fabiana CarnielRigo	2,08	4,94	7,02
9º	Talita Pellicoli	1,76	4,62	6,38
10º	Marlei Maria Panceri	1,76	4,32	6,08
11º	Juliana Rossatto De Oliveira	1,92	3,67	5,59
12º	IdimaraSamistraro	1,76	3,66	5,42
13º	Saete Lurdes Gris Bender	2,08	2,51	4,59
14º	Sirlei Vanusa PassoniSprigico	1,60	2,61	4,21
15º	OliveteVescoviDall Bosco	1,92	2,13	4,05
16º	Vânia Carla Kozlowski	1,12	2,72	3,84
17º	Marcia Regine-SumnyZortéa	1,60	1,94	3,54
18º	Sirlei Aparecida Denardi	2,08	1,06	3,14
19º	Vanderléa Ana C. Siqueira	1,44	1,64	3,08
20º	Vanusa Ap. Melo De Godoi	1,44	1,56	3,00
21º	Leandra Ap. Amalcaburio	2,40	0,00	2,40

22º	Sibele Munaro	1,60	0,00	1,60

**ÁREA 3 - PROFESSOR DA DISCIPLINA DE ARTES**

Classificação	Nome	MÉDIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	Vera Luci de Oliveira Zanella	2,24	3,00	5,24
2º	Nelci Salete Severo Dal-molin	2,24	2,32	4,56
3º	Fabiana Kopp-Benque	2,08	2,18	4,26

**ÁREA 4 - PROFESSOR DISCIPLINA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS**

Classificação	Nome	MÉDIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	Aline Perazzo- liBuratto	2,08	5,63	7,71
2º	Juliana Pa- soldGuzzi	2,24	4,22	6,46

**ÁREA 5 - PROFESSOR PARA SALA AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Classificação	Nome	MÉDIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	Beatriz Apare- cida Cherubini	2,24	6,00	8,24

**ÁREA 6 - ATENDENTE DE CRECHE**

Classificação	Nome	MÉDIA	TÍTULOS	NOTA FINAL
1º	Cláudia Regina da Costa	1,76	5,67	7,43
2º	Ana Claudia Menegão	2,08	3,84	5,92
3º	Salete Lurdes Gris Bender	2,08	2,51	4,59
4º	Luciana AhrenfeldHack da Silva	2,40	2,06	4,46
5º	Sirlei Vanusa PassoniSpri- cigo	1,60	2,61	4,21
6º	OliveteVesco- viDall Bosco	1,92	2,13	4,05
7º	Vânia Carla Kozlowski	1,12	2,72	3,84
8º	Gláucia Pera- zzoli	1,28	2,10	3,38

9º	Leandra Aparecida Amalcaburio	2,40	0,00	2,40
10º	Cássia Minos- so Gatti	1,28	1,06	2,34
11º	Rita Panceri- Carminatti	1,28	0,00	1,28
12º	Viviane Antu- nes de Lima	0,96	0,00	0,96

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portarias nº 025 de 02 de janeiro de 2013

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
10 DE JANEIRO DE 2013  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 413, de 28 de Dezembro de 2012.**

PORTARIA Nº 413, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

REVOGA PORTARIA Nº 379, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto no § 2º do art. 9º da Lei n. 1.260, de 07 de agosto de 2007, e

Considerando que alguns nomes foram publicados com grafia incorreta,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica retificada a portaria nº 379, de 21 de novembro de 2012, cujos nomes contemplados e homologados são os seguintes:

Nomes	Nº lote	nº Quadra	m²	Valor
CLEDERSON IURKEVICZ	L.02	Q.16	240	R\$: 8.000,00
CLEDINEI GUILHERME DAMBROS	L.04	Q.16	240	R\$: 8.000,00
EVANDRO RABUSKE	L.02	Q.14	286,86	R\$: 9.561,04
JANETE DE SOUZA	L.05	Q.02	342,44	R\$: 17.122,00
JOLCIMAR DALÓ	L.04	Q.09	240	R\$: 8.000,00
JOELSON PAIANO	L.03	Q.14	240	R\$: 8.000,00
KARINA CHIA-RANI FACCIN	L.06	Q.14	290	R\$: 12.081,40
LUCELI APARECIDA PATRICIO BOLZANI	L.06	Q.09	240	R\$: 8.000,00
LUIZ DO-RIZETE DE MORAES	L.01	Q. 16	260,67	R\$: 8.688,13
MARCIO MUGNOL	L.03	Q.16	240	R\$: 8.000,00
MINERVINO JARDIM	L.04	Q.14	240	R\$: 8.000,00
OLMIR FAGUNDES CORRÊA	L.05	Q.14	240	R\$: 8.000,00



Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,  
28 de dezembro de 2012.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 414, de 28 de Dezembro de 2012.**

PORTARIA Nº 414, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

RETIFICA PORTARIA 377, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto no § 2º do art. 9º da Lei n. 1.260, de 07 de agosto de 2007, e

Considerando que alguns nomes foram publicados com grafia incorreta,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica retificada a portaria nº 377, de 06 de novembro de 2012, cujos nomes contemplados e homologados são os seguintes:

NOMES CON- TEMPLADOS	Nº lote	nº Quadra	m²	Valor à vista
ADAO PEREIRA	LOTE 01	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
OELITO DOS SANTOS	LOTE 01	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
ELMA OLINDA SCHULZ	LOTE 06	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
HEMERSON VAILATTI SCHULZ	LOTE 06	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
EDSON ANDRES BOESING	LOTE 02	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
JULIANI MARLA JUNGES	LOTE 02	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
JORGE JARDIM	LOTE 07	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
ROSALINA DE AVILLA JARDIM	LOTE 07	QUADRA 08	290	R\$: 14.500,00
JULIAN RODRIGO CHITES	LOTE 01	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
LUIZ CARLOS SOTEL	LOTE 01	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
JOSE GILBERTO DE OLIVEIRA	LOTE 07	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
EDINEI DE OLIVEIRA	LOTE 07	QUADRA 10	290	R\$: 14.500,00
ADRIANA SALETE NEIS	LOTE 01	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40
AIDORI VIEIRA CARDOSO	LOTE 03	QUADRA 13	240	R\$: 10.000,00
ALTIVIR RODRIGUES DA SILVA	LOTE 03	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
ANDRE PADILHA DE OLIVEIRA	LOTE 03	QUADRA 10	240	R\$: 8.000,00
ANTONIO MARTINS	LOTE 07	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
AUREO LAUTERIO DOS SANTOS	LOTE 08	QUADRA 10	240	R\$: 10.000,00

BELARMINA BORBA DE MORAIS	LOTE 04	QUADRA 15	240	R\$: 8.000,00
CARLOS RENATO BERTHA MAZURECK	LOTE 03	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
CLAUDIR SCHMITZ	LOTE 05	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
DEIVIDI BACH	LOTE 10	QUADRA 13	240	R\$: 8.000,00
DORVALINO CORREA DE MELLO	LOTE 02	QUADRA 15	240	R\$: 8.000,00
EMERSON JOSE SCHNEIDER	LOTE 02	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40
ILMO KARLING	LOTE 04	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
INORI LOCH	LOTE 09	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
JACIRA RODRIGUES	LOTE 09	QUADRA 10	240	R\$: 10.000,00
JANETE RODRIGUES LOPES MONTEIRO	LOTE 06	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
JOÃO ADENIR ALVEZ RIBEIRO	LOTE 06	QUADRA 10	290	R\$: 12.081,40
JOÃO DOMINGOS DAS CHAGAS	LOTE 11	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
JOÃO MARIA DE PROENÇA	LOTE 05	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
JOÃO SOTEL	LOTE 10	QUADRA 10	240	R\$: 10.000,00
JOAQUIM ALEXANDRINO PEREIRA	LOTE 02	QUADRA 10	290	R\$: 12.081,40
JOSÉ MORAIS	LOTE 05	QUADRA 15	290	R\$: 12.081,40
LUCIANE MENDES MOURA	LOTE 09	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
LUIZ CARLOS MARCONDES	LOTE 04	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
MARLI OLIVIO	LOTE 08	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
MOISES SOARES	LOTE 05	QUADRA 13	240	R\$: 10.000,00
OSNI DE ANDRADE	LOTE 04	QUADRA 10	240	R\$: 8.000,00
RICARDO MEIRA MORAIS	LOTE 05	QUADRA 15	290	R\$: 12.081,40
RODRIGO BACKES	LOTE 04	QUADRA 13	240	R\$: 10.000,00
SELDO DE ANDRADE	LOTE 08	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
SIRLEI GUIOMAR SCHMIDT				
SOARES BACH	LOTE 07	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40
VALCIR ANTUNES DE LIMA	LOTE 09	QUADRA 13	240	R\$: 8.000,00
VALDECI RAMOS DA CUNHA	LOTE 08	QUADRA 13	240	R\$: 8.000,00
VALDIR RIBEIRO	LOTE 10	QUADRA 12	240	R\$: 8.000,00
VELCI MORAIS DA SILVA	LOTE 06	QUADRA 13	290	R\$: 12.081,40

VILMAR EDSON DOS SANTOS	LOTE 05	QUADRA 10	240	R\$: 8.000,00
WALDECIR MENDES DA SILVA	LOTE 10	QUADRA 08	240	R\$: 12.000,00
WALDIR KLA- GENBERG	LOTE 01	QUADRA 15	290	R\$: 12.081,40

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,  
28 de dezembro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº. 391 de 20 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº. 391 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, NELSON DOS SANTOS DA FUNÇÃO OPERADOR BRAÇAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, NELSON DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, da função de Operador Braçal, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento definido em lei.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de Dezembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 20 de Dezembro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Porto União**

**PREFEITURA**

### Portaria N.º 021/2013 - RH

PORTARIA Nº 021, de 07 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00148/00-0, datada de 23 de fevereiro de 2001, do servidor JORGE CRISTOVAO RIBEIRO DE LIMA, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 7.187 dias, ou seja, 19 (dezenove) anos, 08 (oito) e 12 (doze) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
16/10/1968 a 24/04/1969	Siderúrgica Guairá S A	00a06m 09d
26/06/1969 a 30/12/1969	Siderúrgica Guairá S A	00a 06m 05d
01/11/1970 a 19/08/1971	Dissenha S A Ind e Com	00a 09m 19d
01/02/1972 a 13/06/1972	Cia Ind e Com Bernardo Stamm	00 a 04m 13d
19/06/1972 a 25/06/1973	RFFSA Sistema Regional Sul	01a 00m 07d
01/08/1978 a 19/01/1995	Prefeitura Municipal de Porto Uniao	16a 05m 19d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de janeiro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### Portaria N.º 022/2013 - RH

PORTARIA Nº 022, de 07 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Leandro Oliveira da Silva de Paula, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2013.

Porto União - SC, em 07 de janeiro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### Portaria N.º 023/2013 - RH

PORTARIA Nº 023, de 07 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 02 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de abril de 2007 a abril de 2012, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor José Osmari Stachera, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2013.

Porto União - SC, em 07 de janeiro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

### Portaria Nº 001/2013

PORTARIA Nº 001, de 14 de janeiro de 2013.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 061, de 09 de agosto de 2012,

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a existência de responsabilidade da Conselheira Tutelar SIMONE SCHROH, com referência ao processo administrativo instaurado pela Portaria nº 061, de 09 de agosto de 2012.

Art. 2º DETERMINAR o arquivamento do processo, tendo em vista a Conselheira Tutelar ter promovido o conserto dos veículos envolvidos no acidente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de janeiro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Portaria Nº 003/2013 - Impress

PORTARIA Nº 003, de 15 de janeiro de 2013.

Dispõe sobre o expediente no IMPRESS - AMASPU e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União, usando da competência que lhe confere o art. 143, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de Junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de Julho de 2005,

#### RESOLVE:

Art. 1º O expediente no IMPRESS - AMASPU será das 08:00 (oito) às 14:00 (quatorze) horas, de 2ª (segunda-feira) à 6ª (sexta-feira).

Art. 2º Não haverá expediente nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2013.

Art. 3º Excepcionalmente no dia 13 de fevereiro de 2013, o

expediente será das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Porto União, SC, 15 de janeiro de 2013.

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Curador do IMPRESS

## Rio do Sul

### PREFEITURA

### Deceto 3092

DECRETO Nº 3092, de 03 de Janeiro de 2013.

"EXONERA HENRIQUE REAL AMORIM"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

#### DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, o servidor HENRIQUE REAL AMORIM, do cargo em comissão de Chefe Divisão Estação Resíduos Sólidos da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, sendo 11/01/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de Janeiro de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

### Deceto 3094

DECRETO Nº 3094, de 03 de janeiro de 2013.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 347/93

#### DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, criada pelo Decreto Nº 347/93, como titulares os servidores CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula 700.5-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, MARCON KLEINHEMPEL, matrícula 2455.4-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios e LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, matrícula 3306.5-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I. Como suplentes, BRUNA LIVRAMENTO, matrícula 3555.0-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, RÚBIA CRISTINA MOHR, matrícula 35191-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador e MARILU ROSANE GIOVANELLA, matrícula 4480-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art.2º- A Comissão será presidida pelo servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 28 de fevereiro de 2013.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
03 de janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### Decreto 3077

DECRETO Nº 3077, 03 de Janeiro de 2013.

"ALTERA A FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO DECRETO Nº 1.410 DE 20 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO À SRA. NIRCE MOJE".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19º e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a", art. 6º da EC nº 41/2003, c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contida na Decisão nº 5854/2012 e que diz respeito sobre a retificação na fundamentação legal, qual seja, artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o § 5º do art. 40 da Constituição Federal.

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério à Sra. NIRCE MOJE, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.221.740-9 e CPF nº 419.574.239-00, matrícula nº 1595401, domiciliado e residente na Estrada Boa Esperança, 5734, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 3 classe A, com proventos integrais e adicionais de 28%, a partir de 1º de outubro de 2010.

Art. 2º- A presente concessão foi homologada no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da Decisão nº 5854/2012, em Sessão do dia 28/11/2012.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
03 de Janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### Decreto 3082

DECRETO Nº 3.082, de 03 de janeiro de 2013.

"DECLARA INSERVÍVEIS BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis os bens móveis do patrimônio público municipal:

Monitor nº. 11204  
Monitor nº. 10618  
Monitor nº. 11107  
Monitor nº. 11422  
Monitor nº. 10690  
Monitor nº. 19197  
Monitor nº. 11280  
Monitor nº. 19195  
Monitor nº. 10589  
Monitor nº. 10624  
Monitor LG710E (sem patrim.)  
Patrimônio nº. 0394 (Câmara de Vereadores)  
CPU nº. 10535  
CPU nº. 10874  
Cadeira fixa nº. 4687  
Cadeira fixa nº. 4693  
Cadeira fixa nº. 4728  
Estabilizador nº 11242

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
03 de janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto 3084

DECRETO Nº 3084, de 03 de janeiro de 2013.

"CONSOLIDA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e em cumprimento ao que determina o artigo 212 do Código Tributário Nacional,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica consolidado o Código Tributário do Município, Lei Complementar nº 110/2003, de acordo com o previsto no artigo 212 do Código Tributário Nacional, incluídas todas as alterações ocorridas durante o ano fiscal de 2012, cujo texto integra este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
03 de janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN  
Secretário Municipal da Fazenda

### Decreto 3085

DECRETO Nº 3085, de 03 de janeiro de 2013.

"DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no



uso das atribuições legais, previstas no inciso VIII, c/c o parágrafo único do inciso XIV, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica atribuído ao Secretário Municipal de Administração, além das atividades normais do cargo, a atribuição de baixar e assinar exclusivamente, Portarias que digam respeito a direitos de servidores públicos municipais expressos no Estatuto da categoria, contratos relativos a contratação temporária, termos de compromisso relativos as contratações de estagiários e bolsistas do Programa Emergencial de Auxílio Desemprego - PEAD, bem como assinar os registros funcionais na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3088**

DECRETO Nº 3088, de 03 de Janeiro de 2013.  
"EXONERA GERSON ROPELATO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, o servidor GERSON ROPELATO, do cargo em comissão de Chefe Divisão Esporte e Rendimento da Fundação de Desportos, sendo 23/12/2012 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de Janeiro de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3089**

DECRETO Nº 3089, de 03 de Janeiro de 2013.  
"EXONERA DENISE PERES FARIAS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, o servidor DENISE PERES FARIAS, do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Projetos da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, sendo 10/01/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de Janeiro de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3090**

DECRETO Nº 3090, de 03 de Janeiro de 2013.  
"EXONERA NATACHA ZEFERINO COSTA DOS SANTOS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a servidora NATACHA ZEFERINO COSTA DOS SANTOS, do cargo em comissão de Chefe Divisão Informática da Fundação Cultural, sendo 02/01/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de Janeiro de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3091**

DECRETO Nº 3091, de 03 de Janeiro de 2013.  
"EXONERA ANDERSON LUIS GORAL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, o servidor ANDERSON LUIS GORAL, do cargo em comissão de Chefe Divisão Projetos e Pavimentação da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, sendo 11/01/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de Janeiro de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3091**

DECRETO Nº 3091, de 03 de Janeiro de 2013.  
"EXONERA ANDERSON LUIS GORAL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, o servidor ANDERSON LUIS GORAL, do cargo em comissão de Chefe Divisão Projetos e Pavimentação da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, sendo 11/01/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de Janeiro de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3093**

DECRETO Nº 3093, de 03 de janeiro de 2013.  
"DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 080/2007, que regulamenta licitação na modalidade Pregão no Município,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica designado como Pregoeiro o Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula 700.5-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, como titular e o Sr. JOSÉ DEOLA, matrícula 181.3-04, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Compras, como suplente.

Art. 2º- Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio, os funcionários; MARCON KLEINHEMPEL, matrícula 2455.4-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processo Licitatórios e LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, matrícula 3306.5-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º- O mandato do Pregoeiro bem como dos membros da Equipe de Apoio nomeados por este Decreto será até 28 de fevereiro de 2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2254/2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
03 de janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3095**

DECRETO Nº 3095, de 03 de janeiro de 2013  
"NOMEIA LUIZ CARLOS LEDRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Nomear, o servidor municipal LUIZ CARLOS LEDRA, para a partir de 02/01/2013, exercer o cargo em comissão - Diretor Departamento de Meio Ambiente, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de janeiro de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3096**

DECRETO Nº 3096, de 03 de Janeiro de 2013.  
"EXONERA TATIANE DOLZAN"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a servidora TATIANE DOLZAN, do cargo em comissão de Diretor Departamento Controle e Distribuição de Medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 14/01/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de Janeiro de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Decreto 3097**

DECRETO Nº 3.097, de 03 de janeiro de 2013.  
"DECLARA INSERVÍVEL BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado inservível o bem móvel do patrimônio público municipal:  
Automóvel GM/Kadett Ipanema Nº 184 - LZK - 7581

Art. 2º - Ficam nomeados os Senhores Lino André Fidelis da Silva, Jailson Roberto de Oliveira e Valdenir Borges Ribeiro, para em

comissão avaliarem o bem declarado inservível no artigo anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
03 de janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional N. 002/2012**

Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 002/2012

O Prefeito de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 002/2012 e demais disposições legais aplicáveis, divulgam o resultado final da Progressão Funcional do Magistério.

Classificação Final para Progressão Funcional do Magistério 2012

CANDIDATO	MÉDIA FINAL
LUCIANE ADELAIDE DA ROCHA SCHNEIDER	10
MARGARETE MARIA EISSMANN	10
MARIA ANGÉLICA MARQUES	10
RAQUEL ROSANI RAMOS KOPSCH	10
REGINA BAZZANI KRETZER	10
ROSILENE MIGUEL	9,97
HELMUT LINDNER FILHO	8,52

Rio do Sul, 07 de janeiro de 2013.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Salto Veloso**

**PREFEITURA**

### **Decreto Municipal Nº 001/2013**

DECRETO Nº 001/2013 DE 10 DE JANEIRO DE 2013.

Fixa feriados municipais.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 23, I, da Lei Orgânica Municipal vigente,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado feriado em todo o território do Município nas datas conforme seguem:

- Dia 16 de Fevereiro - Dia da Padroeira do Município.
- Dia 15 de Dezembro - Dia de Emancipação Político-Administrativo do Município.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 10 de janeiro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Municipal Nº 123-a/2012**

Decreto Municipal nº 123-A/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 9.000,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SECRET. DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL

Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0801 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade: 4007 MANUT. DO FUNDO M. ASSIST. SOCIAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: Superávit Financeiro

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de dezembro de 2012.  
Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0  
PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO

### **Portaria Nº Dp 0058/2013**

PORTARIA Nº DP 0058/2013

"Nomeia servidores para recebimento de adicional de sobreaviso e dá outras providências."

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei 1.218/2006, de 02/07/2006.

RESOLVE,

Artigo 1º. Nomear para recebimento de adicional de sobreaviso instituído pela Lei Municipal nº 1.218/2006 de 02 de julho de 2006 aos seguintes servidores efetivos: CLODOALDO VIGOLO E JOÃO RIBEIRO.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02/01/2013.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 14 de janeiro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Extrato Dispensa Nº 12/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2013

OBJETO: Locação de parte de imóvel (terreno) c/ área parcial de 87.171,40 m2 localizado na Rua Augusto Wunderwald, fundos, registrado no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis, desta Comarca, sob o nº R-1 - 04.364 no Livro 2, para exploração de pedreira, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2013 à 31/12/2013, conforme Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Geraldo Antonio Rujanowsky.  
Valor: R\$ 14.969,52

SÃO BENTO DO SUL, 03 de janeiro de 2012.  
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

NIVALDO BOGO  
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

### Extrato Dispensa Nº 14/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2013

OBJETO: Locação de parte de imóvel (terreno) com aproximadamente 592.500,00 m2, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº R-1-07.404 no Livro 2, localizado no Bairro de Rio Vermelho Povoado, para exploração de pedreira, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2013 à 31/12/2013, conforme Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Felipe Miguel Sanocki.  
Valor: R\$ 14.969,52

SÃO BENTO DO SUL, 07 de janeiro de 2013.  
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

NIVALDO BOGO  
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

### Justificativa Dispensa Nº 12/2013

#### JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Locação de parte de imóvel (terreno) com área parcial de 87.171,40 m2 localizado na Rua Augusto Wunderwald, fundos, registrado no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis, desta Comarca, sob o nº R-1 - 04.364 no Livro 2, para exploração de pedreira pelo período de 12 meses a contar de 01 de janeiro de 2013 à 31/12/2013.

II - Contratado: Geraldo Antonio Rujanowsky.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: a dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado é utilizado como pedreira pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para a retirada de saibro a ser utilizado nas vias Municipais, sendo de fácil acesso às máquinas do Município

naquele Bairro, e se adequa perfeitamente às necessidades da Secretaria para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pela utilização que atende as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Geraldo Antonio Rujanowsky foi quem ofereceu um dos melhores imóveis para exploração naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da Secretaria, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

NIVALDO BOGO  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos.

### Justificativa Dispensa Nº 14/2013

#### JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Locação de parte de imóvel (terreno) com aproximadamente 592.500,00 m2, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº R-1-07.404 no Livro 2, localizado no Bairro de Rio Vermelho Povoado, para exploração de pedreira pelo período de 12 meses a contar de 01 de janeiro de 2013 à 31/12/2013.

II - Contratado: Felipe Miguel Sanocki.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado é utilizado como pedreira pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para a retirada de saibro a ser utilizado nas vias Municipais, sendo de fácil acesso às máquinas do Município naquele Bairro, e se adequa perfeitamente às necessidades da Secretaria para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pela utilização que atende as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Felipe Miguel Sanocki foi quem ofereceu um dos melhores imóveis para exploração naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da Secretaria, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

NIVALDO BOGO  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos.

### Resumido Pregão Nº 17/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 28 de janeiro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:



DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

### Resumido Pregão Nº 24/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 10:30 horas do dia 28 de janeiro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DE DIVERSOS DIAMETROS E MEDIDAS, CF. ESPECIFICAÇÃO ANEXA, PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

### Resumido Pregão Nº 28/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2013

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 28 de janeiro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA O ANO DE 2013 - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1564/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALW6301	55726909D	5347/0	01/09/2012	R\$ 85,12	178
AMJ0757	54045651D	5541/2	17/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ARL5860	54045127D	5541/2	20/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ARM0387	54857386C	5185/1	01/09/2012	R\$ 127,69	167
AVG1380	55727752D	5347/0	06/10/2012	R\$ 85,12	178
BEC1512	55727857D	5185/1	14/10/2012	R\$ 127,69	167
BWR3695	54045132D	5541/2	24/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
CNA2679	54857385C	7366/2	25/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
HLE8350	54045169D	5541/2	18/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ICH9234	55726509D	7366/2	30/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
ILZ6786	55725659D	5207/0	19/09/2012	R\$ 53,20	169
MBG4601	54045229D	5541/2	02/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL0623	54076187D	7030/2	16/09/2012	R\$ 191,53	244 * I
MEA3404	55726563D	7366/2	15/09/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MFH5094	54043814D	5541/2	11/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF7557	54045163D	5380/0	26/09/2012	R\$ 85,12	181 * I
MHR6619	54045196D	5746/1	17/10/2012	R\$ 85,12	187 * I
MHU6948	54043742D	5541/2	17/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP6484	54045564D	5541/2	01/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ0654	55725678D	5185/1	18/10/2012	R\$ 127,69	167
MJM3101	54045665D	5460/0	16/10/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJW5673	55727757D	5878/0	12/10/2012	R\$ 85,12	199

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1568/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEN9716	54073629D	5541/1	07/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MER6750	54045566D	5835/0	22/08/2012	R\$ 127,69	195
MFC1531	54045577D	5541/2	24/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFW9456	54045133D	5541/2	24/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO3465	54043883D	5541/2	21/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO7865	54043946D	5185/2	23/08/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1571/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK0463	55440683C	5738/0	11/11/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHE9502	54045237D	6050/2	18/10/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1574/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGT9805	55725888D	6920/0	19/10/2012	R\$ 127,69	233
AHH2058	55725872D	6920/0	16/10/2012	R\$ 127,69	233
AIG9700	55725861D	6920/0	10/10/2012	R\$ 127,69	233
ALM2208	55726026D	6637/1	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * IX
ALM2208	55726027D	6726/1	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
ALM2208	55726028D	6700/1	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
AME6280	55727850D	6920/0	04/10/2012	R\$ 127,69	233
AVG1380	55726387D	5169/1	11/10/2012	R\$ 957,69	165
BFH9093	55727851D	6599/2	06/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
CBK5557	55728205D	6599/2	24/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
CBK5557	55728205D	6920/0	24/10/2012	R\$ 127,69	233
CES2195	55725611D	6920/0	31/08/2012	R\$ 127,69	233
GZP2517	55727272D	6599/2	04/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
GZP2517	55727273D	6637/2	04/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
GZP2517	55727274D	6637/1	04/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
GZP2517	55727276D	6726/1	04/11/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
GZP2517	55727277D	6548/2	04/11/2012	R\$ 85,12	229
JZW1354	54854084C	6599/2	22/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXA4086	55725847D	6599/2	15/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXG4570	55726059D	6610/2	11/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LYJ8780	54857399C	5169/1	20/10/2012	R\$ 957,69	165
LYL7272	55728012D	6912/0	19/10/2012	R\$ 53,20	232
LYO5215	54857398C	6599/2	21/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYP2768	55725560D	5169/1	19/10/2012	R\$ 957,69	165
LYQ2371	55725605D	6920/0	30/08/2012	R\$ 127,69	233
LZL2978	55725516D	6599/2	07/09/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAF4317	55725670D	6599/2	11/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAF4317	55725671D	6726/1	11/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBD9210	55727874D	6912/0	22/10/2012	R\$ 53,20	232
MBD9210	55727875D	5010/0	22/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBD9210	55727876D	6610/2	22/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBD9210	55727877D	6670/0	22/10/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MBD9210	55727878D	6769/1	22/10/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MBD9210	55727879D	6769/2	22/10/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MBN3167	55725856D	6920/0	08/10/2012	R\$ 127,69	233
MBV1814	54076193D	6599/2	13/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBX4720	55725909D	5045/0	19/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
MBX4720	55725910D	5142/0	19/08/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MDT2549	54853192C	6599/2	13/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEF7947	54857889C	6599/2	23/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEQ1530	55728024D	6700/1	22/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MFY0150	55726394D	5169/1	18/10/2012	R\$ 957,69	165
MGJ5235	55727075D	6548/2	04/11/2012	R\$ 85,12	229
MGJ5235	55728253D	6912/0	11/11/2012	R\$ 53,20	232
MGS8976	54075505D	6912/0	16/09/2012	R\$ 53,20	232
MHI5865	55728025D	6726/1	22/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHR8536	54854095C	6599/2	15/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHR8536	54854096C	6700/1	15/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MHR8536	54854097C	6769/1	15/10/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
MHZ1405	55727252D	5045/0	03/11/2012	R\$ 191,53	162 * V
MIN0016	55725608D	6920/0	30/08/2012	R\$ 127,69	233
MIS6641	55727054D	5045/0	22/10/2012	R\$ 191,53	162 * V
MIX9257	55726924D	5010/0	06/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MMH0067	55725762D	6599/2	19/10/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER  
DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1575/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEG9722	55725754D	5452/3	14/10/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
ANZ6930	54045580D	5541/2	29/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HGV2190	54043732D	5380/0	05/09/2012	R\$ 85,12	181 * I
LXR3648	55727206D	5185/1	04/11/2012	R\$ 127,69	167
LZC1223	54045193D	5541/2	28/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU0934	54045728D	5541/1	01/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG2943	55725726D	7366/2	17/09/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MBS2677	54045185D	5746/1	15/10/2012	R\$ 85,12	187 * I
MCG2794	54045220D	5568/0	15/10/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDK1099	55725686D	5541/1	30/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS8948	54043889D	5541/2	25/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP6259	55726932D	6181/0	14/10/2012	R\$ 127,69	215 * II
MFP6259	55726934D	7048/1	14/10/2012	R\$ 191,53	244 * II
MFP6259	55726935D	5843/3	14/10/2012	R\$ 127,69	196
MFP6259	55726937D	5819/1	14/10/2012	R\$ 574,61	193
MHK2186	54043872D	5541/2	30/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY5661	54076194D	7030/2	21/10/2012	R\$ 191,53	244 * I
MJG9083	54045235D	5746/1	17/10/2012	R\$ 85,12	187 * I
MKS5319	54045122D	7366/2	22/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1562/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGE6045	54075281D	5460/0	30/11/2012	181 * IX
AJT9502	54045440D	5541/2	19/11/2012	181 * XVII
AKX9451	54045361D	5541/4	17/11/2012	181 * XVII
AMG0394	55728048D	5185/1	31/10/2012	167
AMV6821	54045458D	5541/4	12/11/2012	181 * XVII
ARD2102	55727295D	5185/1	11/11/2012	167
ARQ7877	54045624D	5541/2	15/10/2012	181 * XVII
ARS4078	54043895D	5541/2	15/10/2012	181 * XVII
AWD1306	54043749D	5541/2	16/10/2012	181 * XVII
BFC8516	54073649D	7366/2	28/11/2012	252 * VI
BFC8516	54073650D	5185/1	28/11/2012	167
CGE3644	54045785D	5541/2	08/11/2012	181 * XVII
CMY1879	54045436D	5746/1	07/12/2012	187 * I
DSJ8921	54045736D	5541/2	22/10/2012	181 * XVII
EDI2340	54045272D	5746/1	30/10/2012	187 * I
LXE1078	54045280D	5541/2	15/10/2012	181 * XVII
LYC3497	54045276D	6050/2	30/10/2012	208
LYC3497	54045277D	5746/1	30/10/2012	187 * I
LYM1601	55726541D	5185/1	30/11/2012	167
LZU0265	54045792D	5541/2	16/11/2012	181 * XVII
LZY9759	54045783D	5541/2	09/11/2012	181 * XVII
MAE8880	55727615D	5835/0	02/12/2012	195
MAO9515	54045585D	5185/1	29/10/2012	167
MAZ9041	54074274D	5185/1	07/12/2012	167
MCQ1227	55726537D	5541/1	30/11/2012	181 * XVII
MDZ8682	55726539D	5185/1	30/11/2012	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL8743	54045725D	7366/2	01/11/2012	252 * VI
MFH8629	55728210D	5185/1	02/11/2012	167
MFI2465	54045423D	5541/2	08/11/2012	181 * XVII
MFQ3643	54043897D	5541/6	18/10/2012	181 * XVII
MGU4787	54045264D	5746/1	29/10/2012	187 * I
MHB9408	54045267D	5746/1	29/10/2012	187 * I
MHH2434	54043821D	5541/1	05/11/2012	181 * XVII
MHH5776	54045812D	5541/2	19/11/2012	181 * XVII
MHO1848	55727204D	7030/1	02/11/2012	244 * I
MHU9166	55727779D	7366/2	03/12/2012	252 * VI
MHW7962	55728379D	6084/1	01/12/2012	211
MIS6641	54043770D	5541/2	19/11/2012	181 * XVII
MIS6641	54045463D	5541/2	22/11/2012	181 * XVII
MIT9576	54045793D	5541/2	16/11/2012	181 * XVII
MJM0074	54043769D	5541/2	13/11/2012	181 * XVII
MJP9917	54045278D	5819/6	30/10/2012	193
MJR2872	55440674C	7366/2	30/10/2012	252 * VI
MKC4191	55726570D	5525/0	02/11/2012	181 * XV
MKL6766	55727077D	5185/1	04/11/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1566/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDP9879	55726527D	5541/1	14/11/2012	181 * XVII
MDR4709	54045810D	7030/2	03/12/2012	244 * I
MEW5495	54045354D	5541/4	01/11/2012	181 * XVII
MFS6939	55727788D	7366/2	07/12/2012	252 * VI
MGG0960	54045429D	5185/1	29/11/2012	167
MHY9072	54045799D	5541/2	21/11/2012	181 * XVII
MID5015	54045672D	5541/2	25/10/2012	181 * XVII
MKG0519	55727782D	5185/1	07/12/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1570/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEH4312	54045681D	5541/2	23/11/2012	181 * XVII
LXY7155	55726340D	5452/1	09/12/2012	181 * VIII
MDS7863	54045817D	5541/2	10/12/2012	181 * XVII
MDY0707	54075286D	5380/0	08/12/2012	181 * I
MEY0505	54075533D	5185/1	08/12/2012	167
MFL5877	54045448D	5541/2	23/11/2012	181 * XVII
MFY9538	54075532D	7366/2	08/12/2012	252 * VI
MHR0937	55726334D	5541/1	09/12/2012	181 * XVII
MJA8236	54045823D	5541/2	26/11/2012	181 * XVII
MKC1792	55727706D	5746/1	01/12/2012	187 * I
NEW4753	54045437D	5746/1	07/12/2012	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1572/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE3026	55727686D	6920/0	29/11/2012	233
AEE7008	54074275D	6599/2	15/12/2012	230 * V
AFY0508	55725566D	5045/0	18/12/2012	162 * V
AGV1413	55723098D	6920/0	21/12/2012	233
AHI8673	54854548C	6920/0	21/12/2012	233
AKH2520	55722952D	6599/2	21/12/2012	230 * V
AOQ1558	55728093D	6599/2	21/11/2012	230 * V
BJI2878	55725853D	6920/0	05/10/2012	233
CAW2887	55723257D	6548/2	22/12/2012	229
IBK9066	55727550D	6920/0	14/12/2012	233
IEQ3715	55727407D	6548/2	28/11/2012	229
IJM6663	55723121D	6548/2	20/12/2012	229
KMS2586	55727657D	6920/0	22/11/2012	233
LXU1373	55727704D	6548/2	01/12/2012	229
LYP1967	54077519D	6548/2	01/12/2012	229
LYP1967	54077520D	6610/2	01/12/2012	230 * VII
LYZ5639	55727678D	6920/0	28/11/2012	233
LZS8422	55725529D	6726/1	03/12/2012	230 * XVIII
LZY3968	55727614D	6548/2	28/11/2012	229
MAD5185	55727659D	6920/0	22/11/2012	233
MAU0634	55722971D	6548/2	25/12/2012	229
MBH5418	55725859D	6920/0	09/10/2012	233
MBX7141	54854535C	6920/0	18/12/2012	233
MBY6708	55727658D	6920/0	22/11/2012	233
MCK7537	55723115D	6726/1	17/12/2012	230 * XVIII
MCM9890	55723060D	6599/2	17/12/2012	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCM9890	55723061D	5045/0	17/12/2012	162 * V
MCM9890	55723062D	5142/0	17/12/2012	164 c/c 162 * V
MCM9890	55723063D	6912/0	17/12/2012	232
MCT3785	55727669D	6920/0	26/11/2012	233
MDE4520	55723002D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MDL4407	55723144D	6920/0	21/12/2012	233
MEF3390	55723149D	6599/2	21/12/2012	230 * V
MEK7628	55728290D	6912/0	24/11/2012	232
MEK8931	55727682D	6920/0	29/11/2012	233
MET4721	55727683D	6920/0	29/11/2012	233
MFG1015	54854549C	6920/0	21/12/2012	233
MFJ3518	55728279D	6599/2	21/11/2012	230 * V
MFM5531	55727546D	6920/0	14/12/2012	233
MFS6939	55727424D	5045/0	21/12/2012	162 * V
MFS6939	55727425D	6912/0	21/12/2012	232
MHO3845	55723138D	6920/0	21/12/2012	233
MHW7390	55723148D	5045/0	21/12/2012	162 * V
MII8760	55727633D	6599/2	17/12/2012	230 * V
MIK4044	55727547D	6920/0	14/12/2012	233
MIQ9647	54073647D	6599/2	24/11/2012	230 * V
MIV4517	55727426D	6548/2	22/12/2012	229
MJM2377	55723083D	6653/2	18/12/2012	230 * XI
MLB3900	55722951D	5045/0	21/12/2012	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1573/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGO5814	54045475D	5541/2	05/12/2012	181 * XVII
AHY1009	54045305D	5541/2	09/11/2012	181 * XVII
AJE1313	54043830D	5541/2	01/12/2012	181 * XVII
AKQ3146	54045431D	5746/1	04/12/2012	187 * I
AMR2261	54045784D	5541/2	09/11/2012	181 * XVII
BCR2801	55728232D	5185/1	21/12/2012	167
CEJ1044	54045775D	5541/2	05/11/2012	181 * XVII
CFS9317	54045427D	5541/2	13/11/2012	181 * XVII
DZE7068	55727119D	5541/1	21/12/2012	181 * XVII
EDI2340	54043772D	7366/2	18/12/2012	252 * VI
JOZ7115	54045859D	5541/2	04/12/2012	181 * XVII
LYF9272	54045379D	5541/2	07/12/2012	181 * XVII
LYZ3867	55727112D	5541/1	20/12/2012	181 * XVII
LZU0265	54043831D	5541/2	01/12/2012	181 * XVII
LZV3269	54045819D	5185/1	11/12/2012	167
LZV3269	54045820D	7366/2	11/12/2012	252 * VI
MBU8839	55722962D	5541/1	24/12/2012	181 * XVII
MCK7537	55723116D	7048/2	17/12/2012	244 * II
MCN0636	54075525D	5185/1	22/11/2012	167
MDT2636	54045314D	5541/2	07/12/2012	181 * XVII
MEG6347	55728100D	7366/2	23/11/2012	252 * VI
MEI2165	54045852D	5541/2	14/12/2012	181 * XVII
MEL1752	54045640D	5541/2	03/12/2012	181 * XVII
MEP5685	55727116D	7366/2	20/12/2012	252 * VI
MEX9913	54045958D	5746/1	19/12/2012	187 * I
MFH5094	54045476D	5541/2	05/12/2012	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGA9658	54045363D	5541/2	19/11/2012	181 * XVII
MGG1322	54075521D	7366/2	22/11/2012	252 * VI
MGT3999	54045426D	5541/2	12/11/2012	181 * XVII
MHM3300	54045373D	5541/2	04/12/2012	181 * XVII
MHR7029	54045461D	5541/6	19/11/2012	181 * XVII
MHR9603	54045378D	5541/1	26/12/2012	181 * XVII
MHW0981	54045313D	5819/1	18/12/2012	193
MIF7991	54045803D	5541/2	01/11/2012	181 * XVII
MIK0891	55727702D	7366/2	23/11/2012	252 * VI
MIO0475	54045679D	5541/2	07/11/2012	181 * XVII
MIO5217	54045381D	5541/2	10/12/2012	181 * XVII
MIZ0654	55727701D	7366/2	23/11/2012	252 * VI
MJT6498	54045420D	5746/1	26/11/2012	187 * I
MKQ4956	55727406D	5185/1	28/11/2012	167
MMD0602	55725700D	5452/1	22/11/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE JANEIRO DE 2013

PATRICIA ZIEDEMANN ZIPPERER

AUTORIDADE DE TRANSITO

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Aviso de Licitações - Processo 004/2012 Pregão 04/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/01/2013, às 8:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE EXPEDIENTE, PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### Retificação do Extrato do Contrato Nº 348/2012, de 09/10/2012.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2012, DE 09/10/2012.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 462/2012, de 27/12/2012, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 31/12/2012 - 1148 - pág. 548, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 462/2012, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 321/2012.

Origem: Processo nº 138/2012, Modalidade Tomada de Preços nº 05/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: dilação do prazo de execução e vigência do Contrato nº 321/2012, de 13/09/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário a fim de possibilitar a realização da vistoria e medição final da obra, bem como a elaboração do projeto "as built", por parte da fiscalização do Município.

Data de Assinatura: 27/12/2012.

Vigência: de 27/12/2012 a 28/01/2013.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**

**Relatório de Gestão Fiscal - 2º Semestre**

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.745.875,60	0,00
Pessoal Ativo	16.058.301,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	332.574,06	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	355.000,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>16.745.875,60</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>16.745.875,60</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>45.769.241,61</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>36,59</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%</b>	<b>27.461.544,97</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%</b>	<b>26.088.467,72</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.107.901,82	0,00
Pessoal Ativo	15.420.327,76	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	332.574,06	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	355.000,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>16.107.901,82</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>16.107.901,82</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>45.769.241,61</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>35,19</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>24.715.390,47</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>23.479.620,95</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.168.569,16</b>	<b>1.552.277,28</b>	<b>827.419,34</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.168.569,16	1.552.277,28	827.419,34
Interna	2.168.569,16	1.552.277,28	827.419,34
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>7.014.826,85</b>	<b>8.392.061,53</b>	<b>1.292.130,38</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.461.241,85	10.430.090,22	2.466.493,30
Demais Haveres Financeiros	-347,91	298,40	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	446.067,09	2.038.327,09	1.174.362,92
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-4.846.257,69</b>	<b>-6.839.784,25</b>	<b>-464.711,04</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>36.368.972,27</b>	<b>39.622.608,61</b>	<b>45.769.241,61</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>5,96%</b>	<b>3,92%</b>	<b>1,81%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-13,33%</b>	<b>-17,26%</b>	<b>-1,02%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>43.642.766,72</b>	<b>47.547.130,33</b>	<b>54.923.089,93</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.168.569,16	1.552.277,28	827.419,34
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	287.307,14	287.307,14	287.307,14
De Tributos	287.307,14	287.307,14	287.307,14
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.881.262,02	1.264.970,14	540.112,20

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	8.852,41	5.611,08	30.330,11
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	578.068,07	11.880.983,37	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

\_\_\_\_\_  
LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>36.368.972,27</b>	<b>39.622.608,61</b>	<b>45.769.241,61</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>8.001.173,90</b>	<b>8.716.973,89</b>	<b>10.069.233,15</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>50.466,97</b>	<b>162.634,82</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	50.466,97	162.634,82
Interna	50.466,97	162.634,82
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	50.466,97	162.634,82
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>45.769.241,61</b>	<b>—</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>162.634,82</b>	<b>0,36</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>7.323.078,66</b>	<b>16,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.203.846,91</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>162.634,82</b>	<b>0,36</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2012/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens	1.513,53	0,00	1.513,53
Atenção Básica	357.411,17	0,00	357.411,17
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	25,89	0,00	25,89
Conv. Instituições Privadas - CRECHE EMPRESAS	1.257,56	0,00	1.257,56
Incent. Aquis. de Equip. e Material Perman. p/ CAPS	10.198,76	0,00	10.198,76
MAC - Ambulatorial e Hospitalar	162.862,02	0,00	162.862,02
Outras Tran. Conv. Estados FMAS ALTA COMPLEXIDADE	16.750,62	0,00	16.750,62
Outras transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FN	36.532,63	0,00	36.532,63
Outros Recursos SUS - CEO - Centro Especialidades Odontológicas	98.576,54	0,00	98.576,54
Salário educação	55.031,69	0,00	55.031,69
Serviço de atendim. móvel de urgência - SAMU	89.611,67	0,00	89.611,67
TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO	97.539,61	563.954,16	(466.414,55)
TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS	769.754,05	0,00	769.754,05
TRANSFERENCIAS DO FUNDEB - 60%	22.987,24	0,00	22.987,24
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.720.052,98</b>	<b>563.954,16</b>	<b>1.156.098,82</b>
Assistência farmacêutica básica	122.239,59	0,00	122.239,59
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	154,67	0,00	154,67
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	162,62	610.408,76	(610.246,14)
Programa nacional de alimentação escolar - PNAE	154.071,38	0,00	154.071,38
Programa nacional de apoio ao transporte escolar - PNATE	12.221,80	0,00	12.221,80
Rec. de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	75,26	0,00	75,26
Recursos Ordinários	379.796,70	30.330,11	349.466,59
Transf. CT 332.685-96/2010 - PAT. MECANIZADA	360,00	0,00	360,00
Transf. Recursos Transporte Escolar Estado	288,99	0,00	288,99
Vigilância em saúde	77.069,31	0,00	77.069,31
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>746.440,32</b>	<b>640.738,87</b>	<b>105.701,45</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>2.466.493,30</b>	<b>1.204.693,03</b>	<b>1.261.800,27</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
 PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
 ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO	0,00	563.954,16	0,00	0,00	(466.414,55)	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	<b>0,00</b>	<b>563.954,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(466.414,55)</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	610.408,76	0,00	0,00	(610.246,14)	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	<b>0,00</b>	<b>610.408,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(610.246,14)</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.174.362,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(1.076.660,69)</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2012

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.745.875,60	36,59
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	27.461.544,97	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	26.088.467,72	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-464.711,04	-1,02
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	54.923.089,93	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.069.233,15	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	162.634,82	0,36
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.323.078,66	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.203.846,91	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	(1.076.660,69)

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 6º Bimestre**

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>7.840.186,69</b>	<b>14,39</b>	<b>52.931.019,61</b>	<b>97,15</b>	<b>1.553.228,95</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.367.890,56</b>	<b>38.367.890,56</b>	<b>7.729.235,64</b>	<b>20,15</b>	<b>45.769.245,61</b>	<b>119,29</b>	<b>-7.401.355,05</b>
RECEITA TRIBUTARIA	5.435.211,25	5.435.211,25	698.777,17	12,86	5.649.063,80	103,93	-213.852,55
IMPOSTOS	4.210.000,00	4.210.000,00	578.801,72	13,75	4.600.274,43	109,27	-390.274,43
TAXAS	1.005.211,25	1.005.211,25	99.954,98	9,94	912.409,14	90,77	92.802,11
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	220.000,00	220.000,00	20.020,47	9,10	136.380,23	61,99	83.619,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	900.000,00	136.845,39	15,21	866.054,58	96,23	33.945,42
Contrib p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	900.000,00	900.000,00	136.845,39	15,21	866.054,58	96,23	33.945,42
RECEITA PATRIMONIAL	277.930,51	277.930,51	31.836,63	11,45	376.493,93	135,46	-98.563,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	277.930,51	277.930,51	31.836,63	11,45	376.493,93	135,46	-98.563,42
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	1.564,40	0,00	11.489,63	0,00	-11.489,63
Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	1.564,40	0,00	11.489,63	0,00	-11.489,63
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	82.815,27	0,00	339.714,46	0,00	-339.714,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.154.329,40	31.154.329,40	6.618.978,07	21,25	37.831.144,45	121,43	-6.676.815,05
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.547.887,40	30.547.887,40	6.146.186,55	20,12	31.402.934,38	102,80	-855.046,98
Transf. de Conv.	606.442,00	606.442,00	472.791,52	77,96	6.428.210,07	059,99	-5.821.768,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	600.419,40	600.419,40	158.418,71	26,38	695.284,76	115,80	-94.865,36
Multas e Juros de Mora	184.776,90	184.776,90	54.773,33	29,64	314.277,35	170,08	-129.500,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.403,75	38.403,75	7.678,97	20,00	10.347,30	26,94	28.056,45
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	272.238,75	272.238,75	51.463,17	18,90	241.071,73	88,55	31.167,02
RECEITAS DIVERSAS	105.000,00	105.000,00	44.503,24	42,38	129.588,38	123,42	-24.588,38
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>16.116.358,00</b>	<b>16.116.358,00</b>	<b>110.951,05</b>	<b>0,69</b>	<b>7.161.774,00</b>	<b>44,44</b>	<b>8.954.584,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	162.634,82	4,07	3.837.365,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	162.634,82	4,07	3.837.365,18
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	112.653,00	0,00	338.253,00	0,00	-338.253,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	48.400,00	0,00	-48.400,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	112.653,00	0,00	289.853,00	0,00	-289.853,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.116.358,00	12.116.358,00	-1.701,95	0,00	6.660.886,18	54,97	5.455.471,82
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	12.116.358,00	12.116.358,00	-1.701,95	0,00	6.660.886,18	54,97	5.455.471,82

Continua 1/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>7.840.186,69</b>	<b>14,39</b>	<b>52.931.019,61</b>	<b>97,15</b>	<b>1.553.228,95</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>7.840.186,69</b>	<b>14,39</b>	<b>52.931.019,61</b>	<b>97,15</b>	<b>1.553.228,95</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	5.385.154,99	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>7.840.186,69</b>	<b>14,39</b>	<b>58.316.174,60</b>	<b>97,15</b>	<b>1.553.228,95</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	6.506.684,37	—	—	6.301.033,69	—	—
Superávit Financeiro	—	6.506.684,37	—	—	6.301.033,69	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	%(g + h) / f)	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.484.248,56	16.236.073,39	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	82,46	12.404.147,35
DESPESAS CORRENTES	34.595.476,92	7.779.774,30	42.375.251,22	6.702.798,98	40.386.120,09	8.509.826,58	40.386.120,09	0,00	95,31	1.989.131,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.252.671,50	-1.452.772,55	16.799.898,95	3.790.188,53	16.425.301,43	3.795.561,99	16.425.301,43	0,00	97,77	374.597,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	65.300,35	215.300,35	18.275,02	193.188,97	18.275,02	193.188,97	0,00	89,73	22.111,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.192.805,42	9.167.246,50	25.360.051,92	2.894.335,43	23.767.629,69	4.695.989,57	23.767.629,69	0,00	93,72	1.592.422,23
DESPESAS DE CAPITAL	19.883.771,64	8.456.299,09	28.340.070,73	-1.860.348,18	17.930.054,51	3.356.170,36	17.930.054,51	0,00	63,27	10.410.016,22
INVESTIMENTOS	19.033.771,64	5.064.499,31	24.098.270,95	-2.129.746,15	13.703.838,49	3.086.772,39	13.703.838,49	0,00	56,87	10.394.432,46
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00	100,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	850.000,00	691.799,78	1.541.799,78	269.397,97	1.526.216,02	269.397,97	1.526.216,02	0,00	98,99	15.583,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	54.484.248,56	16.236.073,39	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	82,46	12.404.147,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
						LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	54.484.248,56	16.236.073,39	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	82,46	12.404.147,35
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—		—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	54.484.248,56	16.236.073,39	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60		82,46	12.404.147,35

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - ( b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.484.248,56	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	100,00	82,46	12.404.147,35
Legislativa	1.221.300,00	921.300,00	192.594,54	889.041,27	222.700,11	889.041,27	0,00	1,52	96,50	32.258,73
Ação Legislativa	1.221.300,00	921.300,00	192.594,54	889.041,27	222.700,11	889.041,27	0,00	1,52	96,50	32.258,73
Judiciária	690.000,00	890.000,00	311.707,29	830.423,24	317.114,83	830.423,24	0,00	1,42	93,31	59.576,76
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	260.000,00	260.000,00	55.042,29	200.423,24	55.042,29	200.423,24	0,00	0,34	77,09	59.576,76
Defesa Civil	430.000,00	630.000,00	256.665,00	630.000,00	262.072,54	630.000,00	0,00	1,08	100,00	0,00
Administração	4.467.050,00	4.467.873,00	735.778,72	4.396.076,14	963.903,51	4.396.076,14	0,00	7,54	98,39	71.796,86
Administração Geral	3.343.550,00	3.408.192,00	665.260,13	3.344.087,70	850.846,73	3.344.087,70	0,00	5,73	98,12	64.104,30
Administração Financeira	450.000,00	344.681,00	31.968,30	341.628,49	48.412,49	341.628,49	0,00	0,59	99,11	3.052,51
Controle Interno	260.000,00	260.000,00	28.378,29	257.867,99	28.378,29	257.867,99	0,00	0,44	99,18	2.132,01
Difusão Cultural	205.000,00	245.000,00	1.200,00	243.439,96	1.200,00	243.439,96	0,00	0,42	99,36	1.560,04
Outras Transferências	208.500,00	210.000,00	8.972,00	209.052,00	35.066,00	209.052,00	0,00	0,36	99,55	948,00
Defesa Nacional	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	280.000,00	371.308,99	114.106,57	356.771,55	129.225,96	356.771,55	0,00	0,61	96,08	14.537,44
Defesa da Ordem Jurídica	280.000,00	371.308,99	114.106,57	356.771,55	129.225,96	356.771,55	0,00	0,61	96,08	14.537,44
Assistência Social	1.859.780,00	1.759.989,65	172.871,49	1.408.000,08	215.183,58	1.408.000,08	0,00	2,41	80,00	351.989,57
Assistência à Criança e ao Adolescente	155.000,00	137.850,00	22.805,07	122.031,61	22.805,07	122.031,61	0,00	0,21	88,52	15.818,39

Continua 1/4



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - ( b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.484.248,56	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	100,00	82,46	12.404.147,35
Assistência Social	1.859.780,00	1.759.989,65	172.871,49	1.408.000,08	215.183,58	1.408.000,08	0,00	2,41	80,00	351.989,57
Assistência Comunitária	1.704.780,00	1.622.139,65	150.066,42	1.285.968,47	192.378,51	1.285.968,47	0,00	2,21	79,28	336.171,18
Saúde	9.570.069,72	10.175.787,21	1.463.276,63	9.440.630,77	1.958.762,28	9.440.630,77	0,00	16,19	92,78	735.156,44
Atenção Básica	8.100.500,00	7.776.245,97	1.105.353,92	7.344.026,87	1.510.665,13	7.344.026,87	0,00	12,59	94,44	432.219,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.245.569,72	2.150.541,24	340.993,14	1.961.815,37	415.389,65	1.961.815,37	0,00	3,36	91,22	188.725,87
Vigilância Epidemiológica	224.000,00	249.000,00	16.929,57	134.788,53	32.707,50	134.788,53	0,00	0,23	54,13	114.211,47
Educação	10.095.565,64	19.446.787,22	1.620.864,77	18.084.806,74	2.726.118,97	18.084.806,74	0,00	31,01	93,00	1.361.980,48
Ensino Fundamental	7.067.001,71	15.364.719,11	1.520.110,44	14.559.454,95	1.980.274,54	14.559.454,95	0,00	24,97	94,76	805.264,16
Ensino Médio	391.601,00	446.075,92	20.025,30	314.255,38	20.025,30	314.255,38	0,00	0,54	70,45	131.820,54
Ensino Superior	287.500,00	239.427,12	0,00	239.427,12	0,00	239.427,12	0,00	0,41	100,00	0,00
Educação Infantil	2.349.462,93	3.396.565,07	80.729,03	2.971.669,29	725.819,13	2.971.669,29	0,00	5,10	87,49	424.895,78
Cultura	619.787,50	661.787,50	165.390,04	616.021,34	187.146,91	616.021,34	0,00	1,06	93,08	45.766,16
Difusão Cultural	619.787,50	661.787,50	165.390,04	616.021,34	187.146,91	616.021,34	0,00	1,06	93,08	45.766,16
Urbanismo	15.702.714,03	24.352.811,26	-615.009,96	15.417.354,31	4.028.369,32	15.417.354,31	0,00	26,44	63,31	8.935.456,95
Infra-Estrutura Urbana	15.692.713,03	24.226.810,26	-615.009,96	15.292.330,57	4.028.369,32	15.292.330,57	0,00	26,22	63,12	8.934.479,69
Serviços Urbanos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Turismo	10.000,00	126.000,00	0,00	125.023,74	0,00	125.023,74	0,00	0,21	99,23	976,26

Continua 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.484.248,56	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	100,00	82,46	12.404.147,35
Habituação	53.600,00	41.350,00	9.255,90	41.350,00	9.255,90	41.350,00	0,00	0,07	100,00	0,00
Habituação Urbana	53.600,00	41.350,00	9.255,90	41.350,00	9.255,90	41.350,00	0,00	0,07	100,00	0,00
Saneamento	4.698.573,36	1.265.784,54	169.172,35	1.231.603,00	284.833,23	1.231.603,00	0,00	2,11	97,30	34.181,54
Saneamento Básico Urbano	4.698.573,36	1.265.784,54	169.172,35	1.231.603,00	284.833,23	1.231.603,00	0,00	2,11	97,30	34.181,54
Agricultura	3.371.308,31	3.228.298,70	70.111,01	2.632.593,29	372.622,73	2.632.593,29	0,00	4,51	81,55	595.705,41
Promoção da Produção Animal	275.000,00	216.638,03	-21.562,95	195.074,83	30.585,92	195.074,83	0,00	0,33	90,05	21.563,20
Defesa Sanitária Vegetal	100.000,00	39.663,00	0,00	39.662,27	0,00	39.662,27	0,00	0,07	100,00	0,73
Extensão Rural	2.996.308,31	2.971.997,67	91.673,96	2.397.856,19	342.036,81	2.397.856,19	0,00	4,11	80,68	574.141,48
Indústria	30.000,00	300.143,75	0,00	298.736,41	0,00	298.736,41	0,00	0,51	99,53	1.407,34
Promoção Industrial	30.000,00	300.143,75	0,00	298.736,41	0,00	298.736,41	0,00	0,51	99,53	1.407,34
Desporto e Lazer	465.000,00	625.000,00	54.166,44	512.869,45	72.594,60	512.869,45	0,00	0,88	82,06	112.130,55
Desporto Comunitário	465.000,00	625.000,00	54.166,44	512.869,45	72.594,60	512.869,45	0,00	0,88	82,06	112.130,55
Encargos Especiais	1.350.000,00	2.207.100,13	378.165,01	2.159.897,01	378.165,01	2.159.897,01	0,00	3,70	97,86	47.203,12
Outros Encargos Especiais	1.350.000,00	2.207.100,13	378.165,01	2.159.897,01	378.165,01	2.159.897,01	0,00	3,70	97,86	47.203,12

Continua 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - ( b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.484.248,56	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	100,00	82,46	12.404.147,35
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	54.484.248,56	70.720.321,95	4.842.450,80	58.316.174,60	11.865.996,94	58.316.174,60	0,00	100,00	82,46	12.404.147,35

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO I PREFEITO MUNICIPAL

GERALDINO CARDOSO  
JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTER

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.333.503,82</b>	<b>3.566.069,38</b>	<b>4.698.407,27</b>	<b>3.864.466,05</b>	<b>4.788.618,21</b>	<b>3.665.008,27</b>	<b>4.943.343,78</b>	<b>4.585.016,51</b>	<b>3.640.474,82</b>	<b>5.123.401,72</b>	<b>4.147.574,96</b>	<b>4.484.010,94</b>	<b>50.839.895,73</b>	<b>43.878.710,47</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	282.403,13	427.391,32	1.514.361,35	436.774,71	330.318,68	394.804,64	447.607,79	364.209,26	382.813,75	369.602,00	293.011,28	405.765,89	5.649.063,80	5.435.211,25
I.P.T.U.	439,93	178.951,16	1.128.364,08	58.827,84	61.934,75	53.297,68	50.201,41	49.748,93	51.604,48	50.260,52	58.196,63	48.146,02	1.789.973,43	1.700.000,00
I.R.R.F.	21.186,18	38.427,81	41.746,86	38.988,03	39.575,80	40.989,14	42.812,72	40.776,49	38.307,91	37.713,25	41.080,78	78.339,00	499.943,97	580.000,00
I.S.S.	145.709,29	62.907,08	170.144,53	124.176,75	109.921,16	122.025,45	165.899,32	131.645,98	148.063,32	134.011,68	120.430,80	128.433,17	1.563.368,53	1.400.000,00
I.T.B.I.	44.845,16	50.033,88	40.126,63	117.511,45	52.398,70	61.908,40	91.846,29	50.125,17	58.515,61	75.501,89	41.942,55	62.232,77	746.988,50	530.000,00
Outras Receitas Tributárias	70.222,57	97.071,39	133.979,25	97.270,64	66.488,27	116.583,97	96.848,05	91.912,69	86.322,43	72.114,66	31.360,52	88.614,93	1.048.789,37	1.225.211,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	60.239,85	71.723,16	132.447,12	66.811,71	66.671,44	68.062,64	66.100,57	65.636,25	67.936,24	63.580,21	72.392,01	64.453,38	866.054,58	900.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	34.813,44	38.587,52	39.688,13	30.915,42	25.705,72	50.945,49	41.404,67	35.339,13	23.394,94	23.862,84	18.682,23	13.154,40	376.493,93	277.930,51
RECEITA AGROPECUÁRIA	100,00	426,00	249,00	238,00	514,00	150,00	827,00	202,31	3.710,40	3.508,52	1.099,40	465,00	11.489,63	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	450,00	300,00	173,00	300,00	45.301,91	50.692,68	53.970,49	51.454,12	3.189,32	51.067,67	82.485,27	330,00	339.714,46	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.926.821,31	2.990.077,54	2.959.009,23	3.269.304,98	4.260.302,45	3.040.522,28	4.275.700,28	4.011.805,53	3.106.755,23	4.540.171,41	3.618.900,34	3.902.427,99	42.901.798,57	36.665.149,31
Cota-Parte do F.P.M.	861.971,49	1.042.685,47	708.149,94	892.501,19	998.199,44	851.812,43	636.105,03	701.928,57	614.177,18	651.976,79	881.253,75	1.432.580,59	10.273.341,87	12.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.140.447,44	1.000.886,61	1.077.980,07	1.128.724,99	1.014.669,03	1.060.696,47	1.025.593,77	1.026.635,28	1.190.602,44	1.122.070,92	1.207.182,73	1.220.269,60	13.215.759,35	13.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	107.936,29	153.512,50	196.165,95	176.935,13	214.029,77	170.351,49	204.844,05	222.279,52	191.463,29	190.950,17	101.402,23	53.946,73	1.983.817,12	1.900.000,00
Cota-Parte do ITR.	182,61	167,79	48,82	181,29	22,73	83,62	53,42	98,45	3.023,07	5.005,00	229,32	40,62	9.136,74	8.208,58
Outras Transferências Correntes	317.294,88	316.964,58	479.837,03	546.643,89	1.520.870,85	456.794,68	1.945.586,84	1.579.020,84	574.527,82	2.059.957,20	891.052,78	687.027,56	11.375.578,95	4.243.854,88
Transferências da LC 61/1989	8.986,61	18.771,20	16.702,49	17.722,54	20.059,44	17.920,28	16.711,35	18.471,30	18.680,09	18.054,55	18.277,97	20.987,75	211.345,57	231.000,00
Transferências da LC 87/1996	5.631,74	5.631,74	5.625,34	5.625,34	5.625,34	5.625,34	5.625,34	5.625,34	0,00	11.250,68	5.625,34	5.625,34	67.516,88	82.085,85
Transferências do FUNDEB	484.370,25	451.457,65	474.499,59	500.970,61	486.825,85	477.237,97	441.180,48	457.746,23	514.281,34	480.906,10	513.876,22	481.949,80	5.765.302,09	5.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.676,09	37.563,84	52.479,44	60.121,23	59.804,01	59.830,54	57.732,98	56.369,91	52.674,94	71.609,07	61.004,43	97.414,28	695.280,76	600.419,40
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>425.031,02</b>	<b>449.920,62</b>	<b>400.934,25</b>	<b>444.355,06</b>	<b>450.460,94</b>	<b>421.357,73</b>	<b>377.786,37</b>	<b>395.007,45</b>	<b>403.589,02</b>	<b>399.861,40</b>	<b>442.958,72</b>	<b>459.391,54</b>	<b>5.070.654,12</b>	<b>5.510.819,91</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	425.031,02	449.920,62	400.934,25	444.355,06	450.460,94	421.357,73	377.786,37	395.007,45	403.589,02	399.861,40	442.958,72	459.391,54	5.070.654,12	5.510.819,91
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>2.908.472,80</b>	<b>3.116.148,76</b>	<b>4.297.473,02</b>	<b>3.420.110,99</b>	<b>4.338.157,27</b>	<b>3.243.650,54</b>	<b>4.565.557,41</b>	<b>4.190.009,06</b>	<b>3.236.885,80</b>	<b>4.723.540,32</b>	<b>3.704.616,24</b>	<b>4.024.619,40</b>	<b>45.769.241,61</b>	<b>38.367.890,56</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAM.

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2012		Em 2011		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2011	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2012		Em 2011		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2011	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO – RPPS (XI) = (VI– X)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011		
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor			0,00				

## FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Out 2012 (B)	Em 31 Dez 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.168.569,16	1.093.225,99	827.419,34
DEDUÇÕES (II)	7.014.826,85	5.118.780,28	1.292.130,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.461.241,85	7.164.688,86	2.466.493,30
Demais Haveres Financeiros	-347,91	298,40	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	446.067,09	2.046.206,98	1.174.362,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.846.257,69	-4.025.554,29	-464.711,04
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-4.846.257,69</b>	<b>-4.025.554,29</b>	<b>-464.711,04</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>3.560.843,25</b>	<b>4.381.546,65</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>4.702.692,46</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Out 2012 (B)	Em 31 Dez 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>38.089.960,05</b>	<b>7.697.399,01</b>	<b>45.392.751,68</b>	<b>35.644.115,26</b>
Receita Tributária	5.435.211,25	698.777,17	5.649.063,80	5.358.924,54
I.P.T.U.	1.700.000,00	106.342,65	1.789.973,43	1.652.058,66
I.S.S.	1.400.000,00	248.863,97	1.563.368,53	1.463.590,31
I.T.B.I.	530.000,00	104.175,32	746.988,50	614.363,97
I.R.R.F.	580.000,00	119.419,78	499.943,97	497.139,74
Outras Receitas Tributárias	1.225.211,25	119.975,45	1.048.789,37	1.131.771,86
Receita de Contribuição	900.000,00	136.845,39	866.054,58	808.311,84
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	900.000,00	136.845,39	866.054,58	808.311,84
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	265,00
Receita Patrimonial	277.930,51	31.836,63	376.493,93	725.122,01
(-) Aplicações Financeiras	277.930,51	31.836,63	376.493,93	724.857,01
Transferências Correntes	31.154.329,40	6.618.978,07	37.831.144,45	28.652.291,18
F.P.M.	9.600.000,00	1.938.365,94	8.305.972,27	8.072.595,56
I.C.M.S.	10.560.000,00	1.941.962,01	10.567.018,72	9.628.796,05
Convênios	606.442,00	472.791,52	6.428.210,07	426.320,35
Outras Transferências Correntes	10.387.887,40	2.265.858,60	12.529.943,39	10.524.579,22
Demais Receitas Correntes	600.419,40	242.798,38	1.046.488,85	824.322,70
Dívida Ativa	272.238,75	51.463,17	241.071,73	183.693,49
Diversas Receitas Correntes	328.180,65	191.335,21	805.417,12	640.629,21
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>16.116.358,00</b>	<b>110.951,05</b>	<b>7.161.774,00</b>	<b>3.536.614,57</b>
Operações de Crédito (III)	4.000.000,00	0,00	162.634,82	2.099.369,71
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	112.653,00	338.253,00	13.500,00
Transferências de Capital	12.116.358,00	-1.701,95	6.660.886,18	1.423.744,86
Convênios	12.116.358,00	-1.701,95	6.660.886,18	1.423.744,86
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>12.116.358,00</b>	<b>-1.701,95</b>	<b>6.660.886,18</b>	<b>1.423.744,86</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>50.206.318,05</b>	<b>7.695.697,06</b>	<b>52.053.637,86</b>	<b>37.067.860,12</b>

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2012			EM 2011	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>42.375.251,22</b>	<b>8.509.826,58</b>	<b>40.386.120,09</b>	<b>0,00</b>	<b>32.455.853,14</b>	<b>32.227,37</b>
Pessoal e Encargos Sociais	16.799.898,95	3.795.561,99	16.425.301,43	0,00	15.614.213,87	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	215.300,35	18.275,02	193.188,97	0,00	124.204,12	0,00
Outras Despesas Correntes	25.360.051,92	4.695.989,57	23.767.629,69	0,00	16.717.435,15	32.227,37
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>42.159.950,87</b>	<b>8.491.551,56</b>	<b>40.192.931,12</b>	<b>0,00</b>	<b>32.331.649,02</b>	<b>32.227,37</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>28.340.070,73</b>	<b>3.356.170,36</b>	<b>17.930.054,51</b>	<b>0,00</b>	<b>9.184.117,40</b>	<b>545.840,70</b>
Investimentos	24.098.270,95	3.086.772,39	13.703.838,49	0,00	8.671.151,98	545.840,70
Inversões Financeiras	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.541.799,78	269.397,97	1.526.216,02	0,00	512.965,42	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>26.798.270,95</b>	<b>3.086.772,39</b>	<b>16.403.838,49</b>	<b>0,00</b>	<b>8.671.151,98</b>	<b>545.840,70</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>5.000,00</b>	-	-	-	-	-

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2012			EM 2011	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>5.000,00</b>	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>68.963.221,82</b>	<b>11.578.323,95</b>	<b>56.596.769,61</b>	<b>0,00</b>	<b>41.002.801,00</b>	<b>578.068,07</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-18.756.903,77</b>	<b>-3.882.626,89</b>	<b>-4.543.131,75</b>		<b>-4.513.008,95</b>	
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-		6.301.033,69		6.301.033,69
Superávit Financeiro	-	-		6.301.033,69		6.301.033,69
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>-3.277.930,51</b>

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	446.067,09	446.067,09	-	-	-	578.068,07	344.694,79	344.694,79	233.373,28	-
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	446.067,09	446.067,09	0,00	0,00	0,00	578.068,07	344.694,79	344.694,79	233.373,28	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.526,07	197.942,99	197.942,99	13.583,08	0,00
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	0,00	65.587,09	65.587,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR	0,00	372.920,00	372.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SD	0,00	7.560,00	7.560,00	0,00	0,00	0,00	366.542,00	146.751,80	146.751,80	219.790,20	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>446.067,09</b>	<b>446.067,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>578.068,07</b>	<b>344.694,79</b>	<b>344.694,79</b>	<b>233.373,28</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO	GERALDINO CARDOSO	JOÃO EDUARDO LINHARES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	PREFEITO MUNICIPAL	ANALISTA DE CONTROLE INTERNC

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.419.170,50	4.419.170,50	644.540,77	4.906.182,99	111,02
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.838.472,95	1.838.472,95	165.081,58	2.031.324,42	110,49
1.1.1- IPTU	1.700.000,00	1.700.000,00	106.394,29	1.790.074,90	105,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.059,82	4.059,82	6.668,44	14.579,65	359,12
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	104.238,75	104.238,75	40.503,60	144.541,06	138,66
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.174,38	30.174,38	11.515,25	82.128,81	272,18
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	530.000,00	530.000,00	105.175,32	753.721,45	142,21
1.2.1- ITBI	530.000,00	530.000,00	105.175,32	750.278,08	141,56
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	3.443,37	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.470.697,55	1.470.697,55	254.864,09	1.621.139,51	110,23
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	250.170,95	1.565.108,63	111,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.072,30	3.072,30	1.832,12	10.376,45	337,74
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	57.750,00	57.750,00	1.625,47	26.705,88	46,24
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	9.875,25	9.875,25	1.235,55	18.948,55	191,88
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	580.000,00	580.000,00	119.419,78	499.997,61	86,21
1.4.1- IRRF	580.000,00	580.000,00	119.419,78	499.997,61	86,21
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	27.421.294,43	27.421.294,43	4.947.421,97	25.760.917,53	93,94
2.1- Cota-Parte FPM	12.000.000,00	12.000.000,00	2.313.834,34	10.273.341,87	85,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.000.000,00	12.000.000,00	2.313.834,34	10.273.341,87	85,61
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.200.000,00	13.200.000,00	2.427.452,33	13.215.759,35	100,12
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	82.085,85	82.085,85	11.250,68	67.516,88	82,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	231.000,00	231.000,00	39.265,72	211.345,57	91,49
2.5- Cota-Parte ITR	8.208,58	8.208,58	269,94	9.136,74	111,31
2.6- Cota-Parte IPVA	1.900.000,00	1.900.000,00	155.348,96	1.983.817,12	104,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>31.840.464,93</b>	<b>31.840.464,93</b>	<b>5.591.962,74</b>	<b>30.667.100,52</b>	<b>96,31</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	370.800,00	370.800,00	928.817,88	4.977.780,93	1.342,44
6.1- Transferências de Convênios	370.800,00	370.800,00	928.817,88	4.977.780,93	1.342,44
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.539.651,90	1.539.651,90	334.764,52	1.957.934,40	127,17
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.910.451,90</b>	<b>1.910.451,90</b>	<b>1.263.582,40</b>	<b>6.935.715,33</b>	<b>363,04</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>5.510.819,91</b>	<b>5.510.819,91</b>	<b>902.350,26</b>	<b>5.070.654,12</b>	<b>92,01</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.400.000,00	2.400.000,00	375.468,40	1.967.369,60	81,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.640.000,00	2.640.000,00	485.490,32	2.648.740,63	100,33
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.417,17	16.417,17	2.250,12	13.503,28	82,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	55.861,02	55.861,02	7.853,09	42.269,10	75,67
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.641,72	1.641,72	53,98	1.844,43	112,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	396.900,00	396.900,00	31.234,35	396.927,08	100,01
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>5.010.660,50</b>	<b>5.010.660,50</b>	<b>996.820,75</b>	<b>5.776.008,43</b>	<b>115,27</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.000.000,00	5.000.000,00	995.826,02	5.765.302,09	115,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.660,50	10.660,50	994,73	10.706,34	100,43
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-510.819,91</b>	<b>-510.819,91</b>	<b>93.475,76</b>	<b>694.647,97</b>	<b>-135,99</b>

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.810.660,50	4.541.017,50	1.162.080,20	4.541.016,91	0,00	100,00
13.1- Com Educação Infantil	1.262.463,93	1.257.820,93	412.633,74	1.257.820,34	0,00	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.548.196,57	3.283.196,57	749.446,46	3.283.196,57	0,00	100,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.200.000,00	1.255.643,00	114.280,65	1.212.004,28	0,00	96,52
14.1- Com Educação Infantil	296.999,00	322.642,00	38.153,05	310.304,68	0,00	96,18
14.2- Com Ensino Fundamental	903.001,00	933.001,00	76.127,60	901.699,60	0,00	96,65
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.010.660,50	5.796.660,50	1.276.360,85		5.753.021,19	99,25
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO						VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %						78,62
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%(c)=(b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	7.960.116,23	7.960.116,23	1.397.990,69	7.666.775,13		96,31
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			%(g)=((e+f)/d)x100
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.559.462,93	1.580.462,93	450.786,79	1.568.125,02	0,00	99,22
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.559.462,93	1.580.462,93	450.786,79	1.568.125,02	0,00	99,22
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.510.244,91	7.410.955,91	1.332.868,26	7.358.986,42	0,00	99,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.451.197,57	4.216.197,57	825.574,06	4.184.896,17	0,00	99,26
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.059.047,34	3.194.758,34	507.294,20	3.174.090,25	0,00	99,35
25- ENSINO MÉDIO	349.601,00	339.986,00	0,00	253.719,93	0,00	74,63
26- ENSINO SUPERIOR	287.500,00	239.427,12	0,00	239.427,12	0,00	100,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.706.808,84	9.570.831,96	1.783.655,05		9.420.258,49	98,43
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					694.647,97	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)					10.706,34	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					34.069,44	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)					—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					739.423,75	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					8.187.687,69	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,7	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	353.056,80	837.418,12	308.153,97	819.342,68	0,00	97,84
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.035.700,00	3.595.105,27	233.376,07	2.749.858,14	0,00	76,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.388.756,80	4.432.523,39	541.530,04		3.569.200,82	80,52
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.095.565,64	14.003.355,35	2.325.185,09		12.989.459,31	92,76
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2012 (h)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00			0,00	

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	34.069,44	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.765.302,09	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.787.130,52	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.706,34	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	22.947,35	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 34.069,44, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	4.000.000,00	162.634,82		3.837.365,18
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	28.340.070,73	17.930.054,51	0,00	10.410.016,22
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	28.340.070,73	17.930.054,51	0,00	10.410.016,22
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-24.340.070,73	-17.767.419,69		-6.572.651,04

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	338.253,00	-338.253,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	289.853,00	-289.853,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	48.400,00	-48.400,00
<b>TOTAL</b>	0,00	338.253,00	-338.253,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	360.016,23	360.016,23	0,00	0,00
Investimentos	360.016,23	360.016,23	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	360.016,23	360.016,23	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	23.276,76	-21.763,23	1.513,53

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.840.464,93	31.840.464,93	30.663.657,15	96,30
Impostos	4.210.000,00	4.210.000,00	4.605.459,22	109,39
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.700.000,00	1.700.000,00	1.790.074,90	105,30
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	530.000,00	530.000,00	750.278,08	141,56
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.400.000,00	1.400.000,00	1.565.108,63	111,79
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	580.000,00	580.000,00	499.997,61	86,21
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	209.170,50	209.170,50	297.280,40	142,12
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.132,12	7.132,12	24.956,10	349,91
Dívida Ativa dos Impostos	161.988,75	161.988,75	171.246,94	105,72
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	40.049,63	40.049,63	101.077,36	252,38
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	27.421.294,43	27.421.294,43	25.760.917,53	93,94
Da União	12.090.294,43	12.090.294,43	10.349.995,49	85,61
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.000.000,00	12.000.000,00	10.273.341,87	85,61
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	8.208,58	8.208,58	9.136,74	111,31
Transf. Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/9	82.085,85	82.085,85	67.516,88	82,25
Do Estado	15.331.000,00	15.331.000,00	15.410.922,04	100,52
Cota-Parte do ICMS	13.200.000,00	13.200.000,00	13.215.759,35	100,12
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	231.000,00	231.000,00	211.345,57	91,49
Cota-Parte do IPVA	1.900.000,00	1.900.000,00	1.983.817,12	104,41
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	28.154.603,54	28.154.603,54	27.338.016,58	97,10
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.510.819,91	-5.510.819,91	-5.070.654,12	92,01
<b>TOTAL</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>52.931.019,61</b>	<b>97,15</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS CORRENTES	9.421.069,72	9.786.970,66	9.262.421,73	0,00	94,64
Pessoal e Encargos Sociais	5.580.200,00	4.735.476,04	4.613.191,48	0,00	97,42
Outras Despesas Correntes	3.840.869,72	5.051.494,62	4.649.230,25	0,00	92,04
DESPESAS DE CAPITAL	149.000,00	388.816,55	178.209,04	0,00	45,83
Investimentos	149.000,00	388.816,55	178.209,04	0,00	45,83

Continua 1/3

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS DE CAPITAL	149.000,00	388.816,55	178.209,04	0,00	45,83
Investimentos	149.000,00	388.816,55	178.209,04	0,00	45,83
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>9.570.069,72</b>	<b>10.175.787,21</b>	<b>9.440.630,77</b>	<b>0,00</b>	<b>92,78</b>
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/despesas com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE	9.570.069,72	10.175.787,21	9.440.630,77	0,00	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESP. CUSTEADAS COM REC. DEST. À SAÚDE	2.703.200,00	4.276.482,10	3.634.373,33	0,00	38,50
Recursos de Transf. do Sist. Único de Saúde - SUS	2.550.200,00	4.102.713,05	3.563.002,08	0,00	37,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	153.000,00	173.769,05	71.371,25	0,00	0,76
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>6.866.869,72</b>	<b>5.899.305,11</b>	<b>5.806.257,44</b>	<b>0,00</b>	<b>61,50</b>
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS		
			Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)	
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			211.526,07	11.387,77	
<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=2 [(V - VI) / I]</b>					<b>18,90</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/Total (h+i))
Atenção Básica	8.100.500,00	7.776.245,97	7.344.026,87	0,00	77,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.245.569,72	2.150.541,24	1.961.815,37	0,00	20,78
Vigilância Epidemiológica	224.000,00	249.000,00	134.788,53	0,00	1,43
<b>TOTAL</b>	<b>9.570.069,72</b>	<b>10.175.787,21</b>	<b>9.440.630,77</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

---

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

---

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

---

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	54.484.248,56	
Previsão Atualizada		—	54.484.248,56	
Receitas Realizadas		7.840.186,69	52.931.019,61	
Déficit Orçamentário		—	5.385.154,99	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	6.301.033,69	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	54.484.248,56	
Créditos Adicionais		—	16.236.073,39	
Dotação Atualizada		—	70.720.321,95	
Despesas Empenhadas		4.842.450,80	58.316.174,60	
Despesas Executadas		11.865.996,94	58.316.174,60	
Liquidadas		11.865.996,94	58.316.174,60	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.842.450,80	58.316.174,60	
Despesas Executadas		11.865.996,94	58.316.174,60	
Liquidadas		11.865.996,94	58.316.174,60	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			45.769.241,61	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		4.702.692,46	4.381.546,65	93,17
Resultado Primário		-3.277.930,51	-4.543.131,75	138,60
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	446.067,09	0,00	446.067,09	0,00
EXECUTIVO	446.067,09	0,00	446.067,09	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	578.068,07	233.373,28	344.694,79	0,00
EXECUTIVO	578.068,07	233.373,28	344.694,79	0,00
TOTAL:	1.024.135,16	233.373,28	790.761,88	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		8.187.687,69	25%	26,70
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.541.016,91	60%	78,62
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		162.634,82	3.837.365,18	
Despesa de Capital Líquida		17.930.054,51	10.410.016,22	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2012/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			338.253,00	-338.253,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			364.276,75	0,01
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.794.869,67	15,00	18,90	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/01/2013

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Portaria N.º 018/2013

PORTARIA n.º 018/2013

Admite em Caráter Temporário ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 012/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

### Portaria N.º 019/2013

PORTARIA n.º 019/2013

Admite em Caráter Temporário VALÉRIO LUIZ PAULI para o cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, VALÉRIO LUIZ PAULI para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 013/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

### Portaria N.º 020/2013

PORTARIA n.º 020/2013

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear Comissão Permanente de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara, composta pelos seguintes Servidores:  
I- CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, na qualidade de Presidente;  
II- LEANDRO RANGEL DOS SANTOS, na qualidade de Membro;  
III- LUANA REGINA SCHMITZ, na qualidade de Membro.

Art. 2.º- Nomear como Pregoeira deste Município a Servidora MICHELLE NALOVAIKO.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

### Portaria N.º 021/2013

PORTARIA n.º 021/2013

Concede Função Gratificada a Servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

### Portaria N.º 022/2013

PORTARIA n.º 022/2013

Concede Função Gratificada ao Servidor LEANDRO RANGEL DOS SANTOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor LEANDRO RANGEL DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.



**Portaria N.º 023/2013**

PORTARIA n.º 023/2013

Concede Função Gratificada a Servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 024/2013**

PORTARIA n.º 024/2013

Concede Função Gratificada a Servidora MICHELLE NALOVAIKO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MICHELLE NALOVAIKO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a Função Gratificada de FG-1 Pregoeiro.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 025/2013**

PORTARIA n.º 025/2013

Admite em Caráter Temporário MARICELIA LOHN DA SILVA para o cargo de Professor II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, MARICELIA LOHN DA SILVA para o cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 014/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 025/2013**

PORTARIA n.º 025/2013

Admite em Caráter Temporário MARICELIA LOHN DA SILVA para o cargo de Professor II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, MARICELIA LOHN DA SILVA para o cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 014/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 026/2013**

PORTARIA n.º 026/2013

Admite em Caráter Temporário CLARICIA ELIANI KNISS para o cargo de Professor II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, CLARICIA ELIANI KNISS para o cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 015/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 027/2013**

PORTARIA n.º 027/2013

Nomeia ANDRE MACHADO COELHO para o Cargo em Comissão de Assessor Técnico Legislativo.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Nomear ANDRE MACHADO COELHO para o Cargo em Comissão de Assessor Técnico Legislativo.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.



São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### Portaria N.º 028/2013

PORTARIA n.º 028/2013

Admite em Caráter Temporário EDNA REGINA STAHELIN para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, EDNA REGINA STAHELIN para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 016/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### Portaria N.º 029/2013

PORTARIA n.º 029/2013

Admite em Caráter Temporário TEREZINHA RODRIGUES MULLER para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, TEREZINHA RODRIGUES MULLER para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 017/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de janeiro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

## Schroeder

### PREFEITURA

#### Decreto N° 002591/12 de 27 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº 002591/12 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 21.220,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 250,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 20.970,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 250,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 870,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 16.500,00.

3.3.90.18.00.00.00.00 - Auxilio Financeiro a Estudantes R\$ 1.600,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 27 de Dezembro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Decreto Nº 002592/12 de 27 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 002592/12 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS  
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 15.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 15.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 27 de Dezembro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Decreto Nº 002593/12 de 27 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 002593/12 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.250,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA  
04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.250,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA  
04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 1.250,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 27 de Dezembro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Decreto Nº 002594/12 de 27 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 002594/12 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 34.700,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO  
03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS  
3.3.90.47.12.00.00.00 - Contribuição Para o PIS/PASEP R\$ 2.630,00.  
3.3.90.47.12.00.00.00 - Contribuição Para o PIS/PASEP R\$ 3.570,00.  
3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 2.900,00.  
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 600,00.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"  
08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA  
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 25.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO  
03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS  
3.1.71.41.00.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos - Contribuições R\$ 440,00.  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 1.800,00.  
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 600,00.  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 2.600,00.  
4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 240,00.  
3.1.90.91.00.00.00.00 - Sentencas Judiciais R\$ 1.850,00.  
3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 1.800,00.  
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 370,00.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"  
08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 15.000,00.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"  
08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA  
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 27 de Dezembro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

#### **Decreto Nº 002595/12 de 27 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 002595/12 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012  
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.350,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO  
03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS  
3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 1.350,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO  
03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS  
3.3.90.47.12.00.00.00 - Contribuição Para o PIS/PASEP R\$ 1.350,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 27 de Dezembro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

#### **Decreto Nº 002596/12 de 28 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 002596/12 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012  
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.800,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.700,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 2.800,00.

3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 700,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Dezembro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

#### **Portaria Nº 4.908/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**

PORTARIA Nº 4.908/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Osnir Pavanello, para exercer o Cargo Comissionado de Diretor de Tributação, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.909/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**

PORTARIA Nº. 4.909/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Orlando Tecilla, para exercer o Cargo Comissionado de Diretor de Recursos Materiais, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.910/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**

PORTARIA Nº 4.910/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Alessandro Martins Viana, para exercer o Cargo Comissionado de Diretor Administrativo, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.911/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**

PORTARIA Nº. 4.911/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Valério de Oliveira Onofre, para exercer o Cargo Comissionado de Diretor de Esportes e Lazer, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.912/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**

PORTARIA Nº. 4.912/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Nádia Cristiane Hefter Tambosi, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora Administrativa, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.913/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**

PORTARIA Nº 4.913/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Nivea Maske Holderried, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Saúde, percebendo o nível



salarial nº 001 - Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.914/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº 4.914/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Glauco Jalmey Behrens, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Esportes e Lazer, percebendo o nível salarial nº 001 - Comissionados (Nível 178), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.915/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº. 4.915/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. José Antonio Lourenço, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 - Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.916/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº. 4.916/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Sheila Cristina Toniotti Lemes de Souza, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada, fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG-2, conforme Anexo II da LC nº 062/2008, e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.917/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº. 4.917/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Suzana Pereira Lopes, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG-1, conforme Anexo II da LC nº 062/2008, e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARIANI DE OLIVEIRA PALHARES  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.918/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº 4.918/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Tiago Roque Grzybowski, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Esportes e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada, fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG-1, conforme Anexo II da LC nº 062/2008, e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.919/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº 4.919/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Tânia Maria Zoz, para exercer o Cargo Comissionado de Secretária Executiva, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.920/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº 4.920/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Maria Aparecida Schmidt Miodutzki, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Saúde, percebendo o nível salarial nº 001 - Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.921/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº 4.921/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Rosimeri Sara Boshhammer Stein, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.922/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº 4.922/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Odette Jaqueline Sadzinski, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.923/2013, de 14 de Janeiro de 2013.**  
PORTARIA Nº 4.923/2013, de 14 de janeiro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Cristiany Bittencourt Benkendorf, adquirindo efeitos retroativos a partir de 07 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2013.  
OSVALDO JURCK MARIANI DE OLIVEIRA PALHARES  
Prefeito Municipal Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Timbó****PREFEITURA****Portaria Nº 001, de 14 de Janeiro de 2013**

PORTARIA Nº 001, DE 14 DE JANEIRO DE 2013

Concede exoneração a pedido do Servidor Marcos André Romais ocupante do cargo do emprego público como Atendente do Museu do Imigrante, a contar de 02 de janeiro do corrente.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, c/c art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379, de 22/12/2009,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor MARCOS ANDRÉ ROMAIS ocupante do cargo do emprego público como Atendente do Museu do Imigrante, tendo sido admitido pela Portaria nº FCT 21, de 02 de julho de 2012, do quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar de 02 de janeiro do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 14 de janeiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE FCT

**Portaria Nº 042, de 15 de Janeiro de 2013**

PORTARIA Nº 042, DE 15 DE JANEIRO DE 2013

Nomeia Servidores Públicos Municipais para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2011:

Cargo: Auxiliar Operacional I  
Ref.Salarial: SG-08  
Jornada Semanal: 44h

NOME	CPF
Suelen de Larados Santos	045.986.319-37
Eliane Gumz Scheidemantel	004.727.969-92
Sonja Stuppe Gonçalves	770.813.079-49
Angelita Aparecida Oribka	814.157.709-30
Carlos Alexande de Oliveira	084.477.469-33
Priscilla Herweg Bertoldi	058.974.279-50

Lucia Helena Lenzi	036.465.089-30
Miriam Elisete da Silveira	907.750.319-68
Jean Carlos Piazza	085.277.009-05
Kelly Ketlin Klitzke	051.870.819-50
Adelia Sprung Schreiber	658.397.229-87
Tarcizio Faes	216.913.639-87
Zeni Correa	719.051.209-82
Angela Maria Dallabona Vieira	658.391.299-68
Paulo Roberto Lorenzetti	559.922.349-34
Milda Retke	750.742.739-00
João Paulo Alves da Silva	044.467.969-33
Neuza de Oliveira Pagel	019.298.279-62
Lara Maria Giovanella	716.481.359-00
Iris Lach Stahanke	558.692.629-68
Zelir Mattiello	029.171.089-16
Eva Aparecida Camargo	052.069.329-90
Leonercio Riola	632.866.299-87
Evanilde Martins dos Anjos	019.276.529-95
Rozania S. Sachse	750.772.139-68
Valmira Berllarmino de Brito	004.798.419-85
Ilíane Massaneira de Sousa	686.129.239-72
Antenor Novadezeski Ascari	383.728.279-15
Maria Liduina Rodrigues do Carmo	524.249.283-04
Aloisio Ropelatto	596.776.869-68
Marlei Anahia Guimarães Amarante	046.606.829-86
Robert Hook Rocha Silva	195.876.808-12
Tereza Tirloni Fernandes	896.543.741-53
Edemir Valt	049.896.739-56
Nelsio Reinert	311.468.139-53
Jenifer Cristine Schmidt	070.563.729-88
Terezinha Valcanaia Fronza	631.400.399-72
Edegar Lombardi	008.035.009-71
Carlos Eduardo Voltolini	010.306.979-81
Juliane de Fraca Alves	325.534.758-02
Elvis José Costa	080.587.999-47
Rovena Uecker Kruger	458.246.909-44
Crispim Cohn da Silveira	081.085.749-94
Celma Souza da Fonseca Pinheiro	065.214.209-50
Terezinha Spezia Baddaratz	533.703.259-34
Marli do Carmo Correa	034.272.449-54
Milton Machado	516.610.040-91
Rogério Carl	674.287.119-91
Airton Natal Sestari	439.595.479-00
Vanderlei Anacleto Cardoso	043.647.829-39

Art. 2º CONVOCAR os Servidores nomeados para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c item 10.2 do Edital de Concurso Públicos nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foram nomeados.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de janeiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

## Portaria Nº 043, de 15 de Janeiro de 2013

PORTARIA Nº 043, DE 15 DE JANEIRO DE 2013

Nomeia Servidoras Públicas Municipais para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, as servidoras abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público nº 01/2011:

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil

Ref.Salarial: SG-16

Jornada Semanal: 40h

NOME	CPF
Marlene Joepen Bertram	007.973.039-60
Denise Anunciata Merini Wolter	860.222.889-91
Vanessa Gieseler	010.229.069-50
Daniela Raizer	676.304.809-20
Debora Duarte Oelke	053.558.169-67
Ana Lucia Caetano Bergamo	639.009.711-53
Luiza Maria Marques	017.182.380-02
Luiza Helena Bottner	902.422.709-72
Fernanda Janete Kuhl	055.228.459-96
Isolete Nunes	030.421.259-80
Silvia Cecilia Laemmel Tenchena	003.712.969-43
Simone Budtinger	058.253.219-18
Aline Brancher	088.574.659-77
Scharlene Larsen	041.333.389-28
Ester Katchan	071.669.029-22
Cristiana Raquel P. S. Giovanella	052.865.449-75
Carina Xisto da Silva	716.417.180-72
Laiz Leal	057.328.699-05
Marcia Kapulka Vieira	041.658.329-60
Anelize de Souza Junglos	037.377.169-00
Roseni Putka	003.585.379-40
Pamella Samanta Bertoldi	078.490.199-62
Debora Costa Furtado	012.120.553-30
Isabel Cristina Lima	048.096.819-55
Rodelene Melo Silva	731.680.172-72
Daiana Luiza da Silva	008.993.689-21
Alessandra Severina T. Wolter	003.381.479-18
Roseni de Fátima Effgen Grether	027.476.119-06
Maria Marlene Boeno	458.246.149-20
Marlise Witthoeft Nardelli	762.899.319-20

Art. 2º CONVOCAR os Servidores nomeados para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c item 10.2 do Edital de Concurso Públicos nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foram nomeados.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir



no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de janeiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Aviso Carta Convite N.º 03 2013 PMT - Carnês Iptu\_iss**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 03/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada em impressão de variáveis com impressão personalizada de carnês de IPTU e ISS/TLL/2013. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 11h00min do dia 23 de janeiro de 2013. ABERTURA: dia 23 de janeiro de 2013 as 11h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbó/SC, 28 de dezembro de 2012

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

Nº 756 361/2012      Nº 098 1403/2013  
 Nº 756 363/2012      Nº 098 1404/2013  
 Nº 756 365/2013      Nº 098 1407/2013  
 Nº 756 367/2013      Nº 098 1408/2013  
 Nº 098 1397/2012  
 Nº 098 1398/2012  
 Nº 098 1400/2012



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 361/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACF6552	8756024509	7455/0	10/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
ADN3048	8756024155	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
BAD0077	8756021230	6050/3	21/07/2012	R\$ 191,53	208
CNF2711	8756023833	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
CPP7724	8756023853	7455/0	16/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
CPP7724	8756023904	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
CQI8993	8756023485	5673/2	14/09/2012	R\$ 85,12	183
CSN3022	8756021720	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
CTH7834	8756023818	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
DAP3425	8756024064	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
DDY2178	8756021905	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
DIV3646	8756023838	6050/3	22/09/2012	R\$ 191,53	208
DNK4287	8756023651	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
DQW1739	8756023684	6050/3	19/09/2012	R\$ 191,53	208
GUH5268	8756022646	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
GXQ2129	8756022046	6050/3	08/08/2012	R\$ 191,53	208
IGH7034	8756021393	7455/0	24/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
IKC4592	8756023736	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IMZ1912	8756022220	5673/2	17/08/2012	R\$ 85,12	183
JPT8623	8756023390	7455/0	05/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
KAA1873	8756021749	7463/0	30/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
KWB1360	8756023541	7455/0	10/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWU1415	8756024161	6050/3	25/09/2012	R\$ 191,53	208
LWU7275	8756023041	6050/3	30/08/2012	R\$ 191,53	208
LWU7275	8756023182	6050/3	01/09/2012	R\$ 191,53	208
LWX5123	8756023830	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXC6199	8756022564	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXH7770	8756024097	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXL1170	8756023470	5673/2	14/09/2012	R\$ 85,12	183
LXM2905	8756023699	6050/3	22/09/2012	R\$ 191,53	208
LXM2905	8756023747	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXQ7519	8756024042	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXQ7711	8756022114	6050/3	08/08/2012	R\$ 191,53	208
LXV1547	8756023987	7463/0	24/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXZ2445	8756023637	7463/0	14/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYD0685	8756023328	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYD1758	8756024640	6050/3	11/10/2012	R\$ 191,53	208
LYD3953	8756023911	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYK0141	8756024142	6050/3	23/09/2012	R\$ 191,53	208
LYL2357	8756022831	7463/0	23/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYL2731	8756023906	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYN4205	8756024022	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYO1189	8756023526	7455/0	13/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYO3234	8756023076	7455/0	02/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYP3238	8756024118	6050/3	25/09/2012	R\$ 191,53	208
LZR3814	8756024007	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYS9654	8756023513	7463/0	14/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYU6500	8756023640	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYU6500	8756023824	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYV0023	8756020779	7463/0	07/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYV2166	8756023646	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYW7083	8756023224	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZD9704	8756023925	5673/2	23/09/2012	R\$ 85,12	183
LZI8919	8756023760	6050/3	16/09/2012	R\$ 191,53	208
LZJ1361	8756021660	7463/0	29/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZP8303	8756023993	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZR0717	8756024119	6050/3	25/09/2012	R\$ 191,53	208
LZS4746	8756024639	6050/3	11/10/2012	R\$ 191,53	208
LZU2141	8756022081	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZU2141	8756022182	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZX2915	8756021667	6050/3	29/07/2012	R\$ 191,53	208
LZZ1847	8756023776	7455/0	17/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAA2435	8756021684	5673/2	31/07/2012	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAA4412	8756022076	7455/0	10/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAB6560	8756021037	6050/3	15/07/2012	R\$ 191,53	208
MAE3246	8756024163	6050/3	25/09/2012	R\$ 191,53	208
MAK6187	8756022386	7463/0	17/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAP3659	8756021909	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAQ5810	8756024148	7463/0	24/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAV5029	8756023899	6050/3	20/09/2012	R\$ 191,53	208
MBA5469	8756023718	7463/0	22/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBC3801	8756022585	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBF0685	8756023745	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBG5284	8756022262	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBG5284	8756023592	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBL4104	8756022088	7463/0	11/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBL8865	8756024003	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBQ2818	8756023537	6050/3	10/09/2012	R\$ 191,53	208
MBS7721	8756020532	7455/0	20/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBY5014	8756023501	7455/0	14/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBZ3713	8756023879	7455/0	17/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCB2897	8756022848	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCB4734	8756023700	7455/0	17/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC3408	8756022399	7463/0	18/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCC3408	8756022565	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD2292	8756023512	7455/0	11/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCF3746	8756023665	7455/0	16/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCH4314	8756023443	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCI0647	8756022251	5673/2	16/08/2012	R\$ 85,12	183
MCJ5219	8756024185	6050/3	27/09/2012	R\$ 191,53	208
MCJ9845	8756023786	7455/0	18/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCN0525	8756024610	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCN7717	8756021714	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCQ3820	8756022561	6050/3	17/08/2012	R\$ 191,53	208
MCW8451	8756023375	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCX5961	8756023991	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY3010	8756023999	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDE9124	8756021210	7463/0	21/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDG6349	8756021992	7463/0	06/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDJ4066	8756022297	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ4066	8756022419	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDJ5228	8756023868	7455/0	16/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDO3132	8756024361	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDR2211	8756021900	7463/0	04/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDV5087	8756023663	6050/3	22/09/2012	R\$ 191,53	208
MEE2374	8756023505	7471/0	12/09/2012	R\$ 574,61	218 * III
MEH1349	8756023524	7455/0	13/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEO3687	8756021384	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEQ4386	8756024398	7455/0	02/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MER6510	8756023762	7455/0	16/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MER6510	8756023856	7455/0	16/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MER8812	8756023030	7455/0	29/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MET2824	8756024000	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEU7749	8756023734	7463/0	20/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEY2821	8756023254	6050/3	07/09/2012	R\$ 191,53	208
MEZ3902	8756024308	7455/0	01/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEZ4656	8756023044	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7906	8756023627	7455/0	13/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFB5672	8756023693	6050/3	21/09/2012	R\$ 191,53	208
MFD5558	8756021951	7455/0	12/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFE2594	8756023907	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFE5820	8756021086	7455/0	21/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFE8182	8756023045	7463/0	30/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFH2917	8756023570	7455/0	13/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFI8210	8756022434	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFT3007	8756023050	7455/0	31/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFT3007	8756024032	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY6211	8756023949	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGB3698	8756023596	6050/3	11/09/2012	R\$ 191,53	208
MGC9931	8756024517	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGI8135	8756022353	7455/0	15/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ2409	8756024464	7455/0	08/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ3665	8756024030	6050/3	27/09/2012	R\$ 191,53	208
MGL9606	8756023780	7455/0	17/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL9606	8756024057	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGN6653	8756023917	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGQ0267	8756023593	6050/3	10/09/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGS3195	8756024650	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGU1474	8756023789	7455/0	18/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGV2795	8756021845	7463/0	05/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHE1046	8756022675	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE2576	8756023578	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHK0169	8756023683	5673/2	18/09/2012	R\$ 85,12	183
MHN0777	8756024208	7455/0	29/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHN1462	8756021149	7455/0	18/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHT7847	8756021926	7455/0	05/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX2205	8756024028	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX5092	8756023545	7455/0	11/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX5092	8756024048	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX5092	8756024069	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX6351	8756024036	6050/3	23/09/2012	R\$ 191,53	208
MHY4009	8756023579	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MID9394	8756024287	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIE7761	8756020567	7463/0	01/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIF2504	8756024121	6050/3	28/09/2012	R\$ 191,53	208
MIF8609	8756023544	7455/0	10/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIF9542	8756023733	7455/0	19/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH0733	8756023878	7455/0	17/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIM5441	8756024047	7455/0	24/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2319	8756024065	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ3053	8756022128	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ3053	8756022467	7455/0	14/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ8938	8756024037	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIR2301	8756023997	7455/0	29/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIS0340	8756023161	7455/0	31/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIS2948	8756023726	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIX7726	8756024241	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJC3728	8756022387	7455/0	17/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJG5959	8756023732	7455/0	19/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH4792	8756021106	7471/0	20/07/2012	R\$ 574,61	218 * III
MJI1681	8756024089	7463/0	28/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJJ3408	8756021352	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJJ3408	8756023333	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJQ8685	8756024344	7455/0	05/10/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJU8729	8756023634	6050/3	14/09/2012	R\$ 191,53	208
MKE0263	8756023619	7455/0	12/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKG8336	8756024078	6050/3	26/09/2012	R\$ 191,53	208
MKG8336	8756024126	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKG9326	8756024125	6050/3	29/09/2012	R\$ 191,53	208
MKJ0271	8756023615	7455/0	11/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKJ1723	8756023713	7455/0	18/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKM1690	8756024193	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKO2679	8756023920	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKW0210	8756022815	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 363/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALP9656	8756022996	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LBQ7031	8756022649	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LPB1869	8756023977	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWW0592	8756024043	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXJ4160	8756024133	7455/0	23/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXV0628	8756021968	5673/2	07/08/2012	R\$ 85,12	183
LZX3109	8756024166	6050/3	25/09/2012	R\$ 191,53	208
MAK6187	8756022725	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBP6969	8756022239	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCI1105	8756023445	6050/3	09/09/2012	R\$ 191,53	208
MEL4531	8756021494	7463/0	28/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEO7691	8756022337	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFD5558	8756022418	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFP6346	8756021722	7455/0	02/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGI8135	8756023040	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGI8135	8756023097	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHG0617	8756021754	7455/0	30/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO6212	8756023082	7455/0	02/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHV9147	8756024061	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHV9147	8756024117	6050/3	25/09/2012	R\$ 191,53	208
MHY4009	8756024085	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHY4009	8756024103	7455/0	29/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIE8229	8756023373	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIP4084	8756021820	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIR1137	8756022894	6050/3	29/08/2012	R\$ 191,53	208
MJE4025	8756024189	7463/0	27/09/2012	R\$ 127,69	218 * II



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJN6724	8756023894	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MML0750	8756023313	7463/0	06/09/2012	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 365/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPL3043	8756024269	7455/0	02/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
DCY5509	8756021939	5673/2	11/08/2012	R\$ 85,12	183
JVB0695	8756022780	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
KYA2062	8756023823	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXB5150	8756024528	7455/0	08/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXI2816	8756023932	5673/2	27/09/2012	R\$ 85,12	183
LXO3102	8756024224	6050/3	30/09/2012	R\$ 191,53	208
LXW4865	8756024611	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXW4865	8756024612	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXW4865	8756024690	7463/0	13/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZK9692	8756024218	5673/2	06/10/2012	R\$ 85,12	183
LZW1634	8756024347	7463/0	05/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAJ9802	8756024261	7455/0	05/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAQ1388	8756023816	7455/0	21/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBI4538	8756024006	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBJ1796	8756023804	6050/3	20/09/2012	R\$ 191,53	208
MCA6661	8756022125	6050/3	12/08/2012	R\$ 191,53	208
MCI1105	8756022028	7455/0	07/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCO6697	8756024298	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCR1084	8756024384	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCV2014	8756022768	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCW8451	8756023576	7463/0	15/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDJ8549	8756024439	6050/3	06/10/2012	R\$ 191,53	208
MED8409	8756023725	7455/0	20/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEW3897	8756024274	7455/0	03/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFI7459	8756024146	7463/0	23/09/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFQ6803	8756022593	5673/2	22/08/2012	R\$ 85,12	183
MGN3325	8756024322	7455/0	02/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGN6653	8756024304	7463/0	30/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGN6653	8756024627	7463/0	13/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHA3619	8756024314	7463/0	02/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHE0699	8756023695	7455/0	19/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE1046	8756024324	7455/0	03/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE1046	8756024332	7455/0	04/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHN8889	8756024431	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX3222	8756022119	6050/3	10/08/2012	R\$ 191,53	208
MHX5092	8756024310	7455/0	01/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIP5456	8756024538	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJG9800	8756024348	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 367/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAZ7623	8756022861	7463/0	26/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
AEC3832	8756022941	7455/0	29/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFI7994	8756024213	5673/2	01/10/2012	R\$ 85,12	183
AHI0891	8756022425	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AID7195	8756023295	7455/0	08/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJP8722	8756024654	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKM7692	8756024666	7455/0	09/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
AMA9056	8756024481	5673/2	11/10/2012	R\$ 85,12	183
ANC1385	8756024701	6050/3	13/10/2012	R\$ 191,53	208
ANH6038	8756024962	7455/0	16/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
AOJ6096	8756025247	7455/0	24/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
BGJ9811	8756024564	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
BPT1798	8756024396	6050/3	02/10/2012	R\$ 191,53	208
CGS1806	8756024059	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
CVM1149	8756024537	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
CYM5774	8756024307	7471/0	30/09/2012	R\$ 574,61	218 * III
DKY1281	8756024529	7455/0	09/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
DTC1785	8756022976	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
GVR1253	8756024786	7455/0	16/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
IDC2958	8756022246	5673/2	19/08/2012	R\$ 85,12	183
IFY5569	8756024697	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
IHL8261	8756024300	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IJK1148	8756024209	7455/0	29/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
IKM5140	8756022441	6050/3	13/08/2012	R\$ 191,53	208
IOI6178	8756022405	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
JQG3275	8756015818	6050/3	10/10/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KBO8928	8756022542	6050/3	17/08/2012	R\$ 191,53	208
KJZ8720	8756023420	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
KLV7774	8756024531	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXA1619	8756025071	5673/2	27/10/2012	R\$ 85,12	183
LXF5328	8756022275	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXL2672	8756021914	7455/0	05/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXS7632	8756022650	7463/0	26/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXU8283	8756024237	6050/3	30/09/2012	R\$ 191,53	208
LXX2148	8756024651	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYC7421	8756024433	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYQ2993	8756022836	6050/3	24/08/2012	R\$ 191,53	208
LYY3174	8756024372	6050/3	01/10/2012	R\$ 191,53	208
LZE5838	8756024011	7455/0	29/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZK7755	8756015701	7463/0	09/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZO2784	8756023961	5673/2	29/09/2012	R\$ 85,12	183
LZZ1842	8756022721	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAG8268	8756022603	5673/2	21/08/2012	R\$ 85,12	183
MAP6551	8756024684	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAQ1388	8756024317	7455/0	02/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAR5424	8756024192	7455/0	28/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAS8375	8756024692	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBA9511	8756025170	7455/0	24/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBB3990	8756024124	6050/3	28/09/2012	R\$ 191,53	208
MBE1867	8756022451	6050/3	17/08/2012	R\$ 191,53	208
MBI6122	8756025267	7455/0	27/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBJ3095	8756022257	5673/2	19/08/2012	R\$ 85,12	183
MBU4935	8756023141	7455/0	29/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBV8103	8756025102	7455/0	25/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBV8103	8756025103	7455/0	25/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBV8103	8756025107	7455/0	23/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBY5171	8756024248	7455/0	04/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC3873	8756024302	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD6752	8756024595	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD9288	8756023222	6050/3	04/09/2012	R\$ 191,53	208
MCH2713	8756024511	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCH2873	8756024328	7455/0	03/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCI0647	8756022597	5673/2	24/08/2012	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCI3377	8756024724	7455/0	18/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCN8752	8756024453	5673/2	12/10/2012	R\$ 85,12	183
MCT5996	8756024063	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCV2995	8756024801	7455/0	19/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCW5394	8756022354	7455/0	15/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDC5129	8756022227	7455/0	14/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDJ4066	8756022860	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDJ5228	8756024657	7463/0	07/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDL4364	8756025179	7455/0	25/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDR2211	8756022711	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDS4267	8756024400	6050/3	02/10/2012	R\$ 191,53	208
MDW9555	8756023943	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDY4033	8756024555	7463/0	07/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDY4671	8756023730	7455/0	18/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDY6901	8756024460	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEF1701	8756023783	7455/0	17/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEF5418	8756024333	7455/0	04/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEF5418	8756024576	7455/0	08/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEI6061	8756022975	7455/0	03/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEO7691	8756022674	7455/0	20/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEO7691	8756023011	7455/0	27/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEQ8048	8756022664	7463/0	24/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MES8007	8756024365	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEU8163	8756024556	6050/3	07/10/2012	R\$ 191,53	208
MFA0313	8756022974	7455/0	03/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFB1485	8756022710	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFB1485	8756023221	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFD5558	8756022765	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFD8450	8756022672	6050/3	25/08/2012	R\$ 191,53	208
MFE5424	8756022453	6050/3	18/08/2012	R\$ 191,53	208
MFE6388	8756024253	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFI5761	8756022980	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFI5761	8756023069	7463/0	01/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFR0333	8756024187	7455/0	27/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFS4673	8756023271	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFW1627	8756022647	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFW2255	8756024907	6050/3	15/10/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFY6211	8756024226	7455/0	01/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFZ0208	8756024548	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGD2214	8756022243	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGD2214	8756022269	7463/0	19/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGH1160	8756022628	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL9606	8756024605	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL9606	8756024626	7463/0	13/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGT0523	8756022897	6050/3	01/09/2012	R\$ 191,53	208
MHJ8957	8756023609	7455/0	10/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHM7480	8756022414	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHP8747	8756024671	7455/0	10/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHR3606	8756024249	7455/0	05/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHT2892	8756024441	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHY1712	8756024379	7455/0	30/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHY4009	8756024338	7455/0	05/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHZ6174	8756024607	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB2328	8756022629	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB8636	8756022691	7455/0	21/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MID3822	8756024597	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MID6735	8756023797	7455/0	19/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MID6735	8756024158	7455/0	25/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIF1880	8756022372	7455/0	16/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIK0962	8756023039	6050/3	30/08/2012	R\$ 191,53	208
MIM5441	8756024568	7455/0	08/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIN7935	8756024581	7463/0	09/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIO2802	8756025145	7455/0	21/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIP4084	8756022362	7455/0	16/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIP4084	8756022393	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ8938	8756024589	7455/0	10/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIY0454	8756021760	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2435	8756022776	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJC1470	8756025135	7455/0	21/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJC3728	8756023319	7463/0	07/09/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJC6806	8756023213	6050/3	03/09/2012	R\$ 191,53	208
MJG3784	8756023840	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJJ3408	8756023584	7455/0	15/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJK5623	8756022862	7455/0	26/08/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJM3866	8756024466	7455/0	08/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJQ6542	8756024355	7455/0	06/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJW0843	8756023410	7455/0	07/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKC8814	8756024679	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKF9473	8756022775	7463/0	26/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKF9473	8756023362	7455/0	09/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKG9326	8756024542	7455/0	10/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKG9402	8756024703	6050/3	13/10/2012	R\$ 191,53	208
MKI9641	8756023954	5673/2	24/09/2012	R\$ 85,12	183
MMM0747	8756023555	7455/0	12/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MOR4289	8756024360	6050/3	06/10/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1397/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAN4798	55642927D	6548/2	26/09/2012	R\$ 85,12	229
ICD3064	55370456D	6920/0	25/06/2012	R\$ 127,69	233
LBH8057	55369592D	6599/2	02/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXM2905	55370798D	5169/1	22/09/2012	R\$ 957,69	165
LXM2905	55370799D	6599/2	22/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYT1944	55642875D	6548/2	08/08/2012	R\$ 85,12	229
MEK7647	55369599D	6599/2	19/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGD2379	55370902D	5169/1	01/10/2012	R\$ 957,69	165
MHF4184	54766532C	6599/2	12/08/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1398/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABH3472	55370854D	5568/0	29/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
BVR6127	55369591D	5428/1	02/10/2012	R\$ 191,53	181 * V
MDP2050	55642890D	5541/1	17/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD2379	55370903D	5738/0	01/10/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHA5121	55642860D	5541/1	30/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1400/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BJA9284	55370547D	6920/0	26/09/2012	R\$ 127,69	233
MFQ8306	55370509D	6920/0	15/08/2012	R\$ 127,69	233
MHM8183	54765247C	6602/0	15/08/2012	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1403/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO6697	55370909D	6599/2	13/10/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1404/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKD1411	55370795D	5185/1	17/09/2012	R\$ 127,69	167
MFI9346	55642941D	7366/2	17/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIP1616	55642947D	7366/2	18/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1407/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS3198	55370532D	6920/0	04/09/2012	R\$ 127,69	233
MCW1889	55642940D	6548/2	17/10/2012	R\$ 85,12	229
MDX8781	55370210D	6599/2	27/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEK3286	54768568C	6599/2	08/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHI5754	54768638C	6599/2	24/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIG1011	55370421D	6599/2	23/08/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1408/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CTM8135	55642945D	7366/2	18/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
CTM8135	55642946D	5185/1	18/10/2012	R\$ 127,69	167
MBP4218	55642938D	7366/2	16/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDC5152	55370426D	7030/2	15/10/2012	R\$ 191,53	244 * I
MFQ6109	55370913D	5185/1	15/10/2012	R\$ 127,69	167
MGL0856	55370916D	5185/1	19/10/2012	R\$ 127,69	167
MHX8727	55369597D	6785/1	18/10/2012	R\$ 191,53	231 * II * a
MIM8043	55369598D	6785/1	18/10/2012	R\$ 191,53	231 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 360/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAJ8471	8756026403	7455/0	25/11/2012	218 * I
ABZ8803	8756025936	7455/0	13/11/2012	218 * I
AEB0108	8756025939	7455/0	13/11/2012	218 * I
AEJ9536	8756024738	5673/2	16/10/2012	183
AFM8912	8756025707	7455/0	15/11/2012	218 * I
AHC1025	8756024669	7455/0	10/10/2012	218 * I
AHM1867	8756026097	7455/0	20/11/2012	218 * I
AKE4369	8756025180	7455/0	26/10/2012	218 * I
AKW6615	8756025550	7455/0	09/11/2012	218 * I
ALI5371	8756025692	7463/0	17/11/2012	218 * II
ALI5371	8756025709	7455/0	17/11/2012	218 * I
ALI5371	8756025718	7455/0	17/11/2012	218 * I
ALI5371	8756025719	7455/0	17/11/2012	218 * I
ALI8497	8756026268	7471/0	28/11/2012	218 * III
AMD1517	8756025014	7455/0	19/10/2012	218 * I
AMW8808	8756025212	7463/0	21/10/2012	218 * II
ARH6992	8756026266	7455/0	24/11/2012	218 * I
BJA9284	8756024709	5673/2	18/10/2012	183
BKJ6157	8756025875	7455/0	13/11/2012	218 * I
BLS9248	8756025969	7455/0	14/11/2012	218 * I
BMD6662	8756024295	7463/0	30/09/2012	218 * II
CAJ1651	8756026328	5673/2	26/11/2012	183
CCF6471	8756026118	7455/0	19/11/2012	218 * I
CER7900	8756025928	7455/0	13/11/2012	218 * I
CGS1806	8756024851	6050/3	19/10/2012	208
CHD4585	8756025999	7455/0	21/11/2012	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSE6041	8756025781	7455/0	11/11/2012	218 * I
DFR1534	8756025919	7463/0	13/11/2012	218 * II
DPS2896	8756024955	6050/3	20/10/2012	208
DPX3609	8756025110	7455/0	21/10/2012	218 * I
DQZ1756	8756025040	5673/2	21/10/2012	183
DYE6005	8756025943	7455/0	14/11/2012	218 * I
DYF2892	8756026057	7455/0	24/11/2012	218 * I
GMD7619	8756025910	7463/0	17/11/2012	218 * II
GTD2940	8756026452	7455/0	01/12/2012	218 * I
GXC6326	8756024458	5673/2	11/10/2012	183
HQE5633	8756025675	6050/3	10/11/2012	208
HQE5633	8756025866	7455/0	13/11/2012	218 * I
HRG6158	8756026030	5673/2	18/11/2012	183
JOU8175	8756026402	7455/0	25/11/2012	218 * I
JUF8017	8756025552	7455/0	04/11/2012	218 * I
JYF7938	8756024267	7455/0	30/09/2012	218 * I
KIU7558	8756025852	7455/0	11/11/2012	218 * I
KIU7558	8756026455	7463/0	25/11/2012	218 * II
KVU1583	8756026496	7455/0	01/12/2012	218 * I
LTH0119	8756025783	7455/0	11/11/2012	218 * I
LWR0455	8756025325	7455/0	28/10/2012	218 * I
LXA4346	8756026410	7455/0	26/11/2012	218 * I
LXB5150	8756026370	7463/0	26/11/2012	218 * II
LXJ7271	8756025842	7455/0	11/11/2012	218 * I
LXK2712	8756026459	7455/0	25/11/2012	218 * I
LXL4668	8756025524	5673/2	10/11/2012	183
LXP0850	8756025769	7463/0	11/11/2012	218 * II
LXR9644	8756025815	7455/0	14/11/2012	218 * I
LXR9884	8756025567	7455/0	09/11/2012	218 * I
LXV7177	8756026374	7463/0	29/11/2012	218 * II
LXX2148	8756025872	7455/0	13/11/2012	218 * I
LYD0685	8756025741	7463/0	17/11/2012	218 * II
LYD6441	8756025779	6050/3	11/11/2012	208
LYL1652	8756025971	7455/0	14/11/2012	218 * I
LYL6793	8756025684	5673/2	17/11/2012	183
LYM1414	8756025829	7455/0	15/11/2012	218 * I
LYS1725	8756025339	7463/0	28/10/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYV8153	8756025727	7455/0	11/11/2012	218 * I
LZA3328	8756025763	7455/0	15/11/2012	218 * I
LZC2557	8756026160	6050/3	18/11/2012	208
LZD1231	8756026173	6050/3	19/11/2012	208
LZL3541	8756026042	6050/3	23/11/2012	208
LZR6584	8756026366	7455/0	01/12/2012	218 * I
LZR9933	8756025870	6050/3	13/11/2012	208
LZW4849	8756025725	7455/0	17/11/2012	218 * I
LZZ5586	8756026446	6050/3	25/11/2012	208
MAA5490	8756025793	7455/0	12/11/2012	218 * I
MAA5490	8756025810	7455/0	14/11/2012	218 * I
MAG1133	8756025855	7455/0	11/11/2012	218 * I
MAG1133	8756026228	7455/0	18/11/2012	218 * I
MAG1133	8756026435	7471/0	01/12/2012	218 * III
MAG1133	8756026489	7471/0	01/12/2012	218 * III
MAG1133	8756026491	7471/0	01/12/2012	218 * III
MAH9272	8756026249	7455/0	21/11/2012	218 * I
MAJ4093	8756026139	7455/0	23/11/2012	218 * I
MAR5313	8756026279	7455/0	28/11/2012	218 * I
MAV2024	8756025181	7455/0	26/10/2012	218 * I
MAV6052	8756026431	7455/0	30/11/2012	218 * I
MAX9652	8756025967	7455/0	14/11/2012	218 * I
MBA9511	8756025603	7463/0	07/11/2012	218 * II
MBA9511	8756025674	7463/0	10/11/2012	218 * II
MBE9021	8756024991	7455/0	16/10/2012	218 * I
MBG7153	8756025917	7455/0	13/11/2012	218 * I
MBJ8859	8756025966	7463/0	14/11/2012	218 * II
MBK3701	8756025791	7455/0	12/11/2012	218 * I
MBN4237	8756025770	7455/0	11/11/2012	218 * I
MBN4237	8756025853	7455/0	11/11/2012	218 * I
MBU3910	8756024954	6050/3	20/10/2012	208
MBY5171	8756025715	7463/0	17/11/2012	218 * II
MCC3873	8756026174	7455/0	19/11/2012	218 * I
MCJ7997	8756024866	7455/0	20/10/2012	218 * I
MCJ9057	8756026189	7455/0	21/11/2012	218 * I
MCM8357	8756026010	7455/0	21/11/2012	218 * I
MCS1716	8756026238	7455/0	18/11/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCT5558	8756025696	6050/3	14/11/2012	208
MCU3560	8756025918	7455/0	13/11/2012	218 * I
MCZ3401	8756025748	7455/0	14/11/2012	218 * I
MDE1119	8756025426	6050/3	03/11/2012	208
MDE9124	8756024309	7463/0	01/10/2012	218 * II
MDF8918	8756024878	6050/3	17/10/2012	208
MDJ9334	8756024714	7455/0	14/10/2012	218 * I
MDN1032	8756025756	7463/0	16/11/2012	218 * II
MDN1032	8756026134	7463/0	19/11/2012	218 * II
MDP4042	8756024768	7455/0	18/10/2012	218 * I
MDR1703	8756026305	5673/2	28/11/2012	183
MDY6295	8756026046	7455/0	21/11/2012	218 * I
MDZ1618	8756024592	7455/0	11/10/2012	218 * I
MDZ6073	8756026036	5673/2	19/11/2012	183
MDZ9965	8756024573	7455/0	08/10/2012	218 * I
MEC0765	8756025032	7455/0	19/10/2012	218 * I
MEC1950	8756024210	7455/0	29/09/2012	218 * I
MEF5857	8756024831	7463/0	15/10/2012	218 * II
MEF7872	8756024813	7455/0	14/10/2012	218 * I
MEF7872	8756025173	7455/0	25/10/2012	218 * I
MEH8150	8756025823	7455/0	15/11/2012	218 * I
MEH8150	8756025886	7455/0	15/11/2012	218 * I
MEI7810	8756025686	5673/2	12/11/2012	183
MEJ2078	8756025300	7455/0	29/10/2012	218 * I
MEP0122	8756024858	7455/0	19/10/2012	218 * I
MEQ2714	8756025599	7455/0	07/11/2012	218 * I
MES1818	8756026183	7455/0	21/11/2012	218 * I
MEY2951	8756025761	7455/0	13/11/2012	218 * I
MEY6699	8756025041	5673/2	21/10/2012	183
MEY9147	8756026150	7455/0	22/11/2012	218 * I
MFB0632	8756026232	6050/3	18/11/2012	208
MFB5672	8756026351	7455/0	27/11/2012	218 * I
MFB9132	8756025908	7455/0	17/11/2012	218 * I
MFF9151	8756025209	7455/0	21/10/2012	218 * I
MFH7146	8756024704	5673/2	18/10/2012	183
MFJ8389	8756024989	7463/0	16/10/2012	218 * II
MFQ8162	8756026092	7455/0	22/11/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFT3007	8756026250	7455/0	22/11/2012	218 * I
MFT6723	8756026185	7455/0	21/11/2012	218 * I
MFT6723	8756026194	7463/0	22/11/2012	218 * II
MFT6723	8756026225	7455/0	23/11/2012	218 * I
MFV9433	8756025616	7455/0	09/11/2012	218 * I
MFZ9436	8756026151	7455/0	18/11/2012	218 * I
MGB8155	8756026084	7455/0	19/11/2012	218 * I
MGC9689	8756026440	7455/0	01/12/2012	218 * I
MGD5469	8756024837	7463/0	17/10/2012	218 * II
MGD6237	8756026436	7455/0	01/12/2012	218 * I
MGJ3822	8756025092	7455/0	27/10/2012	218 * I
MGK7432	8756025716	7463/0	17/11/2012	218 * II
MGL9606	8756026422	7455/0	28/11/2012	218 * I
MGN6653	8756026156	7455/0	18/11/2012	218 * I
MGO5427	8756024947	7455/0	20/10/2012	218 * I
MGQ0067	8756026247	7463/0	21/11/2012	218 * II
MGQ7629	8756026133	7463/0	22/11/2012	218 * II
MGR5037	8756025958	7455/0	14/11/2012	218 * I
MGS0770	8756026341	7455/0	26/11/2012	218 * I
MGU1667	8756025363	7455/0	29/10/2012	218 * I
MGU2323	8756025777	7455/0	11/11/2012	218 * I
MGU2323	8756026197	7455/0	22/11/2012	218 * I
MGU2323	8756026252	7455/0	22/11/2012	218 * I
MGU7371	8756025036	7455/0	19/10/2012	218 * I
MGV1258	8756024721	7455/0	17/10/2012	218 * I
MGV1258	8756024869	7455/0	20/10/2012	218 * I
MGW9182	8756025327	7455/0	31/10/2012	218 * I
MGX3035	8756026149	7455/0	24/11/2012	218 * I
MGX6306	8756026371	7455/0	27/11/2012	218 * I
MGX6306	8756026375	7455/0	30/11/2012	218 * I
MHE1046	8756026202	7455/0	23/11/2012	218 * I
MHE1365	8756026171	7455/0	19/11/2012	218 * I
MHH5776	8756026476	7455/0	28/11/2012	218 * I
MHI1651	8756024855	7455/0	19/10/2012	218 * I
MHI9546	8756026215	7463/0	24/11/2012	218 * II
MHJ4719	8756025923	7455/0	13/11/2012	218 * I
MHL3441	8756024833	7455/0	16/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHL8394	8756025995	7455/0	21/11/2012	218 * I
MHO0658	8756025736	7463/0	15/11/2012	218 * II
MHO7223	8756024798	7455/0	16/10/2012	218 * I
MHP4488	8756025011	7455/0	19/10/2012	218 * I
MHT0218	8756025804	7455/0	13/11/2012	218 * I
MHT3674	8756025187	6050/3	27/10/2012	208
MHU0411	8756025828	7455/0	15/11/2012	218 * I
MHV4765	8756024720	7455/0	16/10/2012	218 * I
MHX1436	8756026360	7455/0	27/11/2012	218 * I
MHX5092	8756025798	7455/0	13/11/2012	218 * I
MHX5092	8756026407	7455/0	26/11/2012	218 * I
MHY1712	8756026166	7463/0	18/11/2012	218 * II
MHY4009	8756026180	7455/0	20/11/2012	218 * I
MIC1330	8756026233	7455/0	18/11/2012	218 * I
MIE7761	8756024796	7455/0	15/10/2012	218 * I
MIG8513	8756024971	7455/0	16/10/2012	218 * I
MIH7689	8756024814	7455/0	14/10/2012	218 * I
MIM2721	8756025151	7455/0	22/10/2012	218 * I
MIN3306	8756026013	7455/0	21/11/2012	218 * I
MIO9084	8756025637	7463/0	04/11/2012	218 * II
MIS1830	8756026066	6050/3	24/11/2012	208
MIS2444	8756026091	7455/0	19/11/2012	218 * I
MIU3473	8756024912	7463/0	16/10/2012	218 * II
MIY8495	8756026231	7455/0	18/11/2012	218 * I
MJC2776	8756025952	7463/0	14/11/2012	218 * II
MJG0777	8756024758	5673/2	20/10/2012	183
MJJ9914	8756025048	6050/3	26/10/2012	208
MJL6646	8756026423	7455/0	28/11/2012	218 * I
MJP0749	8756025990	7463/0	21/11/2012	218 * II
MJR0140	8756026196	7455/0	22/11/2012	218 * I
MJX0206	8756026490	7455/0	01/12/2012	218 * I
MJY1468	8756025806	7455/0	13/11/2012	218 * I
MKA8996	8756025861	7455/0	12/11/2012	218 * I
MKA8996	8756026251	7455/0	22/11/2012	218 * I
MKB8517	8756025739	7455/0	16/11/2012	218 * I
MKB8812	8756026311	5673/2	26/11/2012	183
MKD5396	8756024802	7455/0	14/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKG8336	8756026115	7463/0	18/11/2012	218 * II
MKI4710	8756025321	7455/0	01/11/2012	218 * I
MKS6406	8756026224	6050/3	23/11/2012	208
MKS9869	8756025947	7463/0	14/11/2012	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 362/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANK4392	8756026395	7455/0	25/11/2012	218 * I
LXT5543	8756025379	7455/0	31/10/2012	218 * I
LZD1871	8756026340	7455/0	25/11/2012	218 * I
LZO6808	8756025298	7455/0	03/11/2012	218 * I
MBT6001	8756026322	7455/0	28/11/2012	218 * I
MCP6638	8756025447	7455/0	28/10/2012	218 * I
MCW5451	8756026282	7455/0	28/11/2012	218 * I
MDN4880	8756026493	7455/0	01/12/2012	218 * I
MDW9869	8756025384	7455/0	01/11/2012	218 * I
MEN6790	8756025455	7463/0	29/10/2012	218 * II
MEN6790	8756025480	7455/0	02/11/2012	218 * I
MGD9454	8756026292	7455/0	28/11/2012	218 * I
MGV1258	8756025394	7455/0	02/11/2012	218 * I
MHI8786	8756025399	7455/0	02/11/2012	218 * I
MHK8309	8756025476	7455/0	02/11/2012	218 * I
MIJ5139	8756025401	7455/0	02/11/2012	218 * I
MIJ5139	8756025462	7455/0	30/10/2012	218 * I
MJQ4574	8756025444	7455/0	28/10/2012	218 * I
MJW8714	8756025296	7463/0	02/11/2012	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 364/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMQ2353	8756025607	7455/0	08/11/2012	218 * I
DON6615	8756026021	7455/0	22/11/2012	218 * I
LYA7706	8756025558	7455/0	05/11/2012	218 * I
LYO2454	8756026270	7455/0	28/11/2012	218 * I
LYU6854	8756025676	7455/0	10/11/2012	218 * I
MAV5446	8756025346	7463/0	28/10/2012	218 * II
MBL4104	8756025627	7455/0	10/11/2012	218 * I
MBQ8864	8756025785	6050/3	11/11/2012	208
MCP6350	8756025322	7471/0	02/11/2012	218 * III
MDJ4066	8756025604	7455/0	08/11/2012	218 * I
MDJ4066	8756025659	7463/0	08/11/2012	218 * II
MDK0773	8756025310	7463/0	02/11/2012	218 * II
MDU4426	8756025540	7463/0	08/11/2012	218 * II
MEK8182	8756025500	7455/0	03/11/2012	218 * I
MHF8889	8756025342	7455/0	28/10/2012	218 * I
MHX3222	8756025418	6050/3	28/10/2012	208
MIJ7075	8756025528	7463/0	10/11/2012	218 * II
MJP7729	8756025629	6050/3	04/11/2012	208
MJQ4582	8756025608	7455/0	08/11/2012	218 * I
MJS2082	8756025628	7455/0	10/11/2012	218 * I
MJS6138	8756026456	7455/0	25/11/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 366/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA6267	8756026218	6050/3	18/11/2012	208
AEQ5846	8756026572	7455/0	03/12/2012	218 * I
AFP3484	8756025624	6050/3	10/11/2012	208
AIJ8989	8756026731	7455/0	07/12/2012	218 * I
AIL2947	8756025753	7455/0	14/11/2012	218 * I
AKF4370	8756026648	7455/0	02/12/2012	218 * I
ALF1656	8756026184	7455/0	21/11/2012	218 * I
ALW5875	8756026745	7455/0	08/12/2012	218 * I
AMJ6391	8756025701	5673/2	17/11/2012	183
APG5282	8756026103	7455/0	23/11/2012	218 * I
AQB8455	8756025309	7455/0	01/11/2012	218 * I
AQB8455	8756026574	7455/0	04/12/2012	218 * I
ARI4763	8756026972	7455/0	09/12/2012	218 * I
ARN0576	8756026220	6050/3	20/11/2012	208
BAS8100	8756025746	7455/0	13/11/2012	218 * I
BNU2951	8756026740	6050/3	08/12/2012	208
CBG9673	8756026747	7455/0	08/12/2012	218 * I
CCM2604	8756025738	7463/0	15/11/2012	218 * II
CHS3246	8756025527	7455/0	10/11/2012	218 * I
CRE8780	8756026686	7455/0	08/12/2012	218 * I
CSV7877	8756026814	5673/2	12/12/2012	183
CVU2404	8756026128	7455/0	20/11/2012	218 * I
CWE7071	8756025989	7455/0	21/11/2012	218 * I
CYH1186	8756026575	7455/0	06/12/2012	218 * I
EIE2513	8756026591	7455/0	07/12/2012	218 * I
ELA4348	8756025891	6050/3	15/11/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EMJ0159	8756026514	7455/0	04/12/2012	218 * I
IIH1064	8756026611	7463/0	05/12/2012	218 * II
IKG0959	8756026122	7455/0	21/11/2012	218 * I
IPR9448	8756025851	7455/0	11/11/2012	218 * I
JWX9698	8756026065	5673/2	23/11/2012	183
LOZ8010	8756027013	6050/3	15/12/2012	208
LWX6642	8756026762	7455/0	13/12/2012	218 * I
LWY1382	8756026811	5673/2	09/12/2012	183
LWZ6886	8756025856	7455/0	11/11/2012	218 * I
LXF0116	8756026586	7455/0	08/12/2012	218 * I
LXH4339	8756025771	7455/0	11/11/2012	218 * I
LXJ7003	8756025799	7455/0	13/11/2012	218 * I
LXK0980	8756026939	7455/0	13/12/2012	218 * I
LXL3441	8756025732	7455/0	14/11/2012	218 * I
LXM2513	8756026570	7455/0	04/12/2012	218 * I
LXR2835	8756026921	7455/0	11/12/2012	218 * I
LXS0248	8756026536	5673/2	07/12/2012	183
LXU3348	8756026630	7471/0	08/12/2012	218 * III
LXW8331	8756025708	7455/0	15/11/2012	218 * I
LYC0731	8756025568	7455/0	10/11/2012	218 * I
LYC8851	8756026765	7463/0	13/12/2012	218 * II
LYF2931	8756026787	6050/3	09/12/2012	208
LYH2201	8756026810	5673/2	15/12/2012	183
LYI6771	8756026060	5673/2	19/11/2012	183
LYJ2998	8756026331	5673/2	27/11/2012	183
LYK3262	8756025717	7455/0	13/11/2012	218 * I
LYM1414	8756024846	7455/0	18/10/2012	218 * I
LYM1414	8756024930	7455/0	18/10/2012	218 * I
LYM1414	8756024950	7455/0	20/10/2012	218 * I
LYM1414	8756025370	7455/0	30/10/2012	218 * I
LYM1414	8756025373	7455/0	30/10/2012	218 * I
LYM1414	8756025396	7455/0	02/11/2012	218 * I
LYM1414	8756025456	7463/0	29/10/2012	218 * II
LYO3234	8756025890	7463/0	15/11/2012	218 * II
LYR3646	8756026595	7471/0	04/12/2012	218 * III
LYR3646	8756026629	7455/0	08/12/2012	218 * I
LYV7217	8756026701	7455/0	02/12/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYW1301	8756026141	7455/0	24/11/2012	218 * I
LYX0004	8756027007	7455/0	15/12/2012	218 * I
LZD1871	8756026550	5673/2	07/12/2012	183
LZD8053	8756025817	7455/0	14/11/2012	218 * I
LZE5697	8756025833	7455/0	16/11/2012	218 * I
LZL0213	8756026257	6050/3	23/11/2012	208
LZL8581	8756026771	7455/0	13/12/2012	218 * I
LZM4704	8756026597	7455/0	04/12/2012	218 * I
LZV1512	8756026498	6050/3	01/12/2012	208
LZZ0844	8756026101	7455/0	22/11/2012	218 * I
MAG1133	8756026956	7455/0	15/12/2012	218 * I
MAG1133	8756027009	7455/0	15/12/2012	218 * I
MAM8763	8756026785	6050/3	13/12/2012	208
MAO4396	8756026114	7455/0	22/11/2012	218 * I
MAZ0190	8756025721	7455/0	17/11/2012	218 * I
MBA4754	8756026922	7455/0	11/12/2012	218 * I
MBC3801	8756026152	7455/0	18/11/2012	218 * I
MBO1875	8756025911	7455/0	13/11/2012	218 * I
MBP5831	8756026661	7455/0	04/12/2012	218 * I
MBR6471	8756026621	7463/0	02/12/2012	218 * II
MBR6471	8756026887	7463/0	09/12/2012	218 * II
MBT3359	8756025930	7455/0	13/11/2012	218 * I
MBW0003	8756026640	7455/0	08/12/2012	218 * I
MBY1870	8756026835	7455/0	15/12/2012	218 * I
MCB1321	8756026124	7455/0	24/11/2012	218 * I
MCE1180	8756025682	6050/3	16/11/2012	208
MCI0816	8756026054	7455/0	24/11/2012	218 * I
MCJ9845	8756026517	7463/0	04/12/2012	218 * II
MCK9981	8756026876	7455/0	15/12/2012	218 * I
MCM4028	8756026880	7455/0	09/12/2012	218 * I
MCW9128	8756026602	7455/0	07/12/2012	218 * I
MCY9832	8756025291	7455/0	28/10/2012	218 * I
MDD8479	8756026212	7463/0	24/11/2012	218 * II
MDD9125	8756026110	7455/0	23/11/2012	218 * I
MDE3090	8756025328	7455/0	01/11/2012	218 * I
MDH5229	8756026653	7455/0	02/12/2012	218 * I
MDH5229	8756026940	7455/0	13/12/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDI1784	8756025894	7455/0	16/11/2012	218 * I
MDI3324	8756025602	7455/0	07/11/2012	218 * I
MDJ4066	8756026200	7471/0	23/11/2012	218 * III
MDJ4066	8756026256	7463/0	23/11/2012	218 * II
MDJ4066	8756026404	7455/0	25/11/2012	218 * I
MDJ4066	8756026445	7455/0	01/12/2012	218 * I
MDN1032	8756026625	7455/0	04/12/2012	218 * I
MDN1032	8756026637	7455/0	05/12/2012	218 * I
MDN1032	8756026892	7455/0	10/12/2012	218 * I
MDN4880	8756026998	7455/0	13/12/2012	218 * I
MDP7244	8756026896	7455/0	14/12/2012	218 * I
MDQ5901	8756026577	7455/0	07/12/2012	218 * I
MDQ7268	8756025960	7455/0	14/11/2012	218 * I
MDR6028	8756026894	7455/0	12/12/2012	218 * I
MDR7731	8756026506	7455/0	04/12/2012	218 * I
MDV4131	8756026758	7455/0	13/12/2012	218 * I
MDZ7288	8756026840	7455/0	10/12/2012	218 * I
MEA2357	8756025354	7455/0	28/10/2012	218 * I
MEA2357	8756025413	7471/0	03/11/2012	218 * III
MEF8987	8756026229	7463/0	18/11/2012	218 * II
MEH2511	8756025511	6050/3	08/11/2012	208
MEI4984	8756026650	7455/0	02/12/2012	218 * I
MEP4791	8756025766	6050/3	11/11/2012	208
MEW3837	8756026535	5673/2	07/12/2012	183
MEX6680	8756025888	7463/0	15/11/2012	218 * II
MEY9147	8756026662	7463/0	04/12/2012	218 * II
MFE5443	8756026513	7455/0	04/12/2012	218 * I
MFG7227	8756026944	7455/0	14/12/2012	218 * I
MFJ4717	8756026384	7455/0	27/11/2012	218 * I
MFK3829	8756025509	7455/0	12/11/2012	218 * I
MFL0194	8756025843	6050/3	13/11/2012	208
MFY2371	8756026961	7455/0	15/12/2012	218 * I
MFY6211	8756026564	7455/0	05/12/2012	218 * I
MGA5393	8756026109	7455/0	21/11/2012	218 * I
MGB4061	8756025693	7455/0	17/11/2012	218 * I
MGC4281	8756026081	7455/0	21/11/2012	218 * I
MGE3821	8756026369	7455/0	26/11/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGG4637	8756025625	7463/0	10/11/2012	218 * II
MGG4637	8756026654	7455/0	02/12/2012	218 * I
MGG8882	8756026315	7455/0	25/11/2012	218 * I
MGI3793	8756027004	6050/3	14/12/2012	208
MGL4883	8756025671	6050/3	09/11/2012	208
MGM3096	8756026884	7455/0	12/12/2012	218 * I
MGM5449	8756026677	7455/0	07/12/2012	218 * I
MGS3837	8756025759	7455/0	11/11/2012	218 * I
MGZ8118	8756025874	7455/0	13/11/2012	218 * I
MHF0220	8756025683	5673/2	16/11/2012	183
MHH0424	8756026546	7455/0	05/12/2012	218 * I
MHK1335	8756026903	7455/0	09/12/2012	218 * I
MHL7548	8756027106	7471/0	20/12/2012	218 * III
MHP7941	8756025660	7455/0	08/11/2012	218 * I
MHP8747	8756026927	7463/0	12/12/2012	218 * II
MHX1436	8756026965	6050/3	11/12/2012	208
MHX5092	8756026664	7455/0	05/12/2012	218 * I
MHX5092	8756026669	7463/0	06/12/2012	218 * II
MHX5092	8756026779	7455/0	13/12/2012	218 * I
MHX5092	8756026915	7463/0	11/12/2012	218 * II
MHX5092	8756026925	7463/0	12/12/2012	218 * II
MIC0199	8756025937	7455/0	13/11/2012	218 * I
MID0161	8756026113	7463/0	18/11/2012	218 * II
MIE7761	8756025493	7455/0	03/11/2012	218 * I
MIH1746	8756026593	7455/0	02/12/2012	218 * I
MIH1781	8756026207	7455/0	23/11/2012	218 * I
MIK9200	8756025690	7455/0	14/11/2012	218 * I
MIL1616	8756026743	7455/0	08/12/2012	218 * I
MJC9843	8756026332	5673/2	27/11/2012	183
MJD8577	8756026853	7463/0	09/12/2012	218 * II
MJG0850	8756026867	7455/0	13/12/2012	218 * I
MJG7343	8756025680	7455/0	10/11/2012	218 * I
MJH4792	8756025551	7455/0	05/11/2012	218 * I
MJJ0109	8756025973	7463/0	14/11/2012	218 * II
MJM1238	8756026123	7455/0	22/11/2012	218 * I
MJM2282	8756026387	7455/0	25/11/2012	218 * I
MJN8905	8756026509	7455/0	04/12/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJO7361	8756026347	7455/0	01/12/2012	218 * I
MJO7361	8756026439	7463/0	01/12/2012	218 * II
MJQ4582	8756026175	7463/0	20/11/2012	218 * II
MJS5815	8756025623	7455/0	10/11/2012	218 * I
MJS7136	8756026976	7455/0	09/12/2012	218 * I
MJS7201	8756026203	7455/0	23/11/2012	218 * I
MJV3532	8756026619	7455/0	02/12/2012	218 * I
MKA4659	8756025797	7455/0	13/11/2012	218 * I
MKF3110	8756025754	7455/0	15/11/2012	218 * I
MKG8336	8756026638	7455/0	07/12/2012	218 * I
MKG8336	8756026739	7455/0	08/12/2012	218 * I
MKL0133	8756025523	5673/2	09/11/2012	183
MKL0133	8756026408	7463/0	26/11/2012	218 * II
MKW5916	8756026531	7455/0	06/12/2012	218 * I
MKX1530	8756025698	5673/2	15/11/2012	183
MLC6009	8756026658	7463/0	04/12/2012	218 * II
MLN5809	8756026590	7455/0	07/12/2012	218 * I
MMA5230	8756026865	7455/0	12/12/2012	218 * I
NT00156	8756025931	7463/0	13/11/2012	218 * II
NT00156	8756026182	7455/0	20/11/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1395/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ0547	55370671D	6920/0	10/11/2012	233
BBZ6606	55370662D	6920/0	10/11/2012	233
BZT9009	55370673D	6920/0	10/11/2012	233
CMP7559	55371951D	6599/2	01/12/2012	230 * V
IKM0084	55643036D	6912/0	29/11/2012	232
LZT6580	55370688D	6920/0	10/11/2012	233
LZW1634	55370946D	6599/2	29/11/2012	230 * V
MAG0369	55370616D	6599/2	29/11/2012	230 * V
MAJ3049	55370653D	6920/0	05/10/2012	233
MBW8377	55370606D	6769/3	13/11/2012	230 * XXII
MCI5922	55370609D	5010/0	14/11/2012	162 * I
MEN8046	55370614D	6599/2	29/11/2012	230 * V
MEN8046	55370615D	5010/0	29/11/2012	162 * I
MEX3301	55370667D	6920/0	10/11/2012	233
MGE0572	55643018D	6548/2	22/11/2012	229
MJT8648	55370602D	6599/2	13/11/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1396/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV8609	55370428D	5541/5	26/10/2012	181 * XVII
ABB5362	55370922D	5185/1	08/11/2012	167
ADC2202	55370226D	6564/0	01/12/2012	230 * II
ADC2202	55370227D	6858/0	01/12/2012	231 * VII
CMP7559	55371952D	6050/1	01/12/2012	208
CSN3022	55370929D	5185/1	08/11/2012	167
DRV4429	55643030D	5967/0	28/11/2012	203 * V
LXX2148	55371958D	5185/1	01/12/2012	167
MAN9793	55370927D	5185/1	08/11/2012	167
MAS8175	55371966D	5207/0	01/12/2012	169
MAS8175	55371967D	6122/0	01/12/2012	214 * I
MBU3910	55642961D	5185/1	30/10/2012	167
MDR9127	55643009D	7366/2	21/11/2012	252 * VI
MEL8339	55370943D	7030/2	14/11/2012	244 * I
MFF8802	55643029D	5185/1	28/11/2012	167
MGE0572	55371968D	7234/0	01/12/2012	250 * I * a
MIW4301	55643008D	5185/1	21/11/2012	167
MKB6321	55643020D	5967/0	22/11/2012	203 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1399/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKR5338	55642996D	5185/1	19/11/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1401/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JHC7440	55370695D	6920/0	10/12/2012	233
JTD2675	55370950D	6602/0	05/12/2012	230 * VI
LZX2040	55370697D	6920/0	10/12/2012	233
MCO6697	55370709D	6920/0	10/12/2012	233
MDN4880	55643052D	6548/2	05/12/2012	229
MJS8776	55370705D	6920/0	10/12/2012	233
MJX1008	55643059D	6548/2	12/12/2012	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1402/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIX2281	55371976D	5843/3	10/12/2012	196
LXK3005	55643000D	5185/1	19/11/2012	167
MDS7569	55371974D	7234/0	09/12/2012	250 * I * a
MEL5225	55371970D	6050/2	06/12/2012	208
MHL3171	55643041D	7366/2	03/12/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1405/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADZ3773	54768573C	6599/2	13/11/2012	230 * V
IDA7974	55643034D	6637/2	29/11/2012	230 * IX
MAV1270	55370218D	6610/2	13/11/2012	230 * VII
MDB9449	54765248C	5274/3	30/11/2012	175
MEF8987	55643033D	6637/1	29/11/2012	230 * IX
MER9862	55642995D	6548/2	19/11/2012	229
MER9862	55643005D	6548/2	21/11/2012	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1406/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARK2120	55371957D	5185/1	01/12/2012	167
IAS5691	55643093D	5185/1	20/12/2012	167
KVT3414	55643099D	5185/1	20/12/2012	167
LYB3431	55371964D	5185/1	01/12/2012	167
LYB3431	55371965D	5207/0	01/12/2012	169
LYU3278	55643097D	5185/1	20/12/2012	167
LZI3122	55642993D	6122/0	19/11/2012	214 * I
MBS6413	55370605D	5185/1	13/11/2012	167
MFI3566	55642998D	7366/2	19/11/2012	252 * VI
MFM2139	55643092D	5541/1	20/12/2012	181 * XVII
MGF5748	55643027D	7366/2	28/11/2012	252 * VI
MGH9031	55643071D	5967/0	13/12/2012	203 * V
MGO6037	55643013D	5185/1	21/11/2012	167
MGO9812	55370860D	5185/1	13/11/2012	167
MHT3261	55370607D	5185/1	14/11/2012	167
MJE4026	55643075D	5185/1	18/12/2012	167
MKS1115	55642985D	7366/2	14/11/2012	252 * VI



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE JANEIRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços N.º 03/2012 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

Aos 04 de janeiro de 2013, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 96/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

A) Fornecedor- itens 5,6,7,8. a empresa Tubos Maravilha Industria e Comercio Ltda EPP, inscrita sob o CNPJ nº 02.946.304/0001-71, estabelecida á Rua Iguaçu, 20, Centro, no Município de Maravilha -SC, neste ato representado pelo Sr: Anivo Jung, representante comercial, portador do RG nº 1.382.170 e do CPF nº 460.171.439-72.

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 96/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 73/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado,

cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 96/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 04 de janeiro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Tubos Maravilha Industria e Comercio Ltda  
SÓCIO ADMINISTRADOR

ANIVO JUNG

Representante Legal

### **Processo de Licitação Nº 02/2013 Medicamentos**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2013

Edital de Pregão Presencial nº 01/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias, e Reembasamento de Próteses de acordo com a Lei autorizativa nº 1.068/2011, "Programa Saúde Bucal" desenvolvido pelo Fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 13h45min do dia 30/01/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br)

Tunápolis, SC, 11 de janeiro de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

### **Ata de Registro de Preços N.º 01/2012**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de PNEUS E CÂMARAS NOVAS, para os veículos e máquinas da municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Aos 04 de Janeiro de 2013 o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 94/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### **1. DO FORNECEDOR REGISTRADO**

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais

constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: A empresa BELLENZIER PNEUS LTDA - inscrita sob o CNPJ n.º 73.730.129/0001-29, estabelecida na Rua Aparício Borges, 535, no Município de Frederico Westphalen/RS, telefone 03002102102, neste ato representado pelo vendedor o Sr. Herlon Ricardo Sato, portador do RG n.º 6070250409 e do CPF n.º 000.407.550-10, fornecerá os itens 3,19,39,43, conforme ata de julgamento anexa.

#### **2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 94/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 70/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### **3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### **4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:**

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos materiais e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### **5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força

maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os produtos a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 94/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2013.

ENOI SCHERER                      NILBERTO ANTÔNIO BELLENZIER  
Prefeito Municipal                  ADMINISTRADOR

HERLON RICARDO SATO  
VENDEDOR

## Ata de Registro de Preços N.º 01/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de PNEUS E CÂMARAS NOVAS, para os veículos e máquinas da municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses

Aos 04 de Janeiro de 2013 o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR

OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 94/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: A empresa COMERCIAL AUTOMOTIVA SA - inscrito sob o CNPJ n.º 45.987.005/0001-98, com sede na Rua Santos Dumont99 Centro, no Município de São Miguel do Oeste/SC, telefone(49)36222959, neste ato representado pelo Gerente Sr. Valdir Berndt, portador do RG n.º 1852104 e do CPF n.º 563.344.439-68, fornecerá os itens 4,5,6,8,13,17,18,21,25,26,27,40,41,42, conforme ata de julgamento anexa.

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 94/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 70/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos materiais e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:



- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os produtos a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 94/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2013.  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

COMERCIAL AUTOMOTIVA SA  
VALDIR BERNDT  
Gerente

#### Ata de Registro de Preços N.º 01/2012 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de PNEUS E CÂMARAS NOVAS, para os veículos e máquinas da municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses

Aos 04 de Janeiro de 2013 o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 94/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: A empresa JK PNEUS LTDA - inscrito sob o CNPJ nº 78.653.946/0013-88, com sede na Rua John Kennedy, 189, Centro, no Município de Itapiranga-SC, telefone(49)363770047, neste ato representado pelo Gerente Sr. Igor Ternus, portador do RG nº 2.851.480 e do CPF nº 028.896.409-81, fornecerá os itens 7,9,16, conforme ata de julgamento anexa.

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 94/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 70/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos materiais e efetiva apresentação da

nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os produtos a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 94/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que

vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2013.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

JK PNEUS LTDA  
IGOR TERNUS  
Gerente

## Ata de Registro de Preços N.º 01/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de PNEUS E CÂMARAS NOVAS, para os veículos e máquinas da municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses

Aos 04 de Janeiro de 2013 o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 94/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: A empresa JOAÇABA PNEUS LTDA - inscrito sob o CNPJ nº 84.587.245/0010-48, estabelecida na BR-282, Km-392, na cidade de Joaçaba-SC telefone(49)35223814, neste ato representado pelo Gerente Sr. Kellen Rodrigo Giongo, portador do RG nº 2.163.709 e do CPF nº 868.122.389-53, fornecerá os itens 1, 2,10,11,12,14,15,22,23,24,37,44,45, conforme ata de julgamento anexa.

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 94/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 70/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

#### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos materiais e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

#### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os produtos a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

#### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 94/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

JOAÇABA PNEUS LTDA

KELLEN RODRIGO GIONGO

Gerente

#### Ata de Registro de Preços N.º 01/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de PNEUS E CÂMARAS NOVAS, para os veículos e máquinas da municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses

Aos 04 de Janeiro de 2013 o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 94/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS NOVAS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos materiais constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: A empresa MODELO PNEUS LTDA - inscrita sob o CNPJ nº 94.510.682/0001-26, com sede na Rua Mal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56, no Município de Bento Gonçalves-RS, telefone (54)34556500, neste ato representado pelo vendedor o Sr. Orestes Spadari, portador do RG nº 6006710088 e do CPF nº 223.148.060-34, fornecerá os itens 20,28,29,30,31,32,33,34,35, 36,38, conforme ata de julgamento anexa.

#### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório nº. 94/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 70/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.



2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos materiais e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os produtos a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 94/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 04 de janeiro de 2013.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

IGELSO LUDOVICO CECON  
SÓCIO GERENTE

ORESTES SPADARI  
VENDEDOR

### Ata de Registro de Preços N.º 02/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2012

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de óleo diesel e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2013, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 95/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 01 e 04, a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representada pela representante legal Sra. Natieli Schaurich portadora do RG n.º 4.255.830 e do CPF n.º 009.611.039-22.

### 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo



Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 95/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 71/2012.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2013.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

### 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da

ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

### 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório n.º. 95/2012, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

### 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

NATIELI SCHAURICH  
REPRESENTANTE LEGAL

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

### Ata de Registro de Preços N.º 02/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2012

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de óleo diesel e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2013, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 95/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

### 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições

estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 02, a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró,129, Centro, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321108 neste ato representado pelo sócio Administrador Sr: Canísio Thomas, portadora do RG n.º 898.579 e do CPF n.º 347.592.209-68

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 95/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial n.º. 71/2012.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2013.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de

seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

6.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 95/2012, que a originou.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de dezembro de 2013.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

CANÍSIO THOMAS  
SÓCIO ADMINISTRADOR

## Ata de Registro de Preços N.º 03/2012 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

Aos 04 de janeiro de 2013, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 96/2012, sob o regime de compras pelo sistema de

registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item (s) 01, 02,03, a empresa Artefatos de Cimento Anschau Ltda inscrita sob o CNPJ n.º 10.494.614/0001-20, estabelecida na Estrada Linha Pitangueira, s/n, Interior, no Município de Tunápolis/SC neste ato representado Marino Anschau, sócio administrador portadora do RG n.º 2457348 e do CPF n.º 691.043.529-04.

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 96/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 73/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 96/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 04 de janeiro de 2013.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Artefatos de Cimento Anschau Ltda  
MARINO ANSCHAU  
Sócio administrador

## Ata de Registro de Preços N.º 03/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2012

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da

cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

Aos 04 de janeiro de 2013, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 96/2012, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

## 1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos tubos de concreto constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor - item 4, a empresa Imperial Com. De Mat de Construção e Transp. Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.645.439/0001-05, com sede na Rua Victor Meirelles, no município de Cunha Porá - SC neste ato representado André A. Kort, sócio administrador portadora do RG n.º 4829524 e do CPF n. 042.038.839-70.

## 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 96/2012.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 73/2012, que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

## 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

## 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados 10 DIAS APÓS A ENTREGA dos tubos de concreto e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos materiais, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na

ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

## 6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 Os tubos de concreto a serem fornecidos deverão ser de primeira qualidade e atenderem as especificações do edital. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O município terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

## 7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº. 96/2012, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis ([www.tunapolis.sc.gov.br](http://www.tunapolis.sc.gov.br)) e Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

## 9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC 04 de janeiro de 2013.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Imperial Com. De Mat de Construção e Transp. Ltda  
ANDRE A. KORT  
Sócio administrador



## Contrato Nº 04/2013

### CONTRATO Nº 04/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Maxcopy Equipamentos e Suprimentos Ltda, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.956.777/0001-24, com sede na Rua Santos Dumont, 868, Edifício Quiron 101, no Município de São Miguel do Oeste - SC, neste ato representado pelo senhor Jair Jorge de Souza, sócio administrador inscrito no CPF sob nº 461.108.101-20, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 104/2012 e Dispensa de Licitação 05/2012.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de Equipamentos Fotocopiadoras para execução de 140.000 mil cópias incluindo a locação dos equipamentos, fornecimento de insumos (tonner e peças de reposição), serviços de manutenção preventiva e corretivas fornecidas e executadas nas instalações desta municipalidade, através do Centro Administrativo Municipal; da Secretaria Municipal da Agricultura; e, do Centro Educacional Helga Follmann, para o exercício de 2013..

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1. O Contratado obriga-se ao fiel e bom cumprimento por seus sócios, a executar o objeto do presente contrato de acordo com a necessidade do Contratante.

2.2. A Contratada disponibilizará Equipamentos Fotocopiadoras para execução de 140.000 mil cópias, fornecimento de insumos (tonner e peças de reposição), serviços de manutenção preventiva e corretivas, que são necessárias ao uso das diversas Secretarias Municipais, exceto o papel que será fornecido pelo Contratante.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 O Município obriga-se utilizar os serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Quarta, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 O Município pagará á Contratada o valor de R\$ 0,05 (cinco centavos) por cópia, pagos mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal e da comprovação da quantidade de copias efetuadas no período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013:

Unidade Orçamentária	Descrição
Orgão 03 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças. Projeto/Atividade 2.009	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária	Descrição
Orgão 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Projeto/Atividade 2.011	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do Ensino Fundamental

Unidade Orçamentária	Descrição
Orgão 05 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Projeto/Atividade 2.023)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária	Descrição
Orgão 06 – Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Projeto/Atividade 2.027	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos Serviços de Transportes

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

6.1 O presente contrato tem sua vigência até 31 de dezembro de 2013 iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades: I – advertência; II – suspensão do direito de licitar junto ao Município; III – declaração de inidoneidade; IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A execução do objeto do presente contrato será feita mediante a prestação do serviço contratado de forma continuada, de acordo com as solicitações do Contratante, vedada a subcontratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 04 de janeiro de 2013.  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

Maxcopy Equipamentos e Suprimentos Ltda  
JAIR JORGE DE SOUZA  
Sócio administrador  
Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 020.226.259-60

### **Contrato Nº 02/2013** **CONTRATO Nº 02/2013**

**CONTRATANTE:** Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADO:** A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante **CONTRATADA**, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 95/2012, Registro de Preço 02/2012 através de Pregão Presencial nº 71/2012.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de óleo diesel, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses, conforme itens e especificações constantes nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
2	260.000	Litros	Óleo Diesel Comum	2,16	561.600,00
Total Geral					561.600,00

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

2.1 O município pagará ao contratado o valor de R\$ 561.600,00 (quinhentos sessenta um mil e seiscentos reais), o pagamento será realizado em até 8 (oito) dias após entrega da mercadoria, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue, multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para o PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CNPJ nº 78.486.198.0001-52 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.3 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

2.4 Quando for emitido o documento fiscal, referente a mercadoria solicitada, a proponente vencedora deverá enviar FAX do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Prefeitura Municipal de Tunápolis, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049)36321122.

2.5 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.6 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.**

3.1 Os itens, objeto desta licitação, deverão ser entregues de acordo com a demanda e solicitação do setor municipal competente até a data limite de 31/12/2013, e deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2013.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A proponente vencedora deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os Materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 95/2012 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do material solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir as redes de proteção acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Org. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção do gabinete do prefeito
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços da secretaria de administração
	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos serviços de educação, cultura e esportes
	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do transporte escolar
	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Manutenção do transporte escolar
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0108 – Manutenção dos serviços de transporte
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003	3.3.90.00.00.00.00.00.0111 – Manutenção dos serviços de transporte
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009	3.3.90.00.00.00.00.00.0258 – Manutenção dos serviços de Obras E
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010	urbanismo
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023	urbanismo
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028	urbanismo

#### CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda.

CANISIO THOMAS

Sócio Administrador

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259.60

#### Contrato Nº 03/2013

CONTRATO Nº 03/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, estabelecida na Rua Santa Maria, 157 – Bairro Progresso, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 95/2012, Registro de Preço nº 02/2012 através do Pregão Presencial nº 71/2012.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de óleo diesel e gasolina comum, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses, conforme itens e especificações

constantes nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	55.000	Litro	Gasolina Comum Marca Charrua	2,91	160.050,00
4	15.000	Llitro	Óleo Diesel S10 Marca Charrua	2,36	35.400,00
Total Geral					195.450,00

## CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O município pagará ao contratado o valor de R\$ 195.450,00 (Cento e noventa cinco mil quatrocentos e cinquenta reais), o pagamento será realizado em até 8 (oito) dias após entrega da mercadoria, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue, multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para o PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CNPJ nº 78.486.198.0001-52 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.3 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

2.4 Quando for emitido o documento fiscal, referente a mercadoria solicitada, a proponente vencedora deverá enviar FAX do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Prefeitura Municipal de Tunápolis, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049)36321122).

2.5 O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.6 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 Os itens, objeto desta licitação, deverão ser entregues de acordo com a demanda e solicitação do setor municipal competente até a data limite de 31/12/2013, e deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2013.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A proponente vencedora deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os Materiais contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 95/2012 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do material solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir as redes de proteção acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

## CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:



Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção do gabinete do prefeito
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços da secretaria de administração
	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos serviços de educação, cultura e esportes
	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do transporte escolar
	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Manutenção do transporte escolar
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente
	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0108 – Manutenção dos serviços de transporte
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003	3.3.90.00.00.00.00.00.0111 – Manutenção dos serviços de transporte
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009	3.3.90.00.00.00.00.00.0258 – Manutenção dos serviços de Obras E
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010	urbanismo
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023	urbanismo
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028	urbanismo

#### CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2013, iniciando na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- 8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- 8.1.2. Por acordo entre as partes;
- 8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- 9.1.1. Advertência.
- 9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- 9.1.3. Declaração de inidoneidade;
- 9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2013.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME  
Sócio Administrador

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT  
CPF: 020.226.259.60

#### Contrato Nº 05/2013.

CONTRATO Nº 05/2013.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769/91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: O Sr. Marcos André Bonamigo, pessoa física, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 3.894.195, inscrito no CPF sob o nº 026.717.079-32, residente e domiciliado na Rua da Republica, 900, Centro, no Município de Descanso - SC, doravante considerado CONTRATADO, firmam o presente contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 98/2012 e Convite para compras e serviços nº 06/2012

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de Assessoria Jurídica durante o exercício financeiro de 2013, compreendendo os seguintes itens:

- a) Análise dos Projetos de Leis, minutas de Decretos e Portarias;
  - b) Consultoria para elaboração de minutas de contratos e de Editais;
  - c) Emissão de pareceres sobre Licitações;
  - d) Consultoria Jurídica no exame e na orientação legal dos atos da administração Municipal.
  - e) Elaboração de peças processuais na defesa dos interesses do Município em qualquer instância judicial;
  - f) Defesa dos atos da administração junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
  - g) Representação do Município em juízo, quer seja autor, réu ou de qualquer forma interessada na causa, em duplo grau de jurisdição, sendo facultado o substabelecimento com reservas de poderes
- 1.2 O Edital do Processo Licitatório nº. 98/2012, a proposta da CONTRATADA, e todos os demais documentos contidos nos autos do Processo de Licitação nº. 98/2012 integram o presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 O contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 5.480,00 (Cinco mil quatrocentos e oitenta reais) mensais, pagos até o dia 05 do mês subsequente do serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal e, se necessário, de relatórios dos serviços prestados que poderão ser efetuado através de sistemas eletrônicos on-line. O valor total do contrato será de R\$ 65.760,00 (Sessenta e cinco mil setecentos e sessenta reais).

Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do



contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

3.1 Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, acompanhando-a, por seu representante legal ou preposto habilitado, às audiências designadas.

3.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

3.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações de consultoria feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

4.2 A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

4.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

4.4 A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.5 A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

4.6 A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias.

#### CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO.

5.1 A Contratada deverá prestar os serviços descritos na cláusula 01 deste contrato, com periodicidade de 20 horas semanais, em condições que melhor se adaptem aos interesses tanto da municipalidade quanto da licitante vencedora, prevalecendo neste caso os interesses do município, sendo os trabalhos poderão ser executados na sede do município ou na sede da empresa, ficando facultado ainda à contratante, a presença, também na sede Municipal, em finais de semana, devendo, neste caso, comunicar antecipadamente o Município, para que lhe sejam asseguradas as condições de trabalho, devendo também ficar à inteira disposição do Município para consultas através de telefone, fax e internet, na sua sede, onde também poderá realizar os trabalhos possíveis e necessários para o integral cumprimento do objeto do presente Contrato.

5.1.2 No caso de haver necessidade de execução dos trabalhos na sede da empresa, mesmo assim a mesma deverá prestar seus serviços na sede do município, no mínimo 08 (oito) horas semanais.

5.2 Prestar os serviços de forma continuada, na sede da CONTRATADA de acordo com a conveniência administrativa, através de sistemas eletrônicos, como também na sede da CONTRATANTE, segundo a demanda e o que mais convier, inclusive nos casos mais urgentes tudo, na medida do possível, através de meios eletrônicos disponíveis, além da via telefônica, fax e e-mails.

5.3 Atender as solicitações dos serviços dentro do objeto

contratado, que serão feitas pelos funcionários da CONTRATANTE, com apresentação de documentos específicos produzidos pela empresa, quando for o caso.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2013:

Unidade Orçamentária Descrição

Orgão 03 - Secret. Administração, Planejamento e Finanças.

Projeto/Atividade 2.009 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO.

O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2013, iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES.

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - F ORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 04 de Janeiro de 2013

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

MARCOS ANDRÉ BONAMIGO

Contratado

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259.60.

#### Contrato Nº 06/2013

CONTRATO Nº 06/2013

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: O Sr. Audrei Delazeri, pessoa física, solteiro, veterinário, portador da Carteira de Identidade nº 4.257.837, inscrito no CPF sob o nº 038.580.519-50, residente e domiciliado na Rua Independência, Centro, no Município de

Caíbi-SC, doravante considerado CONTRATADO, firmam o presente contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 99/2012 e Convite para compras e serviços nº 07/2012.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por veterinário habilitado, incluindo consultas, partos, suturas, pequenas cirurgias, medicações nos rebanhos ovino, suíno, bovino e caprino, devendo para tanto o Contratado providenciar todos os instrumentos, materiais, medicamentos, e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo e a serem cobrados pelo Contratado junto ao Proprietário Rural atendido, para o exercício de 2013.

1.2 O Edital do Processo Licitatório nº. 99/2012, a proposta da CONTRATADA, e todos os demais documentos contidos nos autos do Processo de Licitação nº. 07/2012 integram o presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 25,00(Vinte cinco reais)por cada atendimento prestado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuado no mês. O valor total do contrato será de R\$ 58.750,00(cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

2.2 A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo.

#### CLAUSULA TERCEIRA: REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver necessidade, conforme solicitação da Secretaria Municipal da Agricultura.

3.2. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato.

3.3. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura.

3.4. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma.

3.5. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na

consecução da mesma.

3.6. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal;

3.7. Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais;

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Efetuar o pagamento ajustado;

4.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

4.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

4.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

4.5 O Município obriga-se a receber a obra nos termos e condições estabelecidas no edital convite 07/2012 que originou este contrato e nas cláusulas estabelecidas neste contrato.

4.6 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

4.7 O Município obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura.

5.2 A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

5.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.4 A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

5.5 A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

5.6 A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também



responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes da aplicação do objeto do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 nas seguintes rubricas:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Orgão 5, Unid. 01, Proj/Ativ 2.023	3.3.90.00.00.00.00.0104-
Manutenção dos serviços de Agricultura e Meio Ambiente	

#### CLÁUSULA SETIMA - PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência até o dia 31/12/2013, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 5% (cinco) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DECIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 9 de Janeiro de 2013.	
ENOI SCHERER	AUDREI DELAZERI
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT  
CPF: 020.226.259.60

#### Contrato Nº 07/2013.

CONTRATO Nº 07/2013.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Scheffer Engenharia Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.532.529/0001-03, estabelecida na Rua LA Salle, 2055 - Centro, no Município de São Miguel do Oeste - SC, considerada doravante CONTRATADA neste ato devidamente representado pelo Sr. Leandro Scheffer, inscrito no CPF nº 023.308.379-09.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 100/2012 e Convite para compras e serviços nº 08/2012.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de Engenheiro Civil a serem prestados pelo contratado, compreendendo a execução de projetos técnicos, laudos, vistorias, acompanhamento de obras, e todos os serviços relacionados a Engenharia Civil do município, para o exercício de 2013.

1.2 O Edital do Processo Licitatório nº. 100/2012, a proposta da CONTRATADA, Termo de Referência anexo II, e todos os demais documentos contidos nos autos do Processo de Licitação nº. 100/2012 integram o presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1 O Contratado obriga-se ao fiel e bem cumprimento dos serviços de Engenharia Civil, conforme estipulado na Cláusula Primeira, e Termo de Referência anexo II, bem como das demais cláusulas do presente contrato.

2.2 Executar regularmente os serviços que se fizerem necessários para o perfeito desempenho do objeto desta contratação, em quantidade suficiente e de qualidade superior, podendo ser rejeitado pelo fiscal do contrato, quando não atender satisfatoriamente;

2.3 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independente de justificação por parte desta, qualquer objeto que seja julgado insatisfatório à repartição ou ao interesse do serviço público;

#### CLAUSULA TERCEIRA: REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 Os serviços serão prestados diretamente pela contratada, durante o exercício de 2013, conforme a demanda do Município e não será permitido subcontratação ou transferência das obrigações e direitos contratados;

3.2 Os serviços contratados deverão ser desenvolvidos por profissionais habilitados e com registro no órgão competente.

3.3 Emitir relatórios mensais detalhando os serviços realizados de acordo com o objeto contratado;

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Efetuar o pagamento ajustado;

4.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;

4.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

4.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

4.5 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

4.6 O Município obriga-se a utilizar-se dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Quinta, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) mensais, pagos até o dia 05 do mês subsequente do serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal e, se necessário, de relatórios dos serviços prestados que poderão ser efetuado através de sistemas eletrônicos on-line, considerando que no mês de janeiro de 2013, o pagamento será proporcional aos dias de serviços prestados neste mês, ou seja o equivalente ao valor de R\$ 2.909,68 (dois mil novecentos e nove reais e sessenta e oito centavos) O valor total do contrato será de R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil reais)

5.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

5.3 Em caso de prorrogação da vigência do contrato o preço cotado será reajustado com base no IGP-M ou outro índice que o substituir.

5.4 A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes da aplicação do objeto do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 nas seguintes rubricas:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Orgão 3, Unid. 01, Proj/Ativ 2.009	3.3.90.00.00.00.00.0104- Manutenção dos serviços de Administração

#### CLÁUSULA SETIMA - PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência até o dia 31/12/2013, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 5% (cinco) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DECIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 09 de janeiro de 2013.

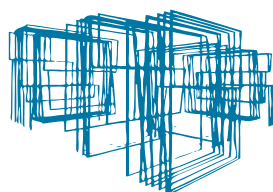
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

SCHEFFER ENGENHARIA LTDA  
LEANDRO SCHEFFER  
Sócio Administrador

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT  
CPF: 020.226.259.60



Programa de  
Gestão de Obras



# Turvo

## PREFEITURA

### Pregao Presencial PMT 08/2013

Aviso de Licitação - Modalidade de Licitação Pregão  
A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, torna a publico que fará realizar processo licitatório Modalidade de Pregão Presencial a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 08/2013 - Modalidade - PREGÃO nº. 08/2013 - Tipo Melhor Oferta.

Objeto: O objeto da presente licitação é a concessão para a administração com exclusividade dos direitos referentes à administração das contas Salários dos servidores ativos, inativos e a pensionista da administração publica direta e indireta do Município de Turvo - SC.

Entrega dos envelopes: até as 09:45 hs do dia 29/01/2013

Abertura da Sessão: á partir das 10:00 hs do dia 29/01/2013

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186

Turvo - SC, em 15 de Janeiro de 2013

ESTER ZANETTE BARP

Pregoeira

### Ata de Posse Prefeito 2013 a 2016

Termo de transferência de cargo de Prefeito Municipal

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de 2013 (dois mil e treze), as 20h00min, na Sede da Câmara Municipal, presentes os senhores Ronaldo Carlessi, Tiago Zilli, Vereadores, autoridades, funcionários e demais presentes, foi transmitido oficialmente o cargo de Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, da gestão 2009 a 2012 para o exercício de 2013 a 2016, em favor do Senhor Ronaldo Carlessi e também foi transmitido o cargo de Vice-Prefeito ao senhor Tiago Zilli, havendo-lhe sido entregues, anteriormente, os seguintes documentos:

I - Lei 2.142/12, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Turvo para o exercício financeiro de 2013;

II - Lei 2.134/12, que fixa o subsídio dos vereadores da Câmara de Vereadores de Turvo para legislatura 2013/2016;

III - Lei 2.145/12, que fixa os subsídios dos Secretários municipais;

IV - Lei 2.144/12, que fixa os subsídios do Prefeito e Vice-prefeito de Turvo;

V - Lei 2.136/12, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei orçamentária para 2013;

VI - Lei 1957/09, que dispõe sobre o plano plurianual do Município de Turvo para o quadriênio 2010/2013;

VII - Lei 1.154/95, que dispõe sobre o Estado dos Servidores públicos do Município de Turvo;

VIII - Lei complementar 009/11, que dispõe sobre o Plano de Cargos e carreira dos servidores públicos municipais;

IX - Lei complementar Nº 010/11, que dispõe sobre o Plano de Cargo e Carreira do Magistério Público Municipal;

X - Lei Orgânica do Município de Turvo;

XI - Lei 427/77, que institui o código de posturas do Município de Turvo;

XII - Lei complementar 002/04, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal;

XIII - Lei complementar 003/06, que institui o código de Obras do

Município de Turvo;

XIV - Relação dos servidores municipais com informação de cargo ocupado por cada servidor e os que estiverem lotados, bem como, relação dos servidores inativos;

XV - Relação dos servidores que requereram férias para janeiro de 2013;

XVI - Demonstração dos contratos de obras e serviços em execução;

XVII - Certidões negativas: Receita Federal, FGTS, INSS, Débitos Estaduais e Dívida Ativa da União;

XVIII - Relação da Dívida Ativa, referente ao exercício de 2012;

XIX - Demonstração da dívida fundada interna;

XX - Relação das despesas empenhadas a pagar pendentes de pagamento até o mês de dezembro de 2012;

XXI - Relatório resumido da execução orçamentária, referente ao 5º bimestre de 2012;

XXII - Demonstrativo das contas dos bancos;

XXIII - Relação de bens por ordem de contas, considerando como final 30/12/2012;

XXIV - Relação da dívida ativa de 2012 e anteriores.

Nada mais havendo a constar, foi lavrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai assinado pelo Prefeito Municipal, pelo vice-prefeito, por vereadores, autoridades e demais presentes.

Turvo (SC) 01 de janeiro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito

TIAGO ZILLI

Vice-prefeito

# Vargeão

## PREFEITURA

### Extratos de Convênios

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC

OBJETO: Transferência financeira por parte da Conveniente a Conveniada, para auxiliar na manutenção do abrigo provisório da Comarca de Ponte Serrada.

VALOR: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), num total de 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

AMPARO LEGAL: Lei nº 1.403/2009 e Convênio nº 004/2013.

Vargeão, SC, 02 de janeiro de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE VARGEÃO

OBJETO: Repasse de recursos financeiros destinando-se ao pagamento do transporte dos estudantes que estejam matriculados em Instituições de Ensino Superior ou Cursos Técnicos e façam parte do quadro da Associação beneficiada.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais num total de 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas para o exercício 2013.

AMPARO LEGAL: Lei nº 1.458/2011 e Convênio nº 005/2013.

Vargeão, SC, 14 de janeiro de 2013.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

#### Alteração Pregão Registro de Preço Nº. 15/2013 - Aquisição Material de Limpeza

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA VIDAL RAMOS

Alterações feitas no Edital Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 15/2013 - AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA

Prorrogação de Prazo: Abertura dia: 25/01/2013

Horário: 08:00 horas

Alterações: ACRESCENTAR - DA PROPOSTA COMERCIAL

F) As proponentes (Fabricante, Importador e Distribuidor) que apresentarem propostas para os itens relacionados abaixo, deverão anexar ainda a proposta:

F.1) AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA (AFE) JUNTO A ANVISA, ESPECÍFICOS PARA CADA LINHA DE PRODUTO, E REGISTRO /NOTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. PARA SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, PARA ARMAZENAR, DISTRIBUIR, EXPEDIR;

OBS: qualquer dúvida com referência a este documento poderá ser sanada junto ao "site" da ANVISA, tal como exigido pela lei Federal nº 6360/76 (art. 2º), Decreto Federal Nº 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal Nº 2.814/98.

F.2) Notificação ou registro dos produtos no Ministério da Saúde/ANVISA.

ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08 ,10 ,11, 12, 13,14, 39, 42.

OBS: A proponente deverá ainda apresentar, até dia 23/01/2013, às 11:30 horas, uma amostra do objeto de cada item em que pretenda participar, observadas as especificações previstas no Anexo II - Termo de Referência.

VIDAL RAMOS, 14 DE JANEIRO DE 2013  
SETOR DE COMPRAS

## Videira

### PREFEITURA

#### PR 02/2013 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013 - FMAS  
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2013 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE URNAS MORTUÁRIAS EM MADEIRA E TRANSLADO PARA AUXILIO FUNERAL DE PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR

PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 29 de Janeiro de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 14 de Janeiro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

#### Homologação dos Inscritos No Processo Seletivo Nº 006/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 006/2012

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, bem como na Lei Federal nº 11.350/2006, a Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e o Edital nº 006/2012, para realização de Processo Seletivo para Emprego Público, para provimento de vagas do quadro do Programa Estratégia Saúde da Família, torna público o que segue:

1. Ficam DEFERIDAS E HOMOLOGADAS as inscrições do quadro abaixo:

Nº Insc.	Nome do Candidato	Cargo	Data Nasc.
0017	Alessandra de Lima Feltrin	Agente de Combate às Endemias	25/09/1991
0022	Daguimar Alves de Oliveira	Agente de Combate às Endemias	19/09/1987
0015	Daiana Aparecida Moreira Xavier	Agente Comunitário de Saúde (Farroupilha)	20/10/1981
0016	Elizane Santos dos Anjos	Agente Comunitário de Saúde (Panazzolo)	24/10/1990
0007	Ivanete Dias	Agente Comunitário de Saúde (Oficina)	25/02/1984
0028	Joici da Silva Coito	Agente Comunitário de Saúde (Marafon)	01/05/1988
0029	Lourdes Maria Cerbato	Agente Comunitário de Saúde (Santa Tereza)	28/02/1955
0027	Mara Beatriz Parmagnani	Agente Comunitário de Saúde (Santa Tereza)	06/09/1956
0020	Mariluci Baldissera Bordignon	Agente Comunitário de Saúde (Santa Tereza)	13/04/1957
0009	Priscila Conchi	Agente Comunitário de Saúde (Cidade Alta)	16/03/1984
0002	Sandra Mara Rodrigues	Agente Comunitário de Saúde (Farroupilha)	11/01/1982
0024	Sirlei Madalena Kunzler Graff	Agente Comunitário de Saúde (Santa Tereza)	27/07/1961



0019	Vanderlei Carlos Mariani	Agente de Com- bate às Endemias	23/05/1953
------	-----------------------------	------------------------------------	------------

2. Ficam INDEFERIDAS, por falta de quitação da taxa de inscrição, as seguintes inscrições:

0001
0003
0004
0005
0006
0008
0010
0011
0012
0013
0014
0018
0021
0023
0025
0026

3. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser impetrados nos dias 17 e 18 de janeiro de 2013.

4. As provas serão realizadas nos seguintes horários, em local a ser divulgado em edital próprio de convocação:

Fechamento dos Portões	Início da Prova	Término	Liberção do Cadermo de Provas
08h15min.	08h30min	11h30min	11 horas

Videira, 16 de janeiro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

# Xavantina

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação PP 01/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, durante o ano letivo de 2013.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: até às 16:00 do dia 28/01/2013.

Abertura: dia 29/01/2013, às 08:00.

O Edital estará à disposição dos interessados na home page [www.xavantina.sc.gov.br](http://www.xavantina.sc.gov.br). Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina, SC, 15 de janeiro de 2013.  
MAURO JUNES POLETO  
Prefeito

### Extrato de Contrato Nº 177/2012 - Pmx

Extrato de Contrato nº 177/2012 - PMX

Contratado: BETTI TRANSPORTES LTDA.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 1/2011

Número do Contrato ou Aditivo: 177/2012

Objeto: Acréscimo de quilometragem para transporte escolar.

Data da Assinatura: 05/12/2012

Vigência: 05/12/2012 a 31/12/2012

Valor: 14.979,38 Forma de Pagamento: Conforme contrato inicial.

### Extrato de Contrato Nº 178/2012 - Pmx

Extrato de Contrato nº 178/2012 - PMX

Contratado: Deitre Transporte Escolar LTDA.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL.

Número da Licitação: 1/2011 .

Número do Contrato ou Aditivo: 178/2012.

Objeto: Acréscimo de quilometragem para transporte escolar.

Data da Assinatura: 05/12/2012

Vigência: 05/12/2012 a 31/12/2012.

Valor: 12.811,90

Forma de Pagamento: Conforme contrato inicial.

### Extrato de Contrato Nº 179/2012 - Pmx

Extrato de Contrato nº 179/2012 - PMX

Contratado: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 2/2012

Número do Contrato ou Aditivo: 179/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra e da vigência contratual.

Data da Assinatura: 11/12/2012

Vigência: 11/12/2012 a 31/12/2013

### Extrato de Contrato Nº 180/2012 - Pmx

Extrato de Contrato nº 180/2012 - PMX

Contratado: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 1/2012

Número do Contrato ou Aditivo: 180/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra e da vigência contratual.

Data da Assinatura: 11/12/2012

Vigência: 11/12/2012 a 31/12/2013

### Extrato de Contrato Nº 181/2012 - Pmx

Extrato de Contrato nº 181/2012 - PMX

Contratado: CONCORDIA POÇOS ARTESIANOS LTDA-ME

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 8/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 181/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra e da vigência contratual.

Data da Assinatura: 11/12/2012

Vigência: 11/12/2012 a 31/12/2013



**Extrato de Contrato Nº 182/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 182/2012 - PMX

Contratado: RONESTRAN LTDA EPP

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 9/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 182/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação dos serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 11/12/2012

Vigência: 11/12/2012 a 31/12/2013

**Extrato de Contrato Nº 183/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 183/2012 - PMX

Contratado: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 4/2011

Número do Contrato ou Aditivo: 183/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação de serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 12/12/2012

Vigência: 12/12/2012 a 31/12/2013

**Extrato de Contrato Nº 184/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 184/2012 - PMX

Contratado: Itake Serviços de Telecomunicações LTDA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 4/2012

Número do Contrato ou Aditivo: 184/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação de serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 12/12/2012

Vigência: 12/12/2012 a 30/06/2013

Valor: 17.850,00 Forma de Pagamento: Mensal.

**Extrato de Contrato Nº 185/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 185/2012 - PMX

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 1/2009

Número do Contrato ou Aditivo: 185/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação de serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 12/12/2012

Vigência: 12/12/2012 a 31/07/2013

**Extrato de Contrato Nº 186/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 186/2012 - PMX

Contratado: EDITORA BELOS MONTES LTDA - ME.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 8/2009

Número do Contrato ou Aditivo: 186/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação de serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 12/12/2012

Vigência: 12/12/2012 a 31/12/2013

**Extrato de Contrato Nº 187/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 187/2012 - PMX

Contratado: CLINICA VETERINARIA CAMPESTRE LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 25/2009

Número do Contrato ou Aditivo: 187/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação de serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 12/12/2012

Vigência: 12/12/2012 a 31/12/2013

**Extrato de Contrato Nº 188/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 188/2012 - PMX

Contratado: Pippi Máquinas Agrícolas Santa Catarina LTDA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 6/2012

Número do Contrato ou Aditivo: 188/2012

Objeto: FORNECIMENTO DE 1 (UM) TRATOR AGRÍCOLA, NOVO.

Data da Assinatura: 14/12/2012

Vigência: 14/12/2012 a 14/03/2014

Valor: 112.900,00 Forma de Pagamento: À Vista

**Extrato de Contrato Nº 189/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 189/2012 - PMX

Contratado: JOSE F. NARDINO -ME

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 54/2012

Número do Contrato ou Aditivo: 189/2012

Objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto DOS CAMINHÕES PLACAS MFL 4842, MAM 6009 E MAN 9319.

Data da Assinatura: 14/12/2012

Vigência: 14/12/2012 a 30/03/2013

Valor: 19.491,06 Forma de Pagamento: À Vista

**Extrato de Contrato Nº 190/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 190/2012 - PMX

Contratado: RÁDIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA EPP

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 46/2011

Número do Contrato ou Aditivo: 190/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação dos serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 14/12/2012

Vigência: 14/12/2012 a 31/12/2013

**Extrato de Contrato Nº 191/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 191/2012 - PMX

Contratado: POSTO SANDRA LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 38/2011

Número do Contrato ou Aditivo: 191/2012

Objeto: AUMENTO DA QUANTIDADE DE ÓLEO DIESEL COMUM.

Data da Assinatura: 14/12/2012

Vigência: 14/12/2012 a 31/12/2012

Valor: 10.200,00 Forma de Pagamento: Conforme contrato inicial.

**Extrato de Contrato Nº 192/2012 - Pmx**

Extrato de Contrato nº 192/2012 - PMX

Contratado: COOP DE CRÉD DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOC SI-COOB

Número do Contrato ou Aditivo: 192/2012

Objeto: Aditamento para prestação de serviços e vigência do contrato inicial.

Data da Assinatura: 27/12/2012

Vigência: 27/12/2012 a 30/06/2013

**Extrato de Contrato Nº 30 - FMS**

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 1/2012

Número do Contrato ou Aditivo: 30/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e de execução da obra.

Data da Assinatura: 11/12/2012

Vigência: 11/12/2012 a 28/02/2013

**Extrato de Contrato Nº 31/2012 - FMS**

Extrato de Contrato nº 31/2012 - FMS

Contratado: LABORATÓRIO XAVANTINA LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 6/2011

Número do Contrato ou Aditivo: 31/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de prestação dos serviços e vigência contratual.

Data da Assinatura: 12/12/2012

Vigência: 12/12/2012 a 31/12/2013

**Adendo ao Edital de Processo Seletivo Nº 001/2013**

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013

O Edital de Processo Seletivo nº 001/2013, passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

O item 3.5. da cláusula 3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.5. Para as vagas de Estagiário não será permitida a inscrição:

3.5.1. De estagiários que já atuam ou atuaram no Poder Executivo Municipal, por período superior a 02 (dois) anos;

3.5.2. Ao inscrever-se para as vagas de estágio, o candidato deverá informar qual a área pretendida e qual o curso que frequenta, observando que o mesmo deve ter compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio, e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

3.5.3. O preenchimento da ficha de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, devendo completar todos os campos, de forma legível, sem informações falsas, erros ou rasuras. O candidato será orientado por servidores do Município, que estarão no local para esta finalidade".

O item 4.4 da cláusula 4 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.4 Para os cargos de Agente Comunitário de Saúde:

4.4.1. Carteira de Identidade;

4.4.2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;

4.4.3. Comprovante do número de dependentes;

4.4.4. Comprovante de residência comprovando que reside na

área/microrregião a qual fará a inscrição, de acordo com o previsto na Lei nº 11.350/2006;

4.4.5. Cartão de Cadastro da família, expedido pelo Programa Saúde da Família;

4.4.6. Comprovante de escolaridade (certificado de conclusão de ensino fundamental ou curso equivalente)".

A cláusula 11 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2013 passa a vigorar acrescida do item 11.4.16, com a seguinte redação:

**"11. DAS CONDIÇÕES PARA A ADMISSÃO**

11.1. No ato da admissão os candidatos aprovados deverão apresentar os seguintes documentos:

( )

11.4.16. Cópia da Carteira de Identidade, comprovando que possui 16 (dezesesseis) anos completos na data da contratação, para as vagas de Estagiário.

Xavantina (SC), 14 de janeiro de 2013.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Associações

## EGEM

### Balanço de Encerramento Anual \_2012 - EGEM

#### EGEM-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL

CNPJ : 08.940.383/0001-90

Página: 1

#### Balanço patrimonial encerrado em 01/01/2012 a 31/12/2012

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Saldo atual
17	1	ATIVO	332.069,86D	403.634,82D
23	1.1	ATIVO CIRCULANTE	258.291,74D	316.436,52D
30	1.1.01	DISPONIBILIDADES	6.016,95D	5.649,48D
52	1.1.01.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.016,95D	5.649,48D
3018	1.1.01.03.004	Bco Brasil SA	13.309,34D	4.614,84D
6459	1.1.01.03.021	Sicredi	7.292,39C	1.034,64D
2836	1.1.02	BCO CTA MOVIMENTO	243.463,67D	260.597,80D
98	1.1.02.01	APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	243.463,67D	260.597,80D
6378	1.1.02.01.007	Sicredi - C/I POS FIXADO EM CDI	243.463,67D	136.169,33D
11452	1.1.02.01.012	SICREDINVEST - C/I FLEX CDI	0,00	124.428,47D
2860	1.1.04	CREDITOS A COMPENSAR	5.143,12D	189,24D
218	1.1.04.01	CREDITOS A COMPENSAR	5.143,12D	189,24D
8699	1.1.04.01.017	Adiantamento de Ferias	5.143,12D	189,24D
2879	1.1.06	CLIENTES	3.668,00D	50.000,00D
141	1.1.06.01	CLIENTES	3.668,00D	50.000,00D
3530	1.1.06.01.001	Clientes Diversos	3.668,00D	50.000,00D
336	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	73.778,12D	87.198,30D
342	1.2.01	INVESTIMENTOS	5.101,00D	10.101,00D
6246	1.2.01.01	INVESTIMENTOS	5.101,00D	10.101,00D
6254	1.2.01.01.001	Titulo de Capitalização - OUROCAP	5.000,00D	10.000,00D
6521	1.2.01.01.002	Investimentos - Cota Capital C/C	101,00D	101,00D
388	1.2.02	IMOBILIZADO	68.677,12D	77.097,30D
2747	1.2.02.01	IMOBILIZADO	68.677,12D	77.097,30D
394	1.2.02.01.001	Moveis e Utensilios	11.374,50D	11.374,50D
2372	1.2.02.01.002	Maquinas, Equipamentos e Motores	2.221,00D	2.221,00D
419	1.2.02.01.003	Computadores e Perifericos	18.294,11D	25.185,29D
454	1.2.02.01.004	Veiculos	31.990,50D	31.990,50D
402	1.2.02.01.005	Aparelhos e Instrumentos	2.917,01D	4.446,01D
3867	1.2.02.01.007	Equipamentos de Informática/TV	1.880,00D	1.880,00D
521	2	PASSIVO	332.069,86C	403.634,82C
537	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	10.755,27C	0,00
773	2.1.04	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	10.755,27C	0,00
2607	2.1.04.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	10.755,27C	0,00
780	2.1.04.01.001	INSS a Recolher	7.003,09C	0,00
796	2.1.04.01.006	FGTS a Recolher	1.931,91C	0,00
3786	2.1.04.01.008	PIS S/ Folha a Pagar	307,61C	0,00
5460	2.1.04.01.011	IRRF S/ FOLHA A RECOLHER	1.512,66C	0,00
1070	2.4	PATRIMONIO LIQUIDO	321.314,59C	403.634,82C
2704	2.4.02	LUCROS E PREJUIZO ACUMULADOS	321.314,59C	403.634,82C
2712	2.4.02.01	LUCROS E PREJUIZO ACUMULADOS	321.314,59C	403.634,82C
3735	2.4.02.01.003	Superavit/Deficit Acumulados	321.314,59C	403.634,82C

MAURO ROGER PINTO  
Contador  
CRC : 1.SC-01020357/0  
CPF : 627.175.029-04

ADERBAL MANOEL DOS SANTOS  
PRESIDENTE  
CPF : 469.832.799-72


**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**FECAM****Termo de Registro de Chapa Para Eleição Fecam - Período: 2013/2014.**

TERMO DE REGISTRO DE CHAPA PARA ELEIÇÃO FECAM

Período: 2013/2014

**CONSELHO EXECUTIVO**

Presidente: Pedro Celso Zuchi (PT) - Prefeito de Gaspar

1º Vice-presidente: Hugo Lembeck (PMDB) - Prefeito de Taió

2º Vice-presidente: José Claudio Caramori (PSD) - Prefeito de Chapecó

3º Vice-presidente: José Castelo Deschamps (PP) - Prefeito de Biguaçu

1º Secretária: Rosimar Maldaner (PMDB) - Prefeita de Maravilha

2º Secretária: Laci Grigolo (PDT) - Prefeita de Seara

**CONSELHO FISCAL - Titulares**

Mário Fernando Reinke (PSDB) - Prefeito de Massaranduba

Alcir José Bodanese (PMDB) - Prefeito de Rio das Antas

Elói José Quege (PP) - Prefeito de Três Barras

Vânio Foster (PDT) - Prefeito de Correia Pinto

Jorge Leonardo Nesi (PP) - Prefeito de Gravatal

João Pedro Woitexem (PMDB) - Prefeito de Araquari

Alcimar de Oliveira (PT) - Prefeito de São Domingos

Hilário Chiamolera (PMDB) - Prefeito de Lacerdópolis

**CONSELHO FISCAL - Suplentes**

Jonnei Zanette (PP) - Prefeito de Meleiro

Evandro Eredos dos Navegantes (PSDB) - Prefeito de Penha

Sisi Blind (PP) - Prefeita de São Cristóvão do Sul

Lucimar Antônio Salmória (PMDB) - Prefeito de Abdon Batista

Marco Antônio Bertoncini Cascaes (PSD) - Prefeito de Orleans

Lenoir da Rocha (PMDB) - Prefeito de Mondaí

Eli Mariott (PT) - Prefeito de Novo Horizonte

O registro desta chapa foi efetuado às 16 horas e 30 minutos, do dia 03 de Janeiro de 2013, pelo prefeito de Gaspar, Pedro Celso Zuchi.

CELSON VEDANA

Diretor de Relações Institucionais da FECAM


**Prêmio FECAM  
de Fotografia**

Retratos das riquezas de Santa Catarina

Vida, Paisagem, Gente e Cultura.

**Consórcios****AGIR****Resolução Nº 004/2013 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº 004/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento para apurar irregularidades no fornecimento de água no Município de Botuverá, solicitado pela Ouvidoria da AGIR.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 14 de janeiro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

OAB/SC 3420

**Resolução Nº 005/2013 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº 005/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento para investigar irregularidades no fornecimento de água (turva) pela Estação de Tratamento de Água (ETA III) do Garcia no Município de Blumenau, solicitado pela AGIR.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 14 de janeiro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

OAB/SC 3420

**Resolução Nº 006/2013 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº 006/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que



lhes são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento para realizar análise dos relatórios de repasse do Convênio nº 001/2004 de Gestão Compartilhada entre a CASAN e o Município de Indaial, solicitado pela Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente de Indaial - SESAN.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 14 de janeiro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

OAB/SC 3420

---

## **CIGA**

---

### **Extrato Contrato 007 - Rateio - Vidal Ramos**

Extrato de Contrato nº 007/2013

Contrato de Rateio - Vidal Ramos

CONTRATANTE: Município de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Vidal Ramos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 28/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 002 - Programa - Xavantina**

Extrato de Contrato nº 002/2013

Contrato de Programa - Xavantina

CONTRATANTE: Município de Xavantina

CNPJ: 83.009.878/0001-15

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 004/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Xavantina e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Xavantina no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art.

13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Xavantina, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 003 - Rateio - Xavantina**

Extrato de Contrato nº 003/2013

Contrato de Rateio - Xavantina

CONTRATANTE: Município de Xavantina

CNPJ: 83.009.878/0001-15

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 005/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Xavantina e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 004/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 004 - Rateio - Vargeão**

Extrato de Contrato nº 004/2013

Contrato de Rateio - Vargeão

CONTRATANTE: Município de Vargeão

CNPJ: 83.009.928/0001-64

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 008/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Vargeão e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao

Contrato de Programa nº 38/2011.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 005 - Rateio - Videira**

Extrato de Contrato nº 005/2013  
Contrato de Rateio - Videira  
CONTRATANTE: Município de Videira  
CNPJ: 83.039.842/0001-84  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0001/2013  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Videira e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 15/2008.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 006 - PGT - Videira**

Extrato de Contrato nº 006/2013  
Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Videira  
CONTRATANTE: Município de Videira  
CNPJ: 83.039.842/0001-84  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02/2013  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).  
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 1.460,00 (um mil e quatrocentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 008 - Rateio - Irineópolis**

Extrato de Contrato nº 008/2013  
Contrato de Rateio - Irineópolis  
CONTRATANTE: Município de Irineópolis  
CNPJ: 83.102.558/0001-05  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02/2013  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Irineópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 21/2009.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2012 e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato Contrato 009 - Rateio - Braço do Trombudo**

Extrato de Contrato nº 009/2013  
Contrato de Rateio - Braço do Trombudo  
CONTRATANTE: Município de Braço do Trombudo  
CNPJ: 95.952.230/0001-67  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 3/2013  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Braço do Trombudo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 16/2008.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 010 - Rateio - Ermo**

Extrato de Contrato nº 010/2013

Contrato de Rateio - Ermo

CONTRATANTE: Município de Ermo

CNPJ: 01.608.905/0001-01

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Ermo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 05/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 011 - Rateio - Rio do Sul**

Extrato de Contrato nº 011/2013

Contrato de Rateio - Rio do Sul

CONTRATANTE: Município de Rio do Sul

CNPJ: 83.102.574/0001-06

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Rio do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 06/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 1.010,00 (um mil e dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 012 - PGT - Rio do Sul**

Extrato de Contrato nº 012/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Rio do Sul

CONTRATANTE: Município de Rio do Sul

CNPJ: 83.102.574/0001-06

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 002/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da

informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional; e gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI). PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07 e artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 013 - Rateio - Chapadão do Lageado**

Extrato de Contrato nº 013/2013

Contrato de Rateio - Chapadão do Lageado

CONTRATANTE: Município de Chapadão do Lageado

CNPJ: 01.613.120/0001-27

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Chapadão do Lageado e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 001/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 014 - PGT - Guarujá do Sul**

Extrato de Contrato nº 014/2013

Programa de Gestão Tributária - Guarujá do Sul

CONTRATANTE: Município de Guarujá do Sul

CNPJ: 83.027.045/0001-87

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de



empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

**PREVISÃO LEGAL:** Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**VALOR:** R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 015 - Rateio - Itapoá**

Extrato de Contrato nº 015/2013

Contrato de Rateio - Itapoá

CONTRATANTE: Município de Itapoá

CNPJ: 81.140.303/0001-01

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Itapoá e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 02/2010.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

**VALOR:** R\$ 4.560,00 (quatro mil e quinhentos e sessenta reais) no ano.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 016 - Rateio - Antônio Carlos**

Extrato de Contrato nº 016/2013

Contrato de Rateio - Antônio Carlos

CONTRATANTE: Município de Antônio Carlos

CNPJ: 82.892.290/0001-90

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Antônio Carlos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 24/2009.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

**VALOR:** R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 151- Rateio - São Lourenço do Oeste**

Extrato de Contrato nº 151/2012

Contrato de Rateio - São Lourenço do Oeste

CONTRATANTE: Município de São Lourenço do Oeste

CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 435/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 26/2009.

**PREVISÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

**VALOR:** R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 28 de fevereiro de 2013.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 152 - PGT - São Lourenço do Oeste**

Extrato de Contrato nº 152/2012

Programa de Gestão Tributária - São Lourenço do Oeste

CONTRATANTE: Município de São Lourenço do Oeste

CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 434/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

**PREVISÃO LEGAL:** Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**VALOR:** R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) por mês.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato vigorará até 28 de fevereiro de 2013.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA



**Extrato do Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 110/2012**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2012

TERMO ADITIVO Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2013

Termo aditivo celebrado ao contrato administrativo nº 110/2012 com o objetivo de prorrogar a vigência do mesmo.

Pelo presente instrumento, o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, nº 1546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, CNPJ n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DAIAN HENZ E CIA. LTDA. ME., estabelecida na Rua Mal. Candido Rondon, 1818, Sala 12, Cascavel/PR, CNPJ nº 13.749.157/0001-66, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Sr. Daian Henz, CPF nº 005.744.369-60, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2012, mediante sujeição às seguintes cláusulas contratuais:

**DOS PRAZOS**

Cláusula primeira. O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo nº 110/2012, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2013.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula segunda. Aplicam-se ao presente termo aditivo as demais cláusulas previstas no Contrato Administrativo nº 110/2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

DAIAN HENZ

Daian Henz e Cia. Ltda. ME

**CINCO****Resolução 0004 \_2013**

Resolução n. 0004/2013.

Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado – CINCO, Sr. Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 034 de 20 de dezembro de 2012;

**RESOLVE:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO para o exercício de 2013, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 124.508,84 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), nas seguintes dotações:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Integrado do Contestado – CINCO		
04.122.0001.2.001 – Manutenção do Cinco		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0300 (59)	R\$	6.155,54
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (61)	R\$	8.203,78
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0300 (60)	R\$	2.698,34
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (62)	R\$	6.223,60
15.451.0001.2.004 – Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana		

3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0300 (55)	R\$	22.338,46
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0300 (56)	R\$	40.443,67
20.606.0001.2.008 – Desenvolvimento da Extensão Rural		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0300 (57)	R\$	21.798,77
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (63)	R\$	15.586,20
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0300 (58)	R\$	1.060,48
Total	R\$	124.508,84

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2012:

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de janeiro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

**CIS/AMUREL****Alteração de Edital 01/2012**

CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL

PREGÃO N. 01/2012

ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL, no uso de suas atribuições, torna público que o edital do Pregão n. 01/2012 para a aquisição de medicamentos para os Municípios Consorciados sofreu as seguintes alterações, passando as cláusulas a vigor com a seguinte redação:

a) Item 6.1.6: 6.1.6. Apresentar junto a proposta a prova impressa do Registro do medicamento no Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de fabricação do laboratório produtor, devendo estar destacado no documento o item correspondente ao da proposta.

b) Em razão da necessidade de modificações de quantidades e da forma da apresentação de alguns medicamentos, o Anexo I foi modificado.

c) Item 2.2.1.1: 2.2.1.1 "As propostas poderão ser analisadas por farmacêutico de quaisquer dos Municípios Consorciados, de acordo com as normas integrantes deste edital."

d) Item 4.2.1.1: Onde se lê "Anexo IV", leia-se "Anexo V".

e) Item 14.1: 14.1. Os fornecedores terão o prazo máximo de 3 (três) dias úteis, independentemente da quantidade, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder à entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo II, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

Considerando as alterações em questão, bem como a regra constante do parágrafo quarto do art. 21 da lei 8.666/93, reabre-se o



prazo para apresentação de propostas e documentos de habilitação, os quais deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 29 de janeiro de 2013. A sessão será realizada no mesmo dia às 09:30 horas.

A íntegra do edital está à disposição na sede do Consórcio, no endereço acima, ou no site [www.amurel.org.br](http://www.amurel.org.br).

Outras informações pelo telefone (48) 3626-5711, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda à sexta-feira ou pelo endereço eletrônico [cis@amurel.org.br](mailto:cis@amurel.org.br).

Tubarão (SC), 14 de janeiro de 2013.

ANTONIO FELIPPE SOBRINHO

Presidente do CISAMUREL

## CIS/AMURES

### Termo de Posse

#### TERMO DE POSSE

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e treze, as quatorze horas, na sede do Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa - 112, em sessão convocada para essa finalidade, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos que firmaram a competente lista de presença, após prestar compromisso legal, tomou posse para o exercício do cargo de Presidente do CIS/AMURES, o Prefeito Municipal de Ponte Alta, Senhor Carlos Luiz Moraes, devidamente eleito, para o período de 10 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, e que assina o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMURES.

Presidente: CARLOS LUIZ MORAIS, brasileiro, casado, Prefeito de Ponte Alta, RG nº 377.787, CPF nº 182.284.299-91.

1º Vice - Presidente: EDELVANIO NUNES TOPANOTTI, brasileiro, casado, Prefeito de Bom Jardim da Serra, RG nº 30482992, CPF nº 892.787.399-87.

2º Vice - Presidente: SIRLEI KLEY VARELA, brasileira, viúva, Prefeita de Cerro Negro, RG nº 1.820.947-5, CPF 540.875.209-78.

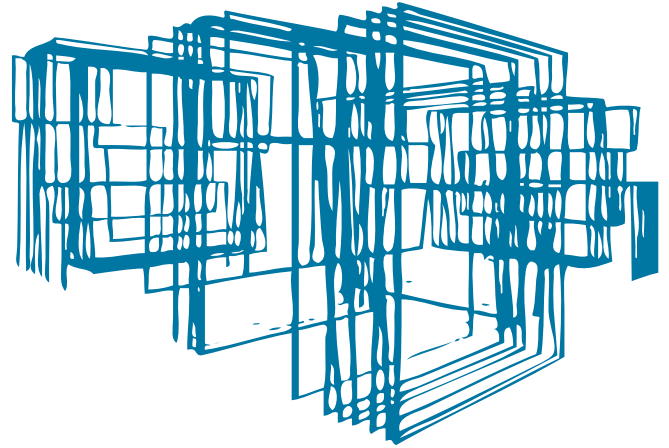
Declaramos empossado, o sr. CARLOS LUIZ MORAIS, prefeito do município de Ponte Alta, que assinou o Termo na presença dos demais membros da diretoria

Lages, 10 de Janeiro de 2013.

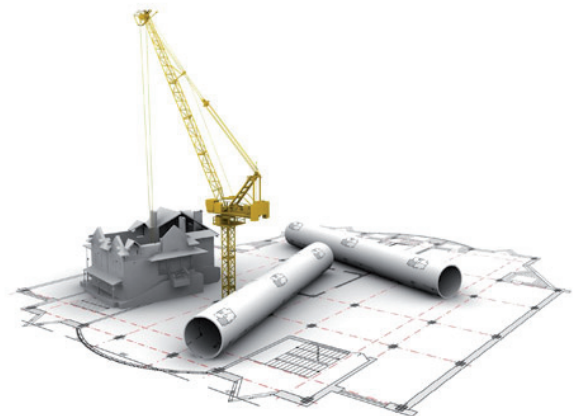
CARLOS LUIZ MORAIS

Prefeito de Ponte Alta

Presidente Empossado



# Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)